



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DANIELA PAULA DE LIMA NUNES MALTA

**A NATUREZA DA MORFOLOGIA DE FLEXÃO VERBAL E O PARÂMETRO
DO SUJEITO NULO EM DADOS ESCRITOS DE VARIEDADES AFRICANAS
DO PORTUGUÊS: uma análise contrastiva**

Recife
2019

DANIELA PAULA DE LIMA NUNES MALTA

**A NATUREZA DA MORFOLOGIA DE FLEXÃO VERBAL E O PARÂMETRO
DO SUJEITO NULO EM DADOS ESCRITOS DE VARIEDADES AFRICANAS
DO PORTUGUÊS: uma análise contrastiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr.^a. Claudia Roberta Tavares Silva

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

M261n	<p>Malta, Daniela Paula de Lima Nunes A natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo em dados escritos de variedades africanas do português: uma análise contrastiva / Daniela Paula de Lima Nunes Malta. – Recife, 2019. 237f.: il.</p> <p>Orientadora: Claudia Roberta Tavares Silva. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. Variedades africanas. 2. Parâmetro do Sujeito Nulo. 3. Concordância. 4. Multilinguismo. I. Silva, Claudia Roberta Tavares (Orientadora). II. Título.</p> <p>410 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2019-92)
-------	--	--------------------

DANIELA PAULA DE LIMA NUNES MALTA

**A NATUREZA DA MORFOLOGIA DE FLEXÃO VERBAL E O PARÂMETRO
DO SUJEITO NULO EM DADOS ESCRITOS DE VARIEDADES AFRICANAS
DO PORTUGUÊS: uma análise contrastiva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Letras.

Aprovada em: 18/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Roberta Tavares Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Silvana Silva de Farias Araújo (Examinadora Externa)
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Dr. Adeilson Pinheiro Sedrins (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ao meu esposo, Benedito.

Aos meus filhos Ana Clara e Brenno, por quem vivo.

A minha irmã Poliana, por em muitos momentos, ter sido também minha mãe.

Aos meus pais pelo exemplo.

A minha orientadora, Cláudia Roberta, que me apoiaram em todos os momentos, e foram fundamentais para a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sua infinita bondade e por ter me permitido realizar tão grandioso sonho. Sem Sua presença viva em mim e sua eterna misericórdia, nada disso seria possível.

A minha mãe, Célia, e a meu pai, Luiz, por todo o investimento em meus estudos, por toda a paciência nos momentos mais difíceis, pelo apoio incondicional e pelo amor tão puro, que fizeram de mim um ser humano digno e responsável, capaz de enfrentar todos os obstáculos da vida. Vocês são a razão da minha existência e a motivação para que eu seja cada vez melhor.

A minha irmã, companheira de todos os momentos, que sempre me incentivou e me deu forças para trilhar o meu caminho e me mostrou como a amizade e o amor fraterno são fundamentais para superar todas as dificuldades. Para mim, um exemplo de bondade. Agradeço por estar ao meu lado sempre.

A meu esposo, Benedito, por ter sonhado comigo o meu sonho, desde 2006 e a cada passo até o dia de hoje, nas derrotas e nas vitórias. Companheiro leal e imprescindível, que neste momento vivencia comigo a realização de tão incrível conquista. Obrigada pela paciência e compreensão, apesar de todo o estresse que a esposa não sabe disfarçar.

Aos meus filhos, Ana Clara e Brenno, pelo carinho e ternura com os quais alimentavam minha luta diária durante esse processo do Mestrado. Entendendo minha ausência na certeza de que esse sonho foi compartilhado.

A minha orientadora, Cláudia Roberta Tavares Silva, por ter me apresentado ao mundo da pesquisa científica e pelo apoio desde o convite para o grupo de iniciação até o dia de hoje. Obrigada por ter me incentivado a tentar novamente, pois sem as suas palavras eu teria permanecido na zona de conforto e não teria chegado até aqui. Obrigada por cada palavra de encorajamento durante a pesada tarefa de redigir a dissertação. Obrigada por ter me proporcionado a experiência da pesquisa de campo, que abriu meus horizontes e me permitiu não só muitos momentos de aprendizado. Você é um exemplo de profissional e de ser humano a ser seguido e eu agradeço a Deus por ter me concedido a honra de ter te conhecido e de poder trabalhar ao seu lado.

A UNILAB, por abrir as portas para este estudo, proporcionou a coleta do corpus aqui utilizado e uma infinidade de descobertas e novos conhecimentos sobre a realidade desta IES.

Aos professores da Pós-graduação em Letras, da graduação, da escola e da vida. Aprendi muito com cada um de vocês.

A Thayse Paraíso, presente que a vida acadêmica me proporcionou. Obrigada pela amizade sincera, que já ultrapassou os limites da amizade, e por suas palavras de incentivo.

As amigas queridas da escola Auda Souza, Cristina Xavier, Elisa Pereira, Irleide Quixabeira, Adriana Pessoa, por me compreenderem sempre e por me ensinarem diariamente o valor da amizade.

Ao amigo Inaldo Rocha, pela colaboração nos ajustes da ABNT na dissertação, com o qual aprendo muito e que também me mostra a importância da amizade.

Aos professores Silvana Araújo e Adeilson Sedrins, por terem aceitado fazer parte da banca examinadora e contribuir com suas valiosas considerações para este trabalho.

A todos os meus amigos que me incentivaram a continuar e foram pacientes em meus momentos de afastamento para me dedicar à dissertação.

Em especial, agradeço a Jakson Silva, gestor da Escola Methódio de Godoy Lima, pela compreensão das ausências no período de curso das disciplinas do Mestrado e pelas suas palavras de incentivo.

De modo mais geral, não deixa de ser razoável presumir que a linguagem se pode aproximar de um sistema 'perfeito' (...). Se essa intuição for acertada, faz sentido leva-la até aos seus limites para ver o que se pode descobrir sobre esta curiosa e cada vez mais misteriosa componente da mente humana.

(Chomsky, 1999, p 504)

A realidade da língua é movimento e, mesmo quando considerada sincronicamente, fundamenta-se num equilíbrio instável.

(Cosieriu, 1979, p39)

RESUMO

Este trabalho tem objetivo principal realizar um estudo contrastivo entre as variedades africanas do português (o português de Angola, de Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe), centrando a atenção na natureza da morfologia de flexão verbal e suas possíveis implicações para o Parâmetro do Sujeito Nulo, tomando por base redações produzidas por alunos africanos como requisito para ingresso na Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, localizada em Redenção, no Ceará. Procuramos alcançar, à luz da Teoria gerativa, os seguintes objetivos: (i) verificar, nos dados escritos de alunos africanos que ainda não ingressaram na UNILAB, o comportamento dos sujeitos nulos e plenos, tomando por base se sua distribuição ocorre nos mesmos contextos verificados no Português Europeu; (ii) descrever o paradigma pronominal nominativo e de flexão verbal nos dados escritos, levando em conta os padrões de concordância encontrados em cada variedade, e (iii) analisar, a partir dos dados escritos, se o tipo de sistema de sujeito nulo (ROBERTS; HOLMBERG, 2009) é comum a todas as variedades africanas do português, tomando por base o modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986, entre outros). Os *corpora* deste trabalho foram constituídos por dados extraídos de 300 produções escritas, sendo 100 de cada país. Os resultados quantitativos foram obtidos após rodada dos dados no programa computacional GOLDVARB X e revelam que o português de Angola e o Português de São Tomé e Príncipe têm comportamentos semelhantes, apresentando incidência de sujeito nulo, preferencialmente, em 1ª pessoa e 3ª pessoa do singular e do plural, pois os resultados no PA e no PST sugerem estar entre o PB e o PE. Ao passo que o PGB está pautado na influência da língua Crioulo, com maior incidência de sujeitos plenos. Ainda, os dados das variantes africanas do português em estudo nos mostram que a regra de concordância verbal, é variável. Portanto, qualquer proposta de análise que tente dar conta da concordância nestas variedades do português precisa considerar a questão intensa situação de contato linguístico presente nessas sociedades.

Palavras-chave: Variedades africanas. Parâmetro do sujeito nulo. Concordância. Multilinguismo.

ABSTRACT

This work has as main objective to perform a contrastive study among the African varieties of Portuguese (the Portuguese of Angola, Guiné-Bissau and São Tomé and Príncipe), focusing attention on the nature of the verbal inflection morphology and its possible implications for the Parameter based on essays produced by African students as a requirement for admission to the International University of Afro-Brazilian Lusophony - UNILAB, located in Redenção, Ceará. In the light of the generative theory, we seek to achieve the following objectives: (i) to verify, in the written data of African students who have not yet joined UNILAB, the behavior of null and full subjects, based on whether their distribution occurs in the same verified contexts in European Portuguese; (ii) describe the nomadic pronominal and verbal inflection paradigm in the written data, taking into account the patterns of agreement found in each variety, and (iii) analyze, from the written data, whether the type of null subject system (ROBERTS , Holmgberg, 2009) is common to all African varieties of Portuguese, based on the Principles and Parameters model (Chomsky, 1981, 1986, among others). The corpora of this work were constituted by data extracted from 300 written productions, being 100 of each country. The quantitative results were obtained after a round of data in the GOLDVARB X computational program and reveal that the Portuguese of Angola and the Portuguese of São Tomé and Príncipe have similar behaviors, presenting an incidence of null subject, preferably, in the 1st person and 3rd person singular and of plural, since the results in the AP and the PST suggest to be between PB and PE. While the PGB is based on the influence of the Creole language, with a higher incidence of full subjects. Still, the data of the African variants of the Portuguese in study show us that the rule of verbal agreement is variable. Therefore, any proposal of analysis that tries to account for the agreement in these varieties of Portuguese needs to consider the intense situation of linguistic contact present in these societies.

Keywords: African portuguese varieties. Generative linguistics. PSN. Verbal agreement. Multilingualism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Princípio do Subconjunto.....	75
Figura 2 – Múltiplas possibilidades de marcação do PSN.....	86
Figura 3 – Gramática nuclear, periferia marcada e língua-I.....	98
Figura 4 – Escala de referencialidade.....	154

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa Linguístico do Continente Africano.....	36
Mapa 2 – Grupos Linguísticos da África.....	38
Mapa 3 – As Línguas Oficiais dos Países Africanos.....	39
Mapa 4 – Mapa de Guiné-Bissau.....	125
Mapa 5 – Mapa de Angola.....	127
Mapa 6 – Mapa de São Tomé e Príncipe.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de línguas entre as famílias linguísticas.....	27
Quadro 2 – Taxa de analfabetismo nos PALOP.....	44
Quadro 3 – Paradigmas de flexão verbal em variedades africanas do português.....	47
Quadro 4 – Paradigma flexional do português europeu.....	82
Quadro 5 – Evolução nos paradigmas flexionais do português brasileiro.....	82
Quadro 6 – Principais premissas do gerativismo.....	95
Quadro 7 – Faculdade da linguagem conforme o modelo de Princípios e Parâmetros.....	97
Quadro 8 – Temas propostos para as redações aplicadas em Angola (2013-2016).....	109
Quadro 9 – Temas propostos para as redações aplicadas em Guiné Bissau (2013 – 2016).....	110
Quadro 10 – Temas propostos para as redações aplicadas em São Tomé e Príncipe (2013 – 2016).....	110
Quadro 11 – Variável independente linguística: concordância verbal padrão x não padrão no PA, PST e PGB.....	122
Quadro 12 – Quantitativo geral de sujeitos plenos e nulos no <i>corpus</i> do PA.....	134
Quadro 13 – Orações ecaixadas e outras orações encontradas no <i>corpus</i> da pesquisa.....	143
Quadro 14 – Ocorrências de Sujeitos nulos e plenos a partir do tipo de orações no <i>corpus</i> da pesquisa.....	143
Quadro 15 – Percentual de tipos de verbos encontrados no <i>corpus</i> do PA.....	146
Quadro 16 – Percentual de inversão VS por tipo de verbo no <i>corpus</i> de PA.....	147
Quadro 17 - Distribuição dos dados com e sem sujeito expresso no português de São Tomé e Príncipe.....	159
Quadro 18 – A expressão de pessoa e número com o verbo ‘saber’ em santome.....	165
Quadro 19 – Percentual de tipos de verbos encontrados no <i>corpus</i> do PST.....	171
Quadro 20 – Percentual de inversão VS por tipo de verbo no <i>corpus</i> de PST.....	172
Quadro 21 – Orações encaixadas e outras orações encontradas no <i>corpus</i> do PGB.....	189
Quadro 22 – Ocorrências de sujeitos nulos e plenos a partir do tipo de orações no <i>corpus</i> do PGB.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Língua(s) mais usada(s) e língua oficial em cinco países africanos lusófonos.....	40
Tabela 2 – Paradigma flexional do Inglês.....	116
Tabela 3 – Sujeitos expressos no PPA – Pessoa do discurso.....	137
Tabela 4 – Ocorrências de sujeitos nulos e sujeitos plenos considerando as pessoas do discurso.....	140
Tabela 5 – Padrão flexional do verbo comer em quimbundo.....	142
Tabela 6 – Distribuição dos dados sem marca verbal de 3ª pessoa plural segundo o tipo de verbo no <i>corpus</i> do PA.....	148
Tabela 7 – Cruzamento de dados sem marca verbal de 3ª pessoa do plural conforme posição do sujeito x tipo de verbo no <i>corpus</i> de PA.....	149
Tabela 8 – Distribuição dos dados com e sem marca de P6 no <i>corpus</i> do PA.....	151
Tabela 9 – Aplicação da marca de P6 segundo a posição do sujeito no <i>corpus</i> do PA.....	151
Tabela 10 – Aplicação da marca de P6 segundo paralelismo clausal do <i>corpus</i> do PA.....	153
Tabela 11 – Aplicação da marca de P6 segundo a animacidade no <i>corpus</i> do PA.....	154
Tabela 12 – Aplicação da marca plural no verbo relacionado à P6 tomando por base a variável sexo no <i>corpus</i> do PA.....	156
Tabela 13 – Sujeitos nulos no <i>corpus</i> do PST, tomando por base a referência semântica.....	161
Tabela 14 – Sujeitos nulos e sujeitos plenos nos dados de pesquisa.....	161
Tabela 15 – Sujeitos no PST – Pessoa do discurso.....	162
Tabela 16 – Distribuição dos dados sem marca verbal de 3ª pessoa do plural segundo tipo de verbo.....	173
Tabela 17 – Cruzamento de dados sem marca verbal de 3ª pessoa plural conforme posição do sujeito x tipo de verbo no <i>corpus</i> de PST.....	173
Tabela 18 – Distribuição dos dados com e sem marca de P6 no PST.....	174
Tabela 19 – Distribuição dos dados com e sem marca de P6 no <i>corpus</i> do PST.....	175
Tabela 20 – Aplicação da marca de P6 segundo sexo no <i>corpus</i> PST.....	176
Tabela 21 – Aplicação da marca de P6 segundo a animacidade no <i>corpus</i> do PST.....	177
Tabela 22 – Aplicação da marca de P6 segundo o paralelismo oracional no <i>corpora</i> de PST.....	178
Tabela 23 – Sujeitos nulos e sujeitos plenos nos dados escritos do PGB.....	180

Tabela 24 – Ocorrências de sujeitos nulos e sujeitos plenos a partir das referências semânticas do sujeito.....	184
Tabela 25 – Sujeitos plenos no PGB, tomando por base a pessoa do discurso.....	185
Tabela 26 – Distribuição de sujeitos de referência definida plenos e nulos da P6, a partir do <i>corpus</i> da pesquisa.....	187
Tabela 27 – Distribuição de sujeitos de referência indefinida plenos e nulos da P6, a partir do <i>corpus</i> da pesquisa.....	188
Tabela 28 – Concordância verbal com sujeitos plenos em P6 no PGB.....	191
Tabela 29 – Aplicação da marca de plural com P6 segundo a animacidade do sujeito no <i>corpus</i> do PGB.....	192
Tabela 30 – Aplicação da marca de sujeito nulo e sujeito pleno segundo animacidade do sujeito no <i>corpus</i> do PGB.....	193
Tabela 31 – Aplicação da marca de sujeito nulo e sujeito pleno segundo animacidade do sujeito no <i>corpus</i> do PA.....	193
Tabela 32 – Aplicação da marca de sujeito nulo e sujeito pleno segundo animacidade do sujeito no <i>corpus</i> do PST.....	194
Tabela 33 – Aplicação da marca de plural em P6 segundo o paralelismo oracional no <i>corpus</i> do PGB.....	194
Tabela 34 – Distribuição dos dados sem marca de plural em P6, segundo o tipo de verbo no <i>corpus</i> do PGB.....	195
Tabela 35 – Aplicação da marca de plural em P6 segundo sexo no <i>corpus</i> do PGB.....	195

LISTA DE SIGLAS

AGR Concordância
CV Concordância verbal
GU Gramática universal
L1 Primeira língua
L2 Segunda língua
LE Língua estrangeira
LM Língua materna
PA Português Angolano
PB Português Brasileiro
PE Português Europeu
PGB Português de Guiné-Bissau
PST Português de São Tomé
PSN Parâmetro do sujeito nulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 OBJETIVOS.....	24
1.1.1 Geral.....	24
1.1.2 Específicos.....	25
1.2 HIPÓTESE.....	25
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	25
2 QUADRO GERAL DO ESTUDO.....	27
2.1 PALAVRAS INICIAIS.....	27
2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	50
2.2.1 O português de Angola.....	50
2.2.2 O português de Guiné Bissau.....	55
2.2.3 O português de São Tomé.....	63
3. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	73
3.1 TEORIA GERATIVA: A BASE DA PESQUISA.....	73
3.1.1 Aquisição da linguagem sob enfoque da Teoria Gerativa.....	87
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	106
3.2.1 Métodos Utilizados.....	107
3.2.2 Coleta dos dados e população investigada.....	107
3.2.3 Constituição dos <i>corpora</i>.....	111
3.2.4 As variáveis.....	113
3.2.4.1 Variáveis dependentes.....	113
3.2.4.2 Variáveis independentes.....	117
3.3 TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS.....	130
3.4 ENQUADRAMENTO DOS FATORES: DO GERATIVISMO À SOCIOLINGUÍSTICA QUANTITATIVA.....	131
4 ENQUADRAMENTO LINGUÍSTICO DOS RESULTADOS.....	133
4.1 OCORRÊNCIA DE SUJEITOS NULOS E PLENOS EM DADOS DE ESCRITA DAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS EM ESTUDO.....	133
4.1.1 Ocorrência de sujeitos nulos e plenos PA.....	133
4.1.2 Ocorrência de sujeitos nulos e plenos PST.....	158
4.1.3 Ocorrência de sujeitos nulos e plenos PGB.....	179

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	202

1 INTRODUÇÃO

“[...] Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo
- só estava era entretida na ideia dos lugares de saída e de chegada.

O real não está na saída nem na chegada:
Ele se dispõe para gente é no meio da travessia [...]”
João Guimarães Rosa

A fascinação pela linguagem sempre fez parte da história da humanidade. A partir do momento em que o homem passou a viver em sociedade, a linguagem teve um papel fundamental, pois é o código que permite a comunicação entre todos os seres da comunidade.

Segundo Martinet (1985, p.12) explicita seus pressupostos de que “[...] a linguagem designa propriamente a faculdade de que os homens dispõem para se compreenderem por meio de signos vocais”. Em outras palavras, os seres humanos também utilizam outros meios para comunicarem, tais como: a pintura, o desenho, os símbolos, a escrita, o som, entre outros. Contudo, a linguagem humana depende do aparelho fonador, o que a condiciona prioritariamente vocal, já que existem sociedades que se comunicam sem utilizar a escrita nem a leitura. Cabe ressaltar que o lugar das línguas naturais oralizadas e as línguas de sinais que independem do aparelho fonador, no entanto estão plena interação nos contextos sociais

Nesse universo complexo da linguagem nos deparamos com o deslumbramento de como as línguas fascinam, não somente pelo incondicional deslumbramento, como também pela gama estrutural e social, quer por sua imensa heterogeneidade, quer sobretudo pelo fato de constituírem realidades históricas. No dizer de Faraco (2016, p. 05) “mudam constantemente no eixo do tempo, e estas mudanças não só se dão nem para melhor, nem para pior; elas simplesmente mudam”. De forma descritiva, Bagno (2008) acrescenta que “a língua não é um bloco compacto, homogêneo, parado no tempo e no espaço, mas sim um universo complexo, rico, dinâmico e heterogêneo” (BAGNO, 2008, p. 136). Ou seja, a língua é uma parte efetiva da linguagem que compõe um princípio individual, porém não é determinada por um único ser, e sim por um grupo social, tornando-se produto do meio e estão intimamente condicionadas às dialéticas histórico-políticas que se constituem por meio de representações do universo imaginário-ideológico das comunidades em que são faladas. Portanto, as línguas são entidades autônomas, porém estejam relacionadas a uma realidade social e heterogênea.

Daí decorre o fato de que são muitas as perspectivas pelas quais se pode investigar a história de uma língua. A mais comum tem sido a que procura descrever as mudanças dos diversos subsistemas que compõem sua organização estrutural: fonologia, sintaxe,

morfossintaxe e seu léxico.

Esse tipo de estudo histórico-linguístico costuma ser designado de história interna. É disso que procuramos explorar nesta dissertação. Preocupou-nos explorarmos um tipo possível de abordagem descritiva da língua à luz do Gerativismo Chomskyano sobre as variedades do português africano a partir do Parâmetro do sujeito nulo e a morfologia de flexão verbal.

Para Faraco (2016, p.360) a situação da língua portuguesa no mundo deve-se aos seguintes aspectos:

- (a) Ela é a língua hegemônica em apenas dois países: Portugal e Brasil;
- (b) É língua oficial de nove países: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Guiné equatorial;
- (c) É falada em comunidades de imigrantes – a chamada “diápora lusófona” – em vários lugares do mundo, dentre outros nos Estados Unidos, no Canadá, na Venezuela, na África do Sul, na França, na Alemanha, em Luxemburgo, no Japão, no Paraguai e na Austrália;
- (d) É ainda falada em pequenas comunidades remanescentes do colonialismo português na rota da Ásia, como em Goa (Índia), ou em áreas de antiga ocupação portuguesa como no norte do Uruguai.

O autor ainda afirma que em todos esses contextos, salvo Portugal e Brasil, ela é língua minoritária. Quanto às comunidades de imigrantes e das comunidades remanescentes, seu futuro é incerto. Poderá continuar sendo falada ou, em caso contrário e sob pressão das línguas majoritárias, tenderá progressivamente a desaparecer a partir da terceira geração.

No entanto, em contextos que o português é língua oficial, porém não hegemônica, prevê-se que ampliará sua presença, seja como língua materna, seja como segunda língua. Essa ampliação vai depender de vários fatores, como a própria dinâmica social, como por exemplo o aumento da urbanização e do alcance dos meios de comunicação social; políticas governamentais e do jogo dos valores sociolinguísticos que afetam o uso e o sentido social do português e das demais línguas nacionais em sociedades multiétnicas e multilíngues.

Silva, Sene e Araújo (2018), no mesmo sentido, asseveram que o português é ainda visto como a língua que representa o prestígio social e que pode atribuir um lugar mais elevado na escala social, mesmo em um país com a realidade multilíngue, como é o caso de Angola.

Multilinguismo e o Multiculturalismo no continente africano requerem menção,

mesmo que de forma muito breve, a alguns conceitos relacionados, nomeadamente a alteridade, a identidade, o pluralismo cultural, associados ao multilinguismo. Essa abordagem levará em conta a grande variedade étnica e multicultural existente na África, dada a dimensão territorial e cultural dos 54 países que a constituem.

Na África como em toda a parte, as línguas têm variações dialetais. O termo tribo, que os brasileiros conhecem de perto dos nossos índios – ele é marcado mais por significar não só uma etnia, mas um tipo de organização social. Na África dos tempos modernos e a cultura que predomina, a designação adequada é etnia.

Por certo as línguas africanas e o termo tribo inadequado constituem a diversidade do continente mais referido pelos brasileiros. As línguas aqui são frequentemente classificadas como dialetos no falso pressuposto da sua inferioridade porque quase todas elas não têm alfabeto próprio. Ao passo que o haussa usa o alfabeto árabe, por exemplo, e as da África do Sul e do Zimbábue, que têm o seu ensino fundamental em línguas nacionais, usam o alfabeto latino, usado pela língua inglesa. Todavia, com o tempo os países africanos têm adotado línguas europeias como oficiais.

Dessa forma, a presença da língua portuguesa em África resultou, em momentos distintos, na formação de línguas crioulas e de novas variedades do português nas antigas colônias portuguesas. As variedades africanas do português, em particular, começaram a consolidar-se sobretudo a partir da independência, com a democratização do português. Nas últimas décadas, não só o número de falantes do português tem vindo a aumentar em todos os espaços, como também se assiste a um ciclo de nativização desta língua em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Sendo assim, o fazer da pesquisa em Linguística vocaciona uma indagação dita, oportunamente, por Tarallo (1990): Por que escavar? Para o variacionista, a resposta seria: a) para descrever as mudanças e b) para avaliar os fatores externos e estruturais que propiciaram as mudanças. De outro modo, o gerativista procura saber que parâmetro deve ter tido seu valor alterado de tal forma que essa alteração justifique todas as mudanças superficiais (ROBERTS; KATO, 2018)

Sob esses aspectos, a datar da Conferências de Pisa, em 1981, Noam Chomsky naquela ocasião apresentou o que se configurou como um dos estudos pontuais para a teoria gerativista: o chamado parâmetro “pro-drop”, ou ainda, o parâmetro do sujeito. Desde então muito se tem discutido nas esferas acadêmicas sobre as categorias de expressão do sujeito, arrolados em dados oriundos das diversas línguas naturais no decorrer dos últimos decênios. Sendo assim, as pesquisas de Holmberg, Nayudu e Sheehnam (2009), como também de

Roberts (2016) dialogam ao postularem que não há apenas uma simples oposição binária entre línguas de sujeito nulo X línguas de sujeito pleno, mas sim uma gama de possibilidades de sistemas que vão desde a inexistência de flexão verbal e permissividade de sujeitos nulos (como o chinês, por exemplo), até línguas que não admitem nem mesmo sujeitos expletivos nulos (como o inglês). Ao passo que mais línguas vão sendo estudadas – assim como variedades dialetais de uma mesma língua – mais descritivo se torna o quadro de propriedades que se pode relacionar ao parâmetro do sujeito. Destarte, trabalhos de sintaxe comparativa entre variedades de uma mesma língua também podem trazer um novo olhar à teoria e, sobretudo, aprofundar nos mecanismos de mudança e variação que a sintaxe das línguas naturais pode sofrer ao longo de sua história.

Assim, um dos grandes desafios presentes nos países africanos de língua oficial portuguesa é justamente garantir que o estatuto de língua oficial do português não redunde no silenciamento e no desaparecimento das línguas nacionais, o que exige que ele partilhe com estas seu espaço na educação, na comunicação oficial e nos demais contextos públicos e privados. E isso pressupõe que se abandone criticamente o “jacobinismo linguístico”, ou melhor, o pressuposto de que só o monolinguismo garante unidade nacional (FARACO, 2016).

Para tanto, o *copora* da pesquisa constitui-se de redações extraídas de dados escritos provenientes de processos seletivos para ingresso de alunos oriundos de países africanos de Língua Portuguesa na UNILAB, em Redenção-CE, com entrada no período de 2013 a 2018. A Universidade de Integração Internacional da Lusofina Afro-brasileira é voltada aos países da África, sobretudo aos PALOP, mas inclui também Timor-Leste e Macau. Seu projeto político-pedagógico é ousado assim como o da Unila e o da Uniam, visando a integração internacional. No contexto a que se presta esta pesquisa, é oportuno contextualizar o referido estudo a partir das seguintes observações:

- a. Dentro do contexto de pesquisas linguísticas no Brasil há uma lacuna com relação aos estudos sobre as variantes africanas do português, sobretudo de viés gerativista;
- b. A compreensão dos estudos sócio-histórico-linguísticos centra-se em poderar acerca das diferenças entre o Português Brasileiro e o Português Europeu. Assim, com intuito de se construir um *continuum* entre essas interfaces variacionistas;
- c. Atender a demanda de estudos de natureza estrutural e ao mesmo tempo social demanda uma urgência, pois as variantes africanas do português têm sido frequentemente colocadas ao contato do Português Brasileiro, já que temos

programas de pós-graduação que vislumbram a acolhida de africanos, além do centro de referência que podemos apontar a UNILAB – CE, criada com o propósito de receber alunos oriundo de comunidades lusófonas africanas;

- d. Por fim, o pioneirismo desta pesquisa pode servir como ponto de partida para estudo e análise das variedades africanas do português em dados de escrita, uma vez que as pesquisas linguísticas centralizam seu objeto com base no recorte de entrevistas espontâneas, sobressaindo apenas a língua oral. Ressaltar a relevância de estudos com a língua escrita pode possibilitar um possível perfil da língua portuguesa na África.

Outrora o conhecimento difundido acerca das Variedades africanas do Português falado, Castilho (1994, p.3234-3236) na “Enciclopédia de Língua e Linguística” (ASHER, 2004) – não se refere a nenhuma variedade africana do português. O autor deixa crer, naquela época, na entrada sobre o português, na Enciclopédia, que não existiam diferenças entre essas variedades e o PE (que para Castilho é a norma para o português na África). Ademais, na Enciclopédia de Língua e Linguística, desconsideram-se variedades de fala, nem aos menos referidas genericamente, tais como: português angolano, português moçambicano, português guineense, português caboverdiano e o português santomense.

E ainda vale ressaltar que o conceito de lusofonia, nos últimos anos, aparece relacionado com questões de natureza geopolítica e geoestratégica. Dessa forma, não se pode deixar de concordar com as palavras de Adriano (2014, p.131):

Embora haja entidades que não acreditem no projecto da lusofonia, considerando-o ou como uma utopia, ou como uma espécie de neocolonização, nós entendemos que o termo é certamente relevante para fazer face à situação de um mundo globalizado como é o nosso. Adoptá-lo é uma forma de aproximação dos povos que falam a mesma língua, o português, que, embora com múltiplas variedades, ainda permite a intercompreensão entre estas.

Portanto, a lusofonia pode ser vista ainda como promoção da língua e de suas expressões culturais, conjunto entedido como um “sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa em todas as suas manifestações culturais e em todas as suas variantes linguísticas” (BASTOS, 2008, p.09).

Em contrapartida, fatores de organização geolinguística se deram a fim de consolidar os passos acerca das políticas linguísticas de reconhecimento futuro das variedades africanas do português, como os PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - foi criado,

em 1979, pelos governantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, após a independência da África portuguesa; a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP - em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe; e por fim, no ano de 2002, após conquistar a independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante.

No mesmo contexto da progressiva promoção do multilinguismo e da diversidade linguística, o Conselho da Europa aprovou, em 1992, a Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais (subsequente incorporada, em 2000 pela União Europeia) que define as diretrizes para a preservação das aproximadamente sessenta línguas regionais ou minoritárias do continente europeu.

Por outro lado, em 1996, com o patrocínio da UNESCO, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que baliza o necessário reconhecimento da “igualdade do estatuto de todas as línguas, sublinhando-se o papel insubstituível destas na identidade individual e coletiva das comunidades (CASANOVA, 2006, p. 139).

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa apresentam um mosaico linguístico bem expressivo. Em que além das línguas bantu, khoisan e dos crioulos apresentam o português como a língua de prestígio resultado das políticas e planejamento linguístico outorgado pelo sistema colonial, visto que a colonização portuguesa “criou, assim, um africano de tipo novo. Destribalizado, não sabendo, por vezes, falar a língua local, impelido para as estruturas organizacionais europeias e, enfim, urbanizado, o assimilado desempenha, plenamente, o seu papel de pilar da colonização” (JORGE, 2006, p.10). Consequentemente a colonização inventou um africano linguisticamente diferente de tal forma que este foi perdendo a sua própria identidade.

Este estudo insere-se no âmbito da sintaxe comparativa (RIZZI, 1988; ROBERTS, 1996; HAEGEMAN, 1997), tendo como meta comparar variedades africanas do português, a saber: o português de Angola (PA), de Guiné-Bissau (PGB) e de São Tomé e Príncipe (PSP), centrando a atenção na natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo. É notória a escassez de estudos no âmbito da sintaxe das variedades africanas do português situado, sobretudo, no campo da sintaxe comparativa. Dessa forma, a breve descrição de algumas estruturas linguísticas e a comparação com as línguas crioulas e bantu com que estas variedades estão em contato mostram que a complementaridade entre a mudança induzida por contato de línguas e a mudança interna guiada por princípios gerais da gramática devem continuar a fazer parte do programa de investigação linguística sobre as variedades africanas do português. Por fim, a variação de uma língua não se dá aleatoriamente, porque é motivada

por um conjunto de fatores linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos) e extralinguísticos (faixa etária, sexo, grau de escolaridade, país) que possibilitam a ocorrência da regra variável relacionada a um determinado fenômeno linguístico.

Dado o exposto, a presente pesquisa insere-se no âmbito da sintaxe comparativa (RIZZI, 1988; ROBERTS, 1996; HAEGEMAN, 1997), tendo como meta comparar variedades africanas do português, a saber: o português de Angola (PA), de Guiné-Bissau (PGB) e de São Tomé e Príncipe (PSP), centrando a atenção na natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo. É notória a escassez de estudos no âmbito da sintaxe das variedades africanas do português situado, sobretudo, no campo da sintaxe comparativa. Dessa forma, a breve descrição de algumas estruturas linguísticas e a comparação com as línguas crioulas e bantu com que estas variedades estão em contato mostram que a complementaridade entre a mudança induzida por contato de línguas e a mudança interna guiada por princípios gerais da gramática devem continuar a fazer parte do programa de investigação linguística sobre as variedades africanas do português. Por fim, a variação de uma língua não se dá aleatoriamente, porque é motivada por um conjunto de fatores linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos) e extralinguísticos (faixa etária, sexo, grau de escolaridade, país) que possibilitam a ocorrência da regra variável relacionada a um determinado fenômeno linguístico.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Realizar um estudo contrastivo entre variedades africanas do português (o português de Angola, de Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe), centrando a atenção na natureza da morfologia de flexão verbal e suas possíveis implicações para o Parâmetro do Sujeito Nulo, tomando por base redações produzidas por alunos africanos como requisito para seu ingresso na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Brasileira (UNILAB), localizada em Redenção, no Ceará.

1.1.2 Específicos

- Verificar, nos dados escritos de alunos africanos que ainda não ingressaram na UNILAB, o comportamento dos sujeitos nulos e plenos, tomando por base se sua distribuição ocorre nos mesmos contextos verificados no PE;
- Descrever o paradigma pronominal nominativo e de flexão verbal nos dados escritos, levando em conta os padrões de concordância encontrados em cada variedade;
- Analisar, a partir dos dados escritos, se o tipo de sistema de sujeito nulo (ROBERTS; HOLMBERG 2009) é comum a todas as variedades africanas do português, tomando por base o modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY 1981 e seguintes).

1.2 HIPÓTESE

Em linhas gerais, a hipótese norteadora desta pesquisa é que, por se tratar de falantes que ainda não possuem nível superior, é possível que, em sua escrita, encontremos maior influência de suas línguas maternas (L1) mais do que do PE, sua segunda língua (L2), no sentido de haver maior ausência de concordância verbal em decorrência de uma morfologia de flexão verbal mais fraca, o que ocasiona, conseqüentemente, maior uso de sujeitos plenos.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para a realização desta pesquisa, a dissertação encontra-se assim estruturada: a) no capítulo 1, é feita a contextualização do objeto de estudo e apresentados os objetivos e hipóteses que norteiam a análise que se embasa no Modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986 e seguintes); b) no capítulo 2, analisa-se a situação de multilinguismo em Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe tendo em mente as possíveis influências das línguas locais na aquisição do português, bem como centra-se a atenção no aspecto sintático da concordância verbal nesse contexto multilíngue, a fim de se compreender os padrões dessa concordância encontrados nos dados submetidos à análise; c) no capítulo 3, aborda-se o modelo teórico que embasa a análise dos dados; no capítulo 4, são apresentados os procedimentos metodológicos necessários à execução deste trabalho investigativo; no

capítulo 5, realizamos a análise comparativa entre o PA e o PGB, tomando por base a natureza da morfologia de flexão verbal evidenciada pelos padrões de concordância verbal encontrados, bem como o comportamento dos sujeitos nulos nessas variedades do português e, por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo, em que são sintetizados os principais resultados alcançados.

2 QUADRO GERAL DO ESTUDO

“Não há uma língua portuguesa, há línguas em português”

José Saramago

2.1 PALAVRAS INICIAIS

Ao trabalharmos com as variedades africanas do português, é imprescindível compreendermos o contexto multilíngue dos países lusófonos, variedades históricas formadas através do contato linguístico do português com diversas línguas africanas. Atualmente, a África possui 2.092 línguas faladas, número correspondente a 30% dos idiomas em todo o planeta (OLDEROGGE, 2010). Assim, o multilinguismo é característica essencial do continente. A título de visualização e detalhamento da diversidade linguística na África, apresentamos o quadro 1:

Quadro 1 – Número de línguas entre as Famílias Linguísticas

FAMÍLIAS LINGUÍSTICAS	NUMERO DE LÍNGUAS	LÍNGUAS DO GRUPO (NÚMERO DE FALANTES NATIVOS EM MILHÕES)
Níger-Congolês	1650	Bambara (3), Fula (13), Igbo (17), Mooré (11), Swahili (5), Yoruba (20), Zulu (9.1)
Afro-asiático (na África)	200-300	Arabic (180, all varieties), Amharic (20), Hausa (22), Oromo (10) Somali (5–8), Songhai (2), Tachelhit Berber (3)
Nilo-Saharaniano	80	Dinka (all groups, 1.4), Kanuri (4), Luo (3.4), Maasai (883K), Nuer (840K), (Phylum total 30)
Khoisan	30-40	Nama (140K), Sandawe (70K), Kung (8– 30K), !Xóõ (3–4K)

Fonte: Extraído de Childs (2003 apud DE PAULA & DUARTE, 2015)

As línguas na África foram (são) muitas vezes identificadas, de forma genérica, como dialetos, talvez em razão de se julgar que sejam faladas por pequenos grupos de indivíduos, por não serem escritas ou até por preconceito. É com a intenção de dissipar qualquer mal-entendido que o uso da designação “línguas” possa ainda provocar, e para que não se julgue impossível estudar esses “falares” porque eles não dispõem de escrita – são “ágrafos” – que

buscamos esclarecer logo de início, mesmo que de forma sucinta, a compreensão que se tem hoje dos conceitos *língua, dialeto, oralidade e escrita*, tendo como referência o continente africano.

Tais conceitos são abordados por Petter (2015) para fim de contextualização e alinhamento teórico quanto aos estudos linguísticos africanos. Já que o número de línguas apontadas na África não é fixo, sendo assim há línguas que estão sendo “descobertas” pela descrição em curso e outras que estão desaparecendo, em consequência de reduzido número de falantes. Assim, seguem os conceitos adotados pela autora que são caros à presente pesquisa:

- **Língua e dialeto** – forma padrão de um conjunto de variedades, idioma de uma nação, com muitos falantes - ininteligível para falantes de outras línguas - e dialetos, formas intercompreensíveis não padrão de uma língua, utilizados numa localidade, com poucos falantes – nem sempre auxiliam análise, qualquer que seja o universo linguístico estudado. Por isso, muitos autores preferem adotar, na situação africana, a designação de variedades linguísticas para referir-se a casos em que não está suficientemente clara a distinção entre língua e dialeto (PETTER, 2015, p.15 apud HEINE & NURSE, 2000, p.2). Em contrapartida, Timbane (2013, p.264) afirma que “um dialeto não é uma língua, pois esse termo traz uma sensação preconceituosa, uma sensação de inferioridade”. Portanto, todas as línguas africanas eram consideradas dialetos pela ideologia colonial, termo preconceituoso porque todas as línguas africanas têm as mesmas competências que uma outra língua qualquer, quer dizer, têm uma gramática, um léxico, uma morfologia, uma sintaxe próprias. Ademais, Bagno (2011) postula que o emprego do termo dialeto, fora dos estudos científicos, sempre tem sido carregado de preconceito racial e/ou cultural. Nesse emprego, dialeto é uma forma errada, feia, ruim, pobre ou atrasada de se falar uma língua. Também é uma maneira de distinguir as línguas dos povos civilizados, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos selvagens. Essa separação é tão poderosa que se enraizou no inconsciente da maioria das pessoas. Inclusive das que declararam fazer um trabalho politicamente correto (BAGNO, 2011, p.380).
- **Oralidade e escrita** – toda língua natural é, prioritariamente oral, enquanto

que a escrita é uma representação da língua falada. Para Petter (2015), a escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. A autora postula que a oralidade permite o que a cultura escrita não mais permite: uma inscrição direta do ato de fala no tecido relacional do grupo e da dinâmica do universo cultural e social (PETTER, 2015, p.17).

Como a língua é o lugar de cristalização de todos os instrumentos mentais ou materiais construídos pelas gerações sucessivas, podemos dizer que a experiência histórica de um povo está depositada em camadas consecutivas no próprio tecido da língua. Isso porque a fala se distancia da escrita denotando peculiar que em alguns casos se entrecruzam. Em relação a presente pesquisa, pudemos verificar questões da fala que aparecem na escrita, como por exemplo: o português de Cabo Verde que possui forte influência do crioulo que aparece na escrita no tocante a morfologia de flexão verbal. Embora o contexto da escrita apresente uma maior formalidade no uso da língua, o fato do Português oscilar entre Língua materna e segunda língua nos países lusófonos africanos sugere uma espécie de “espelhamento” na produção escrita das línguas étnicas que convivem nesse contexto de multilinguismo.

Sendo assim, o português nesses países cumprem, portanto, importantes funções políticas sociais e culturais. Todavia não é a língua nacional hegemônica como é em Portugal e no Brasil. Mais ainda: o português pode ter ali um efeito glotofágico como aponta Calvet (1974) se sua difusão não for acompanhada de políticas, a título de exemplo: a educação bilíngue (CHIMBUTANE, 2011), que respeitem e promovam a diversidade linguística e cultural de cada um desses países.

Apesar da diversidade linguística, dos 54 países que formam o continente africano, 27 possuem línguas vindas da Europa como oficiais; 18 apresentam pelo menos uma língua dos europeus entre as principais; e poucos países possuem uma presença linguística europeia praticamente nula, são eles: Argélia, Líbia, Egito, Etiópia, Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental, Somália e Tunísia. No entanto, com exceção da Etiópia, tais países possuem o árabe como uma das línguas oficiais que não é endógena ao continente africano. Isso aconteceu, pois, desde a chegada a ideia dos colonizadores era ter o controle da África de diferentes formas, uma delas seria a comunicação. Para atingir o objetivo ficou decidido que o inglês, francês, espanhol e português seriam as línguas de base. A ação causou profundas mudanças na maneira de falar dos africanos nos séculos subsequentes.

O início do domínio sobre a fala ocorreu com a Conferência de Berlim, realizada

entre 1884 e 1885, responsável pela ocupação em África pelo Reino Unido, Bélgica, França, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. Apenas Etiópia e Libéria permaneceram independentes politicamente. Foram séculos de exploração encerrados apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial, que fez surgir movimentos nacionalistas e lutas pelas independências. No entanto, como ressaltava Silva (2010) que após as independências, as línguas europeias ganharam um novo significado no continente negro, pois ao mesmo tempo em que os governos locais decidiram utilizá-las, em muitos casos a reconstruíram, mantendo no seu uso a memória das línguas originárias de África. Para ilustrar, o autor prossegue e explica que os idiomas não são tão europeus como se pode imaginar, já que com o passar do tempo sofreram muitas influências locais.

Estas influências formaram novas línguas, como o crioulo da República de Maurício e de Cabo Verde e o pidgin da Nigéria, e também novas formas de falar, utilizando as línguas locais como base e estrutura, como o português em Angola e o francês do Congo. Para explicar melhor a realidade linguística do continente, seu multilinguismo e a convivência entre línguas africanas e europeias em cada país, a pesquisadora Petter (2006) elucida que foram associadas às línguas diferentes funções e estatutos, sendo divididas em oficiais, nacionais e veiculares. Segundo a professora de Linguística da Universidade de São Paulo, a Língua Oficial é normalmente a falada na escola, no trabalho, na administração e na mídia. Em muitos países, a língua oficial é a língua europeia.

Diante dessa realidade linguística, faz-se necessário atentarmos para os seguintes conceitos acerca do que seja multilíngue e plurilíngue. Multilinguismo, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas, um contexto onde várias línguas coabitam ou coexistem – “uma sociedade multilíngue pode ser majoritariamente formada de indivíduos monolíngues que ignoram a língua do outro”, enquanto que uma sociedade plurilíngue é “composta majoritariamente de indivíduos capazes de se exprimir a diversos níveis de competência em várias línguas” (CECRL, 2000, p. 11).

No caso da escola angolana, por exemplo, no meio urbano, coexistem várias línguas, entre elas, o português – como língua oficial - e as línguas nacionais (ou línguas bantu) – Umbundu, ngangela, nyannika-humbi e suas variantes, tal inserção se deve a reforma educacional e o acréscimo do ensino dessas línguas no contexto escolar assegurado pela Lei nº 13/2001, sendo tais línguas adotadas como línguas maternas de vários alunos, mas que não encontram força de expressão, pelo menos no meio formal. Vale afirmar que, atualmente, na Guiné-Bissau, o crioulo é língua nacional, pois serve como meio que facilita a comunicação entre diferentes grupos étnicos do país. São casos raros pessoas em que não tenham

conhecimento, ao menos passivo, de crioulo, mesmo não sabendo expressá-lo corretamente. O crioulo é meio de comunicação tanto nas cidades como nas aldeias (tabancas). Entendemos, por outro modo, que o crioulo de base portuguesa é uma língua internacional, pois ela é falada em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Por este potencial internacional poderia se aproveitar mais transformando-a num potencial instrumento comunicacional mais forte (NAMONE & TIMBANE, 2017).

Desse modo, ações governamentais foram adotadas com a finalidade de coibir o uso das línguas nacionais. A título de exemplo, no ensino formal os luandenses tinham o direito de aprender até mesmo línguas estrangeiras (o inglês e o francês), todavia não tinham a oportunidade de estudar as línguas nativas. Sobretudo impor o português como língua oficial e proibir os nativos de falarem sua língua materna foi um processo da colonização portuguesa que trouxe consequências linguísticas, como podemos observar em Santos (2017): “Em Angola falar português com influência das línguas bantas, o ‘pretoguês’, era visto como uma forma de contaminação da língua” (SANTOS, 2017, p.149).

Bassani (2015) evoca dois questionamentos sobre a “ideia” de monolinguismo: Existem mesmo países monolíngues no mundo? Ou seria o monolinguismo um ideal, uma abstração política? A autora prontamente justifica que isso se dá porque muitos países classificados oficialmente como monolíngues ou conhecidos mundialmente como tal, em geral, são casos mais complexos do que parecem. Dessa forma, Indaiá Bassani nos lista dois cenários possíveis a seguir:

1. Alguns países têm somente uma língua nacional oficialmente reconhecida, mas abrigam diversas pessoas bilíngues ou multilíngues de comunidades de imigrantes que preservam o uso de suas línguas maternas;
2. Alguns países têm somente uma língua nacional oficialmente reconhecida, mas abrigam diversas comunidades indígenas que preservam suas línguas maternas, ou seja, as línguas nativas do país antes de processos de colonização.

Por outro lado, um país pode ser oficialmente reconhecido como bilíngue ou multilíngue, mas abrigar diversos cidadãos que só tem conhecimento de uma única língua e, portanto, essas pessoas são monolíngues em suas vidas diárias.

Para o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2011, p.614) a respeito do termo multilíngue: “Mul.ti.lín.gue adj.2g. que é escrito ou falado em muitas línguas”. Contudo, a definição é bastante simples, mas esconde uma realidade bem diferente. As realidades e contextos em que se formam comunidades bilíngues e multilíngues são muito complexos - social, cultural e linguisticamente. Para Romaine (2006), “[...] o bilinguismo ou

multilinguismo está presente em praticamente todos os países do mundo, seja ele oficialmente reconhecido ou não”. (ROMAINE, 2006, p. 388).

Não há dúvidas de que falar de multilinguismo significa, ainda, igualmente falar de multiculturalismo, pois a língua veicula a cultura e com ela, o modo de estar, de pensar, de agir, de raciocinar, etc. O conceito de multilinguismo não pode ser visto apenas como o caso de coexistência de línguas. Calvet (2001) alega que não existem países monolíngues. Podem existir várias formas de uma mesma língua. O autor acrescenta ainda que o plurilinguismo é a forma mais corrente e que há duas formas de o conceber: seja como fenômeno individual (um indivíduo plurilíngue, que manipula várias línguas, vive entre várias línguas, porque nasceu no seio de um casal bilíngue, ou porque viajou ou estudou muito) seja como fenômeno coletivo (uma comunidade plurilíngue, na qual coexistem várias línguas).

Fontão (2011) atesta que o plurilinguismo admite uma dimensão intercultural que, na prática, se traduz pela interação e/ou mediação sócio comunicativa. Desse modo, a educação em matéria de línguas constitui-se, sobretudo, como um espaço privilegiado de objetivos políticos consignados para a cidadania democrática.

Dessa forma,

Ao tomarmos essa definição de plurilinguismo acentua-se a concepção de que a experiência pessoal de um indivíduo, no seu contexto cultural, se expande para a sociedade em geral e, depois, para as línguas de outros povos (aprendidas na escola, na universidade) ou por experiência direta. Consequentemente, essas línguas e culturas não ficam armazenadas em compartimentos mentais rigorosamente separados. Ao contrário, constrói-se uma competência comunicativa, para a qual contribuem todo o conhecimento e toda a experiência das línguas, bem como a compreensão de como as línguas em questão se inter-relacionam e interagem (FONTÃO, 2011, p. 5).

No entanto, entre outras exceções, na África do Sul são 11 línguas consideradas oficiais; enquanto na Tanzânia e no Quênia, o suaíli divide essa função com o inglês e muitas vezes é mais utilizado do que a língua britânica. Já a Língua Nacional é, como explica Fontão (2011, p.06), “uma ou várias línguas locais escolhidas para serem descritas e normatizadas em razão de sua extensão e número de falantes, com o objetivo de serem ensinadas na escola e se tornarem uma língua oficial”. São línguas extensamente utilizadas entre familiares, amigos e na música popular. O terceiro estatuto é o da Língua Veicular, que seria uma língua nacional só que falada por sujeitos de línguas diferentes e que muitas vezes tem maior número de interlocutores do que as próprias línguas oficiais; como o wolof no Senegal, o bambará no Mali, o tswana em Botswana. A autora explica também que, fora tais divisões, encontram-se

ainda os “dialetos”, que seriam “variedades regionais”, ou seja, “formas não padrão de uma língua, utilizada em uma localidade com poucos locutores”.

Nos países africanos que têm o Português como língua oficial existem crioulos como língua materna em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Os estudos realizados sobre os crioulos mostram que existe um contínuo entre o crioulo mais superficial e o crioulo fundo (mais afastado da compreensão de quem fala português) e que, em certas circunstâncias, se nota um processo de descrioulização enquanto que, por razões e em circunstâncias opostas, se reconhece uma recrioulização (cf. MATEUS, 2002; PRINCE, 2003; BORGES, 2015; CARVALHO, 2016; FREITAS, 2016; BANDEIRA, 2017).

Notamos ainda, como se trata de um fenômeno sociolinguístico, a criouliização é consequência de um determinado tipo de compromisso alcançado por grupos pertencentes a comunidades de fala não somente diferentes, mas econômica, social e politicamente desiguais — o que pressupõe uma interdependência e um relativo equilíbrio de forças entre as partes envolvidas. Ela implica mudanças linguísticas, fluxos lexicais, trocas e empréstimos, mas não é um mero sincretismo ou mistura de elementos da linguagem, não é uma língua misturada e desestruturada, de acordo com estudos sobre tal conceituação. Assim sendo, Trajano Filho (2003, p.03) postula que a criouliização “é uma nova língua, cuja estrutura é mais complexa do que o pidgin que deu origem a ela (o léxico é expandido, a sintaxe complexificada com o surgimento de artigos, preposições, partículas marcadoras de tempo, aspecto e modo verbal)”. Isso se deve juntamente com as mudanças linguísticas que resultam numa língua crioula, a criouliização também implica invariavelmente um processo de mudança cultural resultante de um intrincado fluxo de valores, práticas, saberes, crenças e símbolos que dão luz a uma entidade social terceira: uma unidade internamente heterogênea que emerge do compromisso social e linguístico alcançado pelas sociedades que participaram do encontro original. Enquanto que Rocha e Nascimento (2018) asseveram que os estudos sugerem a relação entre a colonização de terras, o multilinguismo e a crioulogênese. Na era colonial, o convívio entre colonizadores e subjugados e a diversidade linguístico-cultural em um mesmo território compunham uma realidade heterogênea prejudicial para a eleição de um falar oficial. Ao idioma dos europeus (variedade de superstrato ou dominante) costumava-se atribuir um maior prestígio. Representando um alvo de difícil acesso, ele coexistia com as línguas nativas mutuamente ininteligíveis dos povos dominados (variedades marginalizadas ou de substrato), e da necessidade de comunicação imediata surgia um vernáculo, que migrava de segunda língua para primeira, ao se efetivar como língua materna das gerações descendentes.

Das interações intensas entre portugueses e escravos africanos, nasce um ambiente

“propício à criouliização” tal como descreve Tjerk Hagemeijer (2009, p. 2). Emerge uma necessidade premente de comunicação que implica uma aproximação, por parte dos escravos, ao código linguístico utilizado pelos povoadores portugueses (GONÇALVES, 2016). O termo “crioulo”, na sua aceção linguística, designa a língua resultante da fusão entre línguas europeias, as lexificadoras ou de superstrato, e as africanas, também chamadas línguas de substrato. Num primeiro momento, surge um pidgin, ou seja, um sistema linguístico rudimentar, uma linguagem subsidiária de recurso, extremamente simplificada, capaz de assegurar a comunicação mais básica entre as duas partes (GONÇALVES & HAGEMEIJER, 2015). Trata-se de um registo linguístico que se foi complexificando à medida que os seus utilizadores iam experimentando a combinação de estruturas gramaticais e de uma base lexical até então desconhecidas.

Na realização dessa nova forma de comunicar, o recurso sistemático às suas línguas maternas seria, certamente, uma mais-valia para facilitar a fluência do discurso. Hagemeijer explica o processo de criouliização de forma bastante esclarecedora:

No caso da criouliização, a necessidade de falantes de diferentes línguas criarem uma plataforma de comunicação comum resulta na emergência de um código L2 que é nativizado. Na maioria dos casos, trata-se de um processo relativamente rápido em que as línguas ancestrais são gradualmente abandonadas em favor da nova língua (HAGEMEIJER, 2016, p. 2).

Por outro lado, a Transmissão Linguística Irregular (TLI) apresenta condições para que outros conceitos se constituam. Sendo assim, a formulação do conceito de TLI projeta, há quase vinte anos, “estender o escopo das mudanças que afetam a estrutura gramatical da língua em situação de contato massivo, para além da pidginização e da criouliização típicas” (LUCCHESI, 2015, p.95). Desta forma, Lucchesi (2015) propõe-nos uma concepção atenta desses conceitos, quando assevera que:

[...] as situações mais radicais de contato linguístico maciço e abrupto dão ensejo à formação, em curto período de tempo, de uma língua nova, distinta em sua estrutura gramatical de todas as outras que concorreram para sua formação (língua pidgin ou língua crioula), não obstante seu léxico seja majoritariamente proveniente de apenas uma das línguas em contato e alguns mecanismos de sua gramática possam ter sido transferidos da gramática das outras línguas [...] Nesta perspectiva, o processo de formação de uma variedade linguística em situação de contato é concebido como variável em seus resultados, em função da gradação nos valores de certas variáveis sociais que o estruturam, de modo que seu resultado não pode ser um pidgin ou um crioulo, mas apenas uma variedade da língua que prevalece na situação de contato. (LUCCHESI, 2015, p. 95)

Como pontua o autor, o processo de transmissão linguística irregular traz seus reflexos

na fala popular, já que desencadeia em processos significativos de variação e mudança nas variantes transplantadas que apresentam traços do crioulo, todavia podem chegar a constituir variedades linguísticas independentes de sua língua alvo. Lucchesi (2015) alega que todo contato entre línguas ocorre a perda de morfologia flexional e de regras de Concordância nominal e verbal. Em contextos de criouliização, tal perda pode ser total, enquanto que nos casos de transmissão linguística irregular podem ser mais brandos, porém o quadro de variação pode apresentar maior ou menor intensidade. Estudos sobre tais fenômenos têm ganhado interesse nos centros universitários brasileiros devido a construção de um possível retrato da formação histórica da realidade linguística no Brasil.

De certo, a predominância da transmissão linguística irregular de tipo leve e a não predominância de situações de criouliização típica devem-se a duas questões pontuadas por Lucchesi (2015), a saber:

[...] o primeiro grande fator a inibir uma criouliização generalizada do português no Brasil teria sido a proporção de falantes da língua dominante. [...] a população branca no Brasil nunca foi superior a 30%, crescendo significativamente no século XIX, quando chegou quase à metade do total. Esse quadro está bastante distante das situações prototípicas de criouliização, como as do Caribe. No Haiti e na Jamaica, a proporção de brancos sempre foi inferior a 10% durante praticamente todo o período da colonização, e o nível de miscigenação entre brancos e negros foi muito mais baixo do que o observado no Brasil. Portanto, de um modo geral, o acesso aos modelos da língua-alvo no Brasil sempre foi maior do que o que se observa na criouliização. O segundo fator que inibiu a criouliização no Brasil foi a possibilidade de inserção do escravo na sociedade branca, particularmente no caso do escravo nascido no Brasil, o chamado crioulo. (LUCCHESI, 2015, p. 103)

De outra forma, há considerar que uma classificação rigorosa das línguas africanas requer procedimentos que demonstrem que as formas, o vocabulário e as estruturas linguísticas propostas como elementos de comparação são não apenas representativos, mas fazem parte do patrimônio original das línguas comparadas. A semelhança não deve ser, portanto, resultado de empréstimos ou de contatos antigos ou recentes (KI-ZERBO, 2010)

Para melhor compreensão do panorama linguístico na África, o mapa 1 de distribuição linguística (ferramenta fundamental para contextualização desta pesquisa) é a imagem fiel da representação dos grupos linguísticos da circunscrição e da extensão regional das línguas nacionais convencionadas pelo quantitativo de variações conforme o tronco linguístico ao qual se refere:

variações, subdividas em sete bases: a inglesa (31) e seu desdobramento kilo (04), a Congo (02), a Árabe (03), a Francesa (12), Ngbandi (02), Swahli (01) e a Portuguesa (13). Ainda, encontra-se as línguas da base Nilo-saariano, que conta com 204 dialetos, subdividido em: Songai (08), Sudanês-central (65), Kamuz (06), Maban (09), Berta (01), Fur (03), Kunama (não há registro), Sudanês-Meridional (05) e Saariano (09). De forma ascendente, encontra-se a língua africana de base afro-asiática (375), como: Chádico (195), Semítica (77), Berbere (26), Omótica (28), Cusítica (47) e Egípcia (1), esta última extinta. À esquerda do centro do mapa, encontra-se o maior número de línguas sendo de base “Néger-congo”, que conta com o registro de 1514 variações, sendo decomposto em 5 sub-bases: Atlântico Congo (1418) e seus desdobramento “Atlântica” (64), Ijóide (10), Volta-congo (1344), Cordofá (24) e Mandé (71). Assim, dando continuação à compreensão do mapa 01, constata-se a base “Benue Congo” com o total de 961 línguas, ramificam-se em: Kwa (80), Kru (39), Dagon (10), Bantóide (681), Bantu (513), Norte (254), Gur (96) e Adamaya Ubangi (158). Já as línguas de base “Cóisán” computam o geral de 27 línguas, distribuídas em dois grupos; o primeiro Sandawe (não há registros) e segundo o Sul-africano com o quantitativo de 25 línguas. Esta base, por sua vez, se subdivide em duas: sendo uma a Central com 13 línguas, ramificadas em “Xoe” (08) e “Nama” (03); enquanto que a outra “Sul” conta com 06 línguas, combinadas em “Hua” com 02 línguas e “Kiwi”, 04 línguas.

Aponta-se ainda que há a necessidade de compreensão desse mosaico linguístico africano na composição das diversas línguas faladas e escritas. Dessa forma, não se pode negar que a África é riquíssima de línguas culturais. Já que se falam no continente mais de mil idiomas. Mas de dois mil, segundo alguns estudiosos (cf. CASTRO, 1983;1998; MAHO, 2003; PETTER, 2011; LIMA E CARMO, 2014; BORGES, 2015). Algumas dessas línguas, como o hauçá e o suaíli, são faladas por dezenas de milhões de pessoas e numa área geográfica bem extensa. Outra por uns poucos milhares. Numa área onde predomina determinado idioma, pode haver pequenos bolsões de outro. Ou de outros. Muitas vezes dois grupos vizinhos se expressam em línguas inteiramente diferentes. E podem ter valores e maneiras de viver também distintos. Ou ainda, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes.

Geralmente as línguas africanas são agrupadas em quatro famílias: 1- A família afro-asiática; 2- Niegro-Kordofiana; 3- Nilo-Saariana; 4- Pretende abranger os povos não negróides – os pigmeus e os do grupo Cóisán (khoi-Khoi e san, mais conhecidos como bosquímanos e hotentotes).

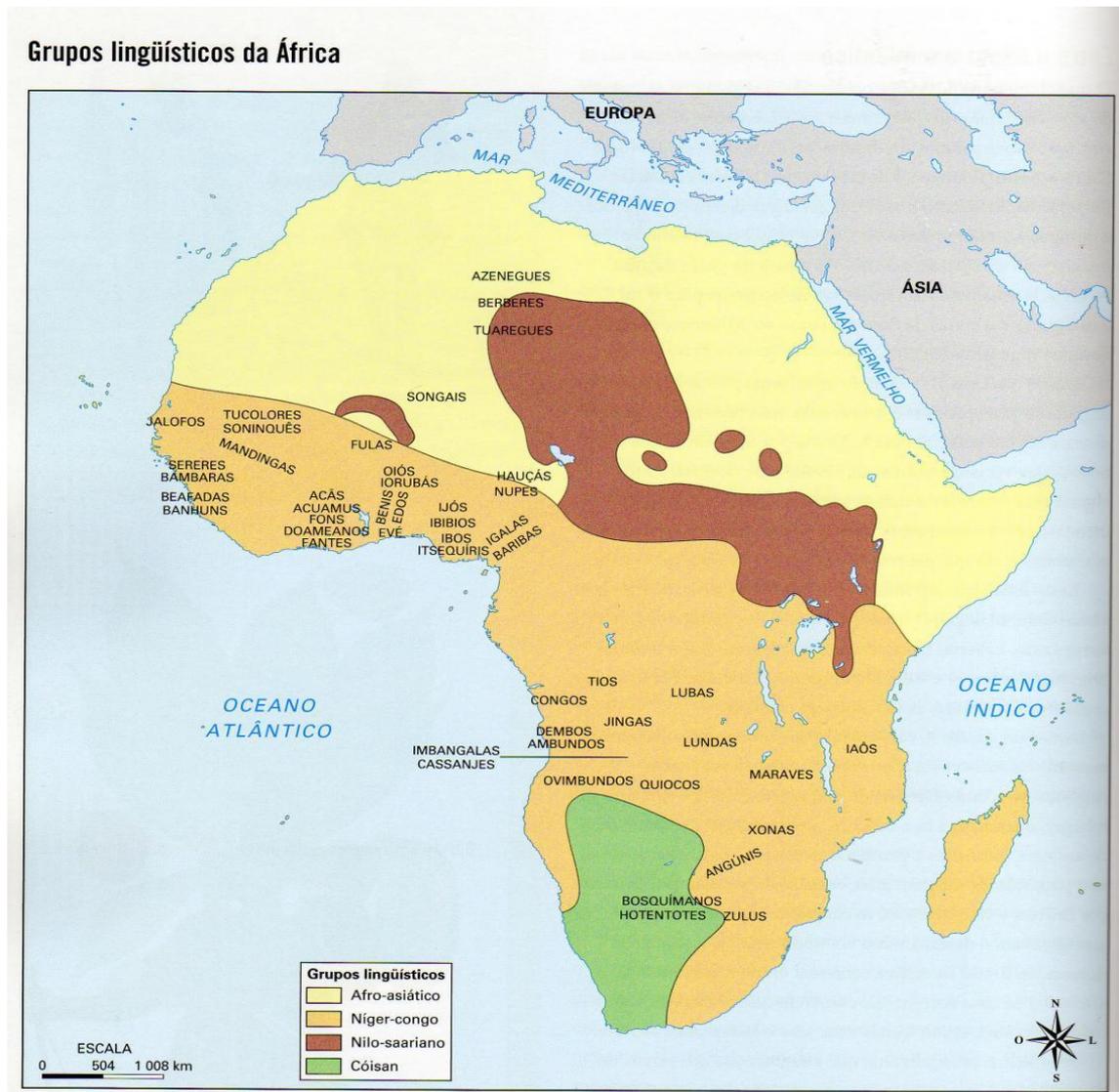
Apesar de quase todos os países incorporarem um grande número de grupos falantes de diversas línguas, como é o caso da África, em muitos casos, apenas uma ou duas línguas

são reconhecidas como oficiais. O fato de serem reconhecidas como oficiais implica que serão línguas ensinadas na escola, nas instituições oficiais e nas instituições legitimadoras, como a mídia. Isso porque, no geral, os grupos politicamente mais poderosos de qualquer sociedade conseguem impor suas línguas aos grupos menos poderosos. Convencionou-se chamar de minorias linguísticas os grupos menos poderosos.

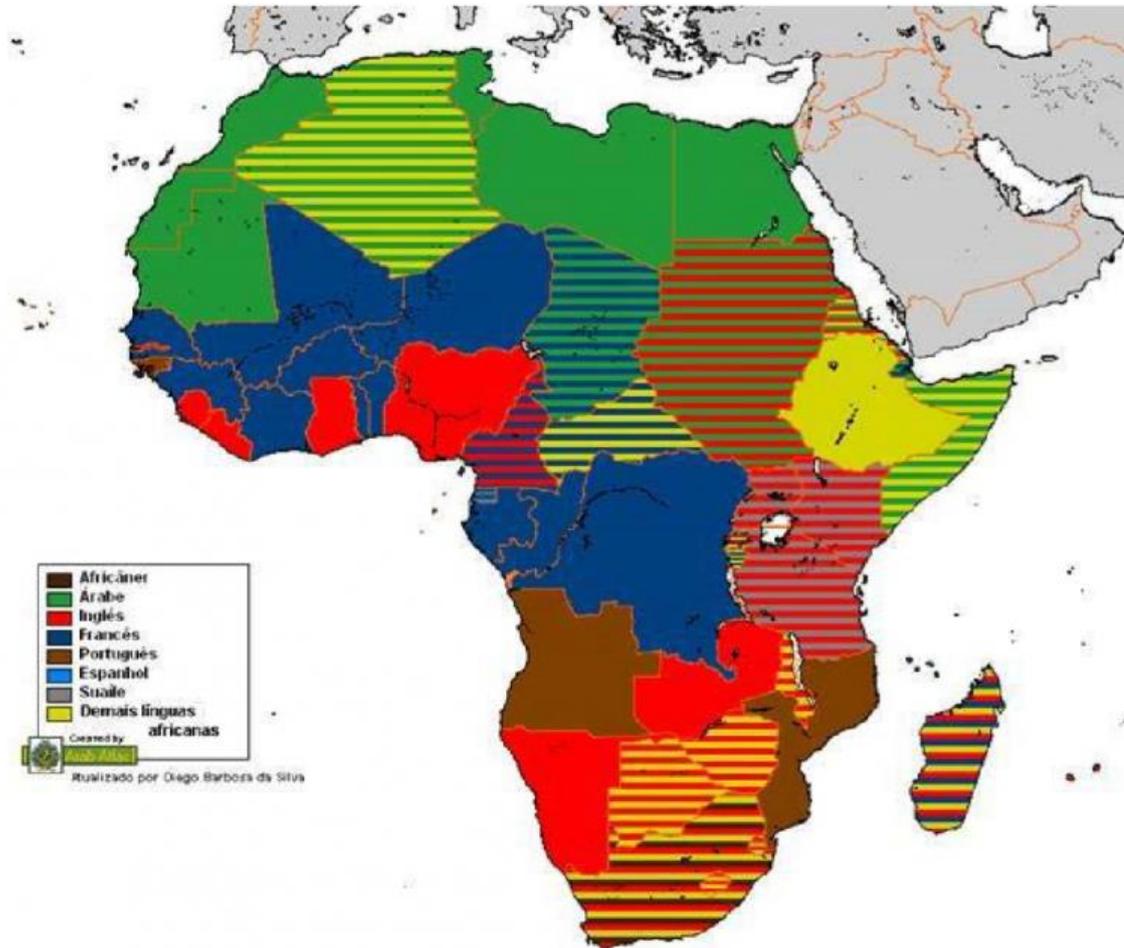
No que diz respeito ao uso do termo minorias linguísticas como comunidades linguísticas em um estado-nação, os estudiosos classificam dois tipos de configuração populacional: as que são indígenas, também chamadas de autóctones, e as não-indígenas, que são aquelas formadas por imigrantes ou migrantes.

O mapa abaixo mostra os Grupos Linguísticos da África atualmente:

Mapa 2 – Grupos Linguísticos da África



Fonte: Extraído de Melo e Souza (2013)

Mapa 3 – As Línguas Oficiais dos Países Africanos**Mapa: As línguas oficiais dos países africanos**

Fonte: Extraído de Silva (2010)

Vale referirmos que o plurilinguismo africano é constituído por três categorias de línguas oficiais (línguas ex-coloniais, nacionais (línguas dominantes) e nacionais minoritárias). A saber nos estudos de Inverno (2017), Benvindo (2016), Gomes (2014), Brito (2014) e Mudiambo (2013) ofertam larga discussão acerca do contexto plurilinguístico da África no que concerne as categorias de línguas oficiais e nacionais presentes no continente. Isso se deve a convivência entre essas línguas, que ora se legitimam pelo viés cultural, ora pela tradição do colonizador, como já visto anteriormente.

As línguas oficiais não africanas são as de maior prestígio e poder, já que possuem funções utilitárias, como o uso na administração e no sistema educacional. A relação que se observa entre as línguas veiculares e minoritárias reproduz de certo modo essa mesma relação de prestígio e poder. A promoção de algumas línguas veiculares dominantes ao papel de língua nacional e oficial, por exemplo: o suali no Quênia e na Tanzânia, o amárrico na

Etiópia, o setsuana no Botsuan, pode ressaltar a valorização do *status* e prestígio da língua africana dominante, no entanto traz como consequência maior a desvalorização das demais línguas locais, em especial, as minoritárias. A situação é bastante comum, a ponto de se chegar a assegurar que não são as línguas europeias (confinadas principalmente ao uso das elites), já que as línguas africanas dominantes em pequenas áreas não possuem poder, isso resulta numa ameaça iminente quanto a continuidade das línguas locais. De fato, são as línguas dominantes majoritárias em grandes áreas, por serem apoiadas por políticas linguísticas que comprometem a vitalidade das línguas do continente africano (PETTER, 2015).

Na Tabela 1, apontamos o contexto linguístico africano dos países lusófonos, além das línguas étnicas mais faladas e a língua oficial. Com isso, torna-se possível a compreensão indispensável para se pensar o reflexo do Multilinguismo e como a linguística de contato pode revelar determinados fenômenos linguísticos. Vejamos:

Tabela 1 – Língua(s) mais usada(s) e língua oficial em cinco países africanos lusófonos

PAÍS	LÍNGUA MAIS FALADA	LÍNGUA OFICIAL
Angola	Línguas do grupo bantu (família benue-congo ocidental): a) <i>um-bundo</i> (língua materna falada por cerca de um terço dos angolanos - 22,96%); b) <i>kimbundo</i> (língua falada pela quarta parte da população – 7,82%) ; c) <i>kikongo</i> (8,24%); d) <i>côkwe</i> (6.54%), e) <i>ganguela</i> (3,11%) e f) <i>cuanhama</i> (2,26%).	<i>Português</i> L1 ou L2, falada por 71% dos angolanos
Moçambique	Línguas do grupo bantu (família benue-congo): a) <i>macua (emakhu-wa)</i> (LM falada por 26,3%); b) <i>changana</i> (LM falada por 11,4%) e c) <i>elom-we</i> (língua materna falada por 7,9%) ⁸ .	Português cerca de 50% falam português (10,7% dos falantes consideram-no língua materna e 39,7%, co - mo L2 (GONÇALVES, 2015)
Cabo Verde	Língua materna: crioulo caboverdiano (quase todos os cabo-verdianos falam-na (926.078 falantes)	Português 87% falam português
São Tomé e Príncipe	Línguas crioulas: a) santomé/ forro (língua de São Tomé): 72,4% (maiores de cinco anos)(HAGEMEIJER, 2009)11; b) angolar (língua dos Angolares): 5,3% da população (LORENZINO, 1996) e c) lung'ie (língua do Príncipe): 2,4 % (mais de cinco anos de idade) (HAGEMEIJER,2009).	<i>Português</i> 98,4% falam português
Guiné-Bissau	crioulo guineense (língua materna falada por cerca de 80% da população) (OLIVEIRA; BAIO; INJAI, 2013)	Português Cerca de 13% da população usam-na como língua segunda ou terceira (COUTO; EMBALÓ, 2010)

Fonte: adaptada de Tavares Silva; Carvalho; Ziober (2017, p.94-95)

Na tabela 1 aparecem os dados que fortalecem a ideia de complexidade linguística presentes no continente africano. Tendo em vista que a língua portuguesa chegou aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) pelo advento da colonização, entrando em contato com línguas do grande tronco linguístico Níger-Congo. Desse tronco linguístico, encontram-se línguas faladas em Guiné-Bissau que são do grupo mande como o Balanta, o Manjaco, o Pepel, o Mandinka, entre outros. Ao mesmo tempo em que se subdivide em duas variantes, Níger-Congo agrupa línguas faladas em Angola e Moçambique que são essencialmente línguas do grupo banto. Como exemplo, temos: o Kimbundu, o Umbundu, o Kicongo, o Chokuê etc, em Angola; o Changana, o Kisuaíli, o Nyanja, o Zulu, entre outros, em Moçambique. Do contato do português com as línguas africanas, surgiram as línguas crioulas de base lexical portuguesa faladas em algumas ilhas, a saber: Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. No caso da Guiné-Bissau, em particular, o português é pouco falado em relação ao crioulo caboverdiano, dessemelhante do que se verifica em São Tomé e Príncipe (GONÇALVES, 2012), já que Hagemeijer (2009) afirma ser o “único país da África de língua portuguesa onde a maioria da população tem actualmente o Português como primeira língua, havendo assim condição para a emergência de uma nova variedade” (HAGEMEIJER, 2009, p.19-20).

Para Hgemeijer (2016), a caracterização histórica e sociolinguística da África apresenta duas situações distintas, a saber:

A primeira situação verifica-se em Cabo Verde, onde o crioulo cabo-verdiano é a língua materna exclusiva da população, e na Guiné-Bissau, onde o crioulo guineense reparte o estatuto de língua materna com cerca de 20 línguas africanas pertencentes às famílias atlântica (e.g. balanta, fula, papel e manjaco) e mande (e.g. mandinga), do Níger-Congo (Couto 2009). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau relativos a 2009, o português é falado por 27,1% da população e o O português em contacto em África crioulo por 90,4% da população, subentendendo-se que estas percentagens abrangem tanto falantes L1 como L2. Em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, os crioulos desempenham o papel de língua de unidade nacional. A segunda situação caracteriza o contexto linguístico de Angola, Moçambique e S.Tomé e Príncipe, onde o número de falantes L1 e L2 do português tem vindo a crescer rapidamente e onde esta língua desempenha o papel de língua de unidade nacional. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, obtidos no Censo de 2014, num universo de aproximadamente 25,7 milhões de angolanos 71,15% falam português, um número que supera largamente as percentagens das línguas bantu mais faladas, o umbundo, o quicongo e o quimbundo, com percentagens de falantes de, respetivamente, 22,96%, 8,24% e 7,82%. Em relação a Moçambique, o censo moçambicano relativo a 2007 mostra que 10,7% da população falava o português como língua materna e 39,7% como língua não materna (e.g. Gonçalves 2012). De acordo com o mesmo censo, o português é hoje a segunda língua materna mais falada de Moçambique, ficando apenas atrás do macua (falado como L1 por 25,2% da população). No censo anterior, de 1997, no entanto, havia mais três línguas bantu que apresentavam mais falantes L1 do que o português (changana, lomue e sena). Em S. Tomé e Príncipe, o

censo de 2011 indica uma percentagem de cerca de 91% de falantes do português, sem distinção entre falantes nativos e não nativos. De acordo com o mesmo censo, o forro, o crioulo maioritário em S. Tomé, era falado, em 2011, apenas por uns 33% da população, corroborando o papel dominante do português neste país. (HAGEMEIJER, 2016, p.45-46)

Além disso, Lucchesi e Baxter (2009, p. 112) asseveram que, quando o processo TLI resulta numa língua crioula, há uma tendência de a estrutura gramatical passar por uma organização em que se observam os seguintes fatores:

- (i) focalização do constituinte através do seu deslocamento para o início da oração;
- (ii) sistema de artigos baseado na distinção entre os níveis de referencialidade ‘específico/não-específico’, marcados, respectivamente, pela presença/ausência do artigo;
- (iii) sistema analítico, em que partículas independentes marcam as categorias verbais de tempo, modo e aspecto;
- (iv) orações relativas com cópia pronominal;
- (v) estruturas de negação dupla;
- (vi) uso de um mesmo verbo para indicar ‘posse’ e ‘existência’;
- (vii) ausência de cópula em predicados que envolvem adjetivos;
- (viii) uso de adjetivos que funcionam como verbos;
- (ix) ordem invariável para as orações afirmativas, imperativas e interrogativas;
- (x) forma bimorfêmica analítica assumida pelas palavras interrogativas;
- (xi) escassez de construções passivas.

Quando, porém, a referida transmissão de tipo leve acontece, resultando numa variedade da língua lexificadora, observamos as seguintes características:

- (i) eliminação de certos dispositivos gramaticais mais abstratos e de uso restrito da língua alvo;
- (ii) recomposição da estrutura gramatical da língua alvo, eliminando a variação ou reduzindo-a a uma pequena escala;
- (iii) manutenção da variação no esquema presença/ausência do dispositivo gramatical da língua alvo;
- (iv) alteração nas frequências de uso relativamente à marcação de determinados parâmetros sintáticos;
- (v) manutenção da variação no uso do dispositivo gramatical dentro de um esquema de variável ternária – com a variante da língua alvo, uma variante oriunda de um processo original de reestruturação da gramática e a variante zero. (LUCCHESI e BAXTER, 2009, p.

112).

Dessa forma, as variedades africanas do português revelam influências diretas do social sobre o linguístico, fazendo com que se descortine na constituição do português angolano, cabo-verdiano, guineense, moçambicano e santomenses não apenas o seu caráter heterogêneo e variável, mas também polarizado.

Na verdade, para traçar a história da presença da Língua Portuguesa na África, não é preciso retornar ao tempo dos descobrimentos. Perpétua Gonçalves utiliza do seguinte argumento de que:

[...] mesmo admitindo que o início do processo de implantação [do Português] em África data de há cerca de cem anos, este período relativamente longo, não pode ser tomado como um continuum homogêneo [...] visto que as independências nacionais representam uma quase ruptura na dinâmica que esta língua tinha nos países africanos no período colonial” (GONÇALVES, 2004, p. 18)

Até às independências dos países africanos de língua oficial portuguesa (1975), o português era essencialmente uma L2 pouco falada por grande parte das respectivas populações. Esta situação veio a alterar-se bastante nas últimas décadas e atualmente pode fazer-se a distinção entre países onde o português não constitui a língua materna da população e países onde o português apresenta um crescente número de falantes nativos (HAGEMEIJER, 2017).

Observando o Quadro 2, notamos que a República Democrática de São Tomé e Príncipe é que apresenta taxas baixas de analfabetismo. Essa taxa se justifica pelo número de habitantes que é muito reduzido. Os demais países apresentam taxas elevadas. Os casos mais expressivos são de Moçambique e Guiné-Bissau em que as taxas de analfabetismo se aproximam a 50%, quer dizer, metade da população ainda não está alfabetizada.

Assim sendo, é importante mostrar que a implementação do português como língua oficial foi regida pela Constituição de cada um dos países. Observando a Constituição de cada um dos PALOP nota-se o interesse pela promoção da língua oficial, e pouco se faz menção do destino das diversas LB, do khoisan e dos crioulos falados pelos cidadãos residentes no espaço PALOP. Esse aspecto das línguas banto se junta às elevadas taxas de analfabetismo que ocorrem nesses (TIMBANE; QUEBI; ABDULA, 2014, p.183), à exceção de vejamos:

Quadro 2 – Taxa de analfabetismo nos PALOP

	Moçambique (2007)	Angola (2012)	Guiné- Bissau (2009)	Cabo Verde (2010)	São Tomé e Príncipe (2012)
L Í N G U A S	kimwani, cisena shimakonde, ciyaawo, cindau emalhuwa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cibalke, ciwute, comanyika, ciwute, gitonga, cicopi, xichangana, xirhonga, xiswati, zulu	kimbundu, kikongo, tchokwé, nganguela, umbundu, ndonga, oshiwambo, nyaneka, héhéro, Khoisan	crioulo, balanta, mandinga, papel, fula, mancanha, felúpe, bijagó, manjaco	Kabuv er- diano	santomense ou forro (base da língua kwa): Príncipeense ou lunguyè, angolar, anobonense ou fa d'ambu
Total da População (2010)	22.416.881 hab.	17.429.637 hab.	1.515.224 hab.	494.040 hab.	163.784 hab.

Fontes: Ngunga e Faquir (2011); Pereira (2006); Kukanda (2000), CPLP (2013), Abdula (2003).

Podemos afirmar que o Brasil é um país plurilíngue. Sua língua oficial é o português, no entanto essa convive com mais de 200 idiomas, sendo que, aproximadamente, 180 são provenientes de comunidades indígenas e cerca de 30 são faladas em comunidades imigrantes (SAVEDRA, 2010). Ainda, de acordo com Cavet (2007), no Brasil, a implantação da primeira Política Linguística para o país é ordenada dos gabinetes portugueses em Lisboa, mais especificamente, pelo Marquês de Pombal quando, por desentendimentos políticos com os Jesuítas e ignorando a imensa população que, no Brasil, falava a Língua Geral, proibiu-a de ser usada, implantando a Língua Portuguesa como única para o Brasil-colônia.

No caso do português, língua em questão nesta pesquisa, o círculo interno corresponde a Portugal e Brasil, o círculo externo aos países em que é língua oficial, no entanto não majoritária como L1; e o círculo em expansão, aos países que reconhecem a relevância internacional do português e o ensinam como língua estrangeira.

Em contrapartida, nos países em que o português é língua oficial, porém não hegemônica, já que funciona basicamente como L2; há um crescimento no número de falantes que tem como L2, contudo há também um crescimento daqueles segmentos populacionais como que, nesses contextos, embora minoritários, a têm como L1.

Para o objetivo que estabelecemos neste trabalho, apresentamos adiante, algumas conclusões a que chegaram estudiosos que analisaram as consequências do contato entre línguas na estrutura da língua portuguesa em Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe. Mas, antes disso, faremos uma breve exposição sobre algumas pesquisas sobre a referida

temática.

Quanto a diversidade linguística com que convive a variedade do português em países africanos, Okoudowa (2015) aponta dois casos referentes à convivência das línguas bantas em Angola:

- O primeiro caso é o da convivência das línguas nos sujeitos falantes. Isto é, raramente se encontra africanos monoglotas. O sujeito pode até não falar uma outra língua além da sua língua materna. Mas, geralmente, entende alguma coisa da língua oficial ou a do vizinho, já que convivem e circulam no mesmo espaço ou território.
- Já no segundo caso é o da convivência, da realidade fora do sujeito. Isto é, na sociedade. As sociedades africanas são multilíngues. Ou seja, além das línguas nativas, há as línguas européias trazidas pelos colonizadores. O que gera uma troca muito dinâmica. No caso de Angola, dessas 10 línguas, a que mais contribuiu com empréstimos na língua oficial é o Kimbundu, língua banta do grupo H. (OKOUDOWA, 2015, p.13)

Contudo, a língua oficial e de escolarização em Angola é o português, no entanto, coexistem no território diversas línguas nacionais de raiz bantu (Bakongo, Ambundo, Lunda-Quioco, Ovimbundu, Ganguela, Nhaneka-Humbe, Ovambo, Herero e Okavambo) e de raiz não bantu. (Koishan) (ZAU, 2002, p. 38-39), o que traduz a diversidade sociolinguística e cultural do país (STEAD & RORISON, 2011).

A título de ilustração Gomes (2014) problematiza a questão das línguas nacionais no contexto de alfabetização, uma vez que

com a aprovação dos alfabetizados e das normas de transcrição das seis línguas, Angola começava um processo de planificação linguística, abrindo, assim, a possibilidade de políticas linguísticas regionais, já que as línguas cujos alfabetizados foram aprovados eram de circunscrições regionais. As línguas com alfabetizados aprovados pelo Estado inseridas no Sistema de Ensino, mas essa inserção precisa de um instrumento legal que possa conferir às referidas línguas um posicionamento social, ou seja, a definição do estatuto dessas línguas. Ao serem inseridas, serão avaliadas em que categoria? Línguas nacionais, línguas co-oficiais? (GOMES, 2014, p. 60).

No tocante à Guiné Bissau, embora a língua portuguesa seja língua oficial e de ensino, ela é língua materna de cerca de 5% da população e falada por 10%, sendo que a maioria dos habitantes fala uma ou mais das cerca de 20 línguas nacionais, incluindo o crioulo (BENSON, 2010; MONTEIRO, 2005). Das 20 línguas nacionais as mais faladas/representativas são o Balanta, o Fula, o Mandinga e o Manjaco. O crioulo é

considerado língua franca, falada por 38% dos habitantes.

Enquanto que São Tomé e Príncipe, tendo em conta os dados apresentados pelo INE (2012), mais de metade da população vive em situação de pobreza, sendo que 12% da população com mais de 15 anos não sabe ler nem escrever. Ainda que o indicador de cuidados de saúde represente que cada médico tenha que responder às necessidades de cerca de 2300 habitantes, a esperança média de vida é de 69 anos. A idade correspondente à esperança média de vida confirma uma tendência crescente desde há 10 anos, sendo que em 2004, a esperança média era de 64 anos. A subnutrição ainda é uma realidade para 5% da população. A taxa de desemprego juvenil representa perto de um quarto da população com idades compreendidas entre 15 e 24 anos, o que terá à partida um grande impacto na economia do país.

Do ponto de vista linguístico, apesar do espaço geográfico limitado e do reduzido número de habitantes, as ilhas de São Tomé e Príncipe são autênticas ilhas de Babel. Além da língua oficial, o português, com maior ou menor variação local, são igualmente faladas três línguas crioulas autóctones, designadamente o Santomé (língua de São Tomé) e o Angolar (língua dos Angolares), ambos falados na ilha de São Tomé¹, e o Lung'ie (língua da ilha), falado na ilha do Príncipe, bem como o crioulo de Cabo Verde, o português dos Tongas e resquícios de línguas do grupo Bantu (HAGEMEIJER, 2009).

Historicamente, nos seus estudos etnográficos, trabalhando entre Guiné e Cabo Verde, Carreira (1984), etnógrafo e historiador, refere-se ao nascimento dessa língua híbrida “[...] o crioulo, essa importante língua de comunicação verbal falada nas ilhas de Cabo Verde, na Guiné e nas Caraíbas” (Carta de António Carreira a Victor de Sá Machado, em

¹ A situação do português em São Tomé e Príncipe é complexa, como é complexa a situação linguística neste país. Começamos por apontar as línguas crioulas:

(a). Línguas Crioulas Faladas no País – cf. Antunes (2007, p.56,57); Santos e Silveira (2012, p.79):

1. Sãotomeense (ou Forro); 2. Principense (ou Lung'ie); 3. Angolar (ou Lungwa Angola); 4. Caboverdiano (ou Crioulo de Cabo Verde)

(b) Variedades de Português Atestadas no País

A situação do português falado em São Tomé pode ser, até então, descrita em quatro variedades:

1. português dos tongas – português com substrato Níger-Congo (ver Figueiredo 2010, p. 31).

OBS: segundo o Professor Gabriel Antunes, em comunicação pessoal, o português dos tongas não é mais falado no país.

2. português de Almojarife – português com substrato crioulo (santomeense) (ver Figueiredo 2010: 59)

3. português vernacular de São Tomé (PVS) – que se contrapõe ao português normatizado (europeizado) das escolas (cf. SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 70; Figueiredo, 2010, pp. 108-112)

4. português falado pelos caboverdianos

5. português falado na ilha de Príncipe – [...] Baxter (2002, 2004, 2009), para o português dos tongas [...] Figueiredo (2008, 2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2012), para o português reestruturado da comunidade crioula e bilíngue [...] de Almojarife [...] – Figueiredo & Oliveira (2013).

28/10/1982, cf. LOPES FILHO, 2015, p. 93), que “teria ‘nascido’ na ‘Guiné’ e depois levado para as ilhas de Cabo Verde” (CARREIRA, 1984, p. 15).

Para Carreira (1984) o que pode ser chamado de “crioulo”, como:

[...] determinar cientificamente em que limites o português serviu de suporte lexical ao crioulo cabo-verdiano [...] e possuir um conhecimento bastante das línguas africanas que lhe deram as estruturas gramaticais (CARREIRA, 1984, p. 10).

Dando continuidade à compreensão sociolinguística das variedades africanas do português em questão, não dúvidas de que as crianças guineenses entram em contato com o mundo da cultura escrita escolar, sendo privadas dos conhecimentos linguísticos prévios já adquiridos, aproximadamente, 25 línguas pertencentes aos diferentes grupos étnicos que constituem nossa população, como também conhecimentos culturais e práticas de letramento relacionadas ao crioulo, língua nacional (CÁ, 2015, p. 18).

Adicionalmente, o português da África oferece um novo e vasto território para o trabalho em torno da noção de competição de gramáticas, com a presença ainda viva das línguas africanas. Lá, claramente, é possível flagrar o desencadeamento de uma série de mudanças que poderão ou não se consolidar nas variedades linguísticas em emergência. Trabalhos como os de Figueiredo (2010), Gonçalves (2010), Inverno (2011), Jon-And (2011), Brandão (2018) e Pissurno (2018) que abordam aspectos resultantes da aquisição de português como segunda língua por falantes de línguas bantas ou crioulas, trazem novas luzes para a compreensão das mudanças gramaticais induzidas por contato. O cenário atual para a aquisição e difusão do português em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau ou São Tomé e Príncipe é, nesse sentido, um profícuo laboratório para a verificação da validade de hipóteses atreladas à noção de competição de gramáticas, uma vez que, paralelamente à emergência de novas variedades linguísticas, o português europeu padrão continua a ser veiculado em diferentes esferas da vida social e cultural desses países.

Ao desenhar um esboço argumentativo a partir das variedades africanas do português, verifica-se no quadro 3 o seguinte paradigma de flexão verbal:

Quadro 3 – Paradigmas de flexão verbal em variedades africanas do português

Variedade padrão	Variedade não padrão
Eu canto	Eu canto(a)
Tu cantas	Tu canta

Ele canta	Ele canta
Nós cantamos	Nós canta
(Vós cantais)	_____
Eles cantam	Eles canta

Fonte: Mota, Miguel e Mendes (2012, p.184).

Assim, Mota (2015, p.20) divide em três grupos de possibilidade que a morfologia de cada língua tem de marcar especificamente marcadores de flexão de concordância, a título de exemplo:

- muitas línguas apresentam médio e forte sincretismo nos paradigmas verbais e realização obrigatória, ou quase, do sujeito (CYOUW, 2008), como acontece claramente em PB, contrastando com o PE e com variedades da África e é discutido em Duarte e Varejão (2013);
- a morfologia de concordância é o “pré-requisito” para a concordância sintática, mas a morfologia de alvo (o verbo) pode não ter possibilidade de realizar traços de concordância, em algumas línguas (CORBETT, 2006, p.78);
- nas línguas bantas, existem prefixos nominais (marcação do valor de número à esquerda) e prefixos verbais (marcação à esquerda) no infinitivo – mas geralmente ausentes nas restantes formas verbais; nos crioulos atlânticos, o verbo não possui categorias de flexão.

Por ora se faz necessário atentar para a conjuntura dessas variedades africanas do português com base em estudos que descrevem o perfil sintático destas sob o viés sociolinguístico e gerativista, já que “[...] os dados de norma urbana culta em Angola e Cabo Verde dão indícios de esta ser mais próxima da do PE do que a brasileira [...]” (MOTA, MIGUEL & MENDES, 2012, p.168). Uma vez que resultado obtido em Teixeira (2012, p.153), constata-se que a concordância não foi drasticamente enfraquecida se comparada a do PB, por exemplo: “[...] o uso do sujeito ‘a gente’ de referência definida [...] não é expressivo e o pronome ‘nós’ resiste a ser realizado foneticamente”. Portanto, o perfil do Português de Angola traz preferência por sujeitos nulos como o PE (OLIVEIRA & SANTOS, 2007).

(1) a. “**eu vive** p’a Luanda// vim votar aqui [-] assim vou voltar já //[...]” (ADRIANO, 2014, p.225)

b. “(/**ganha** muito mais importância **as decisões que hoje tomaremos** // [...]

[TPA1. Telejornal, 12.08.2012]” {Ibid.:232)

c. “oh, paizinho, **você** não **fizeste** isso”. (TEIXEIRA, 2012, p.151)

Sobre o Português de Guiné Bissau, encontra-se os casos de ausência de concordância verificados que têm sido atribuídos à transferência da língua materna dos falantes, a saber: o crioulo guineense cuja forma verbal carece dos morfemas número-pessoais e modo-temporais (cf. ROMÃO, 2012 apud SANTOS, 2015).

(2) a.”**tu passas** e **vê** o lixo” G (O) (BACELAR DO NASCIMENTO et al, 2008, p.382)

b.**A minha namorada estive** em Portugal. (COUTO & EMBALÓ, 2010, p.52 apud SANTOS, 2015, p.26)

c. **Eu tens** mais tris história. (Ibid.,p.26)

d.**eles foi** salvo. (ROMÃO, 2012 apud SANTOS, 2015, p.39)

e. **os tupinambás... tinha** ido (Ibid., p.39)

f. **os franceis fui** (Ibid., p.39)

Levando em consideração a complexidade linguística em Guiné Bissau, Oliveira, Baio e Injaí (2013) alegam que:

Em Guiné Bissau são faladas cerca de 20 línguas, muitas delas pertencentes a famílias diferentes, outras tão aparentadas que poderiam ser classificadas como dialetos de uma mesma língua. Estas línguas coabitam com o crioulo, língua veicular e de unidadenacional, e com o português, língua oficial, ambas da colonização portuguesa (OLIVEIRA, BAIIO e INJAÍ, 2013, p.131)

Ainda os autores acrescentam as principais línguas faladas no país são 1. Fula; 2. Balanta; 3. Mandinga; 4. Manjaco; 5. Papel; 6. Felupe; 7.beafada; 8. Bijagó; 9. Mancanha; 1.Nalu. Para os autores, a porcentagem aproximada de falantes dessas línguas difere entre diferentes bases de dados. No entanto, a sua ordem de apresentação – como apresentamos aqui de 1 – 10 – expressa sua importância numérica no país em todas as bases de consulta.

Quanto ao português de São Tomé e Príncipe, Brandão e Vieira (2010) afirmam que:

[...] embora seja, de fato, a escolaridade o fator que faz as tendências relativas ao fenômeno (variável da concordância verbal), está a maior ou menor utilização da língua crioula. Só declararam que usam frequentemente o crioulo informantes que cursaram até o ensino fundamental, nível de escolaridade em que se registra maior cancelamento da marca de número. De fato, o prestígio que recebe o Português em

terras sãotomenses e o maior ou menor propósito de dominar essa língua, o que pode se tornar possível graças ao acesso à escolaridade, trazem por consequência o maior ou menor domínio das regras canônicas de concordância. (BRANDÃO e VIEIRA, 2010, p.1055)

Para Gonçalves e Hagemeyer (2015) a transição histórica de português L2 para L1 reflete-se nas características daquela que é atualmente a variedade do português de São Tomé. Relativamente à variação nas propriedades de seleção categorial dos verbos, verificámos que há evidência a favor do modelo teórico de Full Transfer/Full Access (Cf. SCHWARTZ E SPROUSE, 1994; 1996; WHITE, 2003)

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

“Os costumes de uma nação têm uma incidência sobre a sua língua e, por outro lado, é a língua que faz a nação [...] A colonização, que é uma forma de conquista, transporta um idioma para meios diferentes, o que implica modificações nesse idioma.” Ferdinand Saussure

2.2.1 O português de Angola

Posto que o português seja a língua oficial de Angola, dados de recenseamentos (cf. CENSO, 2010; INE, 2014) e de estudos já realizados sobre o português angolano (PA) (cf. MINGAS, 2000; MIGUEL, 2003; CHAVAGNE, 2005; LIPSKI, 2008; PETTER, 2008; INVERNO, 2008, 2009, 2011; FIGUEIREDO & OLIVEIRA, 2013; NZAU et al. 2013; NEGRÃO & VIOTTI, 2014; GASPAR, 2015; FARIAS & ARAÚJO, 2016; VERÍSSIMO, 2018) demonstram que ele coexiste com uma grande diversidade de variedades nacionais. Essas línguas, todas da família *bantu*, são as línguas maternas para muitos habitantes das áreas rurais de Angola, especialmente aqueles acima dos 60 anos de idade.

O esforço do governo para inventariar as línguas tem a ver com a necessidade de se reconhecer Angola não como país monolíngue, mas onde uma variedade grande de línguas locais de origem africana convive com a língua portuguesa, língua que foi adotada como oficial logo após a independência. Uma vez que na Constituição de 2010, no Artigo 21, introduz a expressão “línguas angolanas de origem africana: que a Lei promete proteger, valorizar e dignificar como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (GOMES, 2014, p. 72).

Para Inverno (2008), a mudança para o português que se iniciou em meados do século XX, por decorrer paralelamente à manutenção das línguas maternas dos falantes e num contexto em que o acesso à instrução formal e aos meios de comunicação social, principais veículos de transmissão da norma padrão do português, era ainda deficiente, foi uma mudança imperfeita, levando ao surgimento de uma variedade nacional do português altamente influenciada pela estrutura das línguas banto. É essa variedade de contato linguístico que difere da norma europeia em todos os níveis da gramática, que se generalizou entre a população angolana (cf. FERNANDES & NTONDO, 2002) e que Mingas (1998, p. 29) pensa vir a “sobrepôr-se ao ‘português padrão’ como língua segunda dos Angolanos”.

Conforme dados estatísticos do Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), 71% da população angolana falam português com maior predominância nas áreas urbanas. Todavia, essa língua oficial apresenta um *status* de L2 para esses indivíduos, como pode-se verificar nos estudos de Zau (2011), Chicumba (2012), Gaspar (2015), Undolo (2015) e Quinta (2017), isto é, uma língua utilizada em situações bastante artificiais, especialmente instrucionais, como é o ensino de língua inglesa no Brasil, citando caso análogo, uma vez que a língua-alvo só é aprendida em contextos de educação formal, enquanto em casa os indivíduos utilizam suas línguas locais, étnicas para a comunicação diária (cf. TRESA, SEBASTIÃO & BENTO, 2010; FILUSOVÁ, 2012; BLACK, 2014; NEVES, 2016; BANZA, s.d.)

Um dos fenômenos que vem sendo estudado na literatura sobre o PA diz respeito ao licenciamento de sujeitos nulos (nomeadamente, da categoria vazia *pro*), ou seja, de pronomes que não são realizados foneticamente e ocupam a posição sujeito pelo fato de a flexão verbal ser capaz de recuperar seus traços número-pessoais (SANTOS e OLIVEIRA, 2007; FARIAS ARAÚJO, 2010; 2016; 2017; MOTA, 2015), conforme exemplificado a seguir:

Eh pá me CHAMAM de chefe, portanto, de princípio *pro* SOU uma pessoa muito animadora talvez *pro* DIGAMOS assim né? E quando *pro* CHEGUEI aqui portanto EU saí do Tchivinguiro para aqui é pá *pro* DIGO bem melhor chefe porque de princípio os outros de chefe. Chefe, chefe, pronto ELES também agora me meteram o nome de chefe. (SANTOS; OLIVEIRA, 2007, p. 12)

Segundo Santos e Oliveira (2007, p. 12), *pro* na posição de sujeito ocorre com sujeitos argumentais e expletivos em produções espontâneas e serve como evidência de que o PA é língua de sujeito nulo à semelhança do PE, pois essa categoria vazia ocorre em orações

raiz e encaixada com todas as pessoas do paradigma. Ao lado desses sujeitos também se observa sujeitos realizados foneticamente:

(3) a. Por acaso **eu** não acho. **Eu** acho que matemática quando bem entendida, **ela** é boa.

b. Quer dizer **ele** é um jogador, **pro** consegue, **pro** consegue de mudar o resultado em vinte e quatro segundos.

c. Uma coisa muito curiosa, **eu** sei que **tu** vieste de Cabinda.

d. Foi muito fácil **pro** adaptares a viver aqui?

(OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 14)

Oliveira e Santos (2007) concluem que há uma semelhança quanto ao (pronomes livres na posição de sujeito em PA, PE e PB), apontamos as seguintes semelhanças entre as três variantes do português:

Semelhanças PA, PE, PB

1sg – EU

3sg – ELE/ ELA

1pl – NÓS

2pl – VOCÊS

3pl – ELES/ ELAS

Semelhanças PA, PB

2sg – VOCÊ 1pl – A GENTE

Semelhanças PA, PE

2sg – TU

(OLIVEIRA e SANTOS, 2007, p.93)

Portanto, os autores inferem que pelo exposto acima, o PA aproxima-se do PB no tocante à 2sg e 1pl, por meio das formas “você” e “a gente”. No entanto, os dados apontam o uso do pronome de 2sg “tu” demonstrando uma alternância “tu/você”. Pelos dados da referida pesquisa pode-se confirmar que a mudança no PA se verifica a partir do paradigma pronominal, levando em conta os padrões de concordância. Vale ressaltar que os dados descritos desta pesquisa referem-se a aspectos do Parâmetro do Sujeito Nulo nessa variante do

português falado na África. Bem como, sujeitos plenos de primeira pessoa não são comuns no PE, sobretudo, quando se trata da primeira pessoa tanto no singular como no plural. Ademais, o trabalho dos autores supracitados afirma que o PA encontra-se mais próximo à variante PE, no tocante ao PSN, ou mais próximo à variante PB. Dessa forma, Oliveira e Santos (Op. cit.), sintetizam o Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) em PE e PB: Língua portuguesa e o Parâmetro do Sujeito Nulo Variante PE – posição de sujeito preferencialmente nulo; Variante PB – posição de sujeito preferencialmente preenchido nos contextos em que o sujeito é mais referencial (cf. CYRINO, DUARTE e KATO, 2000).

Teixeira (2008) constata que, diferentemente do PE, cuja norma é seguida pelo PA na sua variedade culta, o pronome *você* está sendo usado para o tratamento íntimo ou universal no português falado por angolanos, não-escolarizados e por falantes nativos das línguas nacionais. Foi esse achado que motivou o estudo da representação do sujeito, a partir de uma amostra que reúne falantes nativos e não-nativos do português, com o objetivo de testar a hipótese da ação das novas formas pronominais no processo de variação no uso do sujeito pronominal. Logo, a autora assume que tal inovação é fruto do contato da língua portuguesa com as línguas africanas tanto em Angola como no Brasil, em tempos pretéritos.

Já em estudos apresentados sobre “A representação do sujeito pronominal no português popular angolano” por Teixeira (2012), cuja pesquisa revelou que o estatuto do parâmetro do sujeito nulo no português vernacular angolano que, diferentemente da norma culta, tipicamente europeia, apresentaria uma preferência pelo sujeito expresso. Sendo assim, a hipótese de ser o Português Popular Angolano (PPA) muito semelhante ao português falado no Brasil no século XIX, com base em fatos linguísticos e sócio-históricos – respectivamente, o uso considerável do *você* como pronome íntimo ou, digamos, neutro, por representantes da classe baixa angolana (TEIXEIRA, 2008), e o contato linguístico do português com línguas africanas, o que ensejou, tal qual aconteceu no Brasil, a aquisição imperfeita da língua do colonizador pela grande massa analfabeta da sociedade.

Diante disso, Teixeira (Op. cit) aponta para a confirmação da hipótese segundo a qual o enfraquecimento da concordância é realmente a causa da preferência pelo sujeito expresso:

a. tanto no Brasil como em Angola o português se formou sobre a influência de línguas africanas cujos falantes tiveram de aprender o português sem nenhuma instrução formal e já na idade adulta;

b. esse português reestruturado guarda marcas da sintaxe das línguas africanas tais como a ausência de concordância de número e de pessoa, do parâmetro *pro-drop* marcado negativamente;

c. no caso específico de Luanda, onde não se registra um uso expressivo de a gente, mesmo entre falantes não alfabetizados, a concordância não foi drasticamente enfraquecida. Contudo, nesse segmento da população, registra-se a preferência pelo você, perdendo-se assim a diferença entre a segunda e terceira pessoa, o que espelha a gramática do quimbundo;

d. como se trata de informantes de reduzida ou nula escolarização, pertencentes à camada desprestigiada da população, não se pode ainda falar em mudança. Contudo, é bom lembrar que no PB a mudança tu → você veio de baixo, como acontece, aliás, com a maioria das mudanças linguísticas;

e. o uso ainda que pouco frequente do pronome você por jovens universitários constatados em Teixeira (2008) como também a ausência de estigma em relação a essa forma de tratamento – muito provavelmente por conta do prestígio as novelas brasileiras – podem ser indícios de que no futuro próximo a você como tratamento íntimo ou universal venha a se implementar no português angolano.

Tanto na pesquisa de Oliveira e Santos (2007) e nos estudos de Teixeira (2008; 2012) não foram apontadas as variáveis de faixa etária. O *corpora* partiram da incidência de níveis de escolarização de até 5ª série ou nula, além de ambos os sexos. No entanto, de forma incipiente a pesquisa de Oliveira e Santos (Op. cit.) afirmam que o PA está próximo do PE, como língua de sujeito nulo consistente. No entanto, a observação atenta dos dados de fala coletados em Luanda por jovens universitários em pesquisa realizada em 2008 e revisitada em 2012 por Teixeira, afirma que a concordância não foi drasticamente enfraquecida se comparada a do PB, no entanto interfere na ausência de realização do sujeito nulo.

Diante do exposto, nossa hipótese norteadora é que, por se tratar de falantes (angolanos, guineenses e santomense) que ainda não possuem nível superior, é possível que, em sua escrita, verifiquemos a influência de suas línguas maternas (L1) no sentido de haver maior ausência de concordância verbal e, portanto, maior uso de sujeitos plenos, ao contrário do PE. A expectativa é de entre o PA e o PGB revelem questões distintas, pois a situação do português nesses países são distintas: no PGB tem quase o caráter de uma língua estrangeira, pois apenas 13% falam, ao contrário do que se observa em Angola. Isso porque Nzau (2011, p.23-24) afirmar que “a realidade angolana é atípica no contexto africano [...]. A Língua Portuguesa tem vindo a ultrapassar a barreira da urbanidade, ao deixar de ser falada apenas em meios urbanos ou em espaços outrora da ‘exclusividade’ das línguas africanas”. O autor acrescenta que esta particularidade faz com que essa língua seja a língua mais falada no contexto nacional, ultrapassando todas as outras línguas angolanas. A dinâmica expansiva que a caracteriza aponta para um carácter irreversível. Assim, a guerra civil e as consequentes

movimentações das populações para os grandes centros urbanos são os principais factos na origem do papel de língua veicular da LP. Em estudo sobre o padrão de concordância verbal em Angola, Adriano (2014) constata que concordância verbal é, claramente, uma área tendencialmente crítica, cujos desvios nem sempre são sentidos como sendo anómalos. Há desvios, contudo, que só foram registrados em pessoas com pouca ou nenhuma escolarização. Exemplifica o autor a partir do *corpus*:

(4) a. acreditamos que esses dez anos de paz trouxe a esperança de vida a todos os jovens e a todos os Angolanos //

(5) a. *as situações de dificuldade que os nossos amigos associados vão viver / estando nós presentes / **fará** com que o nosso background [...] desenvolva // [RH, Bué Pausado, 20.06.2012]

(6) a. *apelo a todos [-] Angolanos para que **possa** exercer este direito de cidadania / para que possa votar de coração limpo e porque a democracia é consolidada com momentos como estes / de eleições periódicas.

(ADRIANAO, 2014, p.217)

2.2.2 O português de Guiné Bissau

Na kal lingu ke n na kirbi Ña diklarasons di amor? Na kal lingu ke n na kanta Storias ke n kontado? [...] Pa n kontal na kriol? Na kriol ke n na kontal!

Em que língua escrever As declarações de amor? Em que língua cantar As histórias que ouvi contar? [...] Falarei em crioulo? Falarei em crioulo!
(SEMEDO, 1996, p. 11)

Ao que parece, a palavra Guiné viria do nome de uma aldeia fundada pelos anos 1040, nas margens do Alto-Niger. Pela sua situação geográfica, essa aldeia tornou-se a encruzilhada das caravanas que faziam o comércio do Sudão e da África meridional com os Mandingas e os Árabes do Norte. Daí a sua prosperidade e a sua reputação que, graças aos mercadores árabes, atingiram os países europeus. No decorrer dos séculos, a palavra Guiné teve várias grafias. Guiynea, Guinanha, Guinee, Jenni, Genni, Djenni, entre outros.

Não há dúvidas que os africanos têm sua história linguística associada a imposição do Português Europeu, que em contato com as línguas locais resultou no crioulo. Conceitua Couto (2009, p.01) “são línguas mistas que surgiram durante o processo de exploração pelas

potências europeias da África, Ásia, Oceania e América”. Em Guiné, em especial, Couto (1992) alega que, apesar do multilinguismo, é a principal língua de comunicação interétnica, o crioulo é também a língua materna dos guineenses, resultado do contato linguístico com o Português Seiscentista, por exemplo: o mandiga, o mancanha, o pepel, obijagó, o beafada e o fula.

Segundo os dados estatísticos de 2009, a população guineense corresponde a um total de 1.548.159 mil de habitantes. Tem uma densidade de 33,22 habitantes por km², pois a grande maioria da população reside em zonas rurais. A Guiné-Bissau conta com mais de trinta etnias, sendo divididas entre os grupos majoritários do país. O país se configura em cinco grandes grupos étnicos espalhados em diferentes regiões do país, compondo o seguinte cenário: Balantas (27%), fulas (22%), Mandingas (12%), Manjacos (11%) e Papeis (10%), e outros 18% (cf. LOPES, 1982).

Tido como língua oficial em Guiné-Bissau, o português é falado apenas por 10% da população, e ainda é desconhecido por uma grande parcela dos guineenses. Esse dado pode ser assustador, mas, para bem entender isso, é importante conhecer a real situação de funcionamento dessa língua no país.

Para os guineenses, a questão linguística não pode ser alterada, quando se fala que não se pode interferir na língua sendo ela o mais valioso patrimônio de um povo, isto é, a língua é fator de identidade e unidade nacional, já que ambos são interligados. De outra maneira, a língua reflete, portanto, uma determinada herança étnico-cultural e representação de uma consciência nacional. Por isso, a questão da língua é levada com tamanho respeito em Guiné-Bissau que, no próprio país, nenhuma língua poderia alcançar o status de língua oficial, como atesta Couto (2009):

O fato é essa delimitação artificial resultou em estados multiétnicos e multilíngue, para os quais seria difícil encontrar-se um princípio unificador. Um dos primeiros problemas, se não o primeiro, com que se defrontaram os fundadores do estado Guiné-Bissau constituiu na decisão de que língua adotar-se como língua oficial. Nenhuma etnia aceitaria que a língua da etnia vizinha tivesse este privilégio (COUTO, 2009, p.55).

Dessa forma, os guineenses acreditam que mudar de língua é também mudar de etnia. Aliás, mudar de língua resulta na mudança na identidade. Por isso, o crioulo surgiu como elemento mediador entre as outras línguas étnicas, porém é considerado “língua de ninguém” porque pertence a todos guineenses; além de resolver de forma mais amena possível os primeiros conflitos oriundos no período de formação do Estado. Enquanto que o

português compete-lhe desempenhar o papel de “ponte” entre os povos distantes dos guineenses. Considerado como pai da nação da nação guineense, Almicar Cabral se manifestar abertamente a favor da língua portuguesa:

Temos que ter um sentido real da nossa cultura. Português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque é a língua não é prova de nada, mas senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (CABRAL, 1976 apud CANIATO, 2002, p.134)

De acordo com Couto (2009, p. 53-54) “não é a língua nativa de nenhum guineense de ascendência africana como língua primeira”, já que esse papel, cabe “às línguas étnicas afriacanas e ao crioulo”. Os guineenses nunca utilizam o português em conversas entre familiares e pessoas próximas, a não ser em contato com estrangeiros, em especial portugueses, assim existindo apenas como segunda língua para eles, em especial para uma parcela muito pequena da população.

Estando bem próxima de comemorar seus quarenta e cinco anos de uma independência bem conflituosa, Guiné-Bissau vivencia uma diversidade linguística bem característica de sua composição étnica: cerca de 30 línguas e dialetos de diversos povos africanos convivem nesse território um pouco menor que o estado do Rio de Janeiro. Segundo Intumbo (2008, p. 1 apud CARIOCA, 2015, p. 67),

As migrações internas por razões económicas e em consequência da colonização bem como a geografia do país também contribuíram para a parcelação étnico-linguística do país. Em média, por cada 40/50 km de estrada, atravessamos um rio e entramos num território linguístico ou dialectal diferente.

No que se refere ao português de Guiné-Bissau (PGB), destacam-se as pesquisas de Couto (1989); Sana e Bueno (2012); Oliveira, Baio e Injai (2013); Namone (2014); Abdula, Quebi e Timbane (2014) e Carioca (2015). Nessas pesquisas, é que são delineados os contornos linguísticos da República da Guiné-Bissau. Segundo Couto (1990), o atual território de Guiné-Bissau foi definido artificialmente, sem levar em consideração os domínios tradicionais dos povos locais, o que resultou em estados multiétnicos e multilíngues, com delimitações que evidenciam as disputas de poder. Esse problema é decorrente do processo de colonização e do “fatiamento” do continente africano, empreendido pelas potências europeias que traçaram novos limites à revelia dos domínios das etnias locais. Desse contexto, decorrem muitos desafios que devem ser levados em consideração, quando

analisamos as decisões políticas referentes ao prestígio e valorização ou desvalorização das línguas no país. Dentre esses desafios, Couto (1990) aponta, por exemplo, a decisão de definir uma Língua oficial (LO) no país, em que em contexto plurilíngue de disputa de poder no território, é difícil priorizar uma língua autóctone, ou ainda definir o crioulo como língua oficial, na medida em que dificultaria a integração de Guiné-Bissau no mundo globalizado. Outra dificuldade destacada pelo autor é a diferença linguística marcante entre zona rural e zona urbana, uma vez que na urbana a língua de interação da maioria da população é o crioulo, enquanto na rural, as línguas autóctones são as línguas vernáculas e que marcam a identidade étnica. Além disso, temos a contradição entre o português e o crioulo, no que se refere às funções atribuídas a cada língua. O crioulo, apesar de ser a língua do dia a dia da maioria da população, não é língua usada na escrita, sendo esta função atribuída ao português.

Língua Nacional fora do crioulo e do português. De entre os monolíngues, cerca de 17% são falantes do fula, 15% do balanta, 7% do mandinga, 5% do manjaco, 4% do crioulo e 0,3% do português. O total dos monolíngues, excluindo os do crioulo, é 44%, percentagem igual à da população falante do crioulo (DJALÓ, 1987, p. 106-107).

Fica claro, então, que a República da Guiné-Bissau é um país plurilíngue, mas com níveis de uso bastante diversificado, tendo em vista que as línguas nativas não possuem uma codificação, permanecendo em sua modalidade oral. O mesmo ocorre com o crioulo guineense, que, segundo explica Candé, “apesar da sua expansão e do seu papel na comunicação oral, o crioulo ainda não tem uma grafia normativa, existindo apenas algumas propostas apresentadas” (CANDÉ, 2008, p. 18).

Conforme descrito pelos dados do “Observatório da Língua Portuguesa” (2016), o PGB é atualmente falado por cerca de 1,5 milhões de guineenses, ou seja, cerca de 57% da população. Além disso, Guiné-Bissau apresenta um intenso contexto de multilinguismo, pois mais de 20 línguas étnicas são encontradas, assumem grande protagonismo no convívio e na comunicação do dia a dia dentro das famílias e na sociedade em geral (COUTO; EMBALÓ, 2010).

Ao contrário das línguas étnicas de existência linear, línguas crioulas também destacam-se no cenário linguístico de ilhas africanas colonizadas por portugueses, por exemplo. É certo que de todas as línguas crioulas que surgiram no mundo, os crioulos africanos são os mais antigos que se conhecem (cf. DIAS, 2002; EMBALÓ, 2009; CASTRO, 2013, CASSAMA, 2014; BARBOSA, 2015; CARIOCA, 2015), e, ao mesmo tempo são os que se caracterizam pela grande viabilidade em relação aos outros, na medida em que

coexistem não só com o Português, mas também com diversas línguas africanas, das quais recebem constantes influências.

O produto da ‘convivência’ da língua portuguesa com as línguas oeste africanas, desde os primórdios da presença lusitana em África no século XV. Durante muito tempo, o kriol foi falado essencialmente nos centros urbanos guineenses e muito pouco utilizado nas zonas rurais. Estigmatizado, como vimos, pelo poder colonial, ele conseguiu, no entanto constituir-se como um elemento de resistência e responder ‘presente’ ao apelo do movimento nacionalista para a independência. Soma a isso, a luta de libertação, servindo-se do kriol nas campanhas de mobilização, foi incontestavelmente a que mais contribuiu para a expansão e generalização deste sobre todo o território nacional, levando-o aos mais recônditos lugares onde até então ainda não tinha chegado. (EMBALÓ, 2009)

Desta maneira, ao servir de língua de comunicação entre os diversos grupos populacionais no processo independentista, o kriol tornou-se num elemento congregante da diversidade étnica nacional. A utilização de uma língua comum, outra que não a do colonizador e ao mesmo tempo símbolo de resistência cultural, contribuiu, juntamente com o objetivo da luta pela libertação do jugo colonial, para a criação de uma unidade nacional.

Em Guiné-Bissau, o crioulo, língua materna ou língua segunda da grande parte da população, convive com mais de vinte línguas dos grupos Oeste-Atlântico e Mande. Esse crioulo é resultado do contato entre colonizadores portugueses e as populações locais falantes de várias línguas étnicas trazidas de diversos lugares através do processo da escravização que se concentrou na costa ocidental. Nesse contato, verificam-se situações de bilinguismo, isto é, naquelas em que uma sociedade ou um indivíduo utiliza, conforme os interlocutores ou as circunstâncias, duas ou mais línguas (BARBOSA, 1967).

É importante dizer que, em Guiné-Bissau, o conjunto majoritário de pessoas (crianças e adolescentes) chega à escola falando crioulo. No entanto, embora a maioria das proposições técnico-educacionais em Guiné-Bissau aponte que a implantação da língua crioula na escola primária seja uma “ponte” para se chegar à língua alvo, como se almeja, “[...] o português continua sendo a língua do ensino da primeira à 11a classe” (cf. COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 40).

Desse modo, a Língua Portuguesa representa assim algo sinônimo à “língua estrangeira”, - segunda língua -, (até a terceira e/ou quarta língua na maioria dos casos para os guineenses) devido ao seu distanciamento com realidade do sujeito guineense e do país. Esse distanciamento poder ser observado com maior evidência no processo de ensino/aprendizagem.

A diversidade linguística da Guiné-Bissau constitui uma grande riqueza e a sua preservação é merecedora do maior apoio e incentivo. Ao contrário das línguas étnicas de existência linear, a criouliização é um fenômeno recente e está ligado ao processo de expansão do colonialismo europeu no mundo, sendo o resultado a necessidade de uma comunicação em sociedades multilíngues.

Assim, segundo Couto e Embaló (2010) o crioulo aportuguesado contém muitos empréstimos lexicais do português e, às vezes até as expressões inteiras dessas línguas (COUTO e EMBALÓ, 2010, p.35). Dessa forma, a comunicação entre dois falantes (do português e do crioulo) torna-se parcialmente ou relativamente compreensiva, permitindo compreender a relação entre as duas línguas.

O crioulo torna-se ainda cada vez mais aportuguesado tendo em vista a crescente índice de alfabetização do sujeito guineense, isto é, quanto maior for o grau da alfabetização/escolaridade do sujeito guineense maior será o seu contato com a língua portuguesa, já que esta é a língua do ensino. Assim, a escola constitui o ambiente fundamental para disseminação da língua portuguesa. No século XX, assistimos, porém, a dois fenômenos de notáveis consequências linguísticas: a migração das populações de pequenas cidades e zonas rurais para os grandes centros e a difusão dos meios de comunicação de massa. Instala-se, então, nesses centros, um processo de diglossia, onde atuam duas forças antagônicas: por um lado, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua, exacerbado pela situação de contato entre dialetos diferentes; por outro, a pressão do prestígio da norma culta, imposta pela ação da escola, dos meios de comunicação e do status das classes mais favorecidas. (BORTONI-RICARDO, 2005).

Fica claro, então, que a República da Guiné-Bissau é um país multilíngue e, visando a explicar a diversidade linguística que a constitui, Couto e Embaló (2010) propõem uma escala de variabilidade proposta para um *continuum* que vai desde variedades do português lusitano, passando por variedades de crioulo aportuguesado e crioulo tradicional, basilectal, até as línguas nativas, étnicas, como se pode ver no quadro esquematiza-se o contínuo proposto:

(7) português lusitano = português acrioulado = crioulo aportuguesado = crioulo tradicional = crioulo nativizado = línguas nativas (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 31).

Os autores ressaltam que muitas variedades linguísticas tidas como “línguas” diferentes não passam de “nomes” diferentes para dialetos de uma mesma língua. Por exemplo, Mane (2001) defende a tese de que Manjaco, Mancanha e Pepel podem ser

considerados como três dialetos de uma mesma língua, com base no fato de que a fonologia dos três é idêntica, exceto algumas variantes alofônicas o que para a sociolinguística variacionista, e para a fonologia, não seria nenhum problema. Porém, os linguistas já admitem que a distinção entre língua e dialeto é meramente política de salientar que estas línguas não estão ainda codificadas e, por conseguinte, não são ensinadas. Como essas línguas convivem em um pequeno território, necessariamente há um contato relativamente intenso entre seus falantes.

Oliveira, Baio e Injai (2013), revisitando o contínuo proposto por Couto e Embaló (2010), ampliam essa proposta inserindo o português falado no Brasil a partir de suas variedades: a vernacular (PVB) e a padrão (PB):

(8) português de Portugal = português brasileiro = português acadêmico guineense = português crioulo guineense = crioulo guineense. (OLIVEIRA, BAIÓ; INJAI, 2013, p. 134)

Para os autores supracitados, o contínuo proposto em (7) se difere do apresentado em (8) – de Couto e Embaló – por centrar-se em uma proposta de contínuo para o português. A proposta em (6) insere, ao contínuo, o português brasileiro (e suas variedades vernacular (PVB) e culta (PB)). Tal inserção é significativa, pois o português brasileiro está em relacionamento com o português guineense da mesma forma que o português lusitano. O contínuo proposto em (6) também se difere do proposto em (7) por inserir outra variedade na investigação do português guineense: o português acadêmico guineense (PAG).

Além disso, o estudo de Oliveira, Baió e Injai (2013) aponta que variedades de português guineense apresentam semelhanças morfossintáticas com o português vernacular brasileiro e influências do crioulo de Guiné-Bissau. Esses pesquisadores, por meio de estudos baseados no *continuum* guineense proposto por Couto e Embaló (2010, p. 31), apontam que as primeiras descrições do sistema pronominal do português acadêmico guineense – isto é, a variedade de português-alvo falada por acadêmicos guineenses em instituições de ensino superior no Brasil – apresentam similaridades com o sistema pronominal do português vernacular brasileiro (ausência de clíticos de 3ª pessoa e posição proclítica). Por sua vez, sugerem que os sintagmas nominal e verbal do português crioulo, considerado interlíngua (sistema transicional), apresentam características resultantes de interferências do crioulo de Guiné-Bissau e semelhanças com muitas variedades vernaculares de português que vêm sendo estudadas no Brasil e na África.

Por outro lado, Couto e Embaló (2010) apresentam uma série de peculiaridades do PGB que o difere das demais variedades de português. Entre elas, a drástica divergência rítmica da frase da variedade guineense de português em relação às variedades lusitana e brasileira. De acordo com os autores, “[o] português guineense, isto é, o português acrioulado, é falado com o ritmo do crioulo que, por sua vez provém do ritmo das línguas africanas” (COUTO; EMBALÓ, 2010, p. 52). Entretanto, o compêndio dos referidos autores, dedicado ao estudo da língua, literatura e cultura de Guiné-Bissau, não contempla maiores informações a respeito da divergência rítmica entre as variedades de português mencionadas, detendo-se a concluir que há uma grande quantidade de especificidades no PGB que ainda aguarda um estudo mais aprofundado. Assim, uma investigação acurada sobre o ritmo do PGB se faz necessária.

Os trabalhos que versam sobre a morfologia de flexão verbal em Guiné-Bissau, como atesta Romão (2012 apud SANTOS, 2015) apresentam os casos de ausência de concordância verificados no PGB que têm sido atribuídos à transferência da língua materna dos falantes, a saber: o crioulo guineenses cuja forma verbal carece dos morfemas número-pessoais e modo-temporais.

Os exemplos (9), (10) e (11) pertence ao corpora de nossa pesquisa:

(9) “A consolidação da Língua Portuguesa e as ações do governo **tornaria** as nossas relações mais forte com o PALOP e a CPLP”. [PGB10M]²

(10) “As sugestões dadas **deve** de ser do algo bom, devido à minha postura e formação”. [PGB36F]

(11) “Todos nós sabe que os guineenses gosta da Língua portuguesa, mas com a disculdades que nós enfrentar na condição econômica”. [PGB48F]

Surpeendentemente, nos exemplos (9), (10) e (11) verifica-se que o percentual de falantes fluentes de língua portuguesa em Guiné Bissau, sendo apenas de 13% ratificam o conflito com o crioulo e o português mesmo em contexto formal de escrita. Isso se ratifica no contexto posto por Couto e Embaló (2010) que:

Nas cidades, a língua que se ouve nas ruas é quase sempre o crioulo, em também só se fala crioulo, com poucas exceções. Assim, nos bairros populares, onde se concentram falantes de uma mesma etnia,

²Numeração adotada na organização do corpus da pesquisa.

volta-se ao crioulo naturalmente. No pátio da escolas, , no mercado, nos night clubs, nos estádios de futebol só se fala crioulo.9(COUTO & EMBALÓ, 2010, p. 50)

Para Couto e Embaló (2010) e Fonseca (2012) o português é visto como idioma de prestígio associado à elite, a pessoas com certo grau de instrução ou que vivem no exterior, Além disso, com o desenvolvimentos das relações internacionais do país, tem havido uma intensificação por parte dos membros do PALOP, por meio de programas de cooperação para lusofonia, a título de exemplo podemos citar o caso da UNILAB, com isso o idioma tem recebido mais destaque. De forma geral, os guineenses consideram o acesso ao português como uma forma de garantia de ascensão social e de desenvolvimento para o país.

Por fim, há de considerar que a investigação científica a respeito das variedades do português africano como um fenômeno pós-colonial que se encontra em expansão nos centros universitários devido a uma conjuntura favoravelmente presente nas últimas décadas. Com o fim dos conflitos armados, o Português Europeu como língua oficial possuía status de língua privilegiada. Apesar desse período conturbado, a estabilidade encontrada continua favorecendo o português como principal língua da educação, da administração, dos meios de comunicação e da ascensão socioeconômica, ou seja, “a língua alta” (HAGEMEIJER, 2017). No entanto, após levantamento criterioso da revisão bibliográfica, constatamos ausência de estudos sobre o Parâmetro do Sjeito Nulo (PSN) no PGB, tanto em amostra de falas espontâneas, como em dados de escrita. Por isso urge a demanda para trabalhos que possam documentar e investigar a evolução do PSN na variedade africana do português guineense, de modo a contribuir para debates sobre a relevância do PGB ampliando o seu *continuum* linguístico. Para que possamos completar o ciclo que começa e termina naqueles falantes anônimos que são a legítima fonte do conhecimento produzido.

2.2.3 O português de São Tomé

De acordo com dados linguísticos (RGPH 1981; 1991; 2001), o português é falado por mais de 95% na ilha de São Tomé, sendo usada como L1 por mais de 50% da população em detrimento do santomé, língua crioula dessa ilha.

Ademais, Gonçalves (2010), apresentando os dados do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, comenta que, apesar de ser o menor país da África, com uma extensão territorial de cerca de 17 km² e um reduzido número de apenas 151.912

habitantes, as ilhas que formam o arquipélago de São Tomé e Príncipe possuem uma ampla diversidade linguística. Além da língua oficial, o português, são igualmente faladas três línguas crioulas autóctones, aparentadas: o Santome – forro ou santomense - (língua de São Tomé); o Angolar (língua dos Angolares), e o Lung'ie (língua da ilha), falado na ilha do Príncipe. Conforme destaca Hagemeijer (2009, p. 02),

Após sua descoberta em meados do século XV, dois fatos históricos contribuíram para a formação do atual quadro linguístico de São Tomé: o povoamento e o ciclo do açúcar, no século XVI, e o ciclo do café e do cacau, nos séculos XIX e XX. Na fase do povoamento, a sociedade são tomense começou a ser formada a partir dos colonizadores portugueses e escravos africanos oriundos do antigo Reino de Benim, a região do delta do Níger (atual Nigéria), onde se falava e se fala o Edo – uma língua do grupo Edóide -, do Congo e de Angola, onde predominavam as línguas do grupo Bantu.

Com o desenvolvimento da produção de cana-de-açúcar para o comércio, houve necessidade de mão-de-obra, sendo esta trazida da região do Congo e de Angola. Se a fase do povoamento de São Tomé esteve relacionada à região do delta do Níger, esta fase da produção da cana sacarina fica associada à região onde predominavam as línguas bantu, mais precisamente o Kikongo e o Kimbundu as quais se diferenciam tipologicamente do Edo do Reino de Benim (HAGEMEIJER, 2009).

Embora o período de produção da cana-de-açúcar ter sido bastante produtivo em termos linguísticos, o período da cultura do café e do cacau, em meados do século XIX, cunhou a história de São Tomé e Príncipe. Foi neste período que chegou às ilhas mão-de-obra de contratados provenientes das regiões de Angola, Cabo Verde e Moçambique, incorporando suas línguas nativas ao quadro linguístico das ilhas (HAGEMEIJER, 2009, p.5).

A partir do povoamento e da cultura açucareira nos séculos XV e XVI e da chegada dos contratados por escravizados no período do café e do cacau nos séculos XIX e XX, o quadro plurilíngue de São Tomé ampliou-se. Nessa ilha o português foi instituído como língua oficial após a independência (1975), facilitando a comercialização e a garantia de prestígio a quem o usa (GONÇALVES, 2010, p.14). Na atualidade, praticamente, toda a população fala português, deixando de lado o uso das línguas nativas. Gonçalves (2010) afirma que, somente nos últimos anos têm havido tentativas de preservação das línguas nacionais, a exemplo da realização de programas de rádio e televisão transmitidos em crioulo para que não sejam perdidos seus valores históricos e linguísticos.

O português, inicialmente adquirido como L2, vem-se transformando na L1 da população são-tomense. As estatísticas apresentadas também mostram que o processo de

transmissão do português como L2 para os falantes mais jovens em competição com as línguas nativas e, tornando-se L1 diante delas, leva ao surgimento de uma nova variedade de português (GONÇALVES, 2010, p. 20). Nesse processo, ocorre o que denominamos de erosão linguística (*language attrition*), que consiste no uso de uma nova língua em detrimento da competência da língua materna (WINFORD, 2003). Retomando Batido (1992), Winford (2003, p. 258) descreve os cinco estágios do processo de erosão linguística:

- 1) A L1 é o único sistema linguístico de que o falante dispõe;
- 2) A L1 concorre com a L2, período de transição de monolinguismo a bilinguismo, em que o uso da L1 é restrito a ambientes informais, enquanto a L2 é a língua oficial;
- 3) Há uma permanente diglossia, a maioria dos falantes adotam a L2 em detrimento da L1, apontando para o seu apagamento e perda;
- 4) e 5) A proficiência da comunidade de fala na L1 original é cada vez mais limitada, culminando na completa —extinção‖ da L1 e conseqüente substituição pela L2.

Levando em consideração os estágios do processo de erosão linguística, Gonçalves (2010) infere que a ilha de São Tomé se encontra nos três últimos estágios, os quais são os responsáveis pela mudança linguística, ainda que haja a concorrência entre o santomé e o português em algumas regiões. Uma vez que atualmente o PST constitui maioritariamente uma L1 adquirida a partir de variedades interlinguísticas de L2 em contato com línguas crioulas, a análise e discussão das propriedades desta variedade, comparativamente a outras línguas e/ou variedades linguísticas, envolverá igualmente aspectos da teoria do contato linguístico, da mudança linguística e da aquisição de L2.

Helena Afonso (2009) destaca três fatores que favoreceram a criouliização no arquipélago: (i) a insularidade, por força do afastamento ou corte dos povos com as suas regiões de origem e decorrente contacto e miscigenação entre elementos da nova comunidade; (ii) o decreto real: por decreto régio cada povoador tinha direito a uma escrava como companheira com o objetivo último de povoamento das ilhas; (iii) a migração escrava, caracterizada pela fugacidade da passagem de escravos africanos pelo arquipélago. Segundo a autora, a multiplicidade etnolinguística constituiu uma barreira à emergência de outra, face à língua dominante, o português.

É importante destacarmos que o santomé pode ter exercido muita influência na formação do PST devido ao fato de ser a língua crioula de maior alcance no país. Seu léxico é, em grande parte, de origem portuguesa, mas suas características morfossintáticas

estabelecem relações com as línguas africanas faladas pelos ancestrais escravos transplantados (HAGEMEIJER, 2009, p. 20). Em sua estrutura verbal, por exemplo, não há marcação de pessoa ou número no verbo. Vejam-se os exemplos (12-14):

- (12) a. Ê saya kanwa pê matu. (Santome)
 b. Ele puxar canoa pôr matu. (PA)
 c. Ele puxou a canoa para o matu. (PE)

(HAGEMEIJER, 2009, p. 13)

- (13) a. Nós saya kanwa pê matu. (Santome)
 b. Nós puxar canoa pôr matu. (PA)
 c. Nós puxamos a canoa para o matu. (PE)

(Ibid, p. 15)

- (14) a. eu ñ viu nenhum governo que tá judá nós [FRANCM2]
 eu ñ vi nenhum governo que nos esteja a ajudar!
 b. nós compra coesa bucado barato [FRANCM2]
 nós comprávamos as coisas um bocado baratas!
 c. É os meus pai que me deu essa ideia. [OSVALH1]

(FIGUEIREDO, 2010, p. 96)

De fato, a aquisição da morfologia de flexão verbal revela-se como um contexto de dificuldade para falantes do português L2, tanto para os instruídos como para os que não o são, haja vista que a L1 não apresenta concordância morfológica visível entre o sujeito e a flexão verbal. O trabalho de Ao (2013), por exemplo, sobre a aquisição da morfologia verbal do português por falantes de chinês L1, língua que não possui desinências número-pessoais, confirma que esse fato é amplamente documentado na literatura científica (XAVIER, 2006; BRAGANÇA, 2013; MOURATO, 2014).

Ademais, em um estudo realizado sobre a concordância verbal na área urbana de São Tomé, Brandão e Vieira (2010, p.1055) observam que

[e]mbora seja, de fato, a escolaridade o fator que faz mudar as tendências relativas ao fenômeno (variável da concordância verbal), está a maior ou menor utilização da língua crioula. Só declararam que usam frequentemente o crioulo informantes que

cursaram até o ensino fundamental, nível de escolaridade em que se registra maior cancelamento da marca de número. De fato, o prestígio que recebe o Português em terras saotomenses e o maior ou menor propósito de dominar essa língua, o que pode se tornar possível graças ao acesso à escolaridade, trazem por consequência o maior ou menor domínio das regras canônicas de concordância.

A situação de São Tomé é bastante distinta em relação a de Cabo Verde e a de Guiné-Bissau, apesar de nos três países o português está em contato com crioulos de mesma base lexical, Hagemeijer (1999) sobre a fixação da comunidade angolar nesta região da ilha a partir da segunda metade do século XVI portuguesa. Na verdade, em Cabo Verde há uma estreita relação entre a identidade cabo-verdiana e o seu crioulo, língua materna da maior parte da população, valorizada e promovida pela elite, ao passo que o português é unicamente uma L2, adquirida em contexto formal (ALEXANDRE, 2012). Na Guiné-Bissau, por sua vez, assiste-se a uma dupla diglossia (INTUMBO 2005), no sentido em que além do crioulo (L1), língua de unidade nacional, e do português (L2), língua oficial, são faladas, como línguas maternas, cerca de 20 línguas africanas pertencentes à família atlântica (balanta, fula, papel e manjaco) e mande (mandinga) do Níger-Congo (COUTO, 2009). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau relativos a 2009, apresentados por Hagemeijer (2011), o português L1/L2 é falado por 27,1% da população, ao passo que 90,4% da população fala o crioulo como L1/L2.

Diante do exposto, ergue-se uma questão interessante: tomando por base o PA, o PGB e o PST, como entendermos sua aquisição no intenso contexto de contato linguístico em Angola, São Tomé e Guiné-Bissau? Tem-se assumido a ideia de que o processo de aquisição de uma língua em contexto de contato de línguas intenso é a emergência de fenômenos linguísticos que divergem, quer como L1 ou L2.

No tocante a São Tomé e Príncipe, a investigação tem incidido na variedade urbana falada na cidade de São Tomé (cf. R. GONÇALVES 2009, 2010, 2013a, 2013b, 2015; BRANDÃO, 2011; BRANDÃO & VIEIRA, 2012; ALEXANDRE, GONÇALVES & HAGEMEIJER, 2011; GONÇALVES & HAGEMEIJER, 2015a) ou em subvariedades faladas nas comunidades dos tongas de Monte Café (cf. ROUGÉ 1992; BAXTER 2002, 2004; LOPES, 2009; LOPES & BAXTER, 2011a, 2011b) e de Almoxarife (Cf. FIGUEIREDO, 2008, 2010, 2012, 2015), não existindo ainda nenhum trabalho que verse unicamente sobre o português da ilha do Príncipe, maioritariamente em contato com o crioulo de Cabo Verde. Paralelamente, têm sido igualmente desenvolvidos trabalhos que, partindo da análise de textos escritos por alunos em diferentes ciclos de ensino, discutem a problemática do ensino do

português em contato com os crioulos autóctones, bem como a influência destes no português (cf. AFONSO, 2008; LIMA AFONSO, 2009; D'APRESENTAÇÃO, 2013).

A presente pesquisa, portanto, tem como objetivo desenvolver uma análise contrastiva entre variedades africanas do português, a saber: PA, PGB e PST, centrando a atenção na natureza da morfologia de flexão verbal e suas possíveis implicações para o Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN), tomando por base textos escritos (em particular, redações) produzidos por alunos africanos como requisito para seu ingresso na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Brasileira (UNILAB), localizada em Redenção, no Ceará.

Como a presente pesquisa versa sobre o parâmetro do sujeito nulo e a morfologia de flexão verbal presentes em variedades africanas do português – PA, PGB e PST - torna imprescindível nos debruçarmos em estudos sobre as variedades do PB e PE, já que a literatura sobre tal temática ainda é escassa. Dessa forma, partimos desses paradigmas para que possamos realizar uma análise pontual acerca dos constituintes gramaticais que compõem a natureza de nosso objeto de estudo.

Ao tratar da concordância sujeito-verbo, a expressão “o oposto do avesso” traduz a lendária assimetria entre o português europeu e o português brasileiro: neste, a concordância verbal chegou aos limites da simplificação (DUARTE, 1993; LOPES; MACHADO, 2005); naquele, mantém-se um conjunto de regras em causa categórica (GALVES, 1993, 2001; DUARTE, 1993, 1995).

A partir de questões relacionadas à concordância verbal, no Português Brasileiro, verificamos que tal questão pode ser relacionada a uma não flexão de morfologia verbal presentes num paradigma pronominal já enfraquecido.

Diante do exposto, partimos do entendimento de Galves (1993) em que a flexão no português do Brasil não apresenta a oposição 1^a, 2^a e 3^a pessoas, mas somente oposição binária, pessoa x não pessoa, articulada a uma oposição singular x plural. A não oposição de pessoas “[...] corresponde a uma concordância fraca morfologicamente (ausência de 2^a pessoa) e semanticamente – possibilidade de interpretar a 3^a pessoa do singular como indeterminada” (GALVES, 1993, p.395).

Somado a isso, Duarte, Kato e Barbosa (2001, p.406) também constataram a não aplicação da regra de concordância no português europeu. As autoras afirmam que: “[...] quanto à concordância com o argumento interno plural ou composto, o default nas receitas portuguesas é usar concordância, mas encontraram-se casos sem concordância”.

Mas não é só no vernáculo brasileiro que a saliência fônica da desinência verbal afeta positiva e negativamente a norma-padrão. Os resultados da análise da concordância verbal no português arcaico, em um *corpus* constituído por documentos notariais do noroeste de Portugal e da região de Lisboa mostraram que “[...] as oposições mais salientes não deixaram dúvidas quanto à posição dos notários em estabelecer a diferença entre singular e plural, [mas] o mesmo não se pode afirmar quando se trata de contextos menos salientes”. (SOUZA, 2007, p.08).

Apesar de o português europeu não padrão também exibir para a concordância sujeito e verbo alguma variação, as imagens da “variedade de além-mar” estão vinculadas a uma língua de concordância forte (CARRILHO, 2007; GALVES, 1993, 2001). O predomínio da opção pelo sujeito nulo atesta que o português europeu ainda mantém uma morfologia verbal rica (DUARTE, 1995).

É consensual que a concordância entre o sujeito e o verbo em frases finitas é uma relação fundamental no português europeu e que a variação (excluídos os casos de concordância lógica e as construções com sujeitos complexos ou coordenados) está circunscrita a contextos em que o constituinte (sujeito) se encontra em posição pós-verbal, “[...] variação que não enfraquece a uniformidade da relação de concordância”.(CARRILHO, 2007, p.02).

Investiga-se, a partir do *corpus* adotado, o comportamento dos sujeitos nulos, tomando por base se sua distribuição ocorre nos mesmos contextos verificados no Português Europeu (PE). Para tanto, será analisado o paradigma pronominal nominativo e de flexão verbal nesses dados, levando em conta os padrões de concordância encontrados em cada variedade. Por conseguinte, será possível verificar o tipo de sistema de sujeito nulo, tomando por base a proposta de Roberts e Holmberg (2009), tomando por base o modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986 e seguintes). A partir desse modelo, assume-se que a Gramática Universal (GU) é composta por um conjunto de propriedades gramaticais compartilhadas por todas as línguas naturais (os princípios) e de parâmetros, cujos valores (+/-) são definidos como opções dentro da própria GU e dão conta das diferenças entre as línguas. A seleção de um desses valores, tomando por base o *input*, culminará na aquisição de uma gramática nuclear (em outras palavras, de uma gramática internalizada) de determinada língua que se distinguirá de outras gramáticas particulares.

Ao longo dos anos, diversas investigações têm centrado a atenção no PSN nas línguas românicas, por exemplo. Os trabalhos de Gonçalves (1994) e Teixeira (2008) para o PA, e os de Rizzi (1988) e Martins (2009) para o italiano, evidenciam que são línguas de

sujeito nulo consistente, ao passo que o PB, uma língua de sujeito nulo parcial (HOLMBERG; NAYUDU; SHEEHAN 2009; KATO; DUARTE 2014), em virtude de seus sujeitos nulos estarem submetidos a algumas restrições não observadas no PE Conforme observam Kato e Duarte (2014, p. 8-10), além de outras restrições, sujeitos nulos em PB ocorrem em sentenças encaixadas (cf. (15a)) e encontram-se em variação com sujeitos pronominais (cf. (15b)):

- (15) a. O João_i disse que Ø_{i/*j} comprou um carro ontem.
 b. O João_i disse que *ele*_{i/j} comprou um carro novo.

No que se refere às pesquisas sobre o PSN no português falado em países africanos, embora ainda escassas, têm evidenciado que, em geral, os sujeitos tendem a ser nulos, indo na direção da variedade europeia do PE (cf. OLIVEIRA; SANTOS 2007; BRAVIN DOS SANTOS 2006, 2010; TEIXEIRA 2012). Não obstante, Mota, Miguel e Mendes (2012) destacam que, ao contrário do PE, a escolaridade é um fator crucial para o surgimento de variantes não-padrão associadas ao campo morfossintático: falantes com nível superior tendem a usar a forma padrão, ao contrário de falantes poucos escolarizados. Observemos alguns dados produzidos por falantes com baixa escolaridade:

- (16) a. “**eu vive** p“a Luanda // vim votar aqui [-] Kaxito // assim vou voltar já // [...]” (ADRIANO, 2014, p. 225) (*Angola*)
 b. . “**tu passas** e **vê** o lixo” (BACELAR DO NASCIMENTO et al., 2008, p. 382) (*Guiné- Bissau*)
 c. “É **os meus pai** que me **deu** essa ideia. [OSVALHI]” (FIGUEIREDO, 2010, p. 96) (*São Tomé e Príncipe*)

Os exemplos (17), (18) e (19) ilustram a concordância com sujeitos antepostos:

- (17) “A República Popular de Angola cresceu muito em vários aspectos nos últimos tempos”. [PA02M]
 (18) “As riquezas do país devem ser distribuídas equitativamente para solucionar o impasse da distribuição das riquezas pela transparência”. [PA44F]
 (19) “O país enfrenta grande crise económica e cambial, cuja fonte desta mesma situação que

o paíse está a viver é a dependência do sector petrolífero”. [PA46F].

Não podemos deixar de citar o trabalho pioneiro de Almeida (2005), umas das primeiras pesquisadoras a trabalhar com o fenômeno do PSN e a morfologia verbal na perspectiva dos estudos contrastivos em variedades rurais. A autora traz uma análise de cunho gerativista e varaicionista sobre o português popular em comunidades rurais da Bahia, demonstrando com isso que o PB não se encontra esgotado, apesar de vários estudos atestados. Quanto ao sujeito nulo, a autora pontuou questões pertinentes acerca das características nessa variedade da língua ao compará-la com o trabalho de Duarte (1995), tais como:

- a) Na 3ª pessoa do singular, a preferência é pelo sujeito nulo, mesmo quando são retiradas as coordenadas não-iniciais. Essa preferência é bem maior se o sujeito for [- animado];
- b) Plenos quase categórico na 2ª pessoa (do singular e do plural), talvez motivados, entre outros aspectos, pelo processo de desambiguação entre 2ª e a 3ª pessoa;
- c) Pequeno número de nulos de 1ª pessoa do singular, que sobem quando a morfologia apresentada pelo verbo é especificada;
- d) Nulos de 1ª pessoa do plural identificados pela concordância;
- e) Nulos, com um percentual pequeno, de 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural quando há descompasso entre os traços do sujeito e do verbo, o que demonstra que existe a identificação da CV através de algum tipo de correferência com elementos de outra oração;
- f) resquícios de nulos em orações principais, completivas e relativas, nas quais o referente está numa sentença mais alta e não na imediatamente precedente.

(ALMEIDA, 2005, p. 199)

A autora enfatiza quanto a análise da faixa etária que mostra uma estabilização do fenômeno, pois há um equilíbrio nos percentuais de CVS usadas pelos mais velhos (29%) e pelos mais jovens (35%), sugerindo o uso de uma mesma gramática. Isso se confirma pela distribuição de sujeitos duplos, além da ordem VS que ocorre de forma similar pelas gerações distintas, isto é, basicamente com verbos intransitivos. Acrescenta, ainda, que não parece haver uma única forma de identificação da categoria vazia em posição de sujeito, como atestado por outros estudos, aparentando identificação através da ligação da categoria vazia com um elemento da sentença anterior ou do discurso com 90%. Em suma, tais constatações

enquericem o debate do PSN e da Morfologia flexão na variedade do português brasileiro.

Ademais, até onde temos verificado, as escassas pesquisas sobre o PSN nas variedades supracitadas limitam-se à língua falada (HAGEMEIJER, 2009; 2015; NZAU, 2011; KEPETULA, 2016; VERÍSSIMO, 2017; QUIBONGUE, 2013; GASPAR, 2015; INVERNO, 2008; 2009; NASCIMENTO et al, 2008) o que nos levou a centrar nossa atenção nesta pesquisa na modalidade escrita, pois acreditamos que através de uma análise contrastiva das respectivas variedades africanas do português, poderemos além de contribuir para o conhecimento morfossintático das variedades africanas do português, somar esforços à construção científica, já que uma escassez de trabalho sobretudo da Guiné Bissau. Portanto, o pioneirismo deste estudo visa contribuir para a ampliação das pesquisas que vêm sendo realizadas sobre o PSN em variedades africanas do português.

3 QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Uma das razões para estudar a linguagem (exatamente a razão gerativista) – e para mim, pessoalmente, a mais premente delas – é a possibilidade instigante de ver a linguagem como um “espelho do espírito”, como diz a expressão tradicional. (CHOMSKY, 1980, p.18)

3.1 TEORIA GERATIVA: A BASE DA PESQUISA

Tendo como base a abordagem nativista da linguagem, a Teoria Gerativa proposta por Chomsky (1981, 1986, entre outros) fundamenta-se na ideia de que existe um órgão responsável pela linguagem na mente-cérebro do indivíduo, a saber: a Faculdade da Linguagem (FL) que lhe permite não só produzir, mas também compreender sentenças numa dada língua. Essa faculdade é definida como “uma componente particular da mente humana” (CHOMSKY, 1986, p.22)

Na FL apresenta um dispositivo de aquisição da linguagem (denominado de Gramática Universal, GU) através do qual a criança, quando exposta ao *input* (dados linguísticos primários), é capaz de adquirir a gramática de uma língua particular, ou seja, a competência linguística, objeto de estudo da Teoria Gerativa. Essa competência também entendida como a língua-I(nterna) distingue-se da língua-E(xterna): aquela diz ao conhecimento gramatical inconsciente adquirido pelo falante, ao passo que esta liga-se ao desempenho, ou seja, ao uso que se faz desse conhecimento em diferentes contextos comunicativos. Visando a compreender a língua-I, Chomsky (1986, p.23) formula três questões centrais:

- (i) O que constitui o conhecimento da língua? (NATUREZA)
- (ii) Como é adquirido o conhecimento da língua? (ORIGEM)
- (iii) Como é usado o conhecimento da língua? (USO)

No que se refere em particular à segunda questão, a GU é acionada logo que a criança é exposta ao *input*. Nesse sentido, trata-se do estágio inicial geneticamente determinado que se constitui de Princípios (conjunto de propriedades comuns, universais a todas as línguas) e de Parâmetros (propriedades específicas de uma dada língua, sendo o *locus* da variação interlinguística) cujos valores, positivo (+) e negativo (-), serão fixados pela criança durante o processo de aquisição da linguagem. Em outras palavras, o estágio inicial da FL é igual para

todos os indivíduos, sendo os princípios as leis gerais válidas para todas as línguas naturais, enquanto os parâmetros, as propriedades que diferenciam uma língua da outra (MIOTO et al, 2013).

O processo de aquisição da linguagem se dá por um processo de estímulo e resposta obtendo-se como resultado reforço positivo ou negativo, sendo a linguagem considerada fator externo ao indivíduo. Esta concepção baseia-se na ideia de que a criança herda a capacidade de pronunciar e de repetir sons vocais a partir dos diferentes estímulos que recebe de seu meio linguístico (CHOMSKY, 1986). Dessa forma, o *input* é necessário para pôr em marcha o processo de aquisição de uma língua.

Chomsky utiliza uma metáfora já antiga, porém bastante bonita: se você plantar uma margarida, é preciso que ela receba água e sol e que a terra tenha nutrientes suficientes para que ela se desenvolva; no entanto o que vai nascer ali, de acordo com o código genético da semente que você plantou, é uma margarida, não uma rosa. Não adianta você tratar a muda de margarida como se fosse de rosa (regando com água bem fria, por exemplo), pois isso não vai fazer com que nasça ali uma rosa. Sem as condições mínimas, não vai nascer nada ali; mas se nascer, pode apostar que é margarida! Ou seja, não é porque a linguagem é inata que ela vai se desenvolver e se tornar uma margarida, assim também a linguagem precisa de um input para se desenvolver na criança. Apenas a parte inata não é suficiente. Ela é a condição necessária, mas não suficiente para que a aquisição ocorra (GROLLA & FIGUEIREDO SILVA, 2014). Em suma, Chomsky é contrário ao pensamento behaviorista no sentido de que não se adquire uma língua por estímulo-resposta, pois a linguagem humana é constituída de uma propriedade fundamental: a criatividade.

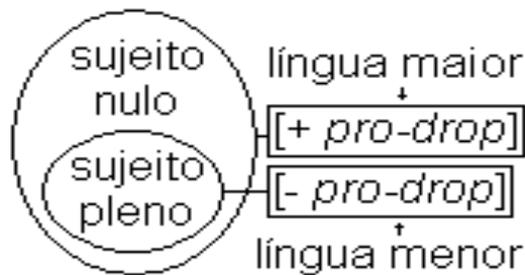
Ademais, como descrito por Pietta e Casagrande (2016), para uma abordagem como a gerativista, então, o que todos esses aspectos relativos ao conhecimento que a criança tem sobre a linguagem e os aspectos que envolvem o processo de aquisição (sua rapidez, sua uniformidade, sua universalidade) é o fato de que toda criança nasce com uma capacidade para adquirir uma língua (parte do conhecimento linguístico é geneticamente determinada).

Centrando nossa atenção neste momento nos parâmetros da GU, é proposto pelo Princípio do Subconjunto, segundo o qual o valor negativo de um parâmetro é um subconjunto do valor positivo. Por exemplo, uma língua como o inglês que obriga seus sujeitos serem realizados foneticamente (sujeitos plenos), marca negativamente o Parâmetro do Sujeito Nulo [língua - *pro-drop*], enquanto uma língua que o marca positivamente [língua + *pro-drop*], como o italiano e o espanhol, aceita duas realizações: o sujeito pode não ser realizado foneticamente (sujeito nulo representado pela categoria vazia *pro*) ou pleno; neste

último caso, estão submetidos a restrições, tais como contextos de ênfase ou de foco contrastivo (RAPOSO, 1992). Dessa distinção entre as línguas, é proposto o Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN).

Em outras palavras, todas as línguas obedecem a certos princípios universais e constitutivos, mas elas podem variar com relação a alguns parâmetros; essa explicação dá conta de maneira elegante, a um só tempo, dos aspectos linguísticos universais e da variação entre as línguas.

Figura 1 – Princípio do Subconjunto



(RAPOSO, 1992, p. 279)

De acordo com a teoria do Subconjunto, o português seria considerado uma língua de sujeito nulo [+ *pro-drop*]³, por admitir o apagamento, o que é compatível com o que as gramáticas tradicionais pregam. Porém, inúmeros trabalhos mostram que as taxas de preenchimento do sujeito no português brasileiro são cada vez maiores (cf. SOUZA et. al., 2010; ARAÚJO, 2012; BOTHERS E DUARTE, 2012; GRAVINA, 2014; KATO E DUARTE, 2014; SILVA, 2017; BAGNO, 2018; CARVALHO, 2018; MASSARIOL, 2018). Ademais, estamos diante de uma provável mudança na marcação do parâmetro: quando (e se) todos os sujeitos forem preenchidos no PB (respeitadas as condições pragmaticamente marcadas), teremos uma língua [- *pro-drop*], como o francês e o inglês (SOARES DA SILVA, 2006)

Na literatura gerativista, é possível verificar os parâmetros associados a um conjunto de propriedades (CHOMSKY, 1981, 1986; RIZZI, 1986). Em relação ao PSN, Chomsky (1981, p. 240) verifica que línguas *pro-drop*, como o italiano, ao contrário de uma língua não-*pro-drop* como o inglês, compartilham as seguintes propriedades:

³ Formas verbais sem sujeito exposto são formas diplomáticas de tratamento, que permitem evitar elegantemente a dificuldade social das formas nominais. Conhece-se este fenômeno pela expressão inglesa *prodrop*, construção que deixa cair (*drop*) o pronome (*pro*), evitando assim ter de tomar decisões difíceis entre uma panóplia de formas de tratamento» (*Discursar em Português... e não só*, Isabel Casanova. Lisboa: Plátano Editora, 2011, pp. 82-83). A seguir, os exemplos: “Sabe onde fica a catedral? Quer vir comigo? Pode sair”.

I. Sujeito pronominal nulo:

- (1) a. ____ Ho trovato il libro.
 b. I found the book.

II. Inversão “livre” do sujeito:

- (2) a. L'ha mangiato **Giovanni**.
 b. Giovanni ate it.

III. Movimento longo do elemento Wh- em posição sujeito:

- (3) a. L'uomoi [chei mi domando [chi ____ i abbia visto]]
 b. The man x such [that I wonder [who he saw]]

IV. Pronomes resumptivos vazios em orações encaixadas:

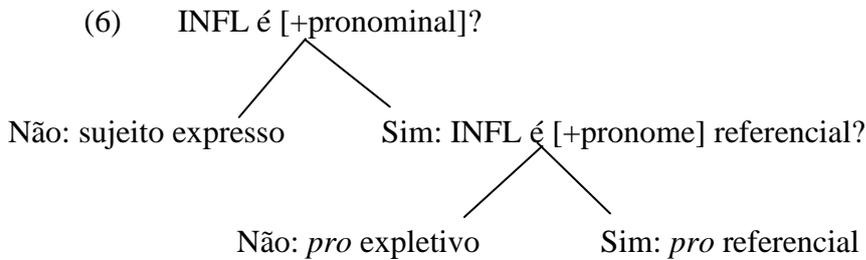
- (4) a. Ecco la ragazzai [chei mi domando [chi crede [che ____ i possa SV]]]
 b. This is the girl [who I wonder that [who thinks [that she may SV]]]

V. Aparente violação do filtro *[that-t] (leia-se “that-trace”):

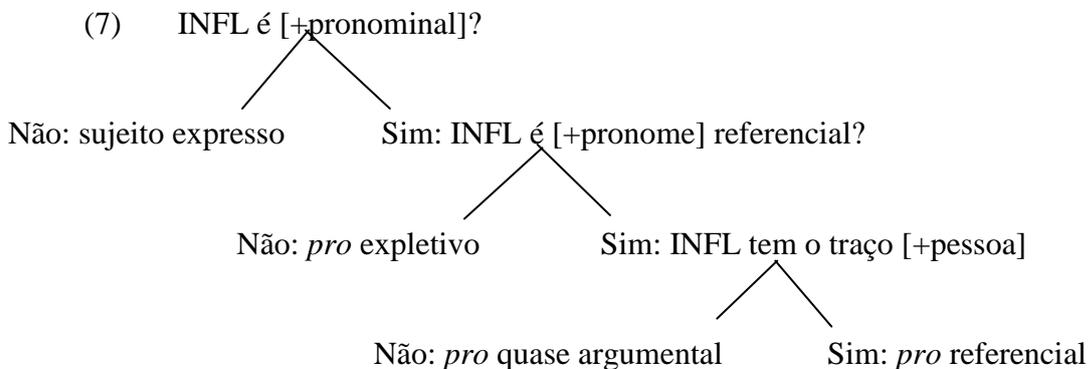
- (5) a. Chii credi [che ____ i partirà]
 b. Who do you think [(that) will leave]

Para Chomsky (1981, 1986) e Rizzi (1986;1988), em línguas prototipicamente [+*pro drop*], o sujeito nulo não é uma opção. É na verdade uma forma “default”, ou seja, só é expresso se houver uma “segunda ordem”, um comando que leve o falante a realizá-lo. Isso pode ser motivado por questões de ênfase, contraste ou ainda para desfazer ambiguidades. Assim, os sujeitos nulos e expressos estariam em distribuição complementar em línguas *pro-drop*. Esses autores argumentam que sujeitos nulos nessas línguas são licenciados por uma morfologia de flexão rica capaz de identificar seus traços número-pessoais. Por isso, em Chomsky (1981), com base em Taraldsen (1978), prevê uma posição binária línguas [+sujeito

nulo] vs. Língua [-sujeito nulo], sendo exemplos prototípicos o italiano e o inglês, respectivamente. Entretanto, Rizzi (1982, p.144) já alertava para o fato de o que se considerava um único parâmetro da Gramática Universal (GU) deveria ser decomposto em dois subparâmetros, representados numa hierarquia como em (6):



Apesar de autônomos, esses dois “subparâmetros” guardam entre si uma relação inerente. Caso uma língua responde positivamente à primeira propriedade, o mesmo ocorre em relação à segunda; de outra maneira a resposta for ao contrário, no caso negativa, a segunda propriedade não emerge (CYRINO e MORAIS, 2018).



Notamos em (7) que um parâmetro que distingue línguas que exibem sujeito nulo (SN) de língua que não exibem sujeitos nulos (italiano vs. inglês, por exemplo). Por conseguinte, outro que distingue entre as línguas que permitem sujeitos nulos referenciais e não referenciais e aquelas que permitam apenas nulos não referenciais (italiano vs. Alemão, por exemplo). Já se anunciavam aí pelo menos três tipos de línguas em relação ao PSN.

Conforme Rizzi (1988), em línguas como o italiano, a realização fonética do sujeito se torna redundante, visto que a desinência já se encarrega da distinção entre as pessoas verbais, o que ocasiona uma falta de necessidade do pronome. Por outro lado, sabe-se que no

inglês a realização fonética do pronome é fundamental para que se realize a distinção entre as pessoas verbais, pois as desinências nesta língua não são suficientes para distingui-las, não havendo, assim, um acúmulo de informações desnecessárias. Desse modo, segundo o autor, numa língua como o italiano, o preenchimento do sujeito pronominal aconteceria somente para expressar ênfase ou contraste, já que nesses casos não há outra opção senão o preenchimento mesmo.

Observamos o seguinte paradigma do italiano extraído de Rizzi (1988, p. 4-5):

(8) a. Gianni gli ha dovuto/ha potuto parlare personalmente.

‘Gianni lhes tem devido/tem podido falar pessoalmente’

b. Mario la comincia a/finisce di battere a macchina domani (la tesi).

‘Mario a começa a/termina de bater a máquina amanhã (a tese)’

c. Piero li venne/andò/tornò a chiamare alla stazione.

‘Piero os veio/andou/tornou a chamar para a estação’

Ainda a partir de um dos trabalhos semanais sobre pronomes nulos, Rizzi (1986, p.540), depreende-se que *pro* está sujeito às seguintes condições:

(9) a. ele deve ser licenciado, e a disponibilidade de um licenciador é determinada parametricamente;

b. ele deve ser identificado; especificamente, *pro* herda os traços ϕ do licenciador.

As línguas naturais podem ser caracterizadas da seguinte maneira, no que concerne à propriedade de licenciamento de pronomes nulos (tipologia depreendida de RIZZI, 1986, apud CARVALHO & BRITO, 2014, p. 23):

• **Línguas que não permitem *pro-drop*** - *pro* não é licenciado – Inglês, Francês;

• **Línguas semi *pro-drop*** –

a) apenas *pro* não-referencial, não-argumental (i. e. expletivo “puro”) é licenciado – Alemão;

b) dois tipos de *pro* expletivo são licenciados, mas *pro* referencial não é – Islandês;

• **Línguas completamente *pro-drop*** - todos os tipos de *pro* são licenciados – Italiano.

Ainda sobre a proposta de Rizzi (1982), o autor pensa que a omissão do sujeito está relacionada com a flexão verbal. Segundo ele, a flexão verbal das línguas de sujeito nulo pode ter dois traços: [pronominal] e [referencial]. Línguas em que flexão verbal tem os traços [+pronominal] e [+referencial] podem ter sujeito nulo nas frases finitas (línguas de sujeito nulo românicas). Línguas que têm uma flexão verbal [-pronominal] e [-referencial] não podem ter sujeito nulo (o inglês). Línguas que têm uma flexão [+pronominal] e [-referencial] só podem ter sujeito nulo expletivo. Rizzi 1986 defende que *pro* tem de ser licenciado e identificado. Segundo ele, nas línguas de *pro-drop*, a flexão e o V podem reger *pro*. Ademais, *pro* está licenciado. Além disso, os traços- ϕ da flexão verbal vão recuperar *pro* como um pronome definido. Por isso, *pro* está também identificado. Desta maneira, podemos ver que o sujeito nulo está intimamente relacionado com a concordância verbal rica (RIZZI, 1982;1986)

Ampliando a discussão em torno do PSN, Huang (1989) observa que, embora o chinês não possua uma morfologia de flexão verbal rica, sujeitos nulos podem ser licenciados. Nesse caso, restrições de natureza discursiva atuam no licenciamento desses sujeitos, haja vista que só ocorrem quando seu referente se encontra no discurso. Conforme Humberto Soares da Silva (2006):

A partir do trabalho de Cheng-Teh James Huang (1984), que encontrou sujeitos nulos em línguas como o chinês, que apresenta uma flexão pobre (o paradigma verbal nessa língua não possui marcas de modo, tempo, número e pessoa), novas hipóteses sobre o licenciamento do sujeito nulo tiveram que ser levantadas. De acordo com Jaeggli & Safir (1989), não é um paradigma rico ou forte o que licencia o apagamento do sujeito, mas um paradigma uniforme, constituído apenas de formas “derivadas” (com desinências) ou “não derivadas” (só com o radical). Um paradigma contendo, simultaneamente, formas derivadas e não derivadas, segundo os autores, não licencia o sujeito nulo (SOARES DA SILVA, 2006, p.21)

Cheng-Teh James Huang explicita em seus pressupostos, com base nos dados da língua chinesa, que a presença de argumentos nulos no chinês está diretamente atrelada a outro parâmetro que diferencia línguas orientadas para a sentença e línguas orientadas para o discurso, argumento ponderado em princípio pelos estudos apresentados por Tsao (1977). Ainda sobre esse viés, Tavares Silva (2004), mencionando Cheng-Teh James Huang (1989, p. 187) observa, ao analisar uma frase como Zhangsan shuo [e hen xihuan Lizi]. (“Zhangsan disse que (ele) gostou de Lizi”), a autora postula que o sujeito nulo da oração subordinada representado por e pode referir-se ou ao sujeito da oração matriz Zhangsan, ou ainda, pode ser

controlado por este último sujeito que está numa posição mais alta na estrutura frásica, ou pode referir-se a alguma outra pessoa cuja referência já é dada no domínio do discurso que seria correspondente a um tópico do discurso.

Jaegli e Safir (1989), por sua vez, propõem que o sujeito nulo é licenciado pela uniformidade morfológica dos paradigmas verbais. Sendo assim, tanto em línguas cujo paradigma flexional do verbo apresenta formas compostas somente pelo radical do verbo (chamadas pelos autores “não-derivadas”) quanto em línguas cujo paradigma exhibe desinências de tempo, modo, número e pessoa (“derivadas”), sujeitos nulos podem ser produzidos. No primeiro caso, o sujeito é identificado pelo tópico do discurso (ex.: o chinês); já no segundo, é identificado pela morfologia verbal (ex.: o italiano).

Revisitando a proposta de Jaeggli e Safir (1989) e Roberts (1993) argumenta que um paradigma morfológicamente uniforme não é condição para o licenciamento e identificação do sujeito nulo. Um paradigma pode licenciar e identificar o sujeito nulo caso seja formal e funcionalmente rico, no tocante à morfologia de flexão verbal. Para tanto, o paradigma deve conter apenas uma forma zero e um sincretismo, como é o caso do português europeu:

No âmbito da teoria de Princípios e Parâmetros, concebe-se que o PE é uma língua tipicamente de sujeito nulo, pois apresenta propriedades sintáticas de línguas *pro-drop*, conforme indicam os exemplos a seguir:

(a) Apresenta sujeitos pessoais foneticamente nulos:

(10) *pro* Pensamos muito a este respeito.

(b) Apresenta sujeitos expletivos foneticamente nulos:

(11) *pro* Nevou muito esta noite.

(c) Aceita inversão livre do sujeito:

(12) *pro* Jogaram a bola [os meninos].

(d) Mantém posição pós-verbal do objeto direto em orações passivas:

(13) Foi convidado [um estudante] para a festa.

(e) Atribui Caso Nominativo à direita:

(14) Sou [eu] que estou aqui.

(f) Possui flexão de infinitivo pessoal:

(15) Vai ser difícil [tu saíres mais cedo].

(g) Ausência do efeito <>:

(16) Quem (é que) tu pensas [que [t viu esse < lme]]?

(BUTHERS & DUARTE, 2012, p. 65-66)

Para Duarte (1995), línguas de sujeito pleno, como o inglês, preenchem obrigatoriamente os sujeitos referenciais (lexicais), ao contrário das línguas de sujeito nulo que utilizam a categoria vazia *pro* com valores gramaticais ocupando a posição de sujeito. Neste sentido, como será possível verificar mais adiante, há uma correlação entre o paradigma flexional dos verbos com o parâmetro do sujeito nulo, isto significa que línguas de sujeito nulo teriam uma morfologia flexional rica e, por isso, licenciariam a categoria vazia *pro*, porque permitem a recuperação da informação pela desinência e as línguas de sujeito pleno justificariam o preenchimento da categoria de sujeito pelo fato de possuírem uma morfologia flexional pobre.

De fato, Duarte (1995, 2000) encontra para fala lusitana índices de sujeitos nulos da ordem de 65%, 76% e 80%, para 1^a, 2^a e 3^a pessoas, respectivamente, e, interessante destacar, na 2^a pessoa, independentemente de o tratamento ser familiar (tu) ou mais formal (você, o senhor), os índices de sujeitos nulos são praticamente idênticos, mostrando que realmente o paradigma funciona de modo equilibrado no licenciamento e recuperação do sujeito nulo, não havendo relação direta entre desinência mais ou menos distintiva e sujeito nulo/pleno. Além disso, os índices são compatíveis com os encontrados para o italiano (MARINS, 2009) e o espanhol peninsular (SOARES SILVA, 2011).

Nesse sentido, corroborando com a proposta de Rizzi (1986) para as condições de licenciamento e identificação do sujeito nulo, é possível também afirmar que o PE apresenta um paradigma de concordância morfologicamente rico. O autor postula que a possibilidade de *pro* ocorrer numa configuração implica condições de licenciamento e de identificação. Ainda, segundo o pesquisador, o licenciamento de *pro* dá-se por meio de uma condição “formal”, através de regência por Infl (de Inflection – flexão), capaz de atribuir caso nominativo; e a identificação de *pro* dá-se através de módulo semântico identificador, que requer uma coindexação com traços fortes de Agr (de Agreement – Concordância de número e pessoa), contidos na categoria Infl, que rege *pro*. Dessa forma, é possível visualizar no quadro a seguir:

Quadro 4 - Paradigma flexional do português europeu

	Pessoa	Cantar	Escrever	Partir
S	1ª	Canto	Escrevo	Parto
S	2ª	Cantas	Escreves	Partes
S	3ª	Canta	Escreve	Parte
P	1ª	Cantamos	Escrevemos	Partimos
P	2ª	Cantais	Escreveis	Partis
P	3ª	Cantam	Escrevam	Partem

Fonte: Extraído de Butheres e Duarte (2012, p.66)

No quadro 4 demonstra uma desinência verbal de número e pessoa para cada pessoa do discurso, nas três conjugações verbais, o que claramente denota o PE como uma língua nitidamente de concordância forte. Portanto, é exatamente essa sua característica que nos permite conferir ao PE o estatuto de língua de sujeito nulo, já que “o conteúdo do sujeito é recuperável a partir do conteúdo morfológico das terminações verbais” (RAPOSO,1992, p.478). Todavia, diferentemente do PE, pesquisas recentes da sociolinguística paramétrica vêm mostrando que, a partir da segunda metade do século XIX, a concordância número-pessoal no PB começa a enfraquecer-se, como é possível verificar no quadro abaixo de Duarte (1993, p.109):

Quadro 5 – Evolução nos paradigmas flexionais do português brasileiro

Pessoa	Número	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3	Paradigma 4
1ª	Singular	Cant-o	Cant-o	Cant-o	Cant-o
2ª direita	Singular	Canta-s	-----	-----	-----
2ª indireita	Singular	Canta-Ø	Canta-Ø	Canta-Ø	Canta-Ø
3ª	Plural	Canta-Ø	Canta-Ø	Canta-Ø	Canta-Ø
1ª	Plural	Canta-mos	Canta-Ø	Canta-Ø	Canta-Ø
2ª direita	Plural	Canta-is	-----	-----	-----
2ª indireita	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m	Canta-Ø
3ª	Plural	Canta-m	Canta-m	Canta-m	Canta-Ø

Fonte: Extraído de Duarte (1993, p.109).

Pelo quadro 5, percebe-se que o paradigma 1 exibe um conjunto de seis desinências número-pessoais distintas para as pessoas do discurso, com dois sincretismos, ou seja duas formas verbais com flexão idêntica, sendo assim um referente à 2ª pessoa do singular indireta

(você) e à 3ª pessoa do singular (ele/ela). Enquanto que no segundo sincretismo refere-se à 2ª pessoa do plural indireta (vocês) e à 3ª pessoa do plural (eles/elas). Mais adiante, no segundo momento que se inicia por volta dos anos 30 (cf. DUARTE, 1993), o paradigma 2 exhibe a perda da 2ª pessoa direta do singular (tu) e da 2ª pessoa direta do plural (vós), ocasionando a diminuição no número de desinências distintivas para quatro, com dois sincretismos. Já o terceiro paradigma, que, para Duarte (1993), coexiste com o segundo, há a implementação na gramática da expressão “a gente” (com marca desinencial de 3ª pessoa do singular), forma sinônima ao pronominal “nós”, cuja consequência foi mais uma diminuição das desinências, restando apenas três formas distintivas. Num último momento, é possível visualizar um paradigma com apenas duas formas distintas, a 1ª do singular (eu) em oposição às demais, que acrescentamos na tabela a título de ilustração do tipo de concordância de número e pessoa que tem se apresentado no PB falado atualmente.

Para Galves (2001), a redução no paradigma flexional é responsável pela perda do traço semântico que se refere às três pessoas do discurso, na categoria gramatical de pessoa, restando a esse paradigma apenas o traço sintático, com um valor positivo e um negativo. Já o visível enfraquecimento do paradigma verbal do PB tem sido visto como uma possível causa para a gradual emergência da ordem [XP V DP] e para o distanciamento dessa variante do português em relação à variante europeia quanto à maneira como ambas as línguas marcam o parâmetro de sujeito nulo.

Segundo Tavares Silva (2004) “é imprescindível, num estudo que vise a riqueza de AGR na gramática de uma língua particular, a análise de como se comporta o paradigma de uma dada língua, a análise de como se comporta o paradigma de flexão verbal nessa língua”. Segue a formulação do paradigma de base adotado pela autora em (17):

(17) Tabela 2 – Paradigmas do PB e do PE no presente do indicativo

PB1	PB2	PE
Eu canto	Eu canto	Eu canto
-----	-----	Tu cantas
Você/ele(a)/ a gente canta	Tu/você/ele(a)/ nós/vocês/ eles(as) canta	Você/ ele (a)/ a gente canta
Nós cantamos	-----	Nós cantamos
-----	-----	-----
Vocês / eles (as) cantam	-----	Vocês / eles (as) cantam

Fonte: Extraído de Tavares Silva (2004, p. 237)

Como descrito por Tavares Silva (2004), a proposta de Charlotte Galves (2001) parte da concepção postulada por Roberts (1993), na qual o autor estabelece distinção entre a riqueza da forma e funcional de *AGR*⁴. Assim, Galves (op. cit.) formula uma explicação alternativa para caracterizar essa riqueza, implementando a proposta de Roberts quanto “a existência de duas noções de pessoa na Gramática Universal: pessoa semântica e pessoa sintática” (GALVES, 2001, p. 104).

Dessa forma, vale salientar que Tavares Silva (2004) nos alerta sobre a posição assumida pela proposta da autora que afirma ser na gramática de uma língua particular em que há pessoa semântica quando para cada pessoa do discurso há um morfema que a especifique gramaticalmente ou no singular ou no plural, na proporção que a existência da pessoa sintática decorre do fato de ser só possível estabelecer combinação entre traços binários relativos à pessoa e ao número que serão marcados positivos e negativos (TAVARES SILVA, p.245-246). Conforme apresentado em (18):

- (18) [+pessoa] [-número]
 [-pessoa] [-número]
 [+pessoa] [+número]
 [-pessoa] [+número]

Portanto, em sua análise, Galves (op. Cit.) não estabelece distinção entre PB1 e PB2. O paradigma analisado pela autora assemelha-se ao paradigma de PB1 analisado nesta dissertação, a única distinção reside no fato de a autora não incluir a forma pronominal a gente neste paradigma de flexão verbal.

Adotando a análise de Galves de que na gramática do PB a pessoa é sintática, Tavares Silva (op. cit.) ao analisarem, por exemplo, o paradigma verbal de Pb1 e PB2 no presente do indicativo, verificam que, no primeiro, o número é traço distintivo da morfologia verbal (cf. (19)), ao passo que, no segundo, é a pessoa (cf. (20)):

- (19) [+pessoa, -número] –o
 [+pessoa, +número} – mos
 [-pessoa, -número] –a

⁴ Abreviação do inglês “agreement”, remete a concordância.

[-pessoa, +número] – m

(20) [+pessoa, -número]

[-pessoa, -número]

Similarmente à análise de Costa e Figueiredo Silva (op. cit.), do ponto de vista de Tavares Silva (2004, p.248) alega que a única distinção em PB2 dá-se entre a primeira pessoa do singular e todas as demais que são especificadas gramaticalmente pelo morfema Ø.

Em linhas gerais, para distinguir pessoa sintática de pessoa semântica, Tavares Silva (op. cit.) postula que o AGR de PE é rico em relação ao AGR de PB1 e PB2, pois no singular há distinção entre as três pessoas do discurso, o que caracteriza a pessoa como semântica, ao contrário das duas variedades do PB, cuja pessoa é sintática em virtude de haver combinação de traços binários de número e pessoa (cf. os paradigmas ilustrados em (20)).

Verificando o PSN em diferentes línguas, Chomsky (1982, p. 26) argumenta que há uma espécie de “espectro” de sistemas de parâmetro do sujeito nulo:

a) **línguas canonicamente *pro-drop* ou línguas de sujeito nulo consistente** - a morfologia de flexão verbal é rica o suficiente para licenciar e identificar os traços número-pessoais dos sujeitos nulos (ex.: italiano, grego e turco);

b) **línguas parcialmente *pro-drop* ou línguas de sujeito nulo parcial** - sujeitos sem referência definida tendem a ser nulos, mas há fortes restrições à ocorrência de sujeitos nulos referenciais (ex.: hebraico, russo, finlandês e português brasileiro);

c) **línguas radicalmente *pro-drop* ou línguas *pro-drop* radical** - sujeitos nulos são licenciados sob restrições de ordem discursiva, pois estão ligados a um tópico (ex.: chinês, japonês, tailandês e vietnamita);

d) **línguas de expletivos nulos ou línguas de sujeitos nulos expletivos** - apenas sujeitos nulos expletivos são permitidos (ex.: alemão, holandês e o crioulo do Cabo Verde).

Tomando por base os quatro sistemas de línguas *pro-drop* já mencionados aqui, Veríssimo (2017) assume a hierarquia paramétrica proposta por Holmberg e Roberts (2009) para o PSN, segundo a qual fica garantida a binaridade paramétrica, sendo tarefa da criança no processo de aquisição selecionar o valor que corresponda à língua a que está exposta. Sendo assim, Veríssimo (2017) propõe no esquema abaixo em que as setas da esquerda, ao contrário daquelas da direita, indica uma resposta negativa para a pergunta contida nos retângulos. Observemos o esquema a seguir:

Figura 2 – Múltiplas possibilidades de marcação ⁵do PSN



Fonte: Extraído de Veríssimo (2017, p.84 apud HOLMBERG e ROBERTS, 2009)

Sendo assim, compreendemos que, como mostram tantas questões sócio-históricas aqui exploradas por meio da compreensão de uma listagem dos fenômenos linguísticos levantados por pesquisadores acerca da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo é, realmente, uma das áreas mais relevantes a serem observadas nos Português de Angola, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Sendo este tema de tamanha pertinência para os

⁵ Embora na Teoria se considere que, quando um parâmetro tem uma dada marcação, outros parâmetros são marcados em consequência, ou seja, dificilmente uma língua terá apenas um parâmetro diferente de outra.

estudos de Linguística Contrastiva e, igualmente, nas pesquisas que pretendem explorar as variedades africanas, justifica-se a legitimidade da presente investigação.

Diante do que foi dito sobre os quatro sistemas de línguas *pro-drop* e da hierarquia paramétrica, pode-se verificar que ao contrário do PE, uma língua de sujeito nulo consistente (BARBOSA, 1996), as previsões de Carminati (2002) e, para o caso do PE, os resultados verificados nos trabalhos de Costa et al (1998), Luegi (2012), Silva (2015) e Lobo e Silva (2016), que referem que nas línguas de sujeito nulo consistente há uma divisão de tarefas entre sujeitos nulos e plenos, que são sensíveis à posição sintática do antecedente. Nestas línguas, o sujeito nulo é usado preferencialmente para recuperar um antecedente sujeito e o sujeito pronominal é usado para retomar um antecedente objeto.

Sob a ótica de Kapetula (2016), o PA aparenta ser uma língua de sujeito nulo que se aproxima mais do PE, ainda que haja variação a nível da interpretação nos contextos testados, o que de alguma forma confirma a previsão inicial deste estudo. Logo, preferência por sujeitos nulos conforme o PE (OLIVEIRA & SANTOS op. cit).

Em contrapartida, Veríssimo (2017) ao revisitar os estudos comparativos do PM e PA realizados por Teixeira (2012), atesta que em ambas as variedades, a variável forma de aquisição do português/português como L2 não foi selecionada como sendo um dos mais significativos para o favorecimento do preenchimento do sujeito. Veríssimo (op. cit.) afirma que isso é um fato que surpreendeu a Teixeira, e também a mim em relação aos dados de Moçambique. Já que partimos do princípio de que o contato teria sido o principal gatilho para as mudanças sintáticas que são o objeto de estudo desse trabalho, esperava-se que os falantes de português como L2 tendessem a exibir mais drasticamente as características de uma reanálise sintática da expressão do sujeito. Ainda, sobre o PM, Gonçalves (2010, p.23) atenta quanto às inovações morfológicas (como, por exemplo, o enfraquecimento da morfologia de flexão nominal e verbal), verifica-se que estas são produzidas por falantes pouco escolarizados, ou, no caso em que apresentam uma distribuição social mais ampla, dizem respeito a fenômenos muito específicos, como corrobora Pissurno (2017).

3.1.1 Aquisição da linguagem sob enfoque da Teoria Gerativa

A linguagem humana é um dispositivo complexo que garante simultaneamente as funções de comunicação e as funções de representação (SAUSSURE, 2012 [1916]; JAKOBSON, 2010; LYONS, 2013 [1979]). Em algumas espécies animais existem sistemas

de comunicação muito elaborados, e os fascinantes estudos das capacidades de linguagem dos macacos antropóides revelaram a existência de capacidades lexicais, semânticas e pragmáticas, sem que nem por isso capacidades gramaticais tenham sido destacadas (KOHLER, 1978; OTTONI, 2001; DURHAM, 2003; KAMASHIRO, 2007). No entanto, as línguas naturais com as propriedades que os linguistas e os filósofos lhes têm conferido são adquiridas e faladas espontaneamente apenas pelos membros da espécie humana, isto é, por organismos que possuem determinado tipo de estrutura e organização mental que lhe permite, adquirir uma gramática internalizada (cf. RAPOSO, 1992).

Conforme comenta Kenedy (2013), essa questão, acerca da origem do conhecimento linguístico humano, conhecida como o problema de Platão, refere-se justamente à inquietação sobre como ser possível às crianças aprenderem uma língua de modo tão rápido e natural, seja qual for a língua (português, alemão, russo, francês) e mesmo em comunidades bilíngues ou multilíngues, diante de um *input*⁶ um perfeito, sem uma hipótese forte sobre os conjuntos de regras a encontrar.

Quanto ao processo de aquisição da linguagem, Chomsky (1986) utiliza o argumento da pobreza de estímulo, a vertente linguística do problema de Platão sobre a natureza do conhecimento humano, para chamar a atenção para o fato de que os *inputs* a que uma criança está exposta durante a aquisição de sua língua são insuficientes para uma completa aquisição se comparados ao conhecimento que as crianças apresentam entre um e quatro anos de idade, de complexas estruturas sintáticas de quaisquer línguas naturais. Por exemplo, ao ouvir sentenças como “A mamãe foi ao mercado comprar docinho, ela volta daqui a pouco”, a criança não recebe instruções a respeito do fato de, nessa sentença, o pronome anafórico referir-se ao sintagma que ocupa a posição de sujeito da oração anterior. O conhecimento dessa interpretação, isto é, o conhecimento sobre as vinculações das expressões linguísticas estaria internalizado na mente da criança por meio de Princípios de Ligação – nesse caso, o chamado Princípio B, que determina que um pronome anafórico deva ser livre na oração em que estiver inserido. Dessa forma, a pobreza de estímulo não compreende apenas a insuficiência de dados concretos, mas também a ausência de explicações sobre os processos sintáticos, como os de vinculações de expressões, durante o processo de aquisição de língua.

O estudo de aquisição da linguagem foi uma das primeiras tentativas de se consolidar os pressupostos gerativistas. A aquisição da linguagem era comparada com o “crescimento de

⁶ Tudo aquilo que a criança ouve, no caso de línguas orais faladas, ou vê, no caso de línguas de sinais. Mais especificamente, são os dados linguísticos produzidos no ambiente em que a criança vive, dirigidos ou não a ela.

órgãos – é algo que acontece a uma criança, e não o que a criança efetivamente faz” (CHOMSKY, 2005, p.35). Não haveria realmente uma diferença entre as línguas, ou seja, há uma base, uma gramática universal que é ativada segundo a geografia a qual pertencemos. Por exemplo, ao nascer no Brasil, a criança conseqüentemente ativará os princípios, ou, nas palavras de Chomsky (2005), “interruptores” da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que, supõe-se que, se a mesma criança tivera nascido na Itália, ela acionaria o sistema linguístico italiano. Assim sendo, “as linguagens são produtos do mesmo molde, variação de um mesmo tema [...] com diferenças apenas marginais” (CHOMSKY, 2005, p. 35).

Segundo Kail (2013), os estudos comparativos entre as línguas, especialmente reformuladas pelas contribuições da tipologia (WATSON, 10191; PALOV, 1927; SKINER, 1957; CHOMSKY, 1957, 1981, 1986; PIAGET, 1959; LEMOS, 1982; KAPLAN, 1985; AUGUSTO, 1995; GROLLA, 2006; QUADROS & FINGER, 2007), constituem um instrumento indispensável para a determinação da natureza e das restrições específicas impostas pelas línguas ao processo de aquisição da linguagem.

Para diversos autores a conceituação de Língua Materna ou L1, Língua Estrangeira ou L2 nos aparenta uma certa obviedade. No entanto, quando se trata da aplicação de tais conceitos se faz necessária à compreensão distinta desses termos:

A Língua Materna ou a Primeira Língua (L1) não é, necessariamente, a língua da mãe, nem a primeira língua que se aprende. Normalmente, é a língua que aprendemos primeiro e em casa através do país, e também é frequentemente a língua da comunidade. Entretanto, muitos outros aspectos linguísticos e não-linguísticos estão ligados à definição. A língua dos pais pode não ser a língua da comunidade, e, ao aprender as duas, o indivíduo passa a ter mais de uma L1 (caso de bilinguismo). Uma criança pode, portanto, adquirir uma língua que não é falada em casa, e ambas valem como L1 (SPINASSÉ, 2006).

Sapinassé (2006, p.04) considera importante “a justaposição do conceito de LM com o ator identitário. O autor explica que a aquisição da LM não implica apenas o desenvolvimento de competências linguísticas mas igualmente de valores pessoais e sociais”. Também Spinassé adverte que a LM não é necessariamente a língua da mãe ou primeira língua que se aprende, sendo muitos os aspetos linguísticos e não linguísticos ligados ao conceito. O autor acaba por sintetizar os critérios que definem LM:

De uma forma geral, contudo, a caracterização de uma Língua Materna como tal só se dá se combinarmos vários fatores e todos eles forem levados em consideração: a língua da mãe, a língua do pai, a língua dos outros familiares, a língua da comunidade, a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia, a língua predominante na sociedade, a de

melhor status para o indivíduo, a que ele melhor domina, língua com a qual ele se sente mais à vontade [...] Todos esses são aspetos decisivos para definir uma L1 como tal. (SAPINASSÉ, 2006, p. 05)

No que se refere à segunda língua (L2) e à língua estrangeira (LE), Littlewood (1999, p. 02) observa que “a segunda língua tem uma função social dentro da comunidade onde ela é aprendida, e a língua estrangeira é aprendida primeiramente para um contato fora da própria comunidade”. Nesse sentido, ele discorre sobre esses conceitos:

a) *língua estrangeira (LE)*: é o termo usado por alguns pesquisadores para a aprendizagem de outra língua que não é falada geralmente fora da sala de aula, ou seja, não é falada no país onde se estuda essa língua (ex.: a língua inglesa ensinada no Brasil);

b) *segunda língua (L2)*: pode se referir à aquisição da língua que é falada no país por um estudante estrangeiro ou se referir a uma segunda ou terceira língua que coexiste com outra língua também nativa do mesmo país. Em Moçambique, por exemplo, as línguas bantu em geral são a L1 e o português, a L2.

No âmbito da L2, a palavra “aquisição” é muitas vezes compreendida equivocadamente como “aprendizagem”, chegando a ser empregada como sinônimo. Conforme Lawler e Selinker (1971), Corder (1967) e Krashen (1981), a diferença entre aquisição e aprendizagem reside no fato de, na primeira, estarem ativados mecanismos cognitivos automáticos, possibilitando um processo rápido, espontâneo e subconsciente, enquanto, na segunda, estão ativados mecanismos de resolução de problemas, sendo um processo consciente. Sim-Sim (1998, p. 28) argumenta que “[...] ao falarmos da aquisição da linguagem estamos a referir-nos ao processo de apropriação subconsciente de um sistema linguístico, via exposição, sem que para tal seja necessário um mecanismo formal de ensino, que cabe à aprendizagem.”.

Em sua proposta, Krashen (1981) levanta alguns aspectos para explicar a dicotomia aquisição *versus* aprendizagem:

- *Distinção entre aquisição e aprendizagem*: O processo de aquisição ocorre no âmbito do inconsciente, pois o indivíduo que está adquirindo a língua geralmente não está consciente que está internalizando as regras da nova língua, mas usando-a para se comunicar. Quanto à aprendizagem, ela se refere ao conhecimento consciente de L2 que exige saber suas regras, estar consciente e ser capaz de falar sobre elas.
- *a ordem natural*: A ordem natural, previsível, em que se adquirem as regras da L1 também é seguida para a L2. Todavia, a ordem de aquisição para a L2 não é a mesma

ordem de aquisição para a L1, ou seja, na aquisição de L2, a ordem natural é diferente da observada na aquisição da mesma língua por falantes nativos.

- A hipótese do *input*: a produção oral, a fluência na fala é algo que não pode ser ensinado. O indivíduo deve estar preparado, apto para falar; e esta aptidão varia de indivíduo para indivíduo. Ou o indivíduo se sente apto para falar ou irá repetir mecanicamente frases e expressões que lhe são apresentadas, sem se comunicar. Nos primeiros estágios, a incorreção estará presente, porém, quanto maior e mais adequado for o *input* fornecido ao indivíduo, melhor sua produção linguística.
- A hipótese do *monitor*: a aquisição e a aprendizagem são usadas de maneiras bem específicas. Normalmente, a aquisição faz com que o indivíduo se comunique de maneira espontânea. Por outro lado, a aprendizagem tem uma função, monitor ou editor. Essa hipótese afirma que a aprendizagem formal não tem efeito sobre a aquisição a não ser pelo fato de servir como um fiscal, um monitor de produção linguística do indivíduo, levando-o a se corrigir sempre que achar necessário para conseguir o máximo de correção possível.
- *Filtro afetivo*: é um bloqueio mental que impede os indivíduos de utilizarem totalmente o *input* compreensível que eles recebem para a aquisição da língua. Ele será alto se os indivíduos estiverem desmotivados e não tiverem autoconfiança, ou se estiverem ansiosos, vale salientar que isso diz respeito à L2. Nesse caso, o *input* recebido não penetrará no dispositivo da aquisição da língua.

No contexto de uma L2 e de uma LE, é possível que a L1 exerça algum tipo de interferência. Sobre isso, Zucarello (2009) discute os seguintes conceitos:

- a) *Transferência*: processo que ocorre quando o aprendiz de uma L2, na hora de produzir e processar mensagens, utiliza-se de conhecimentos linguísticos e habilidades comunicativas da L1 ou de outra língua previamente adquirida. Sobre essa transferência, sobre essa transferência, Ngunga (2012, p. 2) a define como:

fenômeno que consiste na utilização numa língua de traços característicos de uma outra língua devido a incapacidade de o sujeito falante produzir corretamente um som, uma palavra, uma frase da língua materna, ou na atribuição a uma palavra, expressão ou frase, de um sentido que faz lembrar a tradução literal de algo análogo na língua materna.

- b) *Interlândia*: sistema de transição criado por um falante ao longo de seu processo de assimilação de uma língua estrangeira. Caracteriza-se pela interferência da língua materna até o aprendiz alcançar seu potencial máximo de aprendizado de língua estrangeira. Para Mello (2011, p. 462), a interlíngua é definida como um sistema em desenvolvimento em um indivíduo que está no processo de aquisição de L2. Para que a criança adquira a (L1) tem de estar em contato com o meio social, na aquisição de L2, a imersão lngstica, cultural, social será essencial para uma aquisição mais espontânea.
- c) *Fossilização ou Cristalização*: Erros e desvios presentes na LE são difíceis de serem eliminados porque as necessidades de comunicação nessa língua enfrentadas pelo aluno podem ter exigido uma frequente produção de linguagem imprecisa, que se manifeste também nas simplificações, empréstimos e decalques semânticos e sintticos quando da apreensão de uma língua estrangeira.

Ao retomarmos o conceito de interlíngua com base em Selinker (1972) que define interlíngua como um sistema intermediário entre a língua nativa ou materna e a língua dois ou segunda língua e a língua estrangeira a ser aprendida. “ Um sistema lngstico separado sobre cuja existência podemos fazer hipóteses no "output" de um estudante ao tentar produzir a norma da língua meta" (SELINKER apud GARGALLO, 1993, p. 127).

Selinker concorda com as ideias de Chomsky (1959) e diz que na mente existe a estrutura latente da linguagem que possibilita a aquisição da língua materna. Esta concepção constitui uma ordenação já formulada no cérebro. Junto a essa estrutura, existe uma estrutura psicológica latente que se ativa quando um adulto trata de perceber e produzir orações numa L2. Selinker destaca (como revelado pelos estudos de análise contrastiva entre LM e L2) que frases produzidas pela maioria dos aprendentes de uma L2 (em termos de estruturação) são diferentes daquelas mesmas frases ditas por falantes nativos da L2 estudada, deduzindo assim que deveria existir um sistema lngstico separado para esta L2. Selinker, com isto, apontava para o processo de ALS (Aquisição de Língua Segunda) como sendo algo sistemático e gradual. O autor sugere, assim, a existência de uma "interlíngua" responsável pelo processo da aprendizagem. Os aprendentes desenvolveriam tal sistema lngstico único, uma estrutura lngstica mental altamente dinâmica, diferente, tanto da língua materna (L1) como da L2 estudada. A competência lngstica do aprendente, em qualquer estágio do processo de aprendizagem é produto direto de uma estrutura psicológica latente que possuímos, e que permite a procura de sentido na aprendizagem da L2 por parte do aprendente. Este conjunto

de estruturas psicológicas latentes na mente do estudante, ativam-se quando se aprende uma língua estrangeira, independente de conseguir aprender ou não. Segundo ele, a diferença desta estrutura psicológica para a estrutura latente da linguagem é que a primeira não tem um programa genético como a da Gramática Universal, nem sempre garante o sucesso em aprender uma determinada língua, pois muitos adultos não chegam a aprender uma língua estrangeira. Ainda segundo Selinker, os 5% dos adultos que conseguem falar uma LE igual a um nativo, não ativam a estrutura psicológica latente. Os outros 95%, ativam a estrutura psicológica latente e que se realiza num sistema cujas regras não estão na LM nem na LE; realiza-se na interlíngua (ŻACZEK, 2012).

Ainda sobre as diferenças em que consistem os processos de aquisição de L1 e L2, sendo L1 a língua materna e a L2 como língua estrangeira, especialmente na idade adulta, é possível notar várias diferenças. Bley-Vroman (1989, p. 43-48) aponta oito diferenças fundamentais entre estes dois processos, além da questão da ausência/presença da evidência negativa, já comentada anteriormente. São elas:

1. Falta de sucesso - Crianças normais sempre atingem um perfeito comando do sistema linguístico da sua língua materna. O mesmo não se pode dizer de aprendizes adultos de segunda língua que, ao contrário, não conseguem obter sucesso perfeito ao aprender uma L2.

2. Falência geral - Não só a falta de sucesso é uma característica da aprendizagem de L2 entre aprendizes adultos, como também a falência é geral, ou seja, o sucesso completo é extremamente raro entre aprendizes adultos de L2, principalmente no que se refere ao sotaque e às intuições sobre gramaticalidade.

3. Variação no sucesso, curso e estratégia - Entre crianças, o grau de sucesso na aprendizagem, o curso da aprendizagem e as estratégias utilizadas são uniformes, isto é, toda criança normal aprende sua língua materna com sucesso total, seguindo aproximadamente um mesmo curso e utilizando as mesmas estratégias. Entre adultos, o grau de sucesso varia substancialmente, mesmo quando outras variáveis como idade, quantidade de exposição à língua alvo, instrução formal, etc. são mantidas estáveis. Além disso, aprendizes diferentes seguem rotas diferentes e aprendem estruturas e subsistemas em ordens diferentes. Por fim, as estratégias utilizadas por aprendizes adultos também variam de aprendiz para aprendiz.

4. Variação nos objetivos - Entre aprendizes adultos de L2, há também grande variação nos objetivos de cada aprendiz. Alguns desenvolvem muita fluência na segunda língua, mas atingem um baixo nível de competência; outros preocupam-se com a correção gramatical, embora não sejam muito fluentes; outros, ainda, podem preocupar-se mais com

uma boa pronúncia ou com o desenvolvimento lexical. Alguns podem ter por objetivo serem confundidos com um nativo. Outros orgulham-se de se mostrarem estrangeiros.

5. Fossilização - Este é um fenômeno típico da aprendizagem de língua estrangeira na fase adulta. É sabido que aprendizes adultos atingem um determinado grau de desenvolvimento na L2 – bem inferior ao nível atingido pelo nativo - e depois permanecem estáveis neste nível, sem prosseguir no desenvolvimento da aprendizagem da língua.

6. Intuições indeterminadas - Vários estudos demonstram que mesmo os mais competentes aprendizes de L2 não conseguem fazer julgamentos de gramaticalidade com clareza. Este caráter opaco das intuições sobre gramaticalidade entre falantes não nativos foi chamado de indeterminado (BLEY-VROMAN, 1989, p.47).

7. Importância da instrução Crianças em fase de desenvolvimento da linguagem não necessitam de instrução formal para aprender sua língua. No entanto, há consenso quanto à influência positiva da instrução formal na aprendizagem de L2 entre adultos.

8. Papel dos fatores afetivos O sucesso da aprendizagem da língua materna entre crianças parece não ser afetado por fatores como personalidade, socialização, motivação e atitude. A aprendizagem de uma língua estrangeira por adultos, pelo contrário, parece ser altamente influenciada por tais fatores, ditos afetivos.

Vale ressaltar que, para o fenômeno da interlíngua, que se caracteriza pela interferência da LM, as formas da LM inevitavelmente aparecem nas variedades usadas pelo aprendiz. A ocorrência e a persistência de interlíngua são significativamente maiores em adultos do que em crianças. Como aponta Harpaz (2003), aquele que aprende uma segunda língua, além de ter que executar sequências de operações mentais (estruturar a ideia) e motoras (articular sons) novas, precisa também evitar os velhos usos da língua materna. As operações relativas à língua mãe estão profundamente enraizadas pela prática constante, sendo por isso muito difícil de ser evitada. Por esta razão, adultos aprendizes de línguas estrangeiras acham muito difícil não cair nas formas da LM, tanto nas operações motoras de pronúncia quanto nas operações mentais de estruturação das ideias em frases. Para uma criança, esse problema é muito menor porque seus hábitos linguísticos não se encontram tão desenvolvidos e enraizados.

No que se refere à aquisição da LM no âmbito da Teoria Gerativa, a GU não seria “aprendível”, pois essa aquisição não é algo que as crianças façam conscientemente, mas que lhes acontece (POLLOCK, 1997). No tocante ao *input*, portanto, é essencial que no *input* haja informações que sirvam de “gatilho” para que essas crianças fixem os valores paramétricos de sua L1.

De acordo com Lyons (1987, p. 177), é antiga a ligação entre a filosofia da linguagem, o estudo do raciocínio (lógica) e a epistemologia que perfazem um suporte para o pressuposto de que o pensamento é um tipo de fala interior, gerando assim, inúmeras versões do ponto de vista filosófico, sobre a linguagem. Já os linguistas do século XIX que lutavam para o estabelecimento da Linguística como campo autônomo de conhecimento, repudiaram esse ponto de vista através da linguística diacrônica que favorecia a explicação histórica em detrimento da filosófica. Apesar das divergências epistemológicas, o fato é que uma nova forma de pesquisa foi inaugurada por Chomsky, e seu valor foi inegável à Linguística. Nas palavras de Lyons:

A versão de Chomsky de gramática universal tem os mesmos pressupostos que versões anteriores têm a respeito da universalidade da lógica tradicional e sobre a interdependência da linguagem e do pensamento. É sua opinião, no entanto, que o estudo empírico da linguagem tem mais contribuições a fazer para a filosofia da mente do que a lógica tradicional e a filosofia da linguagem para a linguística. Isto faz uma diferença profunda na maneira pela qual a argumentação é conduzida, mesmo quando o assunto em discussão é reconhecidamente tradicional, por exemplo, se a faculdade da linguagem é ou não inata. (LYONS, 1987, p. 178)

A seguir, um quadro explicativo das principais premissas do gerativismo, retiradas do livro de Chomsky, seguidas de uma explicação:

Quadro 6 – Principais premissas do gerativismo

“A faculdade humana da linguagem é uma propriedade da espécie”.	A linguagem é um produto da evolução biológica, e como tal, tem uma natureza própria passível de ser parcialmente observada.
“A faculdade da linguagem pode ser considerada um “órgão da linguagem”.	A linguagem é uma capacidade inata, nascemos com ela, portanto, ela é interna. Essa é uma oposição ao behaviorismo cuja premissa se baseia no fato de que a linguagem é externa ao indivíduo.
“O “estado inicial” da linguagem é geneticamente determinado.”	O estado inicial é um sistema de aquisição da linguagem que toma a experiência como input e fornece a linguagem como output.
“Os indivíduos possuem uma gramática internalizada.”	A gramática é a língua que determina uma gama infinita de expressões lingüísticas, cada uma com seu som e significado, gerando a fala, expressão do seu desempenho.
“A gramática internalizada é universal.”	A faculdade da linguagem é uma capacidade comum a todos os seres humanos, ela é “produto de um mesmo molde.” A diversidade e a complexidade das línguas não passam de um aspecto superficial.
“Cada língua humana é identificada como um conjunto de parâmetros.”	As condições empíricas da aquisição da linguagem exigem que os parâmetros ou interruptores sejam acionados com base em informações limitadas disponíveis à criança.

Fonte: Extraído de Murad (2011, p. 351).

Ao vislumbrar sobre a experiência linguística do falante, Chomsky (1986) alerta que ela não é unívoca para todo falante. Ela é influenciada por fatores externos, como a instrução formal, e por outros órgãos – uma criança com problemas severos de coordenação motora, por exemplo, tem seu desenvolvimento linguístico comprometido. Por sofrer interferências físicas e de outros sistemas cognitivos, as amostras de dados que auxiliam a criança a adquirir sua língua não revelam os mecanismos da faculdade da linguagem (CHOMSKY, 1986). Constituem os construtos da denominada língua-E (E de externo e extensional), por isso, não constituem em objeto de estudo da Gramática Gerativa, que busca explicar os mecanismos internos da faculdade da linguagem. É objeto de análise do pesquisador gerativista o estágio da faculdade da linguagem alcançado após a valoração dos parâmetros, o qual é designado como Língua-I (I de interno, individual e intensional).

A língua-E é considerada um produto sócio-histórico das comunidades linguísticas, e seus dados são empregados na descrição das línguas como instituições políticas – as línguas portuguesa, tupi e quimbundo, por exemplo, são instituições e conceitos políticos. A língua-I, por outro lado, corresponde à gramática mental e individual resultante da marcação de valores paramétricos da GU, e estudá-la é condição para explicar o funcionamento dos mecanismos inatos que o falante lança mão para gerar os dados de sua língua-E. Estudar a língua-E e a língua-I diz respeito, respectivamente, às exigências de adequação descritiva e explicativa no estudo das línguas naturais. Apesar de ser a língua-I o objeto de estudo do pesquisador gerativista, é a partir da descrição dos dados da língua-E que ele busca o respaldo empírico em sua tarefa de explicar os mecanismos da faculdade da linguagem. A título de ilustração, apresentamos a seguir a figura 4 com os arquétipos da faculdade da linguagem de acordo com o modelo de Princípios e Parâmetros: em seu estágio inicial, a GU, com parâmetros abertos; em seu estágio final, a Língua-I, com parâmetros valorados – vale ressaltar que a valoração dos parâmetros linguísticos como binários tem caráter apenas didático, não se manifestando desse modo nas línguas naturais (KENEDY, 2013 apud CHOMSKY, 1986).

No Quadro 3, podemos verificar como se organiza a faculdade da linguagem conforme o modelo P&P, em que cada arquétipo possui a fixação ao mesmo tempo de um princípio e um parâmetro. A saber:

Quadro 7 - Faculdade da linguagem conforme o modelo de Princípios e Parâmetros

Arquétipo:	Princípios (Prx):	Parâmetros (Pax):
Gramática Universal	Pr1, Pr2, Pr3, Pr4...	Pa1 [+/-], Pa2 [+/-], Pa3 [+/-], Pa4 [+/-]...
Língua-I	Pr1, Pr2, Pr3, Pr4...	Pa1 [+], Pa2 [-], Pa3 [+], Pa4 [-]...

Fonte: Extraído de Borges (2014, p. 42, adaptado de KATO, 2013).

Em síntese, Chomsky (op. cit.) postula que o verdadeiro objeto de estudo da teoria gramatical deve ser a língua-I, aquela que está internalizada pelo falante e que subjaz a toda produção linguística dele; a língua-E (que é afinal o que é o português, o inglês ou turco) são manifestações sociais, quando muito, da língua- I e não possuem o mesmo estatuto teórico. O input é da ordem da língua-E, porém o que a criança está desenvolvendo dentro de si é a língua-I. Assim sendo, não é esperada nenhuma relação muito estreita entre *input* e aquisição.

Portanto, cabe à criança, no período da aquisição, a tarefa de fixar os parâmetros da gramática- núcleo de sua língua materna, a partir da exposição aos dados do “input” linguístico, conhecidos como Dados linguísticos primário. Nesses termos, a tarefa do linguista consiste em identificar os princípios invariáveis da gramática universal, ao lado dos princípios abertos a uma fixação paramétrica. Como definir os parâmetros de variação sintática? Parte-se da ideia de que eles estejam restritos a dois valores: um positivo e outro negativo. Todavia, dada a sua natureza altamente abstrata, a fixação de um ou outro valor cria efeitos gramaticais que atingem as diversas áreas da gramática, levando às diferenças que as línguas apresentam.

O *input* é suficientemente robusto para permitir a interferência não-ambígua de informações linguísticas. Isto permitiria à criança chegar à Língua-I alvo através de estratégias indutivas, baseadas em mecanismos de aprendizagem gerais, tal como ocorre talvez, na aprendizagem de Matemática. É interessante observar que, mesmo nesta perspectiva indutiva, somos obrigados a admitir que haja algo particular biologicamente distinto em relação aos humanos, dado não termos indivíduos de outras espécies capazes de aprender Matemática. (FARIA, 2008, p. 173).

Nessa linha, Goodluck (1991) afirma que um dos fatos que sustenta este caráter biológico e inato é a constatação de propriedades exibidas no desenvolvimento da linguagem, que seriam semelhantes às vistas em comportamentos biologicamente dados. Três exemplos seriam: (1) haveria uma progressão ordenada de estágios, semelhante ao que ocorre com a capacidade de andar do homem e a de voar do pássaro; (2) haveria um período crítico, após o qual a aquisição seria extremamente prejudicada (normalmente, a dificuldade para aquisição

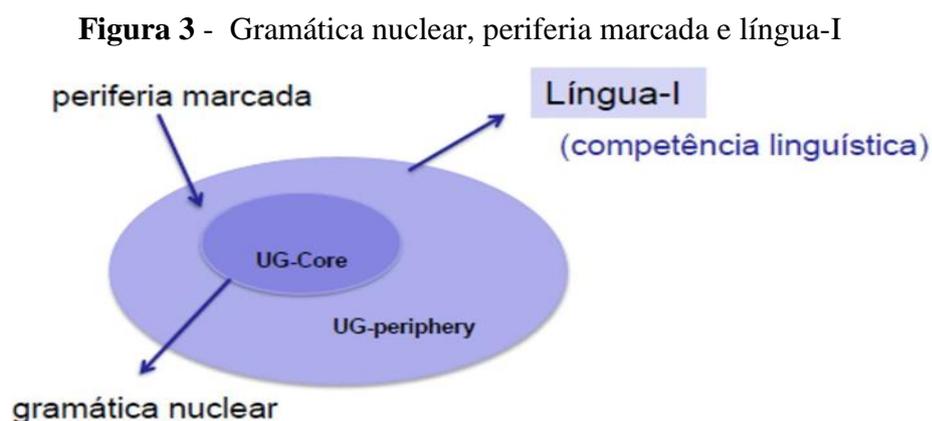
de uma segunda língua aumenta com a idade), e; (3) o desenvolvimento seria, em certo grau, independente de estímulos externos, como se fosse programado biologicamente. Porém, ainda assim, a criança deve ser exposta à língua, para ter um desenvolvimento normal.

Para retomar essa concepção de fixar parâmetros da gramática-núcleo, utilizaremos uma metáfora de autoria da professora Dr^a Ruth E. Vasconcellos Lopes, escrita em sua tese em 1999:

O problema com que a criança se defronta para fixar o valor de um parâmetro é similar ao que nós temos quando compramos um aparelho eletroeletrônico (um secador de cabelo ou um micro-ondas) e vamos ligá-lo na tomada. Normalmente tem uma chavinha no aparelho: de um lado dela está escrito “220V”, do outro está escrito “110V”. Pode ser que a chavinha venha posicionada no meio, isto é, nenhum dos dois valores está acionado, mas daí se a gente ligar não acontece nada, o aparelho não funciona. Temos então que escolher uma das duas opções para poder usar o aparelho. Qual é a voltagem na sua região? Alguém que mora na região é que deve informar isso a você, porque só olhando para a tomada você não vai saber. Se na sua região a voltagem é 220V, escolhendo a posição 110V seguramente você vai queimar o aparelho (o caso contrário, isto é, ligar 220V na tomada 110V talvez não estrague o aparelho, mas é provável que ele simplesmente não funcione) (LOPES, 1999, p. 20).

Em outras palavras, a GU é, sobretudo, vista como um quadro do estágio inicial da aquisição da linguagem, contendo princípios invariáveis e os parâmetros subespecificados, e seu produto seria o estágio em que a gramática entra em estabilização, o estágio da gramática adulta.

Para complementar a ilustração de Chomsky, segue a figura 4 abaixo:



Fonte: Extraída de Marcelino (2017, p.36)

Em síntese, na proposta chomskyana, a criança acrescenta à gramática universal (inata a marcação de valores por meio do contato com uma língua particular, ou seja, do contato

com os dados linguísticos primários; gerando, dessa forma, uma língua – I a partir de dados da língua-E.

Kato (1999, p.06), ao estudar o conceito de parâmetros, afirma que tal conceito foi introduzido para responder ao problema lógico da aquisição, contudo considera que a variação entre as línguas é uma função do léxico nos leva à estaca inicial, já que as línguas, nesse caso poderiam variar de forma infinita e as crianças teria um espaço finito para definirem sua gramática. Em outras palavras todas as línguas obedecem a certos princípios universais e constitutivos, mas elas podem variar com relação a alguns parâmetros; essa explicação dá conta de maneira elegante, a um só tempo, dos aspectos linguísticos universais e da variação entre as línguas. Daí decorre a assunção de que uma criança é capaz de adquirir qualquer língua natural a que estiver exposta durante os seus primeiros anos de vida.

Há de se considerar que partindo da concepção de que todas as frases, indistintamente da língua, requerem um sujeito, contudo esse sujeito não necessariamente tem que estar explícito, sendo esse parâmetro ou valor que deve ser fixado. A criança, dependendo do sistema linguístico em que se encontra, decidirá se o sujeito deve ou não constar obrigatoriamente na frase realizada.

Entretanto, muitas perguntas sobre a problemática dos parâmetros ainda esperam por uma explicação, tais como: quantos são os valores dos parâmetros? no estado inicial da GU, um dado parâmetro já tem uma marcação específica ou não tem marcação alguma? é possível haver reparametrização? o que desencadearia a parametrização? (SANTOS, 2002)

Buscando desvendar como se dá à atribuição dos valores aos parâmetros temos três hipóteses que se propõem da conta de tal questão. A primeira afirma que no começo do processo os parâmetros não estão completamente presentes e só com o prosseguimento da aquisição da linguagem é que esses surgem, crendo também que os mesmos são organizados geneticamente, de modo a ocorrerem em determinadas etapas do amadurecimento do indivíduo, cujos fatores motivadores de tal processo são responsáveis pela transcrição da gramática universal para a gramática da língua nativa.

A segunda hipótese divide-se em duas perspectivas, a da competência plena/total o entendimento que se teve é que todos os princípios estão presentes no começo do processo, caso não ocorra à delimitação logo, o motivo pode ser um problema de memória, por exemplo, na referida delimitação. Já a hipótese de aprendizagem lexical explica, segundo Pinker (1984), que os princípios estejam completamente presentes, a evolução sintática depende da interiorização de partes morfológicas e lexicais novas, o que pressupõe a interação com o meio que rodeia o indivíduo.

Outras partes primordiais da teoria de parâmetros da aquisição da linguagem é a explicação da aprendizagem da língua, vista as fontes que dão suporte as crianças são tão escassas. A resposta de Chomsky fundamenta-se exatamente na existência da gramática universal enquanto conjunto de princípios inatos, biologicamente determinados, que constituem o componente da mente humana – faculdade da linguagem. Há também a questão da dissociação dos dispositivos de aquisição da linguagem das demais instâncias cognitivas comportamentais, ou seja, a aquisição da língua deu acionamento da Gramática Universal e da definição de parâmetros não são obrigatoriamente atrelados aos outros sistemas cognitivos, memória por exemplo, bem como a interação social.

Para Ruth Lopes (1999, p.53) em termos de aprendizagem, como dissemos, há que se examinar a relação entre a experiência linguística a que a criança é exposta (o input) e o processo de aquisição de linguagem, tendo como pedra de toque o antigo Problema de Platão: as pessoas vêm a adquirir um conhecimento maior do que aquele que a experiência poderia proporcionar. A diferença entre ambos - conhecimento atingido e experiência - ficou conhecida, na literatura, como o argumento da "pobreza de estímulo". A dedução é simples: quanto mais inadequada a experiência, tanto mais estruturado o conhecimento inato a ser previsto. A função intermediadora dar-se-ia através de informações geneticamente codificadas, a GU. Essas informações filtrariam, dentre a experiência linguística degenerada a que a criança é exposta, os dados responsáveis para que atinja a competência gramatical de um falante adulto. Esta parte, mais vinculada à aprendizagem, digamos, é aceita de forma generalizada por aqueles que trabalham no quadro gerativista.

Algumas hipóteses são de suma importância para dar conta de todo o processo com a linguagem sob o viés gerativista: as hipóteses maturacional e continuísta.

A hipótese maturacional (cf. BICKERTON, 1989; BORER & WEXLER, 1987; FELIX, 1984; GUILFOYLE & NOONAN, 1988; LEBEAUX, 1987; MEISEL, 1994; RADFORD, 1990; dentre inúmeros outros) atribui as mudanças empiricamente observadas no processo de aquisição a um “calendário maturacional”.

Tal hipótese pode ter mais de uma interpretação, quer de seu núcleo, quer de seu modo de operação. Dentre as possibilidades que têm sido adotadas, encontramos, por exemplo, uma versão que sustenta que nem todos os princípios estejam prontos para a criança na GU, ou ainda, que os princípios estão prontos, porém a criança tem acesso a eles paulatinamente, em outras palavras, alguns princípios da GU obedeceriam ao calendário maturacional tornando-se operativos gradativamente. Em ambos os casos, prevê-se que os princípios se desenvolvem, assim como ocorre com os demais processos biológicos, de

acordo com um padrão inato previamente estabelecido. É importante ressaltar que os princípios não são aprendidos, apenas cumprem um determinado calendário (LOPES, 1999, p.55).

A autora chama atenção para o que diz respeito ao próprio pilar do modelo chomskyano - o inatismo. A autora nos indaga: Como sustentar uma visão inatista, afirmando que nem todos os princípios estariam prontos para a criança na GU? A resposta parece previsível, no entanto Ruth Lopes diz apenas descartar a sua aprendizagem não garante o papel teoricamente previsto para a GU, mesmo que se considere a maturação da Hipótese de Aprendizagem perspectiva biológica, na medida em que todos os processos biológicos já estão previstos e previamente existentes no código genético da espécie. Destarte, uma tal visão não se sustenta quer no âmbito teórico do modelo gerativista, quer na perspectiva biológica de desenvolvimento. Todavia, um certo abrandamento dessa visão extremada tem sido usado como forma de dar conta de alguns dados empíricos. Como apontamos acima, além da visão de que os princípios não estariam prontos para a criança na GU, há a visão de que não estariam operativos inicialmente ou a criança não teria acesso a eles por motivos maturacionais.

Desta forma, Lopes (1999) postula que admitem que haja uma fase pré-sintática durante o processo de aquisição da linguagem em que a criança não conta com as categorias funcionais. Em termos operacionais, as explicações para a fase pré-sintática são de natureza diversa. Admite-se, pois, que nesta primeira fase a criança se valha do módulo pragmático da linguagem (cf. MEISEL, 1994, por exemplo), mas não do gramatical, ou que tenha uma “protolíngua” com construções próximas de um pidgin (cf. BICKERTON, 1989, 1990, dentre outros), ou, ainda, que as formas sintáticas que emprega sejam de natureza léxico-temática - a tese do truncamento segundo a qual a criança se utilizaria apenas de mini-orações, em outras palavras, de subpartes da gramática adulta (cf. RADFORD, 1990; GUILFOYLE & NOONAN, 1988; por exemplo).

Dado que a concordância é a primeira categoria gramatical que distingue formas verbais finitas de infinitivas na gramática infantil, a segunda pergunta que Meisel (1997, p. 32) coloca é quando TEMPO entra em ação, já que também é um componente relacionado à finitude. Seus resultados mostram que as marcas de tempo surgem só depois que a criança já apresenta todas as marcas de concordância pessoal e a maioria das de concordância de número. Mostram, ainda, que em alemão a aquisição de tempo se relaciona à emergência de construções perfectivas. Assim como concordância, é mais difícil de detectar o surgimento de TEMPO em francês por conta da falta de flexões aparentes; no entanto, o autor sugere que,

também nessa língua, a distinção [+/-] tempo se dê após a aquisição de concordância sujeito-verbo.

Além disso, como vimos anteriormente, não há como retroceder, a partir de dados positivos, em gramáticas super-especificadas. Embora Lebeaux (1987) trabalhe com a hipótese maturacionista, um modelo de aprendizagem também cabe na hipótese continuísta, que passamos a discutir.

Já a hipótese continuísta parte do pressuposto basilar de que “as regras gramaticais as crianças devem ser extraídas dos mesmos tipos básicos de regras compostos de símbolos primitivos da mesma classe, como as regras atribuídas aos adultos (PINKER, 1984, p.7, apud MEISEL, 1997, p.23).

Dessa forma, a hipótese da continuidade admite duas versões: a hipótese forte e a fraca. De acordo com a primeira, desde o início do desenvolvimento prevê-se que todos os princípios da GU estão à disposição da criança e que as estruturas de sua gramática, em todos os estágios, pertencem apenas às estruturas da língua-alvo⁷, isto é, a representação da criança não viola nem os princípios, nem os parâmetros do sistema alvo, contudo isso não implica ser idêntica ao alvo. Esta concepção implica quase um conhecimento teleológico de Ss por parte da criança adquirindo uma língua. Talvez por isso não tenha encontrado muitos adeptos. Entretanto, não deixa de ser interessante por aproximar-se bastante da definição de Língua-I como efetivamente individual, embora não se possa garantir, com ela, que a criança não esteja implementando uma mudança não motivada no sistema. Algum tipo de restrição é necessário. (LOPES, 1999, p. 68).

No dizer de Kato (1995, p.70) a visão dos continuístas, a aparente fase léxico-temático oculta categorias funcionais, visíveis em certas regularidades na produção da criança. Assim, no francês, o verbo sobe para categoria I (flexão) quando a sentença é finita e permanece em VP quando o modo é infinitivo. A diferença da posição da negação seria uma pista para dizer se há ou não a categoria I na gramática da criança. A alternância entre “*pas manger*” e “*mange pas*” na fala da criança é indício da presença de I na estrutura.

Sendo assim, a hipótese da competência plena procura mostrar o quanto da gramática do adulto já se verifica na gramática infantil desde os primeiros estágios. Seriam casos como os apontados acima, mas não só. Há inúmeras evidências indiretas que asseguram a hipótese.

A despeito do aparente paradoxo, Lopes (1999) nos alerta que as hipóteses continuístas parecem ser mais plausíveis como tentarei demonstrar rapidamente. Em primeiro

⁷ É passagem de uma segunda língua (língua-fonte) para a primeira língua (língua-alvo).

lugar, levam muito seriamente em conta a perspectiva inatista. Se se preveem princípios inatos - e isso é o pressuposto norteador do modelo gerativista -, então não se pode considerar que não tenham um papel preponderante na aquisição desde sempre, o que, certamente, reflete com mais propriedade o problema de Platão. Em segundo lugar, não precisam propor mecanismos de aprendizagem que ordenem intrínseca ou extrinsecamente as categorias a serem adquiridas. Para além disso, não têm que justificar a natureza de uma gramática sem categorias que estabeleçam referência às estruturas. Como aponta Kato (1995), pressupor que a criança não tem acesso à categoria funcional DP, por exemplo, significa, em última instância, assumir que a criança não esteja atribuindo referência a uma expressão nominal. Como, então, pode utilizar argumentos? O mesmo pode-se dizer sobre a relação IP- VP e sobre CP como atribuidor de estatuto de sentença a uma determinada estrutura - se declarativa, se interrogativa. Finalmente, garantem a uniformidade da faculdade da linguagem. As diferenças encontradas nos diferentes estágios de desenvolvimento da gramática infantil explicam-se por fatores externos, como capacidade de Hipóteses de Aprendizagem processamento e falta de memória, dentre outros, mas não através de uma mudança qualitativa no teor da faculdade da linguagem. (LOPES, 1999, p. 71-72).

Vários são os argumentos utilizados na defesa de uma base biológica na aquisição de L1 (CHOMSKY, 1959, 1965, 1981, 1986; PINKER, 1994):

- a) a capacidade para a linguagem é específica da espécie humana;
- b) a habilidade para a aquisição de língua independe da inteligência;
- c) a aquisição é uniforme – todas as crianças com habilidades normais têm o mesmo potencial para a aquisição de uma língua nativa: o padrão de aquisição é relativamente uniforme entre crianças diferentes, culturas diferentes e línguas diferentes; isso significa dizer que qualquer criança é capaz de aprender qualquer língua como língua nativa, bastando, para tanto, que seja exposta aos dados dessa língua;
- d) a aquisição é rápida – a criança geralmente adquire as estruturas mais importantes de sua língua por volta dos três anos de idade, o seu percurso é semelhante de língua para língua, e o resultado final é estável para todos os seres humanos;
- e) e não exige nenhum esforço – a criança não precisa de nenhum programa específico para a aprendizagem de uma língua, mas tão-somente de interação com falantes nativos e exposição aos dados da língua.

Além disso, a rapidez e a criatividade com que ela constrói a sua gramática não podem ser explicadas com base apenas no input a que tem acesso. Todas essas características são, portanto, consistentes com a visão de que os mecanismos responsáveis pela construção de gramáticas são inatos (XAVIER, 2006, p.02).

Em aquisição de L2, os aprendizes se deparam com uma tarefa similar a das crianças aprendendo sua L1, a saber, a necessidade de chegar a um sistema gramatical a partir do *input*

de uma língua L. Sendo assim, os aprendizes têm diante de si, ao menos potencialmente, o mesmo problema lógico de aquisição de L2. Contudo, os estudiosos de L2 defendem que há propriedades complexas e sutis que são subdeterminadas pelo *input* de L2 (SCHWARTZ & SPROUSE, 2000; WHITE, 1985, 1989 entre outros). Em outras palavras, o aparecimento de propriedades abstratas, sobre as quais o aprendiz não recebeu instrução formal, pode ser um indicativo de que há princípios da GU norteando ou restringindo as possíveis gramáticas de L2, ou interlíngua.

Contudo, Bley-Vroman (1990) e Schachter (1990, 1988) postulam que os aprendizes de L2 já têm uma forma de representação de língua, através da gramática da língua materna. Sendo assim, talvez não haja problema de subdeterminação se aprendizes de L2 demonstram algum tipo de conhecimento relevante, talvez eles estejam se pautando em conhecimento da gramática de L1 ao invés de diretamente da GU.

Dessa forma, a melhor forma de investigar se princípios da GU estão em operação na gramática de interlíngua é através de demonstração de conhecimento de estruturas sutis e abstratas que não poderiam ter sido aprendidas somente através do *input* ordenado e evidência negativa (tão características em L2) e que não vêm da gramática da L1. Subdeterminação, então, diz respeito tanto ao *input* de L2 como à gramática de L1. Assim, faz sentido descartar a possibilidade de desenvolvimento de L2 somente com base em instrução. Por esse motivo, os pesquisadores de aquisição em L2 tentam identificar situações que envolvem pobreza de estímulo de L2, em que a disponibilidade de *input* e o conhecimento gramatical existente não dão conta de explicar a aquisição, a menos que se assuma que as gramáticas de interlíngua são restringidas pela GU (SCHWARTZ & SPROUSE, 2000; WHITE, 1989, 1990, 2003).

Em consonância com Hyams (1986), os estudos Ellis (2003) consideram a gramática da interlíngua como espécie de refixação de parâmetros que na L2 têm um valor diferente dos da L1. White (2003) ainda destaca a necessidade de observar aos que consideram as gramáticas de interlíngua como gramáticas “selvagens”, em virtude que, conforme esta autora, nelas a parecem manifestação de um conhecimento abstrato, sutil e complexo da L2.

Para White (1985; 1986), a pesquisa está calcada nos resultados de pesquisas realizadas com falantes do francês e do espanhol que aprendiam inglês, verificou que no processo de aquisição/ aprendizagem de uma L2 os falantes costumam transferir os valores paramétricos da L1. O objetivo da mencionada pesquisa era o de verificar se, em relação aos mecanismos de preenchimento do sujeito, os falantes do espanhol, língua de sujeito nulo, e os falantes do francês, língua de sujeito pleno, apresentavam o mesmo comportamento. Os resultados demonstraram que ao menos nas fases iniciais do processo, os falantes do espanhol

apresentavam maior resistência ao preenchimento, o que não ocorria com os falantes do francês, que apresenta a mesma marcação paramétrica do inglês para o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Sendo as variedades do português, que vêm emergindo em países como Angola e Moçambique, por exemplo, demonstram um caso de evolução linguística, já que não se dá a partir de uma única fonte (como nas representações encontradas no modelo clássico em árvore), contudo são produzidas pelo encontro de diferentes línguas, advindas do processo de aquisição do português como L2 por falantes nativos de línguas níger-congo;

Mello (2011, p. 445) verifica que a aquisição do português com L2 em países africanos:

[...] deve ter se configurado com enorme grau de variabilidade, com diferentes possibilidades de interlíngua, assim como também com diferentes níveis de uso e especialização comunicativa. É possível que além das óbvias marcas lexicais contribuídas ao português, provenientes desses dois grupos linguísticos tenham ficado traços sintáticos, semântico e fonológicos desenvolvidos ao longo do contínuo interlinguístico.

Ademais, discutindo o processo de aquisição de L1 e L2, Kroch (2003, p.2) verifica que a mudança linguística é por definição uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo. Essas falhas ocorrem durante o processo de aquisição de L1 ou ainda na aquisição de L2 pelo adulto exposto a uma outra língua. No primeiro caso, a origem de tais falhas parece estar na evidência disponível à criança que, por alguma razão, mostra-se ambígua. No segundo, deve-se ao acesso limitado à língua alvo como propõem Bacelar do Nascimento et al (2008), Jon-And (2010), Sane e Bueno (2012), Nzau et al (2013).

Senso assim, para se desenvolver pesquisas sobre quais restrições da GU se aplicam a gramáticas de interlíngua, há duas condições a serem observadas. Primeiramente, saber se o fenômeno em questão é subdeterminado pelo input de L2. Em outras palavras, o objeto de pesquisa não deve se algo que pode ter sido adquirido através de simples observação do *input* em L2. Não pode ser resultado de inferência baseada em alta frequência de input, nem em instrução, raciocínio lógico e conhecimento formal. A segunda condição diz que o fenômeno estudado deve funcionar de forma diferente em L1 e L2. Assim, a transferência de propriedades superficiais pode ser excluída como possível explicação de como o aprendiz chega ao conhecimento alcançado.

Vale pontuarmos que neste trabalho, ao centrarmos nossa atenção no PSN, tomando por base dados produzidos por textos escritos de africanos que adquiriram o Português como

L2, como no caso de Guiné Bissau e Santomé; como também L1 no que se refere à Angola, temos de levar em conta o processo de aquisição dessa L2 e a sua relação com a língua materna desses falantes. Não podemos esquecer de que estamos falando de pessoas adultas, que já passaram pelo processo de aquisição inicial de língua materna e que, agora, encontram-se em um processo diferente, o de atrito linguístico, por estarem imersas em um contexto linguístico diferente, em que a L2 é predominante em relação a L1, sendo submetidas a *inputs* de uma língua diferente de sua língua materna e por terem pouco contato com a L1 em relação à L2

Ademais, nossa pesquisa está focada na investigação do atrito de L1 em um ambiente de L2. Buscamos identificar as interferências que, na nossa investigação sobre o parâmetro do sujeito nulo nas variedades africanas do português angolano, guineense e santomense, nada mais é do que uma consequência do atrito, do contato linguístico, que tem como consequência a ampliação paramétrica.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

[...] a metodologia é uma condição necessária para que o trabalho científico tenha rumo, direção e que possa ser analisado de uma forma crítica por outros pesquisadores. Sendo um conjunto de passos a percorrer e dos meios que conduzem aos resultados, é assim o modo como se organiza um trabalho em função dos objetivos que se pretendem atingir, isto é, um processo racional para se chegar ao conhecimento ou à demonstração da verdade e onde a sua ordem de assuntos tenha uma sequência lógica. (REIS, 2010, p.57)

A presente seção é dedicada à apresentação dos aspectos metodológicos da pesquisa, dentre os quais se destacam os métodos utilizados, a população investigada, a descrição do *corpus* e as variáveis⁸ selecionadas para o tratamento linguístico-quantitativo dos dados.

Vale nos referirmos que, ao longo do estudo, realizamos pesquisa, seleção, leitura e fichamento de bibliografias sobre a teoria de Princípios e Parâmetros, que embasa a pesquisa, e aquelas que tratam da concordância verbal de número em variedades do português, sobretudo, das variedades de Angola de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau tendo em mente o contexto de contato linguístico do português com outras línguas.

⁸ Variável é a característica de interesse que é medida em cada elemento da amostra ou população. Como o nome diz, seus valores variam de elemento para elemento. As variáveis podem ter valores numéricos ou não numéricos.

3.2.1 Métodos utilizados

Ao longo deste estudo, foram utilizados o método de abordagem hipotético-dedutivo e os métodos de procedimento: o comparativo e o estatístico, aqueles possibilitarão estabelecer comparações em busca de uma possível interferência morfossintática das variedades do português africano (entre Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) em dados de escrita produzidos por nativos africanos, enquanto este proporcionará a análise quantitativa dos dados.

Para tanto, foram analisadas construções frasais declarativas finitas (cf.(21)) selecionadas a partir do contexto de exame de ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, compondo um corpus sincrônico, para identificar e analisar as ocorrências do PSN e verificando se, nos dados do PA, PST e PGB em análise, é possível encontrarmos, por exemplo, contextos que seriam obrigatórios de sujeitos nulos e que têm sujeitos plenos. Assim, foram explicados conceitos próprios do gerativismo como faculdade da linguagem, competência linguística e aquisição da linguagem.

Em (21) podemos verificar a construção de frases finitas utilizadas na composição do corpus adotado pela presente pesquisa. Logo, esse tipo de frase consiste no grupo verbal que contém uma forma verbal finita, seja ela de um verbo principal, copulativo ou auxiliar. Consideram-se formas finitas do verbo todas as formas verbais, as formas de infinitivo, gerúndio e particípio. A saber:

- (21) a. “A economia da Angola entrou em desaceleração mundial”. (PA)
- b. “São Tomé é um país com um clima equatorial”. (PST)
- c. “A Língua Portuguesa na Guiné-Bissau não está consolidada”. (PGB)

3.2.2 Coleta dos dados e população investigada

Os dados escritos foram coletados no período de 21 a 24 de maio de 2018, na UNILAB. Vale salientar que esta universidade serve como ponte para consolidação da lusofonia através do acolhimento de alunos africanos de países que tem como língua oficial o Português. A escolha do local para sediar o centro integrador internacional foi a pequena cidade de Redenção, local emblemático que carrega historicamente o título de ter sido a

primeira cidade a abolir a escravidão no Brasil. Os cursos ministrados na UNILAB são preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países da CPLP, com ênfase em temas que envolvam formação de professores, desenvolvimento agrário, processos de gestão e saúde pública, Engenharia e entre outros. Dessa forma, a UNILAB é voltada aos países da África, sobretudo aos PALOP, mas inclui também Timor-Leste e Macau. Seu projeto político-pedagógico é visionário, assim como o da UNILA e o da UNIAM, visando a integração internacional.

Segundo o professor Paulo Speller, presidente da Comissão de Implantação da UNILAB. "No primeiro ano (2010), a Universidade teve 350 alunos, oriundos do Brasil e de outros países de língua portuguesa, como Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor-Leste". (em entrevista no site institucional da UNILAB)

A UNILAB possui um campus fora do Ceará, localizado em São Francisco do Conde, na Bahia, ele funciona com convênios de cooperação técnica com os futuros campi de Camaçari da UFBA e de Feira de Santana da UFRB. A unidade foi inaugurada em 12 de maio de 2014. Em Redenção-CE, ela conta com três campus: Liberdade, Aurora e Unidade Acadêmica dos Palmares.

Durante a visita à Unidade Acadêmica de Palmares, fui recebida pela professora Dra. Isabelle de Araújo Soares, que atua na Coordenação de Políticas de Acesso e Seleção de Estudantes. Lá encontram-se arquivados todos os processos de seleção de alunos africanos desde a fundação em 2010., sobretudo nosso objeto de pesquisa que seria o Banco de Dados Escritos (redações). Para tanto, o acesso a esses dados só foi possível após a assinatura do Termo de Consentimento pela Pró-reitora de graduação, a professora Dra. Andrea Gomes Linard, cumprindo uma das exigências do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco.

Foram selecionadas apenas as redações produzidas por estudantes angolanos, guineeses e santomenses que se submeteram ao exame vestibular para ingresso nessa instituição entre o período de 2013 a 2016, isso se deve pela decrescente entrada de alunos dos países que foram selecionados para compor a pesquisa. Ao tomarmos por base a nossa hipótese norteadora as redações seriam selecionadas para compor o *corpus* a partir do critério de classificados e classificáveis, já que as médias atribuídas variam numa escala de 0 – 10,0 entre 7,5 e 10,0, esses por sua vez foram classificados para ingressarem oficialmente da referida IES. Durante a coleta foram consultadas as relações que comprovavam tal informação. Vale referirmos que esses textos foram produzidos sob acompanhamento de

representantes da UNILAB nos referidos países na África e, ao todo, foram selecionados, aleatoriamente, 300 (trezentos) textos, totalizando 100 de cada país, sendo 50 para o sexo masculino e 50 para o sexo feminino. De acordo com o desempenho atestado pelas notas, foi possível perceber o domínio do português, uma vez que essa língua é utilizada no contexto dos países em estudo.

Cabe ressaltar que não foi possível a identificação da língua(s) dominada(s) pelos autores das redações, já que a identificação da ficha de inscrição do vestibular da UNILAB contava apenas com nome completo, sexo e país, nem a idade e faixa etária do(a) vestibulando(a), tornando impossível assumir o contexto da variável do português africano (PA, PST e PGB) como L1 e/ou L2.

Quanto aos temas abordados versam sobre as questões culturais e conflitos vivenciados em suas comunidades, o que facilita a compreensão do entorno e o uso da língua portuguesa. Pois em sua maioria são alunos de ensino médio que fazem uso nas situações informais de dialetos. Isso porque durante a visita vimos vários alunos conversando entre si sem utilizar o português.

Para melhor compreensão, veja-se o quadro a seguir, que contém informações sobre o contexto das redações:

Quadro 8 – Temas propostos para as redações aplicadas em Angola (2013-2016)

Ano	Temas
2013	O Petróleo em Angola
2014	A violência urbana em Angola
2015	O Turismo em Angola
2016	A importância da Educação Superior

Fonte: A autora desta pesquisa.

No quadro 7, o que chama a atenção é que os temas exploram em sua maioria as dificuldades enfrentadas pelo povo angolano diante de suas crises sócio-políticas e econômicas. Isso faz com que o candidato possa se expressar com segurança acerca da vivência. Por isso, que inevitavelmente, foi-se criando um fosso, progressivamente mais alargado, entre a norma padrão, ideal, correspondente à norma do português europeu, e a norma culta, correspondente ao uso real das camadas escolarizadas da população (MATEUS & CARDEIRA, 2007), que, como se prova em estudos recentes (cf. UNDOLO, 2014), está já significativamente afastada do padrão, em todos os domínios, com destaque para o léxico, o subsistema mais dinâmico das línguas (VILELA, 1995, p. 14) e, sem dúvida, o espelho mais

fiel das suas circunstâncias sócio-históricas.

Quadro 9 – Temas propostos para as redações aplicadas em Guiné Bissau (2013 – 2016)

Ano	Temas
2013	A língua portuguesa na Guiné Bissau
2014	Independência da Guiné Bissau
2015	O crioulo na Guiné Bissau
2016	A violência na Guiné Bissau

Fonte: A autora desta pesquisa.

Contrariamente, no quadro 8 aos temas propostos em Angola, as temáticas aplicadas na Guiné Bissau trouxeram questões peculiares acerca do uso do português, a expressão do crioulo, embora que em 2016 aparece um tema de conotação social, que naquele momento seria uma das grandes aflições daqueles jovens. Ainda que é tido como idioma oficial em Guiné-Bissau, o português é falado apenas por 10% da população, e ainda é desconhecido por uma grande parcela dos guineenses. Esse dado pode ser assustador, mas, para bem entender isso, é importante conhecer a real situação de funcionamento dessa língua no País. (FAFINA, 2011)

Quadro 10 – Temas propostos para as redações aplicadas em São Tomé e Príncipe (2013 – 2016)

Ano	Temas
2013	O Turismo em São Tomé e Príncipe
2014	Estudar no Brasil
2015	O pós-independência de São Tomé e Príncipe
2016	A violência doméstica em São Tomé e Príncipe

Fonte: A autora desta pesquisa.

Com a mesma ótica, os temas abordados no processo seletivo de São Tomé e Príncipe também apresentam questões latentes daquele país nos referidos anos. Isso porque o sistema de integração no processo seletivo da UNILAB busca abordar temática em que o jovem recém saído do ensino médio possa fazer uso de uma escrita que contemple de forma “confortável” o uso do português, que apesar de ser ensinado nas escolas não é vivenciado nas realidades de cunho pessoal (HAGEMEIJER, 2009)

Enquanto pesquisa que envolve a utilização de dados escritos⁹, sem contato direto com os informantes, pode ocorrer um possível vazamento das informações e/ou extravio dos textos. No entanto, foram tomadas todas as medidas cautelares conforme orientação do manual do pesquisador do Conselho de Ética - UFPE, já que haverá sigilo quanto à identificação das redações, estando todas armazenadas em pastas de arquivo em computador pessoal sob a responsabilidade da pesquisadora.

3.2.3 Constituição dos *corpora*¹⁰

Os *corpora* da pesquisa são compostos por 300 redações dos vestibulares da presença *versus* ausência de sujeitos nulos em contextos frásicos finitos, visando a uma análise linguístico-quantitativa. No total, do corpus extraído de 100 redações da variedade africana do PA, sendo 50 de sexo masculino e 50 do sexo feminino, perfazendo um total de 3.753 ocorrências, sendo 51,3% de sujeitos nulos e 48,7% de sujeitos plenos¹¹ (sujeitos expresso equivale a 37% na posição posposta e 80% posição anteposta ao verbo). Já no PGB obtivemos um total 2.875 ocorrências, sendo 49,1% de sujeitos nulos e 51,9% de sujeitos plenos. Quanto à São Tomé e Príncipe, constatou-se 4.164 ocorrências distribuídas em 43,5% em sujeitos nulos e 56,5% sujeitos plenos. Observamos que os dados extraídos com sujeitos nulos e plenos nas três variedades não-europeias analisadas:

1. PGB

a) sujeito nulo:

(22) “Tínhamos feito a 4ª classe no Liceu” [PGB02M]

b) sujeito pleno:

(23) “Eu vejo a língua portuguesa pouco falada pelos guineenses” [PGB30F]

⁹ “O interesse pela língua escrita de séculos passados é um corolário natural da conjugação, implicada no próprio paradigma sociolinguístico, entre sincronia e diacronia”. (PAIVA & SCHERRE, 1999, p. 208).

¹⁰ *Corpus linguístico* é o conjunto de textos escritos e registros orais em uma determinada língua e que serve como base de análise. *Corpora* (plural de corpus).

¹¹ Também chamado de *sujeito explícito*.

2. PST:

a) Sujeito nulo:

(24) “Tornamos um país conhecido nas diásporas dos grandes centros”.
[PST16M]

b) sujeito pleno:

(25) “Turismo tem um grande impacto na vida de São Tomé e Príncipe”.
[PST09F]

3. PA:

a) sujeito nulo:

(26) “Nos últimos tempos têm enfrentado um período muito difícil com a baixa do preço do barril no mercado internacional” [PA07M]

b) sujeito pleno:

(27) “O petróleo é para os angolanos como motor de desenvolvimento”
[PA01M]

Para análise empírica deste estudo, estipulamos as variáveis que foram usadas para codificarmos as incidências de sujeitos plenos e nulos. Dessa forma, a variável é binária, sendo constituída pelas variantes presença de marca de plural (variante padrão) e ausência de marca de plural (variante não padrão). Os exemplos de (28) a (33), levando em consideração os dados extraídos do *corpora*.

- (28) As desvantagens do petróleo **afetaram** nossa economia”. (Variante padrão)– Variedade angolana.
- (29) “Os homens também **utiliza** o petróleo como trabalho” (Variante não padrão)– Variedade angolana.
- (30) “Uma universidade de outro país **é** bem elevada. (Variante padrão)– Variedade santomense.
- (31) “Os santomenes pensam que **pode** tudo no intercâmbio”. (Variante não padrão)– Variedade santomense.
- (32) “As crianças são alfabetizadas numa língua que não **ouvem** nem em casa”. (Variante padrão)– Variedade guineense.
- (33) “Os países lusófono **precisa** de uma liberdade linguageira” (Variante não padrão)– Variedade guineense.

Consideramos dados referentes aos três países com realidades linguísticas peculiares, como também inseridos num pólo multilinguístico e multicultural. A análise da variação da concordância P6 foi realizada em razão de haver uma expressiva quantidade de estudos realizados com essa pessoa gramatical no PB, de modo que, por meio deste estudo, propomos ampliar a discussão com resultados concernentes ao PA, ao PST e ao PGB.

3.2.4 As variáveis

Ressaltamos que, com base em Duarte (1995) para analisarmos os dados a partir do que já foi verificado sobre o PB, selecionamos as variáveis que foram usadas para codificarmos as incidências de sujeitos plenos e nulos. Elaborados os *corpora*, foram selecionadas as seguintes variáveis com seus respectivos fatores (que se encontram antecidos de um código necessário ao tratamento quantitativo):

3.2.4.1 Variável dependentes

A. Sujeito Nulo

- (34) a. “___ Somos angolanos fortes e lutadores” (PA)
- b. “Também ___ possuem infraestruturas modernas, pontos turísticos muito

apreciados e uma natureza esplêndida”. (PST)

c. “Não ____ ouvem nem em casa nem na rua o grande problema da língua portuguesa neste país”. (PGB)

B. Sujeito nulo pronominal

(35) a. “Era uma crise intensa que *pro* culminou (PA)

b. “Todo agressor que bate é porque *pro* sente-se fraco”. (PST)

c. “Nós devemos ter a nossa língua como arma de defesa, em qualquer parte do mundo, *pro* desenvolvemos o crescimento de Guiné ”. (PGB)

O sujeito nulo não pronominal proposta de Duarte (1995) a partir dos estudos de Figueiredo Silva ¹²(1994) - com base nas evidências da necessidade de um referente explícito para a identificação do sujeito nulo referencial e da sensibilidade dessa categoria aos efeitos das “ilhas” sintáticas, sua proposta leva em conta dois tipos de sujeito nulos: o tipo “variável” e o do tipo “anafórico” (DUARTE, 1995, p.127). Quanto o caso dos primeiros, podem incidir em sentenças raízes e em encaixadas (com o referente no contexto anterior). Os exemplos a seguir (36) e (37) ilustram essa ocorrência:

(36) [CP CV[_{Agr}SP t comprei um carro ontem]].

(37) [CP CV/NP[_{Agr} Np...[CP t que [_{Agr} Sp t...]

[A Maria[o José disse[que CV comeu carne ontem.]

(DUARTE, 1995, p. 128 apud FIGUEIREDO SILVA, 1996)

Para Figueiredo Silva (Op. cit) o sujeito nulo do tipo “anafórico, para quem o nóculo de AGR é nminal, deverá ser ligado como qualquer anáfora (uma categoria [+N] em posição A na estrutura S). Este princípio explicaria a um só tempo a agramaticalidade de

¹² FIGUEIREDO SILVA, M.C. A Posição do Sujeito no Português do Brasil: Frases Finitas e Infinitivas. Campinas. Ed. Unicamp, 1996.

(38) *O Pedro achou um carro que cv tem grana pra comer¹³.

Já que o Spec de CP pelo qual o elemento de concordância precisa passar a fim de buscar seus traços no Agr da matriz já tem traços nominais, à medida que explica-se a gramaticalidade de

(39) a. A Maria, olha pro chão toda vez que cv fala com o José¹⁴.

b. A Maria não sabe se cv vai sair.

pois o Agr^o encaixado pode perfeitamente ocupar a posição vazia em CP e, de lá, alcançar o Agr^o da raiz.

Vale salientarmos que os trabalhos de Duarte (1993, 1995) a respeito do preenchimento da posição de sujeito em sentenças produzidas por brasileiros e portugueses, apresentam, em termos quantitativos, que as frequências de sujeitos nulos são opostas nas duas variedades do português: no PE, o índice gira em torno dos 70%, enquanto no PB, em 25%. Assim, segundo a autora, a marcação positiva para o princípio “evite pronome” parece não estar mais em funcionamento na gramática dos brasileiros. Devido o enfraquecimento do paradigma flexional. Quanto aos estudos sobre as variedades africanas do português, espera-se encontrar a ocorrência do fenômeno do sujeito nulo pronominal, sendo fenômeno comum em 3^a pessoas gramaticais, de acordo com o PB. (cf. PISSURNO, 2017; SOUZA, 2010; SILVA, 2007; DUARTE, 1995). A autora justifica, ainda, que trata-se de um tipo de categoria é facilmente identificável tanto a partir de um referente externo, que levará o sujeito a ser referencial especí, quanto na ausência do referente, levando a interpretação indeterminada. Assim, ao trabalharmos com a morfologia de –número e –pessoa em contextos em que o sujeito é de 3^a pessoa do singular e do plural, pois em contextos de referência semântica verificamos que o número de nulos é maior (ALMEIDA, 2005)

C. Sujeito pleno

(40) a. “**Um universitário** deve ser consciente na escola do curso para seu contributo”. (PA)

b. **A criação de parceria** com a UNICEF formou profissionais capacitados no âmbito da

¹³ Figueiredo Silva (Op. cit.).

¹⁴ Figueiredo Silva (Op. cit.)

saúde” (PST)

c. “**O país** está a sofrer a queda no ensino básico” (PGB)

As línguas de sujeito pleno, como já diz o nome, são aquelas em que os falantes necessitam obrigatoriamente preencher todos os sujeitos pronominais, independentemente das condições em que apareçam ou do tipo de verbo que acompanha. Isso ocorre devido ao paradigma flexional pouco diversificado que essas línguas possuem, o que impede a identificação dos sujeitos através das desinências verbais. Observe-se este paradigma do inglês:

Tabela 2 – Paradigma flexional do Inglês

INGLÊS	
I	Love
YOU	Love
HE/SHE/IT	Loves
WE	Love
YOU	Love
THEY	Love

Fonte: Extraída de Vilarinho (2012, p. 05).

Como é possível observar, o Inglês possui apenas duas formas para marcar a relação entre o sujeito e o verbo, variando apenas na terceira pessoa do singular. Dessa forma, seria impossível para o falante identificar em uma sentença como: “__ Love chocolate¹⁵” qual seria

¹⁵ O sujeito nulo é obrigatório no contexto de oração imperativa, como o PE e o italiano (cf.(i.a)) e (cf.(i.b)). Já em línguas não pro-drop Gonçalves (1994) faz uma ressalva acerca dos casos em que há m acento enfático sobre o sujeito (cf.(i.c)) e ((i.d)). Enquanto que no contexto de oração declarativa é agramatical.

(i) a.. (tu*) está quieto!

b. (*Tu) stai buono!

“Fica quieto”

c. (*tu) sois tranquile!

“Fica Tranquilo!”

d. (*you) stay still!

“Fica quieto!”

e. Fica calmo!

o sujeito da sentença. Para ele, a sentença seria agramatical, já que, mesmo se, com algum esforço o falante conseguisse compreender seu significado dentro de um contexto, ela não faria parte da gramática de sua língua. Esse tipo de língua opõe-se, assim, às línguas de sujeito nulo, especificamente, as que identificam o nulo através das desinências.

3.2.4.2 Variáveis independentes

- Linguísticas

1. Posição do sujeito

Cabe salientarmos que a posição do sujeito é obrigatória em orações finitas nas línguas naturais, sendo, sob a perspectiva da gramática gerativa, um princípio linguístico presente em todas as línguas, ao contrário do que é enunciado nas gramáticas normativas de que há oração sem sujeito, quando construída por verbos meteorológicos e impessoais.

A. Sujeito pré-verbal

- (41) a. “O petróleo é o recurso mais destacado em Angola”. (PA)
 b. “A violência é o álcool tanto no homem como na mulher atingindo as crianças”. (PST)
 c. “Juntos nós chegamos onde quer em prol do desenvolvimento educativo”. (PGB)

B. Sujeito pós-verbal¹⁶

- (42) a. “Existe uma classe com distribuição per capita não equitativa”. (PA)
 b. Somos nós vítimas de muitos agressores”. (PST)

2. Tipo de verbo

C. Verbo intransitivo¹⁷

¹⁶ Não houve ocorrência no PGB.

- (43) a. “Os sonhos de Angola ainda não **dormiram**”. (PA)
 b. “A população de São Tomé **trabalha** para melhorar as condições sociais e educacionais da ilha”. (PST)
 c. “Nossos primeiros estudantes da UNILAB **falaram** sobre a experiência no Brasil”. (PGB)

D. Verbo transitivo¹⁸

- (44) a. “A exploração de petróleo **tem** o setor produção no próprio Estado”. (PA)
 b. “O investimento **aumentará** o setor turístico com inovações na infraestrutura”. (PST)
 c. “A Guiné-Bissau **precisa** de Republica Federativa do Brasil para pedir ensino de qualidade”. (PGB)

E. Verbo inacusativo¹⁹

- (45) a. “O preço do Petróleo não **caiu** com a crise económica de Angola”. (PA)
 b. “Todo agressor **chega** de repente”. (PST)
 c. “O Português como língua materna realmente **chegou**”. (PGB)

F. Verbo copulativo²⁰ (de ligação)

- (46) a. “Angola **é** actualmente considerado o maior produtor de gás natural de África”. (PA)
 b. “São Tomé e Príncipe **são** duas ilhas situados no golfo da Guiné, quente e húmido”. (PST)
 c. “A crise econômica na Guiné **está a ser** preocupação para o mercado interno”

¹⁷ “Verbos intransitivos são classificados pelo fato de possuírem sujeito profundo, ou seja, de selecionarem argumento externo, e de não selecionar argumento interno” (CIRÍACO, 2004, p.01).

¹⁸ Os exemplos clássicos de verbos transitivos envolvem os verbos de ação usados na voz ativa. O agente ocupa o especificador de SV e o paciente ocupa o complemento de V, como exemplificado em (ii).

(ii) Lá nós comemos um quindim por quinze cruzeiros também... (CYRINO et. all., 2006, p.09)

¹⁹ Verbos inacusativos têm apenas um argumento que possui propriedades de objeto e que, portanto, ocupa a posição de argumento interno na estrutura profunda, embora possa ser alçado para a posição de sujeito, segundo uma abordagem gerativista

²⁰ Verbo que une o sujeito ao nome predicativo do sujeito” (ex.: a casa é grande; ele está cansado). = CÓPULA. Acesso em: <https://dicionario.priberam.org/verbo%20copulativo> [consultado em 29-01-2019].

(PGB)

3. Tipo de oração

G. Oração encaixada

(47) a. “Alves da Rocha, que é diretor do CEIC, afirma que Angola está a entrar num período de desaceleração estrutural”. (PA)

b. “Contudo podemos dizer que São Tomé foi e está sendo um país de guerrilheiros para o bem estar de todos”. (PST)

c. “A situação da mulher que se agrava na Guiné é devido ao fracasso da educação na família” (PGB)

H. Outras orações

(48) a. “Para que Angola supere esta crise é necessária a vigilância do produto petrolífero”. (PA)

b. “Todo aquele que bate por falta de controle do álcool”. (PST)

c. “Na verdade hoje na Guiné as populações preocupam-se mais com a língua francesa por causa do mercado guineense”. (PGB)

4. Duplicação do Sujeito Pleno

L. [+ duplicação]

(49) a. “**A mulher de Angola ela** ganhou o mercado económico com a Língua Portuguesa”. (PA)

b. “**O santomense ele** sabe o português para uma educação de melhoria”. (PST)

c. Não houve ocorrência. (PGB)

M. [- duplicação]

(50) a. “Angola desenvolveu bastante no grupo G20”. (PA)

b. “O turismo tornou-se importante para a economia santomense. (PST)

c. “O meio incentivo na área comercial da Guiné possa aderir a outros países”. (PGB)

5. Referência semântica do sujeito

N. 1ª pessoa do singular (eu)

(51) a. “**Eu** penso na Paz de Angola como consideração económico e soial do século XXI”. (PA)

b. “**Eu** desejo um São Tomé com novas universidades com opções de cursos”. (PST)

c. “**Eu** estou a garantir um diploma com qualidade estudando no Brasil para cargos públicos” (PGB)

O. 2ª pessoa do singular²¹ (tu)**P. 3ª pessoa do singular (ele,ela/você)**

(52) a. **Ela** dedicou-se, também, nas áreas económicas, agrícolas, industrial eno Projeto de Urbanização”. (PA)

b. “**Ela** está repleta de ilhas maravilhosas”. (PST)

c. “Por isso **ela** deve saber francês no emprego”. (PGB)

Q. 1ª pessoa do plural (nós/ a gente²²)

(53) a. “Agora **nós** vamos olhar Angola como um país para viver e desenvolver”. (PA)

b. “Actualmente **nós** apostamos no turismo de muitas belezas naturais” (PST)

c. “**Nós** não devemos valorizar a outra língua estrangeiraa não ser a do nosso país”. (PGB)

R. 2ª pessoa do plural²³ (vós)**S. 3ª pessoa do plural (eles,elas/vocês)**

(54) a. “**Eles** estão a trabalhar para termos uma Angola melhor para todos”. (PA)

b. “**Elas** buscam ajuda no governo e na educação para a violência sofrível”.(PST)

c. “**Eles** aprendem esta língua e também a norma da escrita e a pronúncia”. (PGB)

T. Sujeito indeterminado

²¹ (sem ocorrências).

²² Não houve ocorrência no PA, PST e PGB da locução pronominal “a gente”.

²³ (Sem ocorrências).

Com base nos estudos sobre a possibilidade de indeterminar o sujeito (cf. MIGUEL, 2006; CAVALCANTE, 1999; CUNHA, 1993; MILANEZ, 1982), muitas análises foram empreendidas a partir do que seria a indeterminação do sujeito, e muitos foram os esclarecimentos proporcionados. Porém poucas foram as alterações nas gramáticas normativas: a possibilidade de pronomes como a *gente*, *você* , *nós* ou *eles* mostram a indeterminação apenas em notas de rodapé, como se essas estratégias fossem menos legítimas do que as estratégias padrão.

Em seu estudo no ano de 2006, sobre a indeterminação do sujeito, Miguel (2006) faz a seguinte consideração:

A referência indeterminada ao argumento que se realiza tipicamente com a função de Sujeito é aquela que tem tido mais atenção na descrição gramatical. Todavia, convém salientar que a referência indeterminada – definida nestes termos gerais – pode afectar qualquer tipo de expressão argumental. (MIGUEL, 2006, p. 5)

Para Miguel (2006), a referência indeterminada pode estar associada, em português, tanto a categorias vazias como a expressões pronominais ou até a expressões lexicais com determinados tipos de predicados:

1. Referência indeterminada associada a expressões nulas

Nesta categoria estão inseridos todos os tipos de Sujeitos subentendidos que são comumente considerados nas descrições extraídas do corpora das variedades africanas do português:

(55) **Fala-se** sobre a internacionalização da Educação Superior de Angola a partir da UNILAB. (PA)

2. Referência indeterminada associada a argumentos pronominais

São os pronomes que estão geralmente associados a enunciados de carácter geral e remetem para entidades não determinadas. Vejamos alguns exemplos, com base no *corpora*:

(56) a. **Você**²⁴, numa visão mas ampla, fará o futuro de Angola com a Educação certa.
(PA)

b. **Vocês**²⁵ esperam uma educação de Angola com independência e crescimento de alfabetismo”. (PA)

U. Morfologia de flexão verbal

Foram considerados dados com concordância canônica e sem concordância canônica. Abaixo, seguem dados desses dois tipos (cf. quadro 8), respectivamente

Quadro 11 – Variável independente linguística: concordância verbal padrão x não padrão no PA, PST e PGB

<ul style="list-style-type: none"> • Concordância padrão 	<p>“Doutor Antonio Agostinho Neto declara , perante a África e ao mundo, a independência de Angola” [PA41M]</p> <p>“O governo Santomense deveria ser mais rigoso com a prática de violência doméstica”. [PST15M]</p> <p>“A Guiné-Bissau é composta de diversas etnias com os teus próprios dialetos, na altura não conseguiu triunfar [PGB06M]</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Concordância não padrão 	<p>“Os passaos curtos era a preocupação do povo de Angola por causa dos conflitos”. [PA29F]</p> <p>“Violência da mulher são um flagelo muito mau na nossa sociedade”. [PST11M]</p> <p>“A Guiné-Bissau ainda precisarão de de ajuda em termo de alfabetismo”. [PGB29M]</p>

Fonte: A autora desta pesquisa.

- Extralinguísticas

1. .Sexo/Gênero

- Masculino
- Feminino

²⁴ “Você” é um pronome com referência de segunda pessoa, embora a especificação gramatical seja de terceira pessoa. No exemplo extraído do corpus este uso de você é indeterminado. Portanto, vai ao encontro do que diz Duarte (1995). Cabe salientar que não houve ocorrência do pronome “você” no *corpora* do PST e do PGB.

²⁵ Ibidem 22

Nas palavras de Paiva (2008, p. 34):

Gênero/sexo pode ser um grupo de fatores significativos para processos variáveis de diferentes níveis (fonológico, morfossintático, semântico) e apresenta um padrão bastante regular em que as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente.

É fundamental, portanto, observar a organização social da comunidade de fala que se pretende estudar, de maneira que se compreendam quais são os papéis realizados pelos homens e pelas mulheres nessas sociedades, uma vez que a configuração da variável pode ser afetada por eles.

Tomando por base os três países africanos contemplados nesta pesquisa, os dados estatísticos mostram que existem em Angola cerca de 16,1 milhões de habitantes, dos quais 46,7% residentes em áreas rurais (PNUD, 2013). A estrutura etária revela que a população com idade inferior a 25 anos constitui 65% da população, depreendendo-se que é uma população muito jovem, com energia e potencial para contribuir para o desenvolvimento social. No entanto, outros indicadores expressam a realidade própria de países em vias de desenvolvimento como a expectativa de vida que é de 40 anos para os homens e de 43 anos para as mulheres. Os índices de mortalidade materna registam 1700 casos por 100 mil vivos, a mortalidade infantil cifra-se em 134/100 mil e a taxa de fertilidade é de 6,8 filhos por mulher. O índice de escolarização primária da população é de 54% para os homens e de 46% para as mulheres; a escolarização secundária apresenta taxas de 20,6% e 17,6%, respectivamente. Esses défices repercutem-se negativamente no desenvolvimento social.

Além disso, Angola tem registado avanços na promoção da igualdade e do acesso equitativo entre homens e mulheres ao processo de desenvolvimento e no combate à discriminação e violência com base no sexo. Esses avanços inscrevem-se em políticas e planos de ação que definem enquadramentos políticos e legais para o combate à violação dos direitos humanos das mulheres, fortalecendo as estruturas nacionais de intervenção em prol da integração social, cultural, económica e política. O respeito e o cumprimento desses direitos são nutridos em um contexto em que a violência, consumada sob diversas formas, e a discriminação com base no gênero continua a apresentar dados pertinentes. Geralmente, as mulheres ainda exercem trabalhos de baixa qualificação e recebem relativamente menor remuneração, entre outras questões que influem a situação de desigualdade de gênero no país (RAGA, 2017).

Quanto a São Tomé e Príncipe, conta com uma população estimada em cerca de 187.356 mil habitantes, segundo o último censo realizado pelo INE (2012). A população é considerada bastante jovem, como na maioria dos países Africanos, sendo 44,7% da população constituída por pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos de idade, 52,2% da população são pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade e apenas 3,2% da população correspondem a pessoas com mais de 65 anos e outros. Estima-se que a força de trabalho é de 52 mil pessoas ativas. Somado a isso, as tendências registradas desde 2005, pelo PNUD, ao nível do desenvolvimento humano, demonstram que o país, embora posicionado no 144º lugar do ranking mundial (índice 0,509), se encontra acima da linha dos países com baixo desenvolvimento humano, nomeadamente, da linha dos países da África Subsariana. Quanto à população feminina, o percentual de analfabetismo é de 26,3% contra 42,1% dos homens. No entanto, são os homens que compõem o cenário de formação na educação superior (INE, 2014).

No tocante à Guiné-Bissau, partimos dos dados extraídos do recenseamento geral da população e habitação da Guiné-Bissau a nível nacional. A taxa de analfabetismo da população de 15+ anos, de acordo com os dados apurados do censo, é calculada em 49,8%. Esses dados mostram que 5 em cada 10 guineenses são analfabetos. A população feminina apresenta uma taxa que se situa na ordem dos 63,1% contra 34,8% dos homens. Vale ressaltar que a taxa de analfabetismo da camada feminina é superior a da masculina. Há também uma elevada taxa de analfabetismo a nível da camada feminina a partir da faixa etária de 20-24 anos. Essa variação ocasionou uma diferença de 14,7 pontos percentuais entre as faixas etárias de 15-19 e 20-24 anos. À medida que se ascende à faixa etária superior subsequente, ou seja, de 25-29 anos, esse aumento é mais intenso, tendo uma diferença na proporção de 15 pontos percentuais aproximadamente. Na camada masculina, percebe-se uma ascensão dessa taxa, mas, já nas faixas etárias de 55-59 a 60 e mais anos, há um aumento de 20 pontos percentuais (RGPH, 2014).

Contrariamente a Angola, o país em que houve maior entrada de mulheres para ingresso no ensino superior pela UNILAB desde 2010 tem sido a Guiné Bissau. Já, para São tomé e Príncipe, o número de homens tem sido expressivo desde 2013, o que preenche 75% das entradas, conforme dados dessa Instituição de Ensino Superior. Assim, esperamos verificar se o nível de escolarização²⁶, no caso de estudantes que terminaram o ensino médio,

²⁶ A variável escolarização não foi adotada por esta pesquisa, já que todos os textos que compõem o *corpora* foram produzidos por pessoas com Ensino Médio completo. Impossibilitando contrastá-los.

possui influência nas marcações do uso de sujeitos nulos e plenos entre homens e mulheres no contexto ora investigado.

2. País

Guiné-Bissau

Mapa 4 – Mapa de Guiné-Bissau



Fonte: Extraído do Observatório da África²⁷ (2017)

A Guiné-Bissau tem mais de vinte grupos étnicos entre os quais se destacam balanta, fula, manjaco, mandinga, pepel, mancanha, beafada, bijago, felupe, nalu, tanda, cocoli e susso. Dessa forma, o país apresenta uma vasta diversidade linguística e cultural. O crioulo não é língua de nenhuma etnia, mas sim de todos os povos, criada durante o período da colonização e escravização colonial. Muitas características culturais são aparentemente comuns em certas etnias, (por exemplo, a forma de se vestir entre fulas, mandingas beafadas e sussos; as práticas de agricultura entre balantas, felupes e nalus; a forma de extração de vinho

²⁷ Disponível em: <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2017/02/07/reforma-do-judiciario-de-guine-bissau-e-urgente-liga-dos-direitos-humanos/> Acesso em 12DEZ2018.

entre manjacos, mancanhas, balantas e pepeis; o jeito de pescar entre bijagos e pepeis), mas muitas outras características se diferem – a língua é uma delas (COUTO, 1994; NAMONE, 2014).

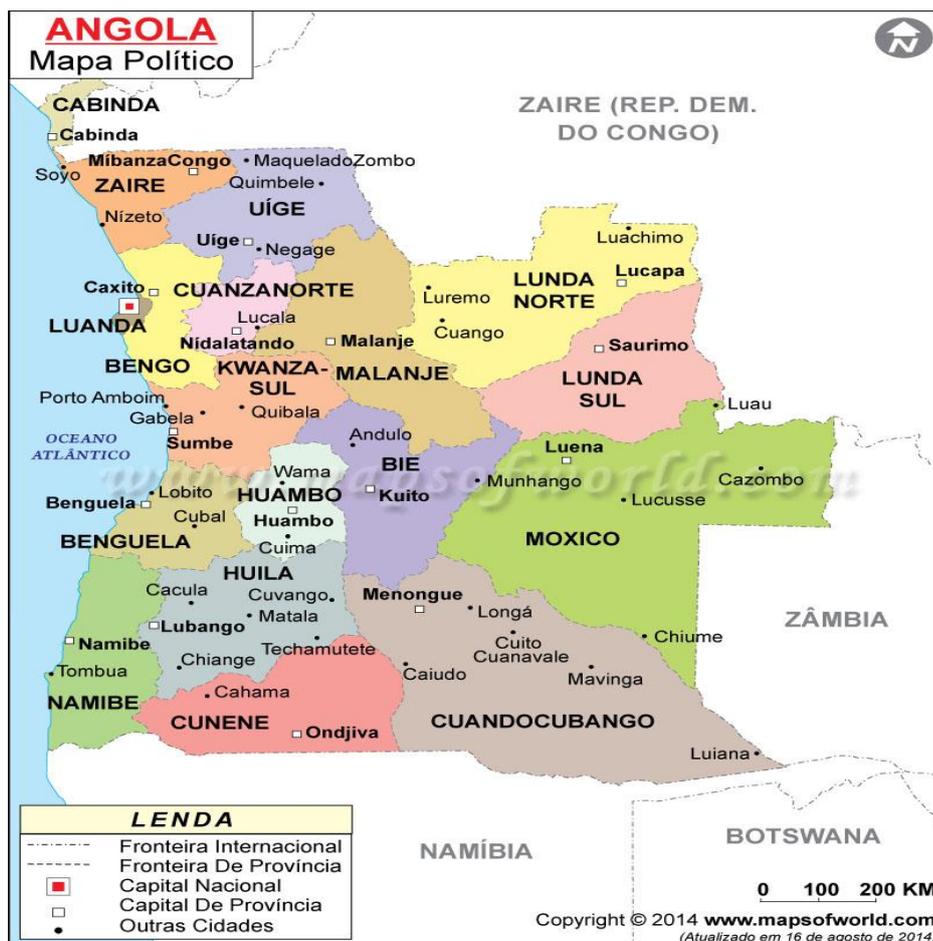
Silva e Sampa (2017) apontam dados expressivos com relação à realidade de proficiência em português dos guineenses com base nos dados o relatório do Ministério de Educação de Portugal, publicado no Diário de Notícias (19/06/2017),

a percentagem de alunos que ficaram reprovados na 2ª fase no português foi de 52%”. Isso mostra a complexidade da questão do ensino de língua portuguesa, pois mesmo os estudantes de outros países que têm o português como língua única, diferente dos estudantes da Guiné-Bissau, também têm dificuldades nessa disciplina. Essa situação pode ser justificada em função dos métodos que são usados no processo de ensino e aprendizagem nesses países – lembrando que a Guiné-Bissau herdou o sistema educacional colonial em que o português é ensinado só levando em conta a sua base gramatical. De acordo com mesmo relatório citado acima, “mais de metade dos alunos do 9.º ano chumbaram na 2ª fase da prova final de Português”. Essa constatação indica, em parte, que a precariedade e os problemas na educação da Guiné-Bissau não se limitam exclusivamente à questão da língua portuguesa, ou o uso do crioulo e das outras línguas étnicas no cotidiano dos estudantes guineenses. (SILVA & SAMPA, 2017, p. 235)

Ademais, Cá (2015) mostra que há 44,31% de pessoas que falam o crioulo. Esta é uma prova contundente da importância do crioulo no contexto guineense. Um dos insucessos do português (11,08%) de falantes como segunda língua prova que a política linguística deve mudar a sua visão com relação ao crioulo. Dessa forma, o crioulo começou apenas como uma língua de comunicação entre europeus e africanos e tornou-se uma língua nacional e um símbolo de união da população guineense. Uma vez que a inexistência de uma política educativa que alie de forma construtiva a presença das línguas maternas africanas e do crioulo com a língua portuguesa, aliada à situação de diglossia reinante na Guiné-Bissau, são fatores inibidores do processo de desenvolvimento da qualidade e do sucesso do sistema de ensino, com repercussões na sociedade guineense e no próprio crescimento do país (BARBOSA, 2015). Cabe ressaltar que o crioulo conheceu sua expansão durante a luta pela independência, depois se espalhou pelos diferentes grupos étnicos e adquirindo, portanto, o estatuto de língua da unidade nacional, como também passou a ser utilizado na rádio nacional em músicas ou em mensagens de sensibilização sobre a guerra. Ainda assim, não podemos deixar de mencionar que o ensino das línguas maternas é uma das recomendações específicas da UNESCO, conforme se pode ler na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Isso incide num desafio a ser enfrentado por qualquer país onde há Bilinguismo.

Angola

Mapa 5 – Mapa de Angola



Fonte: extraído de Maps of world²⁸ (2014).

Com uma população residente de 24 383 301 e uma extensão de 246,700 Km², Angola é, pela sua extensão, o segundo maior país de língua oficial portuguesa. Não obstante, só na primeira década do século XXI, foi possível começar a conhecer a realidade sociolinguística do país e as complexas questões de política e planeamento linguístico que esta coloca. Sendo certo que ainda muito nos falta conhecer, existe hoje um conhecimento acumulado que permite começar a traçar um perfil sociolinguístico geral do país, compreender a sócio-história que o explica, conhecer melhor a estrutura da variedade do

²⁸ Disponível em: www.mapsofworld.com.br Acesso em 12 DEZ. 2018.

português e línguas africanas aí faladas e identificar alguns dos desafios de política e planejamento que o contato entre elas coloca a falantes e decisores políticos, bem como os instrumentos desenvolvidos para os ultrapassar (INVERNO, 2018).

Estudos comparados entre o português brasileiro e o português angolano têm sido feitos por pesquisadores brasileiros e angolanos, com buscas de uma compreensão linguística e histórica de formação da língua portuguesa a partir de seu contato com línguas africanas, especialmente línguas da família Bantu. Alguns trabalhos que comparam o português angolano e o português brasileiro incluem os de Lipski (2008); Petter (2008) e Teixeira (2011).

Como descrito por Quinta, Brás e Gonçalves (2017), o bilinguismo presente em Angola se traduziu em interferências linguísticas, por exemplo, entre o Umbundo e o Português. Esses autores consideram que se deve procurar gerir o uso das Línguas Nacionais e da Língua Portuguesa, para que não haja grandes mudanças, e, muito menos, o desaparecimento das Línguas Maternas. Na verdade, “uma língua minoritária deixa de ser utilizada pelos seus falantes, em virtude da pressão do prestígio da língua nacional, ou quando a evolução de uma língua dá origem a outras línguas, que adquirem um novo nome” (AMORIM; SOUSA, 2013, p.19). Devemos estabelecer uma distribuição funcional correta das línguas, tanto nos currículos de ensino como na aceitação do público, do ponto de vista do uso oral no cotidiano, a fim de que as línguas possam ser usadas segundo os contextos e situações comunicacionais.

Contudo, a variedade angolana do português, que pode ser considerada uma evolução daquilo que, por outras razões, se designou ‘pretoguês’²⁹, já se apresenta num estágio diferente de evolução linguística em comparação com aquele. Por força dessa evolução, o português falado atualmente em Angola é uma variante que expressa a angolanidade, uma característica enriquecida pelo perfume das línguas africanas que lhe conferem uma sonoridade melódica, contendo, desde já, traços próprios proporcionadores de existência autônoma (NZAU, VENÂNCIO, SARDINHA, 2013).

²⁹ "Pretoguês" forma pejorativa com que os colonizadores portugueses denominavam a linguagem híbrida português/quimbundo utilizada pela população angolana, expressão dos bilíngues coloniais, a qual constituía motivo de freqüente menosprezo destes e, portanto, uma das fontes alimentadoras do racismo do colonizador em relação ao colonizado." Disponível em: <https://diariodeumamulhernegra.blogs.sapo.pt/o-que-e-pretogues-129909> Acesso em 24 jan. 2019.

São Tomé e Príncipe

Mapa 6 – Mapa de São Tomé e Príncipe



Fonte: Extraído de Exame Informática³⁰ (2015).

Embora o Português, a língua oficial e de prestígio em São Tomé e Príncipe, siga oficialmente a norma do PE, existem, na prática, diversos registos de Português, uns próximos dessa norma, outros com maior ou menor grau de influência dos crioulos (AFONSO 2008; LORENZINO 1996), muitas vezes determinado por fatores tais como o nível de escolaridade, nível econômico e o ambiente de inserção social (urbano/rural). Esta variação reflete o conflito entre a norma oficial e a prática local e um passado recente em que o português era L2 para a maioria dos habitantes das ilhas.

Dessa forma, São Tomé e Príncipe sofreu uma transformação linguística e sociolinguística a partir do último quartel do século XIX que se traduz atualmente na hegemonia do português em detrimento das línguas crioulas autóctones. Ess a transição

³⁰ Disponível em: <http://exameinformatica.sapo.pt/noticias/mercados/2015-05-22-Sao-Tome-e-Principe-quer-resgatar-dominio-de-topo-.st> Acesso em 12 DEZ. 2018.

histórica do português L2 para L1 reflete nas características do que hoje constituem o português de São Tomé (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015).

É inegável que a sequência dos fenômenos linguísticos que atravessou a história de São Tomé e Príncipe, tenha se erguido durante o período pós-independência, já que representou o terceiro momento importante nessa trajetória, em que a língua portuguesa percorreu até adquirir o estatuto de hoje. Assim, a decisão política de adotar o português como língua oficial exclusiva veio propiciar à generalidade da população um acesso mais democrático à educação. Segundo Pegado (2018) a língua da elite e dos domínios altos passou a ser a língua de todos os contextos comunicativos, de um grupo cada vez maior de são-tomenses. Em outras palavras, a situação que Hagemeyer (2016) descreve como uma diglossia relativamente estável, herdada do período colonial, com os crioulos a dominarem os contextos mais familiares, informais e rurais, transformou-se gradualmente numa outra situação de diglossia instável e mudança, caracterizada pelo uso generalizado do português L1. Em suma, segundo o referido autor, a 10ª posição cada vez mais reduzida aos crioulos como línguas maternas pode ser considerada como uma etapa num processo coletivo de mudança e erosão linguística (dos crioulos) que está praticamente concluído em São Tomé e Príncipe (GONÇALVES, 2016; HAGEMEIJER, 2016). Portanto, este parece ser uma ocorrência associada a contextos de línguas em contato, caracterizado pela perda de competência linguística da L1 a favor do uso frequente da L2.

O que levantamos como hipótese, a partir da variável país, é que por se tratar de realidades linguísticas distintas, as variedades africanas do português em estudo nos remetem a um passado de contato linguístico, pois tendem a manter as características menos marcadas da língua, portanto para eles o sujeito nulo é a característica menos marcada.

3.3 TRATAMENTO QUANTITATIVO DOS DADOS

Selecionadas as variáveis, foi feita a codificação dos dados para que seu tratamento quantitativo fosse possível através de sua rodada no programa computacional GodVarbX (Cf. SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), a fim de obtermos os resultados percentuais e os pesos relativos que revelaram quais fatores favorecem o uso de sujeitos nulos no PA, no PGB e no PST. A rodada dos dados foi realizada de modo separado para que não houvesse interferência quanto ao resultado da escrutinação. Além disso, tal decisão está centrada nas particularidades linguísticas que compõem cada variedade africana

estudada, favorecendo, assim, a ampliação de estudos a *posteriori*. Esses resultados, portanto, permitiram também estabelecermos uma análise contrastiva entre essas variedades, verificando em que elas se assemelham ou diferem, em conformidade com o fenômeno em estudo, contribuindo para a análise linguística do próximo capítulo sobre como se distribuem os sujeitos nulos e plenos nessas variedades.

3.4 ENQUADRAMENTO DOS FATORES: DO GERATIVISMO À SOCIOLINGÜÍSTICA QUANTITATIVA

Durante processo de coleta e tratamento dos dados desta pesquisa, selecionamos os fatores variáveis que foram aplicados ao programa GOLDVARB-X com intuito de verificar as incidências de fatores linguísticos e sociais que puderam influenciá-lo. Isso porque a Sociolinguística trabalha com a frequência de uso, mostram padrões de variação, mudança na comunidade em estudo. Para Gnerre (1985, p.04) “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

Este estudo realizado partiu da análise de dois fenômenos linguísticos: o Parâmetro do Sujeito Nulo de viés Gerativista e a Morfologia de Flexão Verbal de teor Sociolinguísticos. Para que fosse possível tal casamento teórico, partimos da contextualização do primeiro fenômeno adotando critérios para sua aferição por meio dos postulados de Chomsky (1981). Somado a isso, organizamos a verificação das variáveis adotadas e tratadas estatisticamente com auxílio da Sociolinguística Laboviana, pois o fenômeno de de Concordância verbal é de ótica variacionista. Portanto, são as regras variáveis que recaem as atenções dos estudiosos vinculados à Sociolinguística variacionista.

Cabe ressaltarmos que durante a pesquisa para que organizássemos fielmente os fenômenos estudados, adotamos também o fator peso relativo. É denominado de peso relativo a indicação do efeito que cada fator selecionado exerce sobre as variantes observadas. É interpretado como favorável, para uma variável binária, se o valor for superior a 0.50, como inibidor se for inferior a 0.50 e como neutro se for igual a 0.50. Já para uma variável ternária, ou seja, com três variantes, o ponto neutro é 0.33, com quatro é 0.25 e com cinco variantes, o ponto neutro é entendido como 0.20 (SCHERRE; NARO, 2012).

É oportuno lembrarmos que embora tenhamos apresentado os resultados mais relevantes para cada fator, tanto no que tange às variáveis linguísticas quanto

extralinguísticas, focando geralmente os fatores de forma particular, eles mantêm, entre si, uma relação delicada e direta, o que reclama que sejam observados, também, a partir das interações que estabelecem uns com os outros. Isto é possível, como já mencionamos, através da observação criteriosa dos chamados cruzamentos entre eles, estabelecidos pelos aportes teóricos adotados para este estudo. Logo, conhecê-los, reforçamos, é tarefa relevante para a compreensão dos mecanismos linguísticos, sempre com base no uso real.

4 ENQUADRAMENTO LINGUÍSTICO DOS RESULTADOS

Em outras palavras, as mudanças acontecem em teias e ecoam umas nas outras. Tal eco sintático de um processo de mudança a outro – e que não necessariamente forma uma linha reta – é teoricamente previsível a partir de um paradigma sintático forte para a análise linguística: o modelo chomskyano (TARALLO, 1993, p. 74)

Nesta seção, serão analisadas, de acordo com os resultados quantitativos obtidos nas rodadas do programa GOLDVARB X, as ocorrências de sujeitos nulos e plenos. Dessa forma, as variáveis selecionadas pelo programa como relevantes ao condicionamento do fenômeno serão exploradas. Essas variáveis são aquelas que o programa GOLDVARB X selecionou em praticamente todas as rodadas realizadas, na seguinte ordem: variável depende sujeito nulo e, sujeito pleno juntamente com as variáveis independentes, conforme elencadas anteriormente no capítulo 3.

Nas próximas seções, os resultados obtidos serão apresentados em forma de tabelas, seguidas, quando necessário, de gráficos que representem a sistematização dos grupos de fatores, visando proporcionar maiores reflexões sobre a caracterização do objeto em estudo.

4.1 OCORRÊNCIA DE SUJEITOS NULOS E PLENOS EM DADOS DE ESCRITA DAS VARIEDADES AFRICANAS DO PORTUGUÊS EM ESTUDO

4.1.1 Ocorrência de sujeitos nulos e plenos PA

A situação linguística em Angola é marcada por uma situação de multilinguismo generalizado, predominando o quimbundo, o quincongô (ou kikongo), o umbundo, em Luanda, e o português adquirido como segunda língua. De acordo com Mingas (2000, p. 33), houve leis de imposição da língua portuguesa que proibiam o uso das línguas nacionais, tornando-se, assim, o português a única língua oficial.

Na visão Hagemeijer (2016) sobre o contexto linguístico, o autor ressalta que

No caso de Angola, em concreto, a presença portuguesa era muito significativa no período que antecedeu a independência, o que terá contribuído para um maior enraizamento do português como língua franca. Depois da independência, em consequência do longo período do conflito armado (1975-2003), o êxodo de populações falantes de diferentes línguas bantu do interior para o litoral, em particular para a capital, Luanda, reforçou o papel do português como língua franca. A presença portuguesa em Moçambique, por outro lado, foi menor no tempo colonial e o conflito armado que se seguiu à independência foi menos desestruturante do que em Angola, o que poderá ajudar a explicar o crescimento mais lento do número de falantes do português L1/L2 em Moçambique. (HAGEMEIJER, 2016, p.38)

Os resultados obtidos depois de processados no programa Goldvarb X revelaram que 51,3% das orações relevantes indicadas na amostra apresentam sujeito nulo, contra 48,7% de orações com sujeitos plenos. Esses resultados revelam que o índice de sujeitos nulos é proximal ao número percentual apontado nos estudos de Duarte (1995) com amostra do PB (ressalta-se que são relativos à fala carioca), no entanto proporcional ao identificado no PE pela referida autora. Vamos analisar detalhadamente os resultados obtidos com cada um dos fatores que o programa selecionou como sendo os que mais favorecem à ocorrência do sujeito nulo, na ordem:

Quadro 12 – Quantitativo geral de sujeitos plenos e nulos no *corpus* do PA

Sujeitos nulos	Sujeitos Plenos
1.925,2/3.753	1.827,7/3.753
51,3%	48,7%

Fonte: A autora desta pesquisa.

O resultado acima, ao que tudo indica, corrobora nossa hipótese inicial de que o PA aparenta ser uma língua de sujeito nulo prototípica e que se aproxima mais do Português Europeu (cf. VERÍSSIMO, 2017; KAPETULA, 2016; TEIXEIRA, 2008, 2012). Vale salientar que estamos considerando que a língua-alvo³¹ dos angolanos é o PE. Para Gonçalves (1994) o PE mantém um paradigma de morfemas verbais rico, uma concordância verbal forte, como também uma língua de prestígio social. Assim, estamos partindo da premissa de que a

³¹ Língua estrangeira que alguém pretende aprender.

gramática à qual os vestibulandos foram expostos é a gramática do PE; logo, no que tange à teoria gerativa, sendo o PE uma língua *pro-drop* prototípica (BARBOSA, 1996; BARBOSA, DUARTE & KATO, 2001; DUARTE, 2000). Caso o *output*³² que pode ser percebido difere das formas mostradas no PE, temos em mente que houve uma reanálise sintática por parte do(a) aluno(a) e uma nova gramática surgiu a partir de então. Salientamos que a diferença percentual entre sujeitos nulos e sujeitos plenos é de apenas 2,6 pontos, denotando uma pequena diferença entre os fatores da variável dependente em estudo. De mais a mais, esperávamos que a taxa de sujeitos nulos fosse mais baixa.

Vale ressaltar que há restrição dos sujeitos nulos em alguns contextos específicos (desambiguação, ênfase e contraste) não foram observados nos nossos dados com frequência, ao contrário do que seria esperado em uma língua de sujeito nulo. Nesse sentido, a língua escrita do PA extraída das redações mostra um uso expressivo de sujeitos plenos pré-verbais. Assim, algumas questões se colocam, a saber:

- a) Em que contextos, há predominância de sujeitos plenos nos dados?;
- b) Será que esses contextos assemelham-se aos que são encontrados nas outras variedades africanas do português, a saber Guiné Bissau e São Tomé?;
- c) Há evidências de contextos que seriam obrigatórios de sujeitos nulos em PA, mas que apresentam sujeitos plenos nos dados coletados?;
- d) Será que a morfologia de flexão verbal nos dados analisados é rica no PA? Se sim, o que justificaria então o percentual de 48,7% para sujeitos plenos nesses dados?

Ao revisitar estudos sobre o parâmetro do sujeito nulo do PA, Kapetula (2016) destaca o trabalho de Santos e Oliveira (2007). Para eles, as categorias vazias na posição de sujeito em produções espontâneas constituem evidências explícitas que atestam o PA como uma língua de sujeito nulo, à semelhança do que se verifica no PE. Sujeitos nulos são legitimados em contextos raiz, em orações encaixadas, quer argumentais, quer expletivos, como se pode verificar em (4)

³² Manifestação do conhecimento linguístico construído, ou seja, um produto do *input*.

(4) Eh pá me CHMAM de chefe, portanto, de princípio *pro* SOU uma pessoa muito animadora talvez *pro* DIGAMOS ASSIM NÉ? E QUANDO *pro* cheguei aqui portanto EU sai do Tchivinguiro para aqui é pá *pro* DIGO bem melhor chefe porque de princípio os outros de chefe. Chefe, chefe, pronto ELES também agora me metereram o nome de chefe³³. (SANTOS; OLIVEIRA, 2007, p. 12)

Oliveira (2016) descreve em seu estudo contrastivo do Português de Angola com o Português de Moçambique retomando dados dos estudos de Teixeira (2012) sobre o PA. Neste estudo, Teixeira foi realizado com um *corpus* constituído por 10 inquéritos de falantes de ambos os sexos, com pouca ou nenhuma escolaridade (o equivalente a no máximo a 5ª série do ensino fundamental). O autor infere que a forma preferida entre os angolanos com pouca escolaridade é o sujeito expresso, com valores até mais próximos aos encontrados por Duarte (1995) com a fala culta carioca, se comparados aos dados que observamos entre os menos escolarizados em Moçambique.

Nos estudos de Oliveira (op. cit.) apesar de selecionada a variável *pessoa do discurso* como uma das mais significativas, os resultados foram diferentes se comparados aos do PM, uma vez que é justamente em P3 que há o maior número de sujeitos realizados foneticamente em Angola, totalizando 75% e com peso relativo de .63, o que denota que esse é realmente um fator que favorece à realização fonética do sujeito (cf. Tab.7). O autor destaca que esse é realmente o que não ocorre em Moçambique, como também aponta a hipótese construída por Teixeira para tal fato: esperava-se que a taxa de sujeitos nulos de terceira pessoa (tanto do plural quanto a do singular) fosse mais alta porque (i) a terceira pessoa do plural com sujeito nulo é uma das formas “canônicas” de indeterminação do sujeito na língua-alvo, o PE, esperava-se que essa fosse uma estratégia produtiva de indeterminação do sujeito em Angola e (ii) Duarte (1995) também alega que a terceira pessoa do singular pode ser retomada por uma categoria vazia, ao passo que as demais pessoas são dêiticas. Somdo a isso, o morfema de terceira pessoa sem sujeito expresso também tem se configurado como uma forma inovadora de indeterminação do sujeito, presente no PB (DUARTE, 1995), contudo parece não ser produtiva nos dados de Angola levando em consideração apenas os dados levantados por Teixeira.

³³ A numeração deste exemplo segue a do original.

Tabela 3 – Sujeitos expressos no PPA – Pessoa do discurso

Pessoa do discurso	N. absolute	%	p. relativos
P1	107/181	60	44
P2	48/70	68	54
P3	102/134	76	63
P4	21/48	43	27
TOTAL	278/433		

Fonte: Extraída de Teixeira (2012).

No *corpus* de nossa pesquisa, os contextos de 1ª pessoa apresentam consideráveis níveis de preenchimento de sujeitos plenos na posição do sujeito, o que também se verifica no PB conforme os resultados de Duarte (1995).

Observem-se alguns exemplos extraídos do nosso *corpus* que contêm sujeitos plenos e nulo no PA:

A) Sujeitos com referência semântica de 1ª pessoa:

- (2) “**Nós** percebemos que a república popular de Angola é uma das maiores potências em África” [PA2M]
- (3) “**Nós** sabemos que a união entre os países africanos faz a força” [PA3M]
- (4) “Desta forma, **nós** já não vamos parar de defender a zona petrolífera” [PA17F]
- (5) “Nosso governo funciona de maneira eficaz, por isso **nós** temos muito orgulho” [PA9M]
- (6) “**Nós** seremos fortes se a educação e saúde se beneficiarem também do petróleo” [PA15M]
- (7) “*pro* Ficamos à espera de novas oportunidades para estudar no Brasil”. [PA24F]
- (8) “Diante de tudo, *pro* perdi a crença na mudança económica de Angola”. [PA35F]
- (9) “A violência e a economia de Angola *pro* queremos acabar” [PA22M]

B) Sujeitos com referência semântica de 3ª pessoa

- (10) “**Ela** é uma nação-estado que só me orgulha” [PA20F]
- (11) “**Eles** sabem sobre as grandes dificuldades de nosso povo” [PA3M]
- (12) “**Eles** passam devido a guerra na educação que é precária” [PA39F]
- (13) “**Ela** está se tornando uma realidade para muitos angolanos com a construção de condomínios” [PA50M]
- (14) “**Elas** têm sido um dilema para sociedade angola, para mulher ainda enfrentar retrocessos” [PA41F]
- (15) “*pro* Saiu do controle!” [PA36M]
- (16) “Nos dias de hoje, não *pro usa* o bom senso na educação angolana”. [PA41F]

C) Sujeitos com referência semântica indeterminada de 3ª pessoa

Nesse tipo de referência, não há dúvidas quanto à sua referência genérica. Neves (2000 apud ASSUNÇÃO, 2012, p.80) afirma que construções de sujeito indeterminado são do tipo maximamente genéricas, pois tratam-se de construções de 3ª pessoa do singular seguido da partícula *-SE* ou construções de 3ª pessoa do plural *-m*. Seguem abaixo alguns exemplos encontrados na amostra analisada, que confirmam a semântica de indeterminação do sujeito em 3ª pessoa do plural:

- (17) a. “*Perderam* uma grande oportunidade de melhoria profissional na UNILAB”. [PA18M]
- b. “*Cansaram* de lutar contra o governo no pós-independência”. [PA50F]
- c. “*Falaram* sobre a UNILAB para os jovens”. [PA13M]

A questão do aumento do sujeito pleno e da entrada de *você (s)* no paradigma pronominal do PB irá se refletir na questão do uso de formas para indeterminação do sujeito. Processo parecido vem ocorrendo com o português falado em Angola. Teixeira (2008) constatou o uso do pronome *você* no tratamento íntimo ou universal por falantes angolanos de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, principalmente entre os falantes nativos das línguas nacionais, usuários da norma popular. Esses mesmos usuários já utilizam o *você* para indeterminar o sujeito, fato que pode estar demonstrando o encaixamento estrutural da mudança. Os resultados são produtivos quanto ao uso do pronome “*você(s)*” como uma estratégia de indeterminação do sujeito, a saber:

(18) “**Você** não pode acreditar em tudo que a TV mostra”. [PA20M]

(19) “**Vocês** sonham com um cômputo positivo para a educação das universidades de Angola”. [PA18M]

O pronome *você*, largamente utilizado no PB atual, começa a aparecer no PA na fala de jovens pouco escolarizados, falantes das línguas nacionais, na maioria das vezes em sua forma plena, o que demonstra maior afastamento do PE (cf. TEIXEIRA & ALMEIDA, 2011). Assim, podemos dizer que, ao que parece, a entrada do *você* no português angolano está levando ao uso do mesmo como estratégia de indeterminação do sujeito. Cabe lembrar que, também, em contextos de escrita de pessoas escolarizadas.

Não poderíamos deixar de citar o trabalho de Duarte (2007), que ao comparar os usos do sujeito indeterminado no PE e no PB falado, constata que o clítico *se* é uma habilidade preferencial no PE (38%), já no PB a forma mais utilizada é o pronome *você* (45%), sendo o *se* no PB uma estratégia de baixa frequência (8%), diante de *nós* (2%). A autora atesta que nunca se verifica no PE a ausência do *se*, e assim infere em sua análise atestando que dois aspectos diferem o PE do PB quanto à indeterminação: a ausência da estratégia com zero no PE e a baixíssima ocorrência do *se* no PB.

Ademais, no *corpus* do PA, analisado neste estudo, observamos que o *se* foi produtivo, assim como a incidência do pronome *você(s)* com uma baixa ocorrência de apenas 46 (2%). Embora a tendência do Português falado no Brasil seja de próclise (VALENTE, 2014; OTHERO & CARDOZO, 2016; MEDEIROS & DE PAULA, 2018), as

ocorrências encontradas no PA mostram o uso da ênclise, à semelhança do que ocorre no PE. Já que tal contexto linguístico é específico de ênclise, a saber:

(20) “**Fala-se** hoje, internacionalmente, da queda do preço de petróleo em que países produtores são vítimas da mesma” [PA7M]

(21) “**Observa-se** o melhor a se fazer com os planos do governo angolano para a educação” [PA14F]

(22) “**Pode-se** apostar mais no sector da exportação para evitar a crise económica” [PA26M]

(23) “**Enfrenta-se** uma grave crise económica dos produtos básicos de consumo por causa das exportações” [PA28F]

(24) “**Explora-se** os recursos que desviam do povo angolano” [PA49M]

Vejamos alguns dados a partir da Tabela 4:

Tabela 4 – Ocorrências de sujeitos nulos e sujeitos plenos considerando as pessoas do discurso

Pessoa do discurso	Ocorrências		Percentual			
	Suj. nulo	Suj. pleno	Suj. nulo /PR		Suj. pleno/ PR	
P1	59/243	184/243	60%	.63	40%	.32
P2	-	-	-	-	-	-
P3	209/624	415/624	33%	.06	47%	.54
P4	156/206	50/206	76%	.16	34%	.47
P5	-	-	-	-	-	-
P6	63/1.243	1.180/1.243	5%	.17	95%	.84
TOTAL	487/2.316	1.829/2.316	-	-	-	-

Fonte: A autora desta pesquisa.

Podemos inferir a partir dos dados tabulados (cf. Tab. 4) que o sujeito nulo é uma ocorrência de todas as pessoas do discurso, contrariamente de PE que o sujeito nulo é opção

preferencial (DUARTE, 1995). Assim, ratificando o fato da predominância dos sujeitos plenos no PA em contextos semânticos de pessoas do discurso. Enquanto no PB, sabemos que há preferência por sujeitos plenos referenciais (cf. Duarte, 2000; KATO, 1999; GALVES, 2001), bem como o PA apresentou percentuais expressivos em P1 (40%) e P6 (95%), já que favorecem sujeitos plenos. A incidência de P1, ao nosso ver, pode ser associado, também, com o tipo de gênero textual: redação escolar (texto-dissertativo argumentativo) produzida pelos vestibulandos para o processo de seleção para UNILAB. Vale destacarmos que os resultados da P6 favorecem sujeitos plenos, embora os falantes tenham mais escolaridade (cf.Tab.9), nos mostrando um percentual altamente expressivo de sujeitos plenos de 1.179 ocorrências (95%) em detrimento de 64 ocorrências do sujeito nulo (5,1%).

Ainda, conforme apresentado na Tabela 9, esperávamos que a taxa de sujeito nulos na terceira pessoa do plural fosse mais alta, já que essa pessoa com o sujeito nulo é uma das formas “canônicas” de indeterminação do sujeito da língua oficial – o PE – e esperava-se que essa fosse uma estratégia produtiva de indeterminação do sujeito em Angola.

No que concerne à primeira pessoa do plural (P4), a desinência *-mos* é bastante comum – 206 ocorrências – sendo um fator que desfavorece o uso de sujeitos plenos (.). Segundo Teixeira (2012), a concordância não foi drasticamente enfraquecida se comparada a do PB: “[...] o uso do sujeito ‘a gente’ de referência definida [...] não é expressivo” (p.153) e o pronome “nós” resiste a ser realizado foneticamente. Logo, há preferência por sujeitos nulos como o PE (OLIVEIRA & SANTOS, 2007).

Já o sujeito nulo na 3ª pessoa do singular (P3) é 33%, com percentual superior ao da 3ª pessoa do plural, 5%. Assim, entre os sujeitos nulos de P3 encontramos 7 ocorrências (3,5%) com o *se* indeterminador. Outra estratégia de indeterminação de sujeito que se mostrou produtiva, além das formas zero foi o uso do *você* preenchido. Contrariamente a Duarte (1995) em que a hierarquia é bastante diferente para o uso do pronome “você”, sendo principalmente uma estratégia de indeterminação preferida. Além disso, no estudo da autora aparecem o *a gente* e os pronomes *eles* e *nós*. Já em nosso estudo, aparece o pronome *eles*, na forma zero é a última estratégia escolhida para indeterminar o sujeito. Portanto, o mecanismo utilizado para realizar a indeterminação do sujeito é uma das principais diferenças entre os nossos resultados e os resultados obtidos na pesquisa de Duarte (1995).

A partir dos dados resultantes nesta pesquisa, verificamos ainda que esses refutam a tese da aquisição por transferência, já que esperávamos a incidência de um quantitativo bem maior de sujeitos nulos em detrimento dos sujeitos plenos nos dados do PA analisado, em especial, por escreverem em português como estatuto de Língua Materna e não como L2.

Sendo assim, o português em Angola encontra-se em permanente transformação. Isso se deve as transferências linguísticas resultantes do contato com línguas culturais, como também a criação do léxico forjado pelo uso criativo popular, bem como a reflexão funcional que o português desempenha, quer na concepção sociológica da linguagem, quer na perspectiva sociolinguística (RODRIGUES, 2012).

Araújo (2010) apresenta um estudo sobre a variedade popular urbana do português de Luanda-Angola (PPA), tendo como foco a variável referente à primeira e à terceira pessoa do plural (P4 e P6). No que diz respeito a P4, o foco dessa pesquisa, foram analisados 14 dados, utilizando a metodologia laboviana. Dessa forma, os resultados iniciais fornecidos pelo programa GOLVARB X apontaram para uma predominância do uso de marcas de plural (94,3%), com incidência de uso categórico (103/103) quando o sujeito referencial não está expresso. O sujeito se apresentou explícito com morfema de plural em 61/71 dados (86,9%). Mas também a autora concluiu que a marcação de plural é muito presente no PPA, mesmo quando o sujeito já está expresso com a forma nós, o que levou a afirmar que a gramática natural da comunidade é marcada por formas explícitas de plural. Ademais, os resultados de Araújo (2010) mostraram que a concordância é favorecida quando o sujeito é nulo, com peso relativo de .65 e que informantes do sexo feminino favorecem o uso de marcas de plural nas formas verbais, valor .62.

Teixeira (Op. cit) aponta algumas possíveis explicações para esse alto índice de realização do sujeito com o morfema verbal de terceira pessoa no PA. Primeiramente, a língua nacional mais amplamente utilizada na região de Luanda é o quimbundo, no qual as segunda e terceira pessoas apresentam as mesmas formas desinenciais no paradigma verbo-flexional (cf. a tabela 5 a seguir, com o padrão flexional do verbo *comer* em quimbundo). Isso teria levado os falantes com menor escolaridade a realizarem com mais frequência o sujeito com o morfema da terceira pessoa, visto que, na gramática da sua L1, a desinência de terceira pessoa é neutralizada com a forma da segunda.

Tabela 5 – Padrão flexional do verbo comer em quimbundo

VERBO COMER EM QUIMBUNDO

eme ngidya	'eu como'	eme ngadya	'eu comi'
eye udya	'tu comes'	eye wadya	'tu comeste'
mwene udya	'ele come'	mwene wadya	'ele comeu'
etu tudya	'nós comemos'		

Fonte: Extraído de Teixeira (2012).

Em nossos dados, o número de orações encaixadas foi, relativamente, superior ao número de orações coordenadas. A partir de agora, observemos no quadro 12, a seguir, o quantitativo de ocorrência de sujeitos nulos e plenos, tomando por base o tipo de oração: (i) oração encaixada e (ii) outras orações.

Quadro 13 – Orações encaixadas e outras orações encontradas no *corpus* da pesquisa

Tipo de oração	Percentual	Ocorrências	Peso relativo
Orações encaixadas	54%	743/1.376	.58
Outras orações	46%	633/1.376	.17
Total	100%	1.376/1.376	-

Fonte: A autora desta pesquisa.

Como se vê no quadro 12, dados que favorecem as orações encaixadas é de peso relativo (.58), ao passo que apresentam desfavorecimento das outras orações (.17).

Conforme o quadro 13, podemos notar o efeito inegável do favorecimento do sujeito nulos no condicionamento dos tipos oracionais, já que nos contextos de outras orações a tendência é de desfavorecimento do sujeito nulo (.35) enquanto em orações encaixadas favorece o sujeito nulo (.52).

Quadro 14 – Ocorrências de Sujeitos nulos e plenos a partir do tipo de orações no *corpus* da pesquisa

Tipo de oração	Ocorrências Suj. nulo	Ocorrências Suj. pleno	Peso relativo (Sujeito nulo)
Orações encaixadas	455/746 61%	231,26/746 39%	.52
Outras orações	278,52/633 44%	354,48/633 56%	.35
Total	733,52/1.376	585,74/1.376	-

Fonte: A autora desta pesquisa.

Para Montalbetti (1986), numa língua de sujeito nulo, como é o caso do PE, é possível alternar pronomes foneticamente nulos com pronomes foneticamente realizados. O estatuto nulo ou lexical das formas pronominais pode condicionar interpretações distintas, mesmo que desempenhem a mesma função sintática de sujeito. Dessa forma, no *corpus* do PA os resultados apresentados no quadro 13 ratifica, mais uma vez, a aproximação com o PE. Isso porque numa língua *pro-drop* o sujeito pleno não é uma opção em orações encaixadas. No entanto, Duarte (1995) atesta que para o PE, caso as orações encaixadas estejam numa configuração de correferência com o sujeito da sentença raiz, o mesmo ocorrendo em relação a raiz se ela seguir a subordinada. Como podemos verificar em (24) a (27) a seguir:

(24) [17]³⁴ Então **tu** acreditas que *pro* ainda tenhas esses pruridos, tu também? (GL5)

(25) [18]³⁵ E **a NP** enchia-me muito porque *pro* é muito paíradora. (IK3)

No que se refere à variável duplicação do sujeito pleno³⁶, só foram encontradas 3 ocorrências no *corpus* do PA, sendo os sujeitos de terceira pessoa no singular, a saber:

(25) “**Angola**, nos últimos anos, **ela** apresentou níveis de crescimento económico” [PA28M]

(26) “**Angola ela** continua a liderar este título de grande exploradora petrolífera mais elevada” [PA33M]

(27) “**A crise económica ela** é devido o desequilíbrio de recursos naturais, porque somente ele o petróleo pode salvar essa nação de crise” [PA18F]

³⁴ A numeração entre os colchetes segue o original.

³⁵ Idem a nota 35.

³⁶ Para Duarte (1995) as construções com duplicação do sujeito conhecidas como deslocamento à esquerda ou à dierita são construções atípicas em línguas *pro-drop*, e, embora a ocorrência de DE inclua necessariamente o uso do pronome, não se encaixando, pois, dentro do conceito sociolinguístico de regra variável, seu exame é fundamental para confirmação para atestar que estamos de fato nos afastando do grupo das línguas *pro-drop*.

O que depreendemos das estruturas de duplo sujeito é o fato de que as mesmas já aparecem em contexto formais, como a escrita, não ocorrendo, no entanto, em muitas estruturas observadas por Duarte (1995), nos contextos com SN quantificado, sujeitos arbitrários e com relativas sem cabeça, demonstrando que há restrições na construção desse tipo de estrutura na variedade africana do português de Angola aqui estudada. Além disso, por não serem muito recorrentes, pois o total de duplo sujeito é menos que 1% do total de dados trabalhados. Tal fato nos leva a reafirmar a hipótese de que provavelmente a variante angolana, no tocante aos fenômenos aqui analisados, encontram-se num estágio diferente quanto à escrita das variantes santomense e guineense.

Realizando um estudo sobre a língua falada do PA, Tavares Silva, Carvalho e Ziober (2016), verificam que os sujeitos duplicados só ocorrem com a primeira pessoa do singular e do plural em contextos de entrevistas informais:

(28) a. “**eu... eu** estive, estive aí na Mutamba, na rua.” [ANG01]

b. “e **nós nós** propusemos, montar vinte e três equipas móveis.” [ANG06]

c. “**eu**, anteriormente, **eu** antes de, antes de entrar para a igreja, eu era uma pessoa que não tinha luzes [...]” [ANG16]

(TAVARES SILVA; CARVALHO; ZIOBER, 2016)

Para os autores, o uso da primeira pessoa do singular e do plural em contextos de duplicação do sujeito decorrem da atuação dos traços de definitude e de especificidade, o que não se verifica nos dados escritos aqui analisados provavelmente pela própria natureza do texto dissertativo cujo enfoque é dado ao referente e não aos sujeitos que abordam esse referente. Santos (2010) e Campos e Santos (2012) argumentam que esses contextos são construções de tópico em que o sintagma nominal ocorre à esquerda da oração e é retomado por um pronome inserido na posição sujeito que retoma o mesmo traço número-pessoal presente no tópico. Na oração, a seguir, *os professores* é o tópico e o pronome *eles* retoma seu traço número-pessoal, a saber, 3ª pessoa do plural:

(29) “os professores eles declaram ou estão para declarar uma nova greve.” (SANTOS 2010, p. 104)

Sobre a variável *tipo de verbo*, observamos agora, a partir do quadro 10, os tipos de verbos analisados, totalizando 56% de verbos transitivos; 38% de verbos copulativos; 4% de verbos intransitivos e 2% de inacusativos. Em seguida, relacionamos a ocorrência verbal com a ocorrência de inversão verbo-sujeito, por tipo de verbo (cf. quadro 14). A seguir, observamos que, das inversões ocorridas,

Quadro 15 – Percentual de tipos de verbos encontrados no *corpus* do PA

Tipos de verbos	Percentual
Verbos intransitivos	8%
Verbos transitivos	50%
Verbos inacusativos	6%
Verbos copulativos	36%

Fonte: a autora desta pesquisa.

É pertinente citarmos o trabalho de Berlink (1988) sobre a ocorrência de sujeito anteposto e posposto ao verbo no PB. Nele a autora atesta resultados que demonstram uma maior tendência à não-concordância verbal quando os SNs são pospostos: 94% dos Sns pospostos apresentam ausência de concordância para apenas 20% de presença, um percentual bastante significativo. Cabe lembrar que seus dados são oriundos de informates com nível universitário. Ademais, para Pontes (1986), o estatuto de sujeito do SN posposto apresenta características de objeto por ocorrer em gerla com inacusativos. Ao relacionarmos os resultados de Berlink com os resultados apresentados por Duarte (2000), Tavares Silva (2004, p.53-54) verificamos que há uma correlação entre a diminuição de sujeitos pospostos e o aumento de sujeito plenos em:

[...] a época em que a ordem VS passa a não ser mais produtiva com verbos transitivos (fins do século XVIII e início do século XIX) coincide, de certa forma, com a época em que a posição pré-verabl do sujeito começa a ser preenchida, mais frequentemente, por sujeitos realizados foneticamente. Da mesma forma, o último período, que corresponde à segunda metade so século XX em que é verificada a alta restrição da ordem VS aos contextos com verbos inacusativos corresponde também

ao período em que há uma alta frequência de preenchimento da posição pré-verbal por sujeitos realizados foneticamente.

Quadro 16 – Percentual de inversão VS por tipo de verbo no *corpus* de PA

Verbos intransitivos/inacusativos	Verbos Transitivos	Verbos copulativos
79/83	1/37	11/28
96%	3%	39%

Fonte: A autora desta pesquisa.

Quanto ao quadro 13, percebemos que a ordem VS, conforme vários trabalhos atestados inseridos na literatura gerativista, a maioria das ocorrências com sujeitos posposto incide, no PB atual, em construções com verbos monoargumentais (cf. PONTES, 1987; OLIVEIRA, 1989, ALMEIDA, 2005). Isso também é verificado no PA com base nas referências percentuais acima (ver quadro 13) em os verbos intransitivos e inacusativos representam 58% de inversão VS. Assim, Figueiredo Silva (1996)³⁷ alerta para o fato de que alguns verbos intransitivos aceitam a inversão outros não aceitam, denotando uma maior restrição ainda no uso dessa ordem, como exposto em (30):

(30) [20]³⁸ a. Telefonou um cara aí pra vocês.

b. Viajou uma mulher supergorda do meu lado.

c. *Tossiu/estava tossindo um cara atrás de mim.

d. *Espirrou/estava espirrando um cara durante o filme.

Sabemos que português é uma língua do tipo Sujeito-Verbo-Objeto que admite variação; diante disso, admite-se o SN posposto ao verbo. Deste modo, para esse grupo de fatores, consideramos a anteposição ou a posposição do sujeito:

³⁷ A referida autora, também, alerta para o fato de que no PB alguns transitivos se comportam como ergativos.

³⁸ Segue a numeração do texto de origem.

- SN V – anteposição

(31) “**Eles serão** importantes para Angola após a formação superior de qualidade” [PA31M]

- V SN – posposição

(32) “**Chegou todos** após a libertação de nossa Angola colonial” [PA45F]

De acordo com a Tabela 6, notamos que verbos intransitivos/inacusativos e copulativos, de fato, favorecem a não concordância em .60 e .56, respectivamente. Os verbos transitivos, por sua vez, são aqueles que realmente desfavorecem a não concordância (.40).

Tabela 6 – Distribuição dos dados sem marca verbal de 3ª pessoa plural segundo o tipo de verbo no *corpus* do PA

Tipo de verbo	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Intransitivos/inacusativos	312/329	95%	.60
Transitivos	1.427/1.472	97%	.40
Copulativos	420/436	96,5%	.56

Fonte: a autora desta pesquisa

A alta incidência de verbos transitivos é contrariada pelo peso relativo de (.60) das ocorrências de verbos intransitivos/inacusativos. O que denota a não marcação de CV na 3ª pessoa do plural no *corpus* do PA.

Vejamos alguns exemplos com verbos encontrados no corpus do PA:

(33) “Então ainda **existe** coisas difíceis na vida vida de Angola”. [PA02M]

(34) “**Existe** alguns angolanos sem orgulho de um país”. [PA05M]

(35) “É verdade que **existe** vários problemas na educação bilíngue de Luanda”. [PA012M]

(36) “Mas ainda **existe** pessoas sem amor a nação de Angola”. [PA13F]

(37) “e as mulheres domésticas já **era** vítimas de tudo”. [PA17F]

(38) “Seus sonhos **é** sua luta de nação e país de Angola” [PA29F]

(39) “As escolas **começa** a greve e tudo para”. [PA50M]

(40) “Eles **querem** uma universidade de melhoria profissional. [PA48M]

As ocorrências de 33 a 36, todas com verbo ‘existir’, ratificam a posição de Scherre, Naro e Cardoso (2007) de que verbos inacusativos desfavorecem a concordância especialmente porque seus argumentos tendem a aparecer sempre à sua direita, ou seja, em posição posposta ao verbo. Da mesma forma, o verbo copulativo, como no exemplo 37, pode seguir a mesma tendência, já que, como afirmam os autores, “independentemente do tipo de verbo, qualquer argumento ou sintagma à direita do verbo tende, relativamente, a diminuir as marcas de concordância explícita” (SCHERRE; NARO; CARDOSO, 2007, p. 312). No entanto, ainda sobre os verbos copulativos é preciso destacar que, especialmente nesse exemplo, a baixa saliência fônica do verbo em questão (era x eram) pode ser mais favorecedora da ausência de marcas, neste caso, do que propriamente a posição do sujeito. Cabe lembrar que a variável saliência fônica não foi adotada nesta dissertação³⁹.

As duas ocorrências seguintes, (38) e (39), apesar de estarem em posição anteposta, demonstram a atuação tão somente do tipo de verbo que, por serem, copulativo e inacusativo, respectivamente, desfavorecem a concordância.

Por fim, em (40) apresentam-se os verbos transitivos que, além de favorecer a concordância, têm seus sujeitos na posição anteposta, também favorecedora das marcas.

Vejamos, portanto, o cruzamento entre as duas variáveis (posição do sujeito e tipo de verbo), que parecem se complementar:

Tabela 7 – Cruzamento de dados sem marca verbal de 3ª pessoa do plural conforme posição do sujeito x tipo de verbo no *corpus* de PA

Posição do sujeito	Verbos inacusativos		Verbos transitivos		Verbos copulativos	
	Oc.	Perc.	Oc.	Perc.	Oc.	Perc.
Sujeito anteposto	138/138	100%	702/764	92%	216/228	95%
Sujeito posposto	46/48	96,5%	21/39	56%	112/143	79%
Total	184/186	-	723/803	-	328/371	-

Fonte: A autora desta pesquisa.

³⁹ A variável de saliência fônica poderá ser trabalhada em um momento posterior quando nos determos a atenção exclusivamente a um estudo detalhado do fenômeno da concordância verbal nos dados.

De fato, existe uma incidência de verbos inacusativos em posição posposta (46/48 dados) maior do que a de verbos transitivos (21/39), o que demonstra certa associação entre tipo de verbo e posição do sujeito, nesse caso. Em termos percentuais, entretanto a posição afeta não os níveis de concordância de verbos Inacusativos (96,5%), mas de transitivos (56%), o que mostra ser a posição do fator mais relevante, como demonstrou a seleção feita pelo Goldvarb. No caso dos verbos copulativos, os índices percentuais entre sujeitos antepostos são bem próximos aos verbos inacusativos e transitivos, ao passo que em sujeitos pospostos houve uma variação acentuada em relação aos verbos inacusativos.

Sendo assim, é possível concluir que existe uma correlação entre as variáveis posição do sujeito e tipo de verbo, que parece ter, em algum momento, afetado os resultados. Ao que tudo indica, a ausência de sujeito pode ter ficado em segundo plano por conta do tipo de verbo nos quais não houve marcação de plural. Contudo, o cruzamento das variáveis permite a observação de que a posição do sujeito é mesmo o condicionamento mais forte para falta de concordância quando se consideram as duas variáveis em conjunto

Vieira e Bazenga (2013, p. 55) ao falarem sobre a atuação da posição do sujeito nas línguas naturais, observam:

A posição do sujeito (além do seu traço semântico de animacidade) altera padrões de concordância em línguas de perfis e genealogias muito diferentes. Esse dado faz supor que não se trate de efeito efetivamente variável nesse caso, mas de comportamento estrutural gramaticalmente diferenciado.

De mais a mais, podemos assumir que o tipo de verbo seja relevante e mostre uma atuação correlacionada à da posição, esta última tem efeito superior sobre os resultados obtidos. Por essa razão, esta foi a primeira variável linguística (e sempre) selecionada enquanto o tipo de verbo foi a última (quando foi selecionada), o que demonstra seu papel secundário em relação às outras variáveis.

Em linhas gerais, os resultados apresentados no quadro, a seguir, evidenciam a forte preferência pela variante padrão de concordância verbal com a terceira pessoa do plural na variedade angolana, revelando, consoante Labov (2003), o comportamento de uma regra semicategórica (96,8% ou 96,7%): dos 2.256 dados obtidos, 2.281 apresentam essa variantes

Tabela 8 – Distribuição dos dados com e sem marca de P6 no *corpus* do PA

Concordância verbal de P6	Ocorrências	Percentual/ PR	
Marcação de plural	2.281/2.256	96,7%	.65
Não marcação de plural	73/2.256	3,25%	.29

Fonte: A autora desta pesquisa.

De acordo com dados dispostos na Tabela 9, podemos notar o efeito inegável da posição do sujeito no condicionamento das marcas de plural nos verbos no PA, já que nos contextos de sujeito posposto a tendência é a de desfavorecimento da concordância padrão (.13), enquanto o sujeito anteposto favorece o uso dessas marcas (.56).

Tabela 9 – Aplicação da marca de P6 segundo a posição do sujeito no *corpus* do PA

Posição do sujeito	Ocorrência	Percentual	Peso relativo
Sujeito anteposto	2.110/2.198	96%	.56
Sujeito posposto	192/214	90%	.13

Fonte: A autora desta pesquisa.

Seguem abaixo alguns exemplos encontrados na amostra analisada, que confirmam a tendência de não haver marcas quando o sujeito aparece depois do verbo (exemplos 41 e 42), diferentemente do que ocorre quando o sujeito se encontra antes da forma verbal (exemplos 43 e 44):

(41) “tinha angolano que *saiu os brasileiro* para ganhara a vida na universidade”. [PA08M]

(42) “Às vezes, vinha vários estrangeiro conforme eles iam chegando para Luanda”. [PA19F]

(43) “As cidades começam a mudar um pouco mais aceleradas e começam a surgir de certa maneira focos de criminalidade e a violência cresce”. [PA47F]

(44) “Eles traziam esperanças para uma nova Angola”. [PA28M]

Ainda sobre a influência do sujeito sobre os resultados encontrados na tabela 9, é importante destacar a atuação de uma configuração morfossintática específica desse constituinte, quando este conta com a presença de pronome relativo. Dos 36 dados sem marca

de número em contexto de sujeito anteposto encontrados, 16 eram de sujeito representado pelo relativo *que*. Esse comportamento sugere que a presença do pronome relativo exerce influência sobre a marcação de pluralidade verbal, comportando-se, assim, como contexto desfavorecedor da concordância, conforme se pode atestar nos exemplos a seguir:

(45) “Para os estudantes angolanos que *vai fazer* um futuro no Brasil ao se formar com qualidade.” [PA03M]

(46) “Para nós é normal as violências que *está* no interior de Angola” [PA37M]

(47) “Os turistas e a violência que *preocupa* no centro de Luanda.” [PA14F]

(48) “Os casamentos aqui não dura até por que os que *casa* oficialmente no ano próximo já *divorciou*”⁴⁰ [PA50F]

A respeito dos exemplos destacados, fazemos duas observações relevantes sobre esse condicionamento:

- (i) apenas dois desses dados (45 e 46) não são construídos com verbos representativos do grau 1 de saliência, ou seja, a maioria dos casos de ausência de marcas de plural em sujeitos representados pelo pronome *que* são, coincidentemente, verbos de baixa saliência fônica, que por si só, já são favorecedores da não marcação.
- (ii) apenas um foi produzido pelos dados de escrita, podemos ver que o pronome relativo pode atuar, no conjunto de fatores, para a ausência de concordância. No caso desse dado, é mais uma ocorrência de ausência de marca de número (47).

Para Scherre (1998) o paralelismo como uma tendência geral de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas, criando uma harmonia discursiva formal, tornando mais coeso o discurso. Talvez isto ocorra, até mesmo, por um princípio mental associativo que associe marca formal de plural com marca formal de plural e/ou forma singular com forma singular. Comparando os resultados que outros autores sociolinguistas encontraram em suas pesquisas (cf. CAMACHO, 2016; OLIVEIRA, 2009) podemos afirmar que há, no momento, uma

⁴⁰ No caso do verbo “divorciou”, o que está em jogo é o distanciamento do sujeito anteposto em relação a esse verbo.

sistematicidade na variação do paralelismo clausal. Pois, os resultados encontrados confirmam as tendências gerais sobre o paralelismo: a ausência de marcas formais no sujeito enunciado favorece a ausência de concordância padrão nos verbos que o seguem.

Com base na proposta de Scherre e Naro (1993) sobre paralelismo formal de nível oracional no PB, o estudo levanta a hipótese de que as marcas formais existentes no sujeito tendem a se repetir também no verbo (cf. POPLACK, 1980; NARO, 1981). Sendo assim, caso existam marcas formais de plural no sujeito, a expectativa é a de que existam marcas de plural no verbo que o acompanha; do contrário, se não houver marcas de pluralização no sujeito, a tendência é de que não haja também marcas de pluralização no verbo subsequente. Como se vê na Tabela 15, dados em que o verbo é antecedido de um sintagma com marcas favorecem a concordância (.51), ao passo que os sintagmas sem marca acarretam a ausência da mesma nos verbos (.5 para a concordância padrão).

Tabela 10 – Aplicação da marca de P6 segundo paralelismo clausal⁴¹ do *corpus* do PA

Paralelismo orcional	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
SN com marca de plural	2.166/2184	97,8%	.51
SN sem marca de plural	5/10	50%	.5
SPprep marcado ou não	37/39	93,1%	.23
SN's coordenados	10/12	81,8%	.12

Fonte: A autora desta pesquisa.

Os exemplos a seguir confirmam os índices obtidos: enquanto no exemplo (51) a presença de marcas explícitas de plural no sintagma “os jovens” acarreta a marcação de plural no verbo “vivem”, no exemplo (52) a ausência dessas marcas em alguns dos elementos do sintagma “as mulher” favorece o apagamento da marca de plural no verbo “deixa”:

(51) “Os jovens *vivem* ali em busca de boas oportunidade, vêm dos vários distritos e são meninos de famílias muito carentes” [PA13M]

⁴¹ No controle dessa variável, foram consideradas as 294 ocorrências com sujeito nulo e as 20 ocorrências com sujeito/SN posposto ao verbo.

(52) “Pois as mulher daqui *deixa* a possibilidade de estudar fora do país”. [PA31F]

Seguindo a ordem de relevância, o programa selecionou o traço [\pm animado] para o referente do sujeito como um dos mais significativos na ocorrência de sujeitos nulos. Os resultados obtidos na Tabela 11 foram:

Tabela 11 – Aplicação da marca de P6 segundo a animacidade no *corpus* do PA

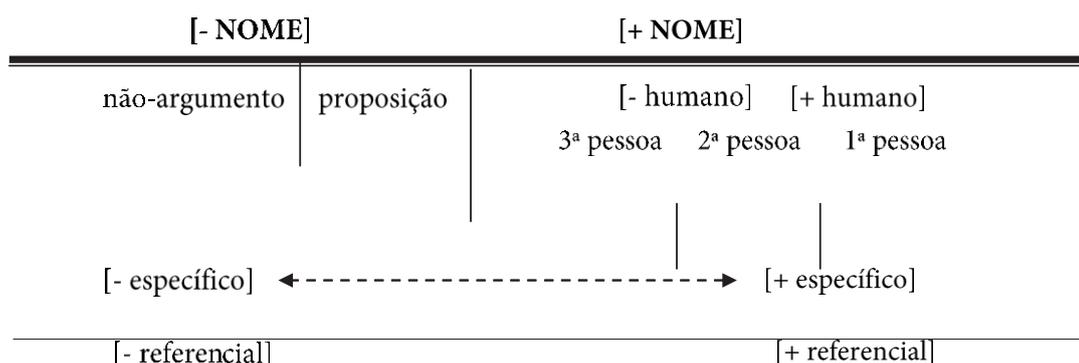
Animacidade do sujeito	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
[+ animado]	1.454/2.476	56,8 %	.68
[- animado]	275/328	75,7%	.47

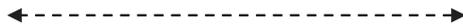
Fonte: A autora desta pesquisa.

Duarte (1995) alega que o traço [-animado] do referente de 3ª pessoa é um importantíssimo condicionador ao uso do sujeito nulo, em outras palavras, os estudos sobre o PSN afirmam que as línguas de sujeito nulo canônicas são propensas a rejeitar o uso de sujeitos plenos quando os referentes são seres não animados. Já no caso de referentes com traço [-animado] são indispensavelmente uma terceira pessoa do discurso, ou melhor, algo do qual os interlocutores dizem, e não um dos interlocutores, pois o referente pode ser facilmente recuperado pelo contexto discurso. Quando a recuperação não é possível por meio do sujeito nulo, conseqüentemente as línguas canonicamente *pro-drop*, a exemplo do italiano, optam pelo uso dos demonstrativos ou indefinidos (DI EUGENIO, 1996), no entanto vai de encontro dos resultados obtidos (cf. Tab. 11).

Para melhor entendimento acerca do fenômeno de referencialidade, vejamos a figura 4:

Figura 4 - Escala de referencialidade





Fonte: Extraída de de Cyrino, Lamoglia Duarte e Kato (2000, p.59).

Com base na figura 6, acima, é possível visualizar que os itens mais específicos e mais referenciais estão na parte periférica à direita. Logo, o preenchimento da posição de sujeito ocorreria, inicialmente, com as 1ª e 2ª pessoas. Enquanto que na 3ª pessoa, por conter os traços [+ específico] e [+ referencial], além dos traços [+ humano] e [- humano], poderia apresentar resistência ao preenchimento. Dessa forma, em relação à 3ª pessoa, Silva (2006) postula que:

embora já predominem os sujeitos plenos com traços [- humano] e [- específico], é aí que os índices de sujeitos pronominais nulos são mais altos. Os sujeitos não-argumentais, no extremo esquerdo do contínuo, são os mais resistentes à pronominalização por um expletivo lexical. (SILVA, 2006, p.39)

Kato e Duarte (2014) afirmam que a hierarquia de referencialidade prediz que o PB é pautado não pelo princípio “Evite Pronome”, mas sim pelo princípio parcial “Evite pronomes referencialmente deficientes”. Essa parcialidade atribuída ao PB pode ser vista nos dados PA quando encontramos um percentual próximo entre sujeitos nulos e sujeitos pronominais plenos. Assim, denotando um perfil de sujeito nulo aparentemente parcial, conforme proposta de Cyrino, Duarte e Kato (2000). A exemplo disso, podemos citar a ocorrência do pronome “você” no contexto do NS genérico em variação com sujeitos genéricos pronominais⁴², assim observando a não obediência ao princípio “Evite pronome” (KATO & TARALLO, 1986; DUARTE, 1995)

Duarte (1995), ao verificar que no PE os sujeitos com traço [-animado] apresentam uma taxa de nulos de 93%, posto que o contexto oferece restrições à recuperação desse sujeito no discurso, como por exemplo, a interpolação de elementos que acabem por gerar um distanciamento desse sujeito com orações posteriores, atesta, ainda, que esse traço e as sentenças encaixadas nas quais o sujeito é correferente ao sujeito da sentença matriz seriam de fato os maiores favorecedores dos sujeitos nulos nas línguas do tipo do italiano. Nessa mesma

⁴² [26] a. ____ não pode fumar aqui.

b. **A gente** não pode fumar aqui.

c. **Você** não pode fumar aqui. (KATO & DUARTE, 2014)

Kato e Duarte (2014 apud Holmberg at all, 2009) alega que em (26) encontramos construções próprias das línguas de sujeito nulo *parciais* mas não de línguas de NS consistentes, como o italiano e o espanhol, que exigem o clítico *se*.

pesquisa, a autora destaca que a taxa de sujeitos nulos com traço [- animado] é de 44% com P6 na fala carioca, isto é, menos da metade do que foi visto nos dados com o PE. Isso posto, os resultados apresentados nesta pesquisa denotam que o sujeito nulo do PA mostra um comportamento que parece estar no meio do caminho entre o PB e o PE. Isso se deve ao fato da P6 no PA apresentar o percentual de 75,7% de marcação [-animado], resultado superior tanto ao PB, ao passo que nossos resultados possuem percentuais abaixo do resultado do PE de acordo com os estudos de Duarte (1995).

Corroborando os dados apresentados por Duarte (1995) ao postular que no PE os sujeitos com traço [-animado] apresentam uma taxa de nulos de 93%, posto que o contexto ofereça restrições à recuperação desse sujeito no discurso, como por exemplo, a interpolação de elementos que acabem por gerar um distanciamento desse sujeito com orações posteriores. A autora atesta, ainda, que o traço [-animado] e as sentenças encaixadas nas quais o sujeito é correferente ao sujeito da sentença matriz seriam de fato as maiores características dos sujeitos nulos nas línguas do tipo do italiano e, resultando assim em índices tão altos de não realizações pronominais.

Nessa mesma pesquisa, Duarte destaca que a taxa de sujeitos nulos com traço [-animado] é de 44% na fala carioca, isto é, menos da metade do que foi visto nos dados com o PE. Mais uma vez, os dados analisados no presente estudo denotam que o sujeito nulo do PA mostra um comportamento que parece estar no meio do caminho entre o PB e o PE.

Para finalizar a discussão dos dados, foi investigada a variável Sexo para examinar se, no contexto de monitoramento da escrita a que foram submetidos os alunos angolanos, eram as mulheres que apresentavam comportamento linguístico mais favorecedor ao uso da variante padrão relacionada à concordância verbal com P6. Tomando por base os pesos relativos apresentados no quadro, a seguir, o sexo feminino usa mais essa variante do que o sexo masculino, corroborando o resultado de outras pesquisas (cf. SOARES, 2012; VIEIRA & BAZENGA, 2015; PEREIRA & ARAÚJO, 2016; PISSURNO, 2017):

Tabela 12 – Aplicação da marca plural no verbo relacionado à P6 tomando por base a 16variável sexo⁴³ no *corpus* do PA

Sexo	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
Masculino	673/726	93%	.38

⁴³ Esse fato confirma uma questão própria dos estudos sociolinguísticos levantada por Labov (1972) a de que as mulheres lideram processo de mudança se forem em direção a uma variante de pretígio.

Feminino	506/517	98%	.75
-----------------	---------	-----	-----

Fonte: A autora desta pesquisa.

Destarte, os resultados (cf. Tab. 13) mostram, ainda, que o corpora parte de textos por serem produzidos por indivíduos mais escolarizados, pois todos possuem ensino médio, preservam as marcas de concordância verbal, correspondendo, desta forma, aos resultados de outros estudos que controlaram o sexo e a escolaridade em amostra do PA (KOSSI, 2012, UNDOLO, 2014, FONSECA & SUELELA, 2017; ARAÚJO & DANTAS, 2017).

Partindo dos contextos descritos acima, elenco, portanto, as seguintes conclusões:

- a. Nesse seguimento, os dados de nossa pesquisa sobre o PA corroboram os resultados oriundos de estudos sobre a concordância de número no Português de Luanda, por exemplo (cf. ARAÚJO, 2010, ARAÚJO; LUCCHESI, 2016 e ARAÚJO, 2016), pois há predominância da variante padrão com a produção de sujeitos nulos. Em relação ao PE, o PA confirma sua proximidade quanto a produção de sujeitos nulos, no entanto o que nos chama atenção aos dados é a pequena diferença percentual entre sujeitos nulos e sujeitos plenos, com apenas 2,6%. A relação destes resultados incide na diminuição dos índices de sujeitos nulos à medida que se aumenta o nível de escolaridade⁴⁴ (cf. CAVALCANTE, 2003). Neste caso, o corpus ter partido de produções de pessoas com o mesmo nível de escolaridade, no caso ensino médio completo, possa ter influenciado a diferença entre sujeitos nulos e sujeitos plenos. Pelo fato de ocupar o entremeio do PB e do PE, diante dos dados isso se confirma a partir da relação da L1 na L2 ao se constituírem em situação de intenso contato linguístico.
- b. Em nosso *corpus* de análise, a regra de concordância verbal apresenta-se como semicategórica, indo na direção do PE (BRANDÃO; VIEIRA, 2012). Possivelmente, esse resultado pode estar associado ao fato de os falantes, que já possuem um maior grau de instrução escolar e por terem se submetido ao exame vestibular de ingresso à UNILAB, terem se monitorado mais no momento da escrita de suas redações quanto ao uso da variante padrão exigida nesse contexto.

⁴⁴ A título de exemplo, citamos o trabalho de Cavalcante (2003) que apresenta menores índices de sujeitos nulos entre as pessoas que possuem nível universitário. Entre os não muito escolarizados parece haver também estabilidade de fenômeno.

No entanto, vale ressaltar que as angolanas usaram mais essa variante do que os angolanos.

Resta saber quais são os resultados obtidos nas outras variedades africanas do português aqui investigadas. Para tanto, seguem, nas próximas subseções, a apresentação e a discussão desses resultados.

4.1.2 Ocorrência de sujeitos nulos e plenos no PST

Segundo a metodologia descrita no capítulo anterior, foram levantadas e codificadas todas as ocorrências de sujeitos nulos e plenos, conforme critérios já explicitados. Para a variedade africana do português de São Tomé, o *corpus* foi constituído de 2.626 ocorrências. Os resultados expostos no quadro 12 demonstram que o uso de sujeito nulo predomina na variedade do PST, embora a diferença percentual entre nulos e plenos não seja tão grande, apenas 6%. Do total de dados computados no PA de ocorrências produtivas percebemos uma proximidade dos dados entre o PA e o PST, pois na variante angola o número de sujeito nulos representa 51,3% enquanto na variante santomenese 53%, representando uma pequena diferença de 1,7% obtivemos 1.248 ocorrências, número inferior a metade dos dados produtivos no PST. Assim, podemos inferir a proximidade do PSN entre as variantes africanas em estudo. Isso denota um distanciamento quanto ao sujeito nulo no PE, que de acordo com os estudos de Duarte (1995) seriam bem frequente com o total de 69%, ao passo no PB há uma incidência pequena de 29%. Portanto, a partir da comparação destes dados podemos ter uma compreensão do fenômeno do PSN nas variedades do português.

Com base nos resultados apresentados, inferimos que poderíamos encontrar proximidade com o PE no tocante ao PSN, o que não foi confirmado pela pesquisa, pois segundo Duarte (1995, p.07) “quão *pro-drop* é o português europeu”, ou seja, apresenta o sujeito pronominal nulo num sistema flexional que se poderia considerar funcionalmente rico. Como já mencionado, o percentual de incidência de sujeitos nulos no PE superaram as demais variantes do português em estudo. Assim, denotando um perfil de sujeito nulo parcial (você não explora essa questão na seção anterior sobre o PA com base nas evidências do NS genérico em variação com sujeitos referenciais, o que licencia uma variação entre sujeitonulo e sujeito pleno (KATO E DUARTE, 2014).

Tomando por base as variáveis linguísticas selecionadas para este estudo, observemos algumas ocorrências de sujeitos nulos e plenos no *corpus* do PST:

Quadro 17 - Distribuição dos dados com e sem sujeito expresso no português de São Tomé e Príncipe

Sujeito nulo	Sujeito pleno
1.391,78/2.626	1.234,22/2.626
53%	47%

Fonte: A autora desta pesquisa.

Nesse sentido, nos chamou atenção a aproximação do PB no PST. Os conhecimentos prévios sobre a realidade sociolinguística santomense levam-se a conjecturar algumas nuances acerca da caracterização sociolinguística do PB, como também no PA. Assim, em conformidade com os pressupostos teórico-metodológicos que embasam esta pesquisa, (CHOMSKY, 1981; 1986; LABOV, 1994; 2001), procedemos à análise de dados considerando os dois grandes polos sociolinguísticos das três variedades da língua portuguesa analisadas (PA, PST e PGB), ou seja, de modo separado. Acreditamos que, dessa forma, tanto o PSN no PA, no PST quanto no PGB ficou bem escrutinada. Ademais, inferimos que a hipótese levantada de que por se tratar de uma variação do português africano, poderíamos encontrar proximidade com o PE no tocante ao PSN, o que não foi confirmado pela pesquisa. Assim, denotando um perfil de sujeito nulo parcial o PA, como também no PST, atestado pelos dados apresentados no quadro 12, acima descrito.

Observemos alguns exemplos extraídos do referido *corpus* que contêm sujeitos plenos e nulos no PST:

A) Sujeitos com referência semântica de 1ª pessoa

(53) “**Nós** estudaremos em uma universidade de outro país é preciso”. [PST02M]

(54) “**Nós** devemos valorizar o trabalho dos professores nas universidades estrangeiras”. [PST03M]

- (55) “**Nós** gostamos da ilha devido o seu verde, a sua natureza, e a gastronomia sem falar na humildade das pessoas”. [PST04F]
- (56) “**Nós** conquistamos nossa liberdade para não ser maltratados”. [PST32F]
- (57) “**Nós** somos vítimas de tipo de comportamento agressivo, como a violência doméstica”. [PST45F]
- (58) “**Eu** posso ingressar num outro país de uma outra cultura conhecendo melhorando os conhecimentos” [PST49F]
- (59) “**Eu** espero cursar da melhor forma possível a minha formação” [PST50M]
- (60) “**pro** *Somos* preocupados com o turismo da ilha de Santomé” [PST28M]
- (61) “**pro** *Penso* nas mulheres violentadas em suas família” [PST32F]
- (62) “**pro** *Calei* várias vezes minha consciência” [PST45M]
- (63) “**pro** *Queremos* uma Santomé digna”. [PST50F]

B) Sujeitos com referência semântica de 3ª pessoa

- (64) “**Eles** devem ver a educação como um presente que a vida nos oferece” [PST05M]
- (65) “**Ele** também conta com um país democrático” [PST10F]
- (66) “**Eles** olham para São Tomé com medidas de futuro e melhoria de melhoria de condições de vida do nosso povo são tomense”. [PST34M]
- (67) “**Eles** tem motivo para festejar o nosso bom clima de paz. [PST28F]
- (68) “**Eles** acredita na dedicação da força de vontade dos alunos estrangeiros. [PST47F]
- (69) “ **pro** Ficou triste diante da guerra no pós-independência”. [PST31F]
- (70) “**pro** Compra vários armamentos para proteger a população”. [PST45M]
- (71) “**pro** Soltaram as armas bélicas, só” [PST29M]
- (72) “**pro** Estão a cumprir a determinação do governo” [PST49F]

Na tabela 14, estão colocados os percentuais levando-se em consideração a pessoa gramatical relacionada à referência semântica.

Tabela 13 – Sujeitos nulos no *corpus* do PST tomando por base a referência semântica

Referência semântica	Ocorrência	Percentual/PR
1ª pessoa do singular	88,2/735	12% .12
1ª pessoa do plural	205,8/735	28% .32
3ª pessoa do singular	124,9/735	17% .54
3ª pessoa do plural	316/735	43% .68

Fonte: A autora da pesquisa.

Conforme a tabela 15, podemos notar a incidência inegável de sujeitos de referência semântica de 1ª pessoa do plural e 3ª pessoa do plural, já que a primeira corresponde ao percentual de 28% e a segunda 43%. Cabe ressaltar que no mesmo contexto de análise para o PA encontramos a correspondência das marcações de pessoa.

Tomando por base o número de ocorrências, vejamos a tabela 16, em que são apresentados os resultados percentuais de sujeitos nulos e plenos:

Tabela 14 – Sujeitos nulos e sujeitos plenos nos dados de pesquisa

Sujeitos nulos	Sujeitos plenos
53%	47%
1.391,78/4.164	1.234,22/41.164

Fonte: A autora desta pesquisa.

Comparando o PB e o PA com o PST, observamos que este apresenta um número expressivo de sujeitos referenciais tal qual o PB (cf. LUCCHESI, 2009; CAVALCANTE &

DUARTE, 2009; MOURÃO, 2015). Sendo assim, diferentemente do PA (cf. NEGRÃO & VIOTTI, 2014; UNDOLO, 2014; TEIXEIRA, 2008; 2012; MOTA, 2015; OLIVEIRA, 2016).

Quanto a posição de sujeito, que seria uma das variáveis destacada pelo programa, só verificamos a presença de sujeito anteposto ao verbo no PA, assim dispensando uma análise devido a ausência do referido critério. Isso pode ser explicado devido o contexto monitorado da produção do gênero redação escolar. No entanto, percebemos que sujeitos em posição anterior ao verbo, no contexto de dados escritos, em raros casos desfavorecem a não marcação de plural como no PST, trazendo apenas 2 ocorrências.

Seguem abaixo os exemplos que ilustram estruturas que foram produtivas no *corpus* do PST:

(73) a. “A qualidade da partida devem ser as básicas de um estudante universitários”.
[PST28M]

b. “São Tomé são uma ilha pequena com grandes melhorias sociais e política”.
[PST31M]

Tabela 15 – Sujeitos no PST – Pessoa do discurso

Pessoa do discurso	Nº absoluto	%	Peso relativo
P1	302/579	52	.37
P2	-	-	-
P3	488/690	70	.66
P4	31/108	29	.43
P5	-	-	-
P6	955,88/1039	92	.85
TOTAL	1.776,88/2.416	-	-

Fonte: A autora desta pesquisa.

Nesse sentido, nos chamou a atenção dos resultados do sujeito no PST na terceira pessoa (70%), pois pensávamos que por se tratar de uma escrita do gênero redação, essa marca semântica poderia ser consistente. Já que, em primeiro plano, a forma de

indeterminação do sujeito se configura de forma canônica para realização do sujeito nulo no PE. Isso nos mostra que tal referência aproxima o PST do PA.

Ainda no contexto do cerne da pesquisa, se faz pertinente ressaltarmos questões relacionadas a morfologia de flexão verbal, ou melhor, da concordância verbal (CV), pautando a seguinte premissa: falar sobre CV sem citar o PB e o PE, pois a variação da CV se configurou como um fenômeno que mostra a diferença morfossintática entre essas variedades do português (NARO & SCHERRE, 1993; 2007). Como também, a CV centraliza o cenário sociolinguístico do PB com uma norma culta e uma norma popular (BAXTER e LUCCHESI, 1997; LUCCHESI, 1998, 2000, 2001).

Partindo desses estudos que resultaram num debate acerca das motivações que determinam a variação da CV. Suscintamente, tais debates teóricos postulam as seguintes hipóteses:

- (i) a influência das línguas de substrato africano (GUY, 1981) que propõe que essa variação é decorrente de um ou mais substratos;
- (ii) a deriva românica (NARO, 1981; SCHERRE, 1988) que defende a mudança linguística relacionada à fenômenos históricos internos da própria língua;
- (iii) a transmissão linguística irregular (BAXTER, 1995; BAXTER e LUCCHESI, 1997) que sugere que a mudança na língua e a reestruturação se deve a um input de dados de português L2 (segunda língua) no processo de aquisição de L1 (primeira língua);
- (iv) a formação das línguas reestruturadas assimilando as três proposições anteriores: a deriva, a transmissão linguística irregular e a influência das línguas crioulas (HOLM, 1988).

No português, a CV trata-se das alterações do verbo, para se acomodar com o seu sujeito. Ambos possuem marcas de número e pessoa, porém o que permite a identificação do sujeito, quando este não está explícito foneticamente, é morfologia do verbo correspondente ao sujeito. À vista disso, existe mais de uma forma de marcação da CV, de acordo com os exemplos (136), (137) e (138) as possíveis realizações de concordância quando o verbo está em P4:

(136) Nós eramos 5 numa canoa [DULCEM1]

(137) Viemos no memo caro [DULCEM1]

(138) Nós fica com fome [FRANCM2]

(COELHO, 2015, p.14)

Em contextos linguísticos, as línguas crioulas não possuem marcação de CV. De modo consequente, a ausência de marcas flexionais é uma das características das línguas reestruturadas. Assim, concluímos que no PST a ausência de CV é influenciada pelo substrato crioulo, envolvendo não somente fatores estruturais, como também, extralinguísticos. Partindo dessa ótica, percebemos que Coelho (2015) em seu estudo de cunho variacionista sobre a CV-P4 na fala popular de São Tomé, que este ainda convive com uma forte influência das línguas crioulas (o santome, o angolar, e o caboverdeano), e que a sociedade, portanto, apresenta um quadro de multilinguismo (GONÇALVES, 2010). Apresenta-nos um contexto linguístico, a saber:

- (i) quando o sujeito não foi realizado a aplicação da CV foi favorecida com um PR. Prevalendo uma lógica funcional, pois o morfema de número e pessoa supriria a ausência de informação com o sujeito nulo. Analogamente, em nosso corpora pudemos constatar a mesma ocorrência, mesmo se tratando de dados escritos do PST;
- (ii) na saliência fônica, foi possível verificar que os níveis 2 (fala/falamos), 4 (vai/vamos) e 5 (é/somos) são os que favorecem a concordância verbal, e, portanto, os verbos mais salientes favorecem a CV. Sendo os verbos no crioulo uniformes, o falante tende a marcar a diferenciação que é mais perceptível. Como nossa pesquisa parte de um *corpus* com dados escritos não verificamos tal ocorrência;
- (iii) em contraste com o desempenho das mulheres, os homens tendem a empregar mais a regra de CV-P4. Esse fato é explicado porque os homens mantêm mais contatos fora da comunidade do que as mulheres. No caso de Almojarife, o contato com o exército colonial e o trabalho nas grandes roças pode ter influenciado a aquisição de marcas do padrão da língua alvo (LA). Em contrapartida, nossa pesquisa parte de sujeitos letrados com nível de escolaridade

similar, já que todos possuem a formação na Educação Básica. Distanciando assim, o que o censo de São Tomé apresenta dados de 63% das mulheres como analfabetas de acordo a UNESCO (2017). Isso porque as mulheres na nossa sociedade são o estrato da população mais vulneráveis, ou seja, as mulheres são em grande maioria chefes de família (INE, 2012).

Conforme dados do censo nacional de 2001, publicados em 2003 (RGPH, 2003, p. 78) sobre as línguas faladas pela população mostram que o português é falado por 98,9% da população, seguido pelo forro com 72,4%. O grupo “outras línguas”, não especificado, registra uma porcentagem de 12,8% de uso; o francês 6,7% e o lung’le 2,4%. Para Gonçalves (2010), esses dados não permitem tirar conclusões se as referidas línguas foram adquiridas como L1 ou L2 e servem apenas para mostrar a distribuição linguística no espaço geográfico.

Quando falamos da influência das línguas crioulas em São Tomé e Príncipe, mais precisamente no PST, sabemos que o santome é o crioulo que mais influenciou a formação da gramática dessa variedade do português, pois a língua crioula sempre foi de maior alcance no país. O léxico do santome é, em sua maioria, de base lexical portuguesa, no entanto suas características morfossintáticas também estabelecem relações com as línguas africanas faladas pelos ancestrais escravos transplantados (HAGEMEIJER, 2009). No caso concreto da estrutura verbal do santome, não há marcação de pessoa ou número no verbo, exemplos (127) e (128).

(127) Ê saya kanwa pê matu. (Santome) Ele puxar canoa pôr mato. (PA)

“Ele puxou a canoa para o mato.” (PE) (HAGEMEIJER, 2009, p. 13)

(128) Nós saya kanwa pê matu.

Nós puxar canoa pôr mato. (PA)

“Nós puxamos a canoa para o mato.” (PE)

(COELHO, 2015, p. 25)

A título de ilustração, segue-se um quadro que compara a representação das pessoas e números em santome a partir do uso do verbo ‘saber’, e as suas traduções em português:

Quadro 18 – A expressão de pessoa e número com o verbo ‘saber’ em santome

Santome	Português
<i>N' sebê</i>	Eu sei OU eu soube
<i>Bo sebê</i>	Tu/Você sabe OU tu soubeste
<i>E sebê</i>	Ele/Ela sabe OU ele/ela soube
<i>Nõ sebê</i>	Nós sabe/sabemos OU nós soubemos
<i>Nãsse sebê</i>	Vocês sabe (m) OU vocês souberam
<i>Inem sebê</i>	Eles/Elas sabe(m) OU eles/elas souberam

Fonte: Extraído de Coelho (2015, p.26).

Ademais, o verbo no santome não possui desinências número-pessoais nem flexão TMA, fatos que levam a crer que o sistema verbal do santome pode ter influenciado o do PST. Já no processo de aquisição do português por falantes do santome L1, possivelmente teria ocorrido por transferência do parâmetro da gramática do santome para a L2 – o português. Em suma, o mesmo sistema transitaria geracionalmente durante o processo de aquisição do português L2 com base nos dados linguísticos primários defectivos transmitidos em cadeia, e que, por conseguinte determinaram uma reestruturação nos parâmetros do português L1. Tal processo intrínseco é sumariamente apresentado pelos estudos de Winford (2003).

Ao (2013) afirma que os aprendentes de L2 tendem a apresentar variação morfológica a respeito de propriedades que são obrigatórias na LA e ausentes na língua nativa. Apesar de muitos estudos se debruçarem sobre questões pontuais da aquisição dos traços abstratos, no entanto há para se fazer no que compete as variações e suas diversas ocorrências.

Portanto, não podemos esquecer que na constituição do *corpus* não foi possível a identificação dos autores das redações quanto ao uso da L1 e da L2, como também se pertencem a zona rural ou zona urbana de São Tomé. Além disso, também não foi possível a identificação da faixa etária destes autores.

a) Em contexto de oração coordenada

Antes de iniciar a análise dos contextos estruturais das coordenadas, em que é possível a ocorrência de pronomes realizados foneticamente ou não, vale ressaltar que adotamos a análise de Gonçalves (1994), segundo a autora, nessas estruturas em particular, não ocorre coordenação de VPs, mas de orações. Nesse entendimento, o que se argumenta é o preenchimento da posição de sujeito que é selecionado semanticamente por seu respectivo predicador, comprometendo com isso o Critério- θ . Se os VPs estivessem coordenados, o sujeito da oração coordenada corresponderia ao sujeito da oração coordenantes, recebendo até dois papéis- θ dessemelhante ao mesmo tempo, concedidos composicionalmente pelo verbo e seus complementos, uma análise que contraria a condição exigida pelo Critério- θ .

Ademais, verificamos que no PST a não realização fonética do sujeito é obrigatória na oração coordenada quando ele é co-referente com o sujeito de terceira pessoa da oração coordenante (cf. (139) e (141)). Cabe salientar que essa concepção descrita em contexto de orações coordenadas também se aproxima do PA conforme *corpus* analisado na seção anterior (cf. seção 3.1.1). Em contrapartida, sendo a referência disjunta, quando os sujeitos das duas orações são de terceira pessoa, a realização fonética do sujeito torna-se obrigatória (cf. (140), (142), (143), (144), (145) (146)):

(139) “**Contudo**, ele deve estar apto, **quer** em conhecimento escolar, **quer** em condições financeira, porque o dinheiro é inerente ao estudante”. [PST01M]

(140) “**Contudo**, é importante fazer laços de cooperação com o intuito de promover o desenvolvimento, unificando e fazendo esforços para aumentar a riqueza e o conhecimento educacional de Brasil e de São Tomé e Príncipe”. [PST16M]

(141) “**Mas** com os quadros formados nas diferentes vertentes da saúde, fruto da cooperação com o Brasil e contando com todo seu apoio, estaríamos em melhor posição de combate aos flagelos que afeta a saúde da nação”. [PST23M]

(142) “Quanto ao futuro ao meu futuro, o tempo dirá tudo, **mas** espero cursar da melhor forma possível a minha formação, estando apto para o futuro que me espera”. [PST29F]

(143) “**Logo**, vê-se que a cooperação entre Brasil e São Tomé contribuiu para um grande crescimento do meu país”. [PST30F]

(144) “Turismo é uma atividade cultural **ou** um grande meio de transformação e de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe”. [PST39F]

(145) “**Por isso**, todos devem contribuir para o melhoramento do turismo em São Tomé e Príncipe e investir mais”. [PST44F]

(146) “Estamos de parabéns, **porque** estamos caminhando para o desenvolvimento turístico, **que** evoluímos muito comparando aos anos passados”. [PST50F]

Tavares Silva (2011) alega que ao comparar as orações coordenadas com as do inglês, do francês e do PB, a autora percebe que elas se comportam de forma similar ao PE no caso de existir a categoria vazia. Todavia, discordará do PE (Cf. CARVALHO, 2013; RUBIO, 2015) em caso que o sujeito realizado foneticamente na oração coordenada possibilite a leitura co-referente ou disjunta, a saber:

(147) Inglês

a. John saw Peter at the cinema but e, didn't talk to him.

“O João viu o Pedro no cinema, mas não falou com ele”.

a'. John saw Peter at the cinema but he didn't talk to him.

“O João viu o Pedro no cinema, mas ele não falou com ele”.

(148) Francês

a. Jean a vu Pierre au cinema, mais e nem lui a pas parle.

“O João viu o Pedro no cinema, mas não falou com ele”.

a'. Jean a vu Pierre au cinema, mis il ne lui a pas parle.

“O João viu o Pedro no cinema, mas ele não falou com ele”.

a". ean a vu Pierre au cinema, mais celui-ci, ne lui a pas parle.

“O João viu o Pedro no cinema,mas este não falou com ele”.

(149) Português Brasileiro

a. O João viu o Pedro no cinema, mas e não falou com ele.

a'. O João viu o Pedro no cinema, mas ele não falou com ele

(TAVARES SILVA, 2011, p.21-22)

Destarte, percebemos que os resultados revelam em acordo com o comportamento em trabalhos que consideram um ponto de similaridade entre o PA e PST, além dos exemplos extraídos do estudo de Tavares Silva (Op. cit.), é que, sendo o pronome foneticamente nulo, a leitura co-referente do sujeito da oração coordenada com o sujeito da oração coordenante é obrigatória. Entretanto, o ponto de distinção entre o PE, por um lado, e o inglês, o francês, o PA, o PST e o PB, por outro, processa-se quando o DP sujeito da oração coordenada é foneticamente realizado.

b) Em contexto de oração subordinada

(150) “São essas características que um estudante deve ter, ao ingressar-se numa universidade no exterior, a fim de ter um bom êxito no seu curso e progredir como estudante”. {PST29M]

(151) “Turismo tem um grande impacto na vida de São Tomé e Príncipe quando todos nós santomenses devemos assegurá-lo porque o mesmo está garantido o nosso futuro e desenvolvimento mundial e principalmente preservar”. [PST33M]

(152) “Os lugares históricos devendo estar reabilitados para que os turistas se sintam num lugar que teve as suas marcas para chegar a onde chegou”. [PST44M]

(153) “Com isso São Tomé e Príncipe recebeu mais números de visitantes que contribuirá para a divulgação das ilhas”. [PST47M]

(154) “Em São tomé o turismo estando na fase do seu desenvolvimento, visto que é necessário muitas melhorias”. [PST50 F]

(155) “Consoante a classificação de São Tomé e Príncipe como um destino para as férias foi merecimento visto que foi vista toda as qualidades para uma fêria tranquila”. [PST12F]

(156) “É com isto que faz com que São Tomé e Príncipe sendo um país de sonho maravilhoso”. [PST39F]

Partindo das estruturas subordinadas finitas, a partir das quais realizamos um análise descritiva do PST, elecamos as seguintes conclusões:

- a) Em estruturas geruntivas e participiais há o controle obrigatório do sujeito não realizado foneticamente da oração subordinada pelo sujeito da oração principal;
- b) Em estruturas adverbiais finitas a realização fonética do sujeito da oração subordinada é possível, a leitura co-referente ou disjunta com o sujeito da oração principal está disponível tal qual ocorre no PA e no PB.

c) Em contexto de duplicação de sujeito

(157) “**São Tomé e Príncipe**, as ilhas, **ela** mostra recorrente a violência doméstica em contextos rurais” [PST09F]

(158) “**São Tomé ele** ainda vai vencer essa vergonha de violência com as mulheres” [PST34M]

(159) “**O turismo ele** é a única alegria das ilhas porque mostra as belezas diversas de nosso povo”. [PST42M]

No que diz respeito ao contexto de duplicação de sujeito foram encontradas apenas 3 ocorrências no *corpus*, conforme descrição em (147), (148) e (149). Dessa forma, verificamos que o comportamento dos sujeitos em construções em que são redobrados por um pronome resumptivo, também chamados de “duplos sujeitos”, caracterizam-se como estruturas tópicas que possuem um resumptivo na posição do sujeito movido, conforme evidenciam dados de fala espontânea do PST, extraídos da pesquisa de Tavares Silva, Carvalho e Ziober (2017):

(160) a. “até dizem que a casca é, é veneno mas, **eu eu** creio que a forma de contaminação, porque não sei” .

b. “...**eu, eu** disse aquilo mas num[...] nunca cobra me atacou”.

(TAVARES SILVA, CARVALHO, ZIOBER, 2017)

Ademais, os resultados do PST, em dados de escrita, apresentam o cruzamento das variáveis “correferencialidade e marcas de flexão” mostra que as estruturas com sujeitos correferenciais (contexto resistente ao preenchimento) apresentam índices não desprezíveis de sujeito lexicacal, contrariando a expectativa associada a uma língua *pro-drop*.

Ainda sobre descrição dos contextos com duplos sujeitos, os estudos de Tavares Silva (2013); Tavares Silva e Ziober (2014) alegam que em PB predominam duplos sujeitos com traço de 3ª pessoa, ao contrário de crioulos de base lexical português, como é o caso do Caboverdiano e do São Tomé cuja predominância é da 1ª pessoa do singular. No entanto, já as construções (157), (158) e (159) se mostram contrárias a afirmação, seguindo o indicativo do PB ao realizar duplos sujeitos em 3ª pessoa.

Em todos os estudos da morfologia verbal e a posição do sujeito, o tipo de verbo tem se relevado como fator significativo, que tende a explicar o favorecimento ou desfavorecimento da concordância. Assim, de acordo com o quadro 14, referente aos grupos de fatores linguísticos controlados, a variável independente tipo de verbo é a mais relevante para explicar a ordem do sujeito. Conforme podemos observar, os tipos de verbos, computando 66% de verbos transitivos com 66%, 31% de verbos copulativos (de ligação), 2% de intransitivos e 1% de inacusativos.

Quadro 19 – Percentual de tipos de verbos encontrados no *corpus* do PST

Tipos de verbo	Percentual
Verbos intransitivos	2%
Verbos transitivos	66%
Verbos inacusativos	1%
Verbos copulativo (de ligação)	31%

Fonte: A autora desta pesquisa.

Historicamente, a posição do sujeito no português é um fenômeno linguístico que sofreu alterações em sua estrutura. Muitos estudos mostram que tanto a ordem sujeito-verbo (SV) como a ordem verbo-sujeito (VS) eram usadas naturalmente nos séculos XVIII e XIX (BARBOSA, 1830), contudo, Pontes (1987) alega que a ordem VS foi se transformando numa construção cada vez mais realizada, salvo a contextos especiais, assim a ordem SV tonou-se predominante na maioria dos casos.

Berlinck (1989), em seu estudo sobre a ordem do sujeito para sua amostra sincrônica, atesta que o tipo de verbo predicador é um dos importantes condicionadores da ordem VS, sendo que se trata de um fator de natureza formal, pois, conforme afirma a autora, “os resultados gerais mostram que o encaminhamento da diminuição de frequência de V SN atingiu antes e com mais intensidade os contextos ‘mais transitivos’ ” (BERLINCK, 1989, p. 101). Segundo a autora,

[...] o grau de probabilidade de ocorrência de V SN com um dado verbo está associado ao grau de possível ambigüidade dessa construção numa relação inversamente proporcional: quanto maior é a chance de o SN ser interpretado com uma função que não a de argumento externo (principal) de V, menor é a probabilidade de que ele ocorra em V SN, e vice-versa. Por uma decorrência natural, desse princípio, verbo-predicadores com mais de um argumento são sempre os mais avessos a V SN, porque existe, nesses casos, a possibilidade de que um SN posposto ao qual se deveria atribuir função-sujeito seja percebido como objeto. É claro que essa possibilidade varia de acordo com as relações específicas entre cada predicador e seus argumentos. De um modo geral, porém, o posicionamento dos constituintes é tomado como uma das características indicativas de sua função sintática nesse tipo de construção; talvez como a principal delas. (BERLINCK, 1989, p. 104-105).

Para Scherre (2005) a variável de posição de sujeito em relação ao verbo é considerada pertinente contexto que se correlaciona à variação da concordância verbal. Decat (1981; 1983), em seus estudos, alega que tanto na língua escrita quanto na falada universitários e docentes, a forte inclinação ao apagamento de marcas de CV em sujeitos pospostos de 3ª pessoa do plural, ainda de acordo com a autora, isso se deve, sobretudo, ao fato de a CV no PB não ser controlada pelo sujeito, e sim pela noção de tópico.

O que importa para CV é a condição de tópico de SN, sendo a regra, nesse caso, de aplicação obrigatória. Não havendo tópico – entendido como uma construção sintática – a tendência verificada no português é a de não se efetuar a concordância) embora nesse caso ela possa ser considerada de aplicação optativa com o SN que segue o verbo, o que explica a ocorrência alternada das formas verbais de singular e

plural na língua falada e também na escrita). As sentenças serão interpretadas, então, como impessoais. (DECAT, 1983, p.45)

A seguir, no quadro 19 e na tabela 17, os resultados referentes ao controle desses fatores.

Quadro 20 – Percentual de inversão VS por tipo de verbo no *corpus* de PST

Verbos Intransitivos	Verbos Transitivos	Verbos Inacusativos	Verbos Copulativos
7%	58%	4%	31%

Fonte: A autora desta pesquisa.

Tabela 16 – Distribuição dos dados sem marca verbal de 3ª pessoa do plural segundo tipo de verbo

Tipo de verbo	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Inacusativos	13/300	4,5%	.54
Intransitivos	2/104	2%	.48
Transitivos	40/1165	3,5%	.32
Copulativos	19/702	2,8%	.65

Fonte: A autora desta pesquisa.

De acordo com o programa Goldvarb X (2005), e conforme dados na Tabela 10, referente aos grupos de fatores linguísticos controlados, a variável independente tipo de verbo é a mais relevante para explicar a ordem do sujeito. Já que podemos observar uma ocorrência em posição de sujeito posposto (7/35) proporcionalmente superior a de verbos transitivos (3/26), isso denota a relação entre posição do sujeito e tipo verbal, nesse contexto. Quanto aos verbos copulativos, os percentuais apresentaram os índices inferiores (5%) do que os demais. No entanto, em ocorrências de sujeito anteposto são proximais. Destarte, tais dados dialogam com a análise do PA na qual houve uma variação expressiva nos verbos copulativos (cf. Tab. 17). Com isso, os dados corroboram resultados dos trabalhos citados em nossa dissertação.

Tabela 17 – Cruzamento de dados sem marca verbal de 3ª pessoa plural conforme posição do sujeito x tipo de verbo no *corpus* de PST

Posição do sujeito	Verbos inacusativos		Verbos transitivos		Verbos copulativos	
	Oc.	Perc.	Oc.	Perc.	Oc.	Perc.
Sujeito anteposto	9/206	3,5%	24/817	3%	4/129	3%
Sujeito posposto	7/35	20%	3/26	12%	7/138	5%
Sujeito não expresso	3/92	3,2%	8/805	1%	0/95	-
Total	19/333	-	35/1.448	-	11/362	-

Fonte: A autora desta pesquisa.

d) A morfologia de flexão verbal no PST

No contexto de produções acadêmicas acerca dos estudos de linguística comparada dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do Português, o PST vêm sendo examinado com o objetivo de verificar os traços específicos da variedade que permitam, tão somente sua descrição, bem como sua comparação com outras variedades de Português, sobretudo em relação ao caso da concordância nominal e verbal. Partindo desta premissa, Brandão; Vieira (2012), em sua pesquisa examinava 22 informantes da amostra santomense (17 informantes da amostra básica e 5 informantes da amostra complementar de ensino médio e superior), já atestavam a forte preferência pela concordância verbal (93,1% de marcação) nessa variedade.

No que lhe diz respeito, Vieira e Bazenga (2013; 2015), em perspectiva contrastiva das variedades do Português, atentaram para o comportamento da amostra básica (17 informantes), relatando, igualmente, altos índices de favorecimento das marcas de número (92,1% de concordância padrão). Dessa forma, podemos afirmar de grosso modo que atua sobre essa variedade uma regra variável de concordância verbal. Com base pesquisas, Vieira e Silva (2017) averiguaram, ainda as entrevistas da amostra básica, uma amostra complementar de 10 informantes jovens (10 a 19 anos), e constataram 100 ocorrências com ausência de marcas de número dentre os 1053 dados obtidos. À vista disto, o percentual de 90,5% preferencialmente pela concordância verbal padrão, concedendo, mais uma vez, um estatuto

de regra variável para o fenômeno na variedade em questão, semelhante aos resultados encontrados nos trabalhos supracitados.

Tabela 18 – Distribuição dos dados com e sem marca de P6 no PST

Concordância verbal de P6	Percentual	Ocorrências
Marcação de plural	90,5%	953/1053
Não marcação de plural	9,5%	100/1053

Fonte: Extraída de Vieira; Silva (2017, p.22).

O *corpus* do PST desta pesquisa atesta, como resultado geral, forte preferência na variedade santomense, revelando, consoante Labov (2003), o comportamento de uma regra semicategórica (92%)m, na qual dos 1.039 dados obtidos 955,88 deles são de concordância expressa dialogando com as constações previstas por Vieira (2012), Vieira e Bazenga (2013;2015), além de Vieira e Silva (2017), como se vê na tabela a seguir:

Tabela 19 – Distribuição dos dados com e sem marca de P6 no *corpus* do PST

Concordância verbal de P6	Percentual	Ocorrências / PR
Marcação de plural	92%	955,88/1039 .56
Não marcação de plural	8%	83,12/1039 .17

Fonte: A autora desta pesquisa.

Consideramos as variáveis com comportamento relevante para o tratamento estatístico da amostra de dados do PST foram, nesta ordem, animacidade do referente sujeito, posição do sujeito, país, sexo/gênero e paralelismo clausal.

De acordo com Mollica (2003), o nível de escolaridade mostra-se relevante para aferição de dados sociolinguísticos, já que se trata de uma variável extralinguística que demonstra a atuação de vários fatores particulares à realidade social da variedade a ser

estudada. Dessa forma, reconhecemos tal relevância, porém nosso *corpora* foi extraído de redações produzidas por alunos com ensino médio completo para ingresso na UNILAB, portanto dispensado tal critério para o referido estudo.

Em relação à variável sexo (cf. tabela 22), verifica-se que as mulheres são, de fato, as maiores favorecedoras das marcas (.65), o que se correlaciona com o pressuposto laboviano de que elas tenderiam a ser as propulsoras das variantes de maior prestígio. Enquanto os homens, por sua vez, revelam um comportamento de maior uso da variante sem marcas de número (.40 para a concordância).

Tabela 20 – Aplicação da marca de P6 segundo sexo no *corpus* PST

Sexo	Ocorrências	Percentual	Peso
Masculino	554/624	89 %	.40
Feminino	396/415	95,5 %	.65

Fonte: A autora desta pesquisa.

A partir dos dados tabulados, esse resultado reforça os relatos apresentados por Vieira e Bazenga (2015), atestando as tendências ora encontradas em relação ao sexo do informante:

[...] quanto maior a inserção da mulher na vida social, econômica e profissional (como parece ser o caso de Copacabana e São Tomé), maior a tendência a se efetivar o uso das marcas de plural, forte sinalizador de detenção da cultura letrada. (VIEIRA; BAZENGA, 2015, p. 52)

Por fim, Vieira e Silva (2017) alegam que os aspectos equivalentes da concordância verbal no PB e no PST contemporâneos. Não obstante, os contextos de contato dessa variedade africana possam favorecer aspectos peculiares da brasileira, que não convive atualmente com línguas crioulas ou africanas, tais semelhanças possivelmente uma variação relativa do português não lusitano, independentemente das situações de comunicação *in loco*. Destarte, os resultados como os apresentados na presente pesquisa podem fundamentar, afinal, da existência de um *continuum* afro-brasileiro nas variedades do português (PETTER, 2009;2015)

A variável país foi adotada pelo estudo, de modo a contribuir para um debate acerca da ideia de um *continuum* afro-brasileiro que vem sendo modernamente desenvolvida sobretudo nos trabalhos de Petter (2007, 2015). Além disso, corroboramos com Brandão (2016, p. 69-70) nas motivações que levaram à escolha do Português de São Tomé e Príncipe:

(a) dentre os países africanos que têm o Português como língua oficial, é a única variedade falada como L1 ou L2 pela maioria da população – 98,4%, em 20125 – sendo, hoje, a L1 da maior parte dela; (b) em São Tomé e Príncipe, coexistem, além de quatro crioulos de base portuguesa – o Forro (ou Santomé) e o Angolar, na Ilha de São Tomé; o Lung'ie (ou Principense) na Ilha do Príncipe e o Fa d'ambô (ou Anobonense), da Ilha de Ano Bom (provincia da Guiné Equatorial) –, também o português dos Tongas, o Cabo-verdeano (crioulo de base portuguesa, nativo de Cabo Verde) e “resquícios de línguas do grupo Bantu” (HAGEMEIJER, 2009, p.1). (c) os quatro primeiros crioulos citados, que, segundo Hagemeyer (2009, p. 4), hoje “línguas distintas, tiveram uma história comum”, partilham, como informa Ferraz (1976, p. 9), uma série de características e têm como substrato línguas maternas também comuns às dos africanos trazidos para o Brasil para servirem de escravos, o que amplia o interesse em observá-las em contraste com o PB; (d) o Forro, em especial – usado, segundo o censo de 2001, por 72,4% da população mas reduzido, hoje, segundo o Censo de 2012, a apenas 36,3% de falantes – é considerado pelos habitantes da ilha de São Tomé como a “língua nacional”, embora, por ser estigmatizado, nem todos o dominem ou o utilizem nas situações intercomunicativas cotidianas; (e) nas escolas, a norma de referência é o Português Europeu, conquanto, pelo que se observa, inclusive na fala de professores nativos, de maior nível de escolaridade, ela nem sempre seja observada no que respeita aos planos sintático, morfossintático e fonológico, conforme consta da observação de Hagemeyer (2009, p. 19) acima citada.

Quanto a variável animacidade confirma a hipótese de que sujeitos com traço [-animado] tendem a influenciar a ausência de uso das marcas (VIEIRA; SILVA, 2017). Como a Tabela 22 aponta, sujeitos inanimados desfavorecem a marcação (0.19 para concordância), ao passo que os animados a favorecem (0.58).

Tabela 21 – Aplicação da marca de P6 segundo a animacidade no *corpus* do PST

Animacidade do sujeito	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
[+ animado]	917/976	94 %	0.58
[- animado]	120/158	76 %	0.19

Fonte: A autora desta pesquisa.

Os exemplos a seguir, retirados das redações que constituem o *corpus* do PST, confirmam essas tendências:

(161) “Os estudantes *desejavam* o ensino superior”. [PST08M]

(162) “ mesmo depois com essas dificuldades todas, mesmo assim eu consegui, as dificuldades nunca *acaba*”. [PST26F]

De acordo com a hipótese inicial para a variável paralelismo oracional, sintagmas nominais sujeitos com marcas de número favoreceriam a presença de marcas no verbo, ao passo que a ausência delas no SN levaria à não marcação do verbo. Tal hipótese também foi confirmada na a/mostra em questão, como os dados revelam. No exemplo (163), o sintagma não marcado “educacional” desfavorece a presença da marca de número no verbo “permitia”, enquanto em (164), todas as marcas presentes no SN “os meus sonhos” favorecem a marcação plural no verbo “passavam”:

(163) “As condições educacional não permitia prosseguir com os estudos em Santomé”. [PST14M]

(164) “Os meus sonhos construíram minha riqueza” [PST28F]

Portanto, a presença de marcas no SN favorece a marcação no verbo (.67), enquanto o SN sem marcas acarreta a ausência de concordância do verbo (.18), conforme apresentado na Tabela 23.

Tabela 22 – Aplicação da marca de P6 segundo o paralelismo oracional no corpora de PST

Paralelismo oracional	Ocorrências	Percentual	Peso Relativo
SN com marcas de plural	737/793	93%	.67
SN sem marcas de plural	16/32	50%	.18

Fonte: A autora desta pesquisa.

Podemos inferir a partir de Vieira e Silva (2017) que

[...] os padrões de concordância em PST urbano verificados no presente estudo não correspondem exatamente aos verificados para o PE (com dados semicategóricos em geral) – apesar de este ser o modelo que os são-tomenses supostamente tendem a seguir, por ser a prestigiosa variedade do colonizador –, mas também não chegam a se igualar aos das variedades brasileiras, sobretudo as populares, com índices mais baixos de realização da marca de pluralidade (VIEIRA; SILVA, 2017, p. 17).

Em síntese, as tendências encontradas no *corpus* analisado demonstram que favorecem a concordância no Português de São Tomé:

- (i) das variáveis extralinguísticas: os indivíduos por possuírem ensino médio quanto ao nível de escolaridade (porém não levantado pela pesquisa por apresentar apenas uma polarização) e as mulheres;
- (ii) das variáveis linguísticas: os sujeitos animados, antepostos ao verbo e com marcas explícitas de plural. Sob outra perspectiva, sujeitos inanimados e pospostos, e sintagmas sujeitos sem marcas de plural são os contextos que desfavorecem as marcas de concordância no *corpus* do PST.

Cabe lembrar que, segundo mostram os resultados do cruzamento entre os grupos de fatores em questão, apesar de não aferida a variável do uso de línguas crioulas demonstra correlação direta com a escolaridade, indicando que o maior contato com elas pressupõe indicação de menos anos de estudo formal e, conseqüentemente, de índices mais altos de não concordância (HAGEMEIJER, 2017).

Assim sendo, os fatores sociais, ao que tudo indica, mostram-se altamente relevantes para a caracterização das variedades africanas do Português, sobretudo as exploradas na presente pesquisa (PA, PST e PGB), especialmente ao elevado prestígio associado ao uso de Português, como postulam Vieira e Brandão (2012) a respeito do PST:

[...] ao que tudo indica, o valor social que se atribui à não concordância seria compatível com um estereótipo (nos termos de Labov (1972)) ou, na melhor das hipóteses, com um marcador. Por essa razão, o fenômeno variável funciona como nítido identificador do perfil social do usuário da língua. No PST – que configura um caso de variedade do português em formação, com normas objetivas ainda não totalmente definidas e assumidas pelos diferentes grupos de falantes –, sabe-se que dominar a concordância segundo a norma culta que lhe serve de modelo, a do

Português Europeu, seria um dos índices de identificação de pleno domínio da Língua Portuguesa. (BRANDÃO; VIEIRA, 2012, p. 1061).

4.1.3 Ocorrência de sujeitos nulos e plenos no PGB

Guiné-Bissau, como outros países africanos, possui várias línguas que convivem lado a lado com a dos colonizadores. Após a independência de Guiné, em 1973, o português tornou-se a língua oficial do país. Porém, antes de o português ser adotado como oficial, já havia mais de duas dezenas de línguas étnicas distribuídas em diversos grupos étnicos (cf. AUGEL, 2007; FONSECA, 2012; COSTA, 2014; SEMEDO, 2014; BARBOSA, 2015), além do crioulo guineense que é falado por 90% dos guineenses.

A literatura acadêmica atesta que, por não ser ainda a língua materna de parte significativa da população, o português falado em Guiné-Bissau apresenta certas especificidades gramaticais que, de acordo com Couto e Embaló (2010), decorrem do quadro multilíngue de Guiné-Bissau: a interação de diversas línguas no país resulta em uma escala de variabilidade linguística denominada *continuum* guineense, que vai desde as línguas nativas até o português lusitano, passando pelas variedades do crioulo basilectal (*kriol fundu*) e acroletal (*kriol lebi*) e do português acrioulado, que, para os autores, é o português, de fato, falado em Guiné-Bissau.

Ao contrário do crioulo, de cujo estudo alguns autores se têm ocupado (COUTO, 2009, 2015; EMBALÓ, 2008; BARBOSA, 2015; AUGET, 2017), não existem muitas pesquisas sobre o PGB, sobretudo, na modalidade escrita. Sendo assim, acreditamos na relevância atribuída à urgência em investigações sob os vieses do Gerativismo e da Sociolinguística das variedades africanas do português para descrição das diferentes normas da Língua Portuguesa, mas especialmente da abordagem do PSN, além da questão da intensa situação de contato linguístico presente nessas sociedades.

Tomando por base o *corpus* da pesquisa do PGB, foram contabilizadas 4.136 ocorrências: 3.308,8 de sujeitos plenos e 827,2 de sujeitos nulos. Das 1389,6 ocorrências de sujeitos pronominais, 248,16 são sujeitos nulos. Com o sujeito de referência arbitrária, o percentual de plenos também foi expressivo 80% quando comparados aos 20% nulos. Tal questão decorre ainda da influência do crioulo guineense, ou seja, uma língua de sujeito não-pro-drop.

A comparação entre os nossos resultados e os de Duarte (2003) baseados na língua falada no PB mostra que o percentual de sujeitos plenos nessa língua é muito alto (80%), o mesmo percentual obtido para os dados des escrita do PGB nesta pesquisa:

Tabela 23 – Sujeitos nulos e sujeitos plenos nos dados escritos do PGB

Sujeitos nulos	Sujeitos plenos
20%	80%
827,2	3.308,8

Fonte: A autora desta pesquisa.

Se adotássemos a teoria do subconjunto (cf. Fig.5), classificaríamos o PGB como uma língua [-*pro-drop*], já que há 80% de sujeitos plenos nos dados, contrariamente ao PE Assim, o resultado aproxima-se do PB por licenciar tal percentual. Quanto ao PB, vem apresentando proporções cada vez maiores de sujeitos plenos, conforme Silva (2006, p. 9):

De acordo com a teoria do Subconjunto, o português seria considerado uma língua de sujeito nulo [+ *pro-drop*], por admitir o apagamento, o que é compatível com o que as gramáticas tradicionais pregam. Porém, inúmeros trabalhos mostram que as taxas de preenchimento do sujeito no português brasileiro são cada vez maiores. Estamos, então, diante de uma provável mudança na marcação do parâmetro: quando e se) todos os sujeitos forem preenchidos no PB (respeitadas as condições pragmaticamente marcadas), teremos uma língua [- *pro-drop*], como o francês e o inglês (SILVA, 2006, p.29).

Vejamos alguns exemplos extraídos do *corpus* do PGB que contêm sujeitos plenos e nulo, tomando por base a referência semântica do sujeito.

A) Sujeitos com referência semântica de 1ª pessoa

(82) “**Eu** penso muito evidente na situação da língua portuguesa na Guiné-Bissau”.
[PGB04M]

- (83) “**Nós** temos que falar dentro da nossa casa, rua, instituição dos Estados e privadas a língua oficial português” [PGB13M]
- (84) “**Eu** quero mudar tudo sempre falar/escrever”. [PGB20F]
- (85) “**Eu** quero estudar no Brasil pela louvada universidade”. [PGB37F]
- (86) “**Eu** venho através esta escrita demonstrar minha satisfação pela cooperação solidária do Brasil com os guineenses”. [PGB47F]
- (87) “Se **nós** vêemos muitas pessoas falarem português nas escolas”. [PGB49F]
- (88) “**pro** soubemos do ocorrido anteriormente”. [PGB23M]
- (89) “**pro** calei a voz a falar”. [PGB34F]
- (90) “**pro** Fui no dizer dos antepassados de nossa história”. [PGB39F]
- (91) “**pro** Estou a falar do encanto do Golfo da Guiné” [PGB41F]

B) Sujeitos com referência semântica de 3ª pessoa:

- (92) “**pro** Fica em termos de oralidade sem ajudar a quem não vai pra escola”. [PGB01M]
- (93) “**Eles** até entendem o crioulo bem”. [PGB09M]
- (94) “**pro** foi importante para nossa independência da Guiné”. [PGB16F]
- (95) “**Elas** dizem tudo da violência com os guineenses”. [PGB22F]
- (96) “**pro** lutaram na Independência da Guiné ano pós ano”. [PGB43F]
- (97) “**pro** Caíram no esquecimento da Guiné”. [PGB27M]
- (98) “**pro** Falou com destreza do golfo equatorial de Guiné”. [PGB18M]

Sobre a referência semântica de sujeitos nulos e plenos, observamos que a maior parte está relacionada à terceira pessoa do singular, bem como do plural. Esse resultado nos parece natural, uma vez que os dados foram coletados por meio de textos escritos em que cada

candidato dissertava acerca de sua visão de mundo sobre assuntos da realidade de seu país, ou seja, o enfoque era o referente, predominando, portanto, a função referencial da linguagem.

Além disso, voltamos ratificar por ser o gênero “redação escolar” e por sabermos que a escrita em contexto de um exame vestibular pressupõe um grau mais monitorado de uso da língua, era de se esperar também as estratégias de indeterminação de sujeito através do uso da terceira pessoa do discurso que criam um efeito de objetividade, impessoalidade ao texto, como já descrito na subseção sobre o PA:

(99) “Fala-se hoje, internacionalmente da queda econômica da Guiné, em os guineenses são vítimas da mesma”. [PGB42M]

Vale referir ainda que construções com verbo na terceira pessoa do singular seguido do clítico “se” ocorrem apenas 3 vezes nos dados do PGB, ao passo que no PA houve várias ocorrências e no PST não houve. Essa diferença nos chama a atenção quanto ao uso em contextos formais deste fenômeno, para melhor compreensão partiremos do estudo de Duarte, Kato e Barbosa (2003) que abarca estratégias de indeterminação no PB e no PE na escrita, pois, conforme as autoras, “sabiamente mais conservadora que a fala” (DUARTE; KATO; BARBOSA, 2003, p.405). Para análise dos dados de fala as autoras verificaram que, devido à incidência de perda do sujeito nulo no PB, conseqüentemente afeta a indeterminação, “o PB preenche mais o sujeito, fazendo grande uso de construções pessoais com “você” e “a gente” (DUARTE; KATO; BARBOSA, 2003, p.406), mas também nos casos de sujeito indeterminado. Esse fenômeno se aproxima dos resultados verificados no PA quanto a incidência do pronome pessoal “*você(s)*”, apesar de tratar de dados de escrita.

Quanto ao PE, as pesquisadoras verificaram que a estratégia com o “se” foi a preferida, com 38% das ocorrências, ao passo que o uso de “você” houve apenas 6%. Por outro lado, no PB, a forma pronominal “você” foi preferencial, já que contabilizou 44% dos empregos, seguida de sujeito nulo (17%), na pessoa do plural (16%) e a locução pronominal “a gente” (13%). Enquanto as formas “se” (8%) e “nós” (2%) ficaram restritas à fala de informantes mais velhos com maior escolaridade⁴⁵.

Outro ponto a ressaltar, quanto a análise da língua escrita, de acordo com as autoras nas sentenças finitas do PE, o “se” foi a mais favorecida (83%), seguido de “nós” (16%) e a

⁴⁵ Apesar de não adotarmos as variáveis idade e escolaridade, percebemos uma relação positiva quanto a escolarização, pois os estudantes que produziram as redações possuem ensino médio completo, denotando indiretamente o fator de “maior escolaridade”.

gente foi a menos empregada (1%). O emprego de “nós” foi “sempre expresso” (DUARTE; KATO; BARBOSA, 2003, p. 406). Já no PB, “você”, “se” e “a gente” quase iguais com o resultado geral das ocorrências (96%) e que o emprego destas formas foi majoritariamente expresso. Isso pode denotar que a partir do fenômeno de indeterminação do sujeito há uma aproximação do PA ao PB, no entanto o PST se distancia do PB e se aproxima do PE, podendo ser justificado pelo mesmo nível de escolaridade dos estudantes e por se tratar de dados da língua escrita. Já as ocorrências em PGB foram inferiores a 1% dos dados, não significativos nesta ótica, mantendo mesmo que em percentuais baixos aproximação com o PE.

A seguir, é apresentado um quadro que revela o percentual de sujeitos nulos, tomando por base a referência semântica das pessoas do discurso encontradas no *corpus* do PGB:

Tabela 24 – Ocorrências de sujeitos nulos e sujeitos plenos a partir das referências semânticas do sujeito

Pessoa do discurso	Ocorrências		Percentual/ PR	
	Suj. nulo	Suj.Pleno	Suj. nulo	Suj.Pleno
P1	52/206	154/206	25% .12	75% .32
P2	-	-	-	-
P3	93/308	215/308	30% .24	70% .65
P4	31/280	249/280	11% .08	89% .86
P5	-	-	-	-
P6	149/676	527/676	12% .19	78% .26
TOTAL	325/1.470	1.145/1.470	-	-

Fonte: A autora da pesquisa.

Conforme a Tabela 25, podemos notar a expressão inegável dos sujeitos plenos no PGB, já que a maior incidência está registrada na P4 (89%) e na P6 (78%). Já no PST na terceira pessoa singular com percentual de 41% e na terceira do plural 8%, para a 1ª pessoa do singular teremos pouco menos da metade (48%) encontrada no PGB e na 1ª pessoa do plural o

resultado segue o entendimento anterior com 46%. Isso pode implicar o distanciamento entre essas variantes. Ao nos debruçarmos nos dados do PA e PST encontraremos mais uma vez uma aproximação entre os contextos produtivos de P4 e P6. Os resultados concernentes a incidência de sujeitos nulos de terceira pessoa são mais frequentes nas três variantes africanas do português em estudo (cf. CARVALHO; TAVARES SILVA; ZIOBER, 2017), também apontamos que o PGB está mais próximo do PB devido a consistência de sujeitos plenos. Apesar da pequena diferença entre os resultados de sujeitos nulos no PA e no PST apresentarem superior ao dos sujeitos plenos, mostrando assim que estas variantes africanas caminham ao encontro no PE (língua de sujeito nulo consistente⁴⁶).

Portanto, a análise contrastiva entre a variedade angolana, a são-tomense e guineense do português aqui realizada revelou diferenças em relação ao fenômeno do sujeito nulo, ao constatar, aparentemente, que todas as três variedades apresentam um “meio termo”, em ora se aproximam do PE, ora do PB. Tal oscilação mostra-se altamente relevante para a caracterização do PSN nas variedades africanas do Português, especialmente, pois incide na questão da intensa situação de contato linguístico presente nessas variedades.

Tabela 25 – Sujeitos plenos no PGB, tomando por base a pessoa do discurso

Pessoa do discurso	Nº absoluto	%	Peso relativo
P1	154/206	75%	.48
P3	215/308	70%	.43
P4	249/280	89%	.92
P6	527/676	78%	.64
TOTAL	1.145/1.470	-	-

Fonte: Autora desta pesquisa.

Tomando por base os pesos relativos obtidos no desfavorecimento de sujeitos plenos no PGB, concluímos que a primeira pessoa do singular (.48) e plural (.92) favorecem o uso de sujeitos plenos, à semelhança do PB (DUARTE, 1995) no mesmo contexto. Quanto ao PST e ao PA, o contexto de favorecimento de sujeitos plenos nas terceiras pessoas (singular e

⁴⁶ Barbosa (1996).

plural), assim se distinguindo do PGB. Dessa forma, o contraste entre as variedades denota, pode ser explicado com base no “estatuto da língua portuguesa em cada país ou região que faz parte da sociedade lusófona é diferenciado por conta das políticas linguísticas de difusão do português” (CARIOCA, 2015, p.133).

Esperávamos que a taxa de sujeitos nulos com a terceira pessoa fosse mais produtiva no PGB, já que no PST e no PA são. Assim, indo na direção do que se tem verificado no PE, a língua oficial dos três países africanos em análise. Segundo Duarte (1995), o referente da categoria vazia em posição sujeito pode ser retomado no discurso anterior, enquanto as demais pessoas são dêiticas, como mostram a seguir:

(100) [5]⁴⁷ acho um acto de egoísmo ter **filhos** [...] porque nós não lhes perguntamos **eles** querem nascer. (GL5)

(101) [6] Bem, **o homem** não teve culpa. Atravessa-**lhe** um homem à frente do carro, **ele** parou de repente. Eu vou atrás dele. (IK4)

(102) [7] ... **ele** quer pescar tudo, quer sempre arranjar taças. E **pro** tem lido sorte com isso porque **pro** já teve três e eu inda tive uma, que foi nesse concurso. A certa altura uma onda, era um dia de, de chuva e **ele** apanhou um banho terrível, ficou todo molhado e não conseguia sair lá de cima, não é? (GK1)

Vale referirmos ainda que, em outras variedades do português, como o PB em dados orais (DUARTE, 1995) e o português moçambicano (VERÍSSIMO, 2018), sujeitos nulos de terceira pessoa são frequentes e têm se mostrado como uma forma inovadora de indeterminação do sujeito⁴⁸, indo de encontro ao que observamos nos dados escritos do PGB (pela baixa produtividade de 1% nos dados) diferentemente no que verificamos do PA e do PST. Os dados obtidos parecem indicar que estamos diante de uma assimetria entre fala e escrita, pois a mudança na escrita pode ser efeitos da fala, mostrando que, nesta modalidade de uso da língua, há um embate entre a gramática que falamos e a gramática que nos serve de modelo no processo de letramento. O que é possível observarmos diante do contexto dos

⁴⁷ A numeração entre colchetes (5-7) segue a numeração dos exemplos encontrada no original (DUARTE, 1995, p.10).

⁴⁸ Na escrita, a indeterminação do sujeito se faz em geral com o sujeito nulo de terceira pessoa do plural ou com o verbo de terceira pessoa do singular seguido do clítico *-se* (cf. VITÓRIO, 2015)

resultados desta pesquisa e o que dizem os estudos, é que na escrita, temos um impasse entre o que se fala e o que se aprende na escola, o que nos remete a reflexão de Duarte (2013, p. 15) de que a escrita brasileira “é uma mistura de traços da gramática lusitana [...] somada a traços do português brasileiro que se implementam aos poucos na escrita, substituindo ou competindo com formas conservadoras”. Isso também pode ser visto como incidência nas variantes africanas do português em estudo, pois percebemos duas gramáticas: uma gramática da fala que seleciona o fenômeno e outra da escrita que o elege.

A tabela a seguir sintetiza a distribuição de sujeitos de referência definida plena e nula para as três variedades africanas:

Tabela 26 – Distribuição de sujeitos de referência definida plenos e nulos da P6, a partir do *corpus* da pesquisa

Variedade africana do Português	Sujeito nulo de referência definida	Sujeito pleno de referência definida
PA	637/1.180 54%	495/1.180 42%
PST	534/955 56%	420/955 44%
PGB	187/986 19%	798/986 81%

Fonte: A autora da pesquisa.

A partir do debate sobre os sujeitos de 3ª pessoa com referência definida no *corpora* da variedades africanas do português, em estudo, identificamos há maior incidência de sujeitos nulos no PA (54%) e no PST (56%). Sendo assim, aproximando os dados do estudo de Duarte (1995) para a variante brasileira, já que a terceira pessoa é a que mais apresenta sujeitos nulos. Por outro lado, no PGB apresenta 19% das ocorrências para os sujeitos de referência nulos. Portanto, podemos inferir que a marcação de referência definida no *corpus* da variante angolana e no *corpus* da variante santomense é de sujeitos nulos, ao passo que tal

fenômeno na variante guineense é de marcação de pleno sujeitos plenos (81%), confirmando um percentual bastante expressivo das diferenças entre as três variantes.

Vejamos os resultados obtidos na Tabela 28, a seguir:

Tabela 27 – Distribuição de sujeitos de referência indefinida plenos e nulos da P6, a partir do *corpus* da pesquisa

Variedade africana do Português	Sujeito nulo de referência indeterminada	Sujeito pleno de referência indefinida
PA	171/306 56%	135/306 44%
PST	58/112 52%	54/112 46%
PGB⁴⁹	29/29 100%	0/29 -

Fonte: A autora da pesquisa.

Como se vê na Tabela 28, dados em que a referência indeterminada de sujeitos nulos predomina nas três variantes. Verificamos ainda um equilíbrio nos resultados obtidos acerca de sujeito de referência indeterminada no PA (56%) e PST (54%) mantendo proximidade entre ambos, contudo no PGB houve 100% das referências indeterminadas com sujeito nulo. Em suma, sujeito nulo como estratégia preferida para indeterminação do sujeito entre as três variedades.

A partir de agora, centraremos nossa atenção no uso de sujeitos nulos e plenos no PGB, tomando por base o tipo de oração: orações encaixadas e outras orações, verificamos que sujeitos nulos são produzidos na primeira. Nos exemplos, a seguir, esses sujeitos têm correferência com os referentes que estão na posição sujeito da oração principal:

⁴⁹ Tal resultado requer um estudo de orientação sociolinguística posteriormente, necessitando de uma escrutinação a partir fatores, como: o tempo verbal, a forma verbal, condicionamentos sociais e linguísticos (faixa etária e português como L1 ou L2) – ver Duarte (1995).

(102) “O reitor disse aos jovens que *pro* estava contente com um novo começo para UNILAB”. [PGB39M]

(103) “Os números da população da Guiné dizem que *pro* são tão elevado para renda *per capita*”[PGB08M].

Conforme o quadro 20, podemos notar que os dados que favorecem a incidência de orações encaixadas são de peso relativo (.54), ao passo que as outras orações apresentam o desfavorecimento (.32). O tipo de oração, outro fator selecionado, não se mostrou relevante, pois há um equilíbrio no resultado que favorece tal variável, sendo o PA com pesos relativos: orações encaixadas (.64) e outras orações (.40). Assim respectivamente, no PST tivemos para orações encaixadas peso (.52) e para incidência de outras orações (.35).

Quadro 21 – Orações encaixadas e outras orações encontradas no *corpus* do PGB

Tipo de oração	Percentual	Ocorrências	Peso relativo
Orações encaixadas	84%	1.157/1.378	.54
Outras orações	16%	221/1.378	.32
Total	100%	1.378/1.378	-

Fonte: A autora da pesquisa.

Segundo o quadro 21, podemos perceber o efeito expressivo do favorecimento do sujeito nulo quanto ao condicionamento de orações encaixadas é de (.48) seguido de peso relativo (.25) nos contextos de outras orações, pois a tendência é de desfavorecimento do sujeito nulo.

Quadro 22 – Ocorrências de sujeitos nulos e plenos a partir do tipo de orações no *corpus* do PGB

Tipo de oração	Ocorrências Sujeito nulo	Ocorrências Sujeito pleno	Peso relativo (sujeito nulo)
Orações encaixadas	128/1.157 11%	1029/1.157 89%	.25

Outras orações	54/221 24%	167/221 76%	.48
Total	182/1.368	1.196/1.368	-

Fonte: A autora da pesquisa.

Visando ampliar a discussão sobre a produção de sujeitos nulos nos dados escritos do PGB, centrando nossa atenção na concordância verbal relacionada à P6, haja vista que muitos estudos apontam que a morfologia de flexão verbal rica pode favorecer o uso desses sujeitos, tal como observado em línguas como o italiano, o espanhol e o PE (CALAZANS, 2018; BAZENGA, 2015; RUBIO, 2015, 2012; GAMEIRO, 2009)

Romão (2012 apud SANTOS, 2015) verifica, em seu estudo sobre a concordância verbal no PGB a partir de dados extraídos de textos dissertativos produzidos por alunos guineenses de graduação da USP, que os casos de ausência de concordância (cf.(188)) observados nesses textos decorrem da influência da língua materna dos falantes, o crioulo guineense, cuja forma verbal carece dos morfemas número-pessoais e modo-temporais (CASTRO, 2013), tal como observado para outros crioulos de base lexical portuguesa (HAGEMEIJER, 2007; MAURER, 2013; CARDOSO, 2015; TIMBANE, 2018):

(104) a. *eles foi* salvo.

b. *os tuinambás...tinha* ido.

c. *os franceis fui*

Nos dados escritos do PGB em análise também verificamos casos de ausência de concordância com P6, conforme seguem:

(105) “**Eles estamos** só consolidado então a língua portuguesa na Guiné-Bissau em todo setor de ensino porque é dele que sai todos os formandos para poder estabilizar o nosso país e desenvolvê-lo”. [PGB28F]

(106) “**Eles tinha** a oportunidade de participar de grandes encontros entre Guiné-Bissau e Brasil”. [PGB39F]

A partir da ocorrência encontrada percebemos que se trata de um contexto em que não é produtivo no PB, no entanto ns leva a o entendimento de mais uma influência do crioulo guineense, pois o fator de não obrigatoriedade do marcador plural como traço dessa língua (SANA; BUENO, 2012)

Os resultados percentuais, por sua vez, revelam que a concordância verbal com sujeitos plenos em P6 ocorre em 86% no *corpus*, o que implica considerar que é um percentual muito próximo ao que verificam Brandão e Vieira (2012a) para o PB cuja regra é variável. Assim, pela correlação estabelecida entre esse resultado e a grande produção de sujeitos plenos na terceira pessoa, portanto esperaríamos mais sujeitos nulos com essa pessoa. No entanto, parece que há uma forte influência do crioulo guineense, uma língua *não-pro-drop*.

Tabela 28 – Concordância verbal com sujeitos plenos em P6 no PGB

Concordância verbal de P6	Percentual	Ocorrências / PR
Marcação de plural	86%	780,88/908 .68
Não marcação de plural	14%	127,12/908 .09

Fonte: Autora desta pesquisa.

À luz da Sociolinguística Laboviana (2003), há três tipos de regras linguísticas e a frequência com que cada tipo de regra opera. Nesse caso em PGB a regra de concordância é variável⁵⁰. Assim como, no PST que apresenta 92% de marcação da CV. Isso é um fator que aproxima as duas variedades da concordância verbal no Português do Brasil, porque constitui precisamente uma ‘regra variável’, ou uma ‘variável linguística’, que abrange duas ‘variantes’: a presença ou a ausência de marca de plural no verbo. Para o PA, o resultado é 96,7% de maracação verbal, logo uma regra de concordância verbal semicategórica.

Silva e Sampa (2017) pontuam que

⁵⁰ O conceito de ‘regra variável’ é utilizado para substituir a noção de regra opcional do Estruturalismo, na medida em que não pressupõe variação livre, mas, sim, sistemática.

A Guiné-Bissau tem as suas próprias características típicas no modo como falamos a língua portuguesa. Ou seja, o português é fortemente influenciado pelas características do crioulo. No crioulo, por exemplo, não se verifica a concordância em número e em pessoa como acontece no português padrão: Exemplo 1: crianças sta animado (as crianças estão animadas); criança sta animado (a criança está animada). Exemplo 2: cada quem com seu par (uma das variedades da Guiné-Bissau); cada um com seu par (português padrão). Exemplo 3: o número mais grande (uma das variedades da Guiné-Bissau); o número maior (português padrão). Como se pode observar, no exemplo 1, o verbo “estar” em português se encontra na terceira pessoa do plural, por isso concorda com o sujeito, diferente do crioulo em que não ocorre a concordância com o sujeito. Em seguida, temos o exemplo do adjetivo animadas (em português) que está concordando em gênero (feminino) e número (plural) como o substantivo a que se refere: crianças. Tanto no exemplo 2 quanto no 3, há destaque para os termos (cada quem e mais grande), que são transportados do crioulo para o português, por portarem a mesma carga semântica do português. Por isso, alguns falantes recorrem a eles ao falarem o português, partindo dos seus significados no crioulo, sem se levar em consideração os contextos em que vão sendo empregados no português. Ainda, casos como esses levam alguns falantes a confundirem esses fenômenos com os do português padrão, fato que ocorre até com algumas pessoas com nível mais avançado na língua portuguesa. É importa enfatizar que, mesmo com essas particularidades, alguns falantes ainda não se orgulham da variedade típica do português da Guiné-Bissau, pelo contrário, se esforçam muito em falar do mesmo jeito que os falantes de Portugal, coisa praticamente impossível, já que não pertencem a mesma comunidade linguística dos portugueses. Às vezes, isso acaba induzindo a pessoa a erro, pois os próprios portugueses têm suas próprias variedades diferentes. (SILVA & SAMPA, 2017, p.240)

Tomando por base a variável animacidade do sujeito, verificamos que sujeitos animados apresentam um peso relativo (.48) próximo ao nível de neutralidade .50, o que implica dizer que nem favorece nem desfavorece a concordância verbal, ao contrário dos sujeitos inanimados que desfavorecem bastante essa concordância (.12), à semelhança do que já foi verificado em outros estudos (LIRA, 1982, 1988; BOTASSINI, 1998; CAVALCANTE, M., 2001; LAPERUTA, 2002; CARVALHO, 2005; BRAVIN DOS SANTOS, 2006).

Tabela 29 – Aplicação da marca de plural com P6 segundo a animacidade do sujeito no *corpus* do PGB

Animacidade do sujeito	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
[+animado]	788/876	90%	.48
[-animado]	45/139	33%	.12

Fonte: A autora desta pesquisa.

Quanto ao fator animacidade, os dados das variedades africanas do português, em estudo, apresentam que quanto ao favorecimento da concordância verbal na P6 se dá com sujeitos animados [+animado] no PGB e no PST com percentuais acima de 90%. Contrariamente ao PA que tem contexto favorecido na marcação da concordância verbal pelo fator [-animado], com 75, 7% de incidência. Isso também será um fator de proximidade entre as três variedades estudadas. Vejamos as Tabelas 32, 33 e 34:

De acordo com a Tabela 31, diante do resultado na tabela acima se esperaria encontrar mais incidência de sujeitos nulos inanimados, pois, como os animados, favorecem mais a concordância se esperaria que fossem produzidos mais nulos. Em suma, o traço de animacidade [-animado] licencia a ocorrência de sujeitos nulos com de 89%, no entanto o traço [+animado] a desfavorece (18%).

Tabela 30 – Aplicação da marca de sujeito nulo e sujeito pleno segundo animacidade do sujeito no *corpus* do PGB

Animacidade do Sujeito	Ocorrências/PR - Sujeito nulo	Ocorrências/PR– Sujeito pleno
[+animado]	157,68/876 .31 18%	648,24/876 .46 74%
[-animado]	123,71/139 .46 89%	15,29/139 .09 11%

Fonte: A autora da pesquisa.

De acordo com a Tabela 31, diante do resultado na tabela acima se esperaria encontrar mais incidência de sujeitos nulos inanimados, pois, como os animados, favorecem mais a concordância se esperaria que fossem produzidos mais nulos. Em suma, o traço de animacidade [-animado] licencia a ocorrência de sujeitos nulos com de 89%, no entanto o traço [+animado] a desfavorece (18%).

Tabela 31 – Aplicação da marca de sujeito nulo e sujeito pleno segundo animacidade do sujeito no *corpus* do PA

Animacidade do Sujeito	Ocorrências/PR - Sujeito nulo	Ocorrências/PR– Sujeito pleno
------------------------	-------------------------------	-------------------------------

[+animado]	729,32/2.476	.18	1.683,68/2.476	.26
	32%		68%	
[-animado]	301,76/328	.68	26,24/328	.05
	92%		8%	

Fonte: A autora da pesquisa.

Tabela 32 – Aplicação da marca de sujeito nulo e sujeito pleno segundo animacidade do sujeito no *corpus* do PST

Animacidade do Sujeito	Ocorrências/PR - Sujeito nulo		Ocorrências/PR – Sujeito pleno	
[+animado]	468,48/976	.32	507,52/976	.52
	48%		52%	
[-animado]	150/158	.68	8/158	.07
	95%		5%	

Fonte: A autora da pesquisa.

Em suma, o fator de animacidade [-animado] licencia sujeitos nulos nas três variedades africanas do Português neste estudo.

Analisando agora a variável paralelismo formal e sua relação com a concordância verbal em P6 nos dados do PGB, observe-se a tabela a seguir:

Tabela 33 – Aplicação da marca de plural em P6 segundo o paralelismo oracional no *corpus* do PGB

Paralelismo oracional	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
SN com marca de plural	600/632	95%	.68
SN sem marca de plural	12/25	48%	.15

Fonte: Autora desta pesquisa.

Para o fator paralelismo oracional verificamos que em contextos de SN há o predomínio da marca de plural no PGB (.68), mas também nas outras duas variantes esse fenômeno incide positivamente para o PA (.51) e para o PST (.67).

Ainda investigando a morfologia de flexão verbal no PGB, selecionamos a variável tipo de verbo, controlando a correlação de verbos inacusativos, transitivos, intransitivos e copulativos com a concordância verbal, conforme apresentado no quadro a seguir:

Tabela 34 – Distribuição dos dados sem marca de plural em P6, segundo o tipo de verbo no *corpus* do PGB

Tipo de verbo	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Inacusativos	24/316	7,5%	.65
Intransitivos	5/189	2,5%	.48
Transitivos	46/1525	3%	.39
Copulativos	16/463	3,5%	.63

Fonte: A autora desta pesquisa.

Verificando os pesos relativos no quadro acima, a hipótese de que verbos inacusativos (.65) e copulativos (.63) são ambientes mais propícios à não-concordância verbal no PGB se confirma. Da mesma forma, os dados do PA corrobora a hipótese apresentada para intransitivos com peso (.60), no entanto destoa quanto aos verbos transitivos (.40) que são favorecedores da não marcação plural na variante angolana. Isso ocorre com o PST que se aproxima tanto do PGB quanto do PA em relação aos verbos inacusativos, porém segue a incidência de não marcação verbal como o PA em verbos transitivos (.32).

Sobre a variável sexo demonstrou que os homens (.44) estão realizando menos concordância do que as mulheres (.58). Portanto, tal incidência assemelha-se com os dados ocorridos nas outras variantes. Assim, atestando que as mulheres realizam mais concordância que homens nas três variedades africanas.

Tabela 35 – Aplicação da marca de plural em P6 segundo sexo no *corpus* do PGB

Sexo	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
------	-------------	------------	---------------

Masculino	314,34/806	39%	.44
Feminino	331/703	17%	.58

Fonte: Autora desta pesquisa.

O resultado acima pode ser explicado pelo que defende Romaine (1999) ao observar que as mulheres possuem mais consciência da pressão exercida pelas normas locais em relação ao uso da gramática padrão e também do status a ser ascendido na sociedade guineense. Gomes (2016) reflete sobre as funções exercidas pela mulher guineense

A maior parte das funções exercidas pelas mulheres correspondia aos trabalhos socialmente considerados como tipicamente “femininos” no quadro da divisão sexual do trabalho. Todavia, houve um esforço notável no sentido de integrar as mulheres nas estruturas políticas já numa fase mais avançada do processo. A formação política e técnica das meninas era uma das formas consideradas importantes para alcançar tal objetivo. Esse objectivo foi, em certa medida, conseguido. A partir de 1972, algumas mulheres passaram a fazer parte dos órgãos políticos do PAIGC e dos tribunais populares como membros de júri. (GOMES, 2016, p.82)

Como podemos notar a mulher guineense está inserida num contexto tenso de luta de sexo, como também em conquista de postos para ocupações de trabalho, delegando-as a exercer o direito igualitário dentro da sociedade. Cabe ressaltar que mesmo após a luta pela emancipação, a mulher continua vítima de um cenário de violência doméstica resultante de práticas desumanas como casamentos forçados e práticas de estupro (ROQUE, 2011). Sua condição subjulgada favorece a busca pela escolarização como forma emancipatória, talvez seja por isso que poucas delas chegam ao ensino superior. Por isso, que primar pela forma padrão da língua seria uma forma de a mulher ascender na sociedade guineense.

Em linhas gerais, sintetizamos aqui alguns fatos que parecem apontar para a confirmação da hipótese segundo a qual sujeitos plenos tendem a ocorrer mais no PGB pela possível influência do crioulo guineense que é a língua materna dos falantes:

- a) em Guiné-Bissau, os falantes tiveram que aprender o português em contextos de instrução formal e são poucos os que têm acesso à educação (BARBOSA, 2011; SANI, 2014; SAMPA, 2015; MORGADO, 2016). Segundo Couto e Embaló (2010, p. 47-48),

O português até hoje não é praticamente falado como língua vernácula na Guiné-Bissau. Ele só é adquirido como língua primeira, materna, por uma insignificante franja de filhos de guineenses que, tendo estudado em Portugal ou no Brasil, adotaram-no como língua de comunicação familiar, ou por filhos de casais mistos de guineenses com falantes de português de outras nacionalidades. É também o caso de filhos de portugueses residentes na Guiné-Bissau ou, então, de filhos de outros estrangeiros que por um motivo ou outro falem português em casa.

- b) A regra de concordância verbal nos dados escritos do PGB é variável, assim como o PST. Já o PA por apresentar a CV semicategórica assemelha-se ao PE (BRANDÃO; VIEIRA, 2012a);
- c) fato da P6 favorece o sujeito pleno em duas variedades africanas do Português: o PA (95%) e o PST (92%); já no PGB, o fenômeno ocorre na P4 (89%). O fato dessas variedades estarem “no meio” entre o PB e o PE parece apontar para uma característica própria da sintaxe das três variantes africanas do Português investigadas aqui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta que este estudo contemplou uma análise contrastiva entre três variedades africanas do português, a saber: o PA, o PST e o PGB, fez-se necessário o conhecimento da realidade linguística de cada país, que difere, e muito, do Brasil e de Portugal. A situação multilíngue dos países africanos em análise implica considerar que as variedades africanas do português convivem simultaneamente com as línguas étnicas, como é o caso de Angola, Guiné-Bissau e São Tomé iniciado desde o processo de colonização, valendo referir que o português em São Tomé tem muito mais status de uma L1 (PEGADO, 2018; GONÇALVES, 2012, 2015; ARAÚJO, 2011, 2013; BRANCO, 2012), ao contrário do que se observa nos outros dois países em que é considerada uma L2 (ZAU, 2011; HAGEMEIJER, 2014, BACHMAN, 2014; MANUEL, 2015; GASPAR, 2015; COSTA, 2016)

É certo que independente de seu *status* como L1 e L2, os dados escritos do PA (3.753 ocorrências) e do PST (4.164 ocorrências) apresentam um comportamento similar: sujeitos nulos são mais frequentes que os plenos, embora essa frequência esteja abaixo do que é observado na variedade europeia do português. No caso do PGB (2.875 ocorrências), distancia-se do PA e do PST, pois sujeitos plenos são mais frequentes, aproximando-se muito mais do PB quando observada a pesquisa de Duarte (1995, 2000). Os resultados quantitativos mostram que o PA tem 48.7% de sujeitos plenos e 51, 3% de sujeito nulo; o PST, 53% de sujeitos nulos e 47% plenos, em por fim o PGB apresenta um resultado muito diferente das demais variedades, pois nos mostra 20% de nulos contra 80% de sujeitos plenos, o que implica dizer que o PGB se afasta muito do que se tem observado para a variedade europeia do português em que sujeitos nulos são bastante produtivos (LUEGI, 2014; CAVALCANTE, 2014; CARNEIRO, 2016; CARVALHO, 2017). Para o PGB, parece haver evidências fortes da influência do crioulo guineense sobre os dados. Isso se deve ao fraco domínio do português na educação, já que:

os alunos não percebem a língua portuguesa. Leem mas não compreendem o texto, alguns alunos não escrevem o português correto. Como é que um estudante que não escreve e nem fala correto à língua portuguesa pode compreender e interpretar um texto nesta língua? Às vezes compreendem melhor quando a explicação é na língua crioula, eu já tive essa experiência. Por vezes [...] é preciso desenhar bem as coisas para fazer alguns alunos compreender em língua portuguesa (BARRETO, 2012, p. 26).

É notório que o fraco uso de qualquer língua também contribui negativamente no desempenho da escrita. Por isso, é necessário validar o uso do crioulo na Guiné-Bissau, não apenas nas escolas, mas também nas instituições do Estado, se estendendo a outros segmentos sociais; já que é a língua utilizada pela maioria dos falantes. Assim, urge uma política linguística para inserir o ensino bilíngue neste país.

Em linhas gerais, os sujeitos nulos são licenciados nos dados escritos dessas três variedades são favorecidos pela presença de um morfema flexional no verbo, pela referência semântica da P4 e P6, como também pelo traço semântico [-animado] do sujeito. Dessa forma, podemos perceber o efeito expressivo do favorecimento do sujeito nulo está condicionado às orações encaixadas, enquanto nos contextos de outras orações, pois a tendência é de desfavorecimento do sujeito nulo nos três contextos analisados.

Sobre a referência semântica dos sujeitos nulos e plenos, observamos a grande frequência em todas as três variedades da primeira pessoa do singular e da terceira pessoa do plural. Esse resultado nos parece previsível dada a própria natureza do texto dissertativo e das temáticas das redações.

Para a variável linguística posição do sujeito, constatou-se que no PA, ao contrário do PB, apresenta sujeitos pós-verbais com todos os tipos de verbos, destoando no PST, pois não houve tal fenômeno. Caso houvesse alguma restrição, seria esperado que os vestibulandos só produzissem esses sujeitos em contextos monoargumentais, em específico, contextos com verbos inacusativos como ocorre em PB (cf. BERLINCK, 1989; 2000). Sobre o PGB, não há ocorrências de sujeitos pospostos ao verbo com nenhum tipo de verbo, isso sugere a influência do crioulo guineense (CG). Isso pode denotar que não são comuns sujeitos pospostos no CG, já que esta é uma língua do tipo SVO, [-sujeito nulo] e [-objeto nulo]. Diferentemente do português europeu, que possui uma rica morfologia verbal, os verbos do CG não apresentam flexão. Portanto, esse resultado parece evidenciar a forte influência desse crioulo no PGB.

Com base na variável de morfologia verbal, observamos, a nos dados em análise que, ao contrário do PB que possui um AGR enfraquecido (DUARTE, 1995, 2000; GALVES, 2001; TAVARES SILVA, 2004), as três variedades africanas do português em análise caracterizam-se por possuir um AGR rico (MOTA, MIGUEL; MENDES, 2012), tendo como base as propostas de Roberts (1993) e Galves (2001). Cabe ressaltarmos que apesar das autoras afirmarem isso para os falantes com maior escolarização, esta pesquisa não elegeu a variável escolarização, pois os estudantes já possuem-na uma vez que são oriundos da educação Básica em uma maior escolarização. No capítulo 4, a regra de concordância verbal

mostrou-se variável para o PGB e o PST conforme o PB, enquanto o PA é como semicategórica segundo o PE. Além disso, destacamos o contexto multilíngue e que tendem a distanciar, de certa maneira, as variedades africanas do seu “modelo de aquisição” – o PE – segundo estudos revelam a alta preferência dessa variedade pelo uso das marcas de plural, independente de estrato social ou escolaridade (VIEIRA; BAZENGA, 2015; VIEIRA; BRANDÃO; GOMES, 2015; BRANDÃO; VIEIRA, 2012). Sobre a duplicação do sujeito, foram identificadas ocorrências no PA e no PST, no entanto, o PGB não apresentou tal contexto. Um fato curioso é que todos esses sujeitos ocorrem com a terceira pessoa nos dados escritos, tal como se observa em dados orais do PB, do que ocorre em dados orais do PA e do PST analisados por Tavares Silva, Carvalho e Ziober (2017) que apresentam tal fenômeno contrariamente em traço de 1ª pessoa. Podemos sugerir que a ausência de duplo sujeito no PGB pode está associado ao gênero textual “redação escolar” (contexto de língua escrita formal), como também a interferência do crioulo guineense na língua escrita. Para Guiné-Bissau a crise com relação às políticas linguísticas permanecem sendo um grande problema para educação, pois concorrem entre si de um lado o crioulo no seio familiar e o português no contexto escolar. Outro fato é a falta de profissional e técnicos que possuam proficiência nas duas línguas (SAMPA, 2015). Quanto ao fenômeno do sujeito nulo nas variedades africanas do português sinaliza que a morfologia de flexão verbal não é fator determinante para a incidência de deste fenômeno linguístico. Isso se deve a questões de interferência linguística atribuída às línguas étnicas que “espelham” uma gramática particular, mesmo que com lampejos do PB e do PE.

Os resultados referentes à variável sexo/gênero mostraram que no PA e no PST as mulheres usam mais a variante padrão relacionada à concordância verbal, indo na direção do que verificam outros estudos sociolinguísticos (OLIVEIRA; SCHEERE, 1996; ARAÚJO, 2014; OKOUDOWA, 2015). Já no *corpus* do PGB, verifica-se o inverso, uma vez que são os homens que usam mais a variante padrão. A grosso modo, o contexto do PA e PST pode ser justificado devido ao fato de as mulheres serem mais conservadoras em relação a formas mais prestigiadas (PAIVA, 1996), quanto ao PGB o contexto conservador da língua está associada à premissa da luta emancipatória das mulheres guineenses. Pois, o contexto delas é marcado por uma tensa luta de afirmação no contexto social em que a maior chaga trata-se da violência. A conquista no cenário educacional para as guineenses representa sinônimo de autonomia e emancipação, uma espécie de “lugar de fala” assimila a escolarização como caminho. Na Angola as mulheres ocupam lugar de estabilidade em formação educacional, como também em emancipação. Nesse caso, a escolarização é resultante de um papel

igualitário entre homens e mulheres no contexto social e político dessas culturas. Em São Tomé apesar de assemelhar-se à concepção igualitária de gêneros, os dados ainda ressaltam maiores índices de escolarização entre os homens.

Diante do exposto, é necessária uma reflexão sobre o tratamento das variedades africanas do Português com base na influência do multilinguismo, pois elas não são mera reprodução do PE. Sendo assim, não estaremos desconsiderando a influência de qualquer “desvio” relacionado ao uso do crioulo ou do banto. Contudo, por todos esses motivos, entendemos que as variedades africanas do português estudadas estejam, de fato, mesmo num processo de formação; o que se revela na inconstância representada nos resultados apresentados, que se assemelham de certa forma ao comportamento do PE, no entanto apresentam estruturas usualmente apontadas no PB.

Esperamos, portanto, que este estudo possa ter contribuído não só para uma compreensão de como ocorre o PSN e a morfologia de flexão nos dados de escrita de vestibulandos da UNILAB, oriundos de Angola, de Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, como também para suscitar novas questões e pesquisas em torno da morfossintaxe das variedades africanas do português que ainda são tão pouco exploradas no Brasil, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, P. S. **Tratamento morfosintático de expressão e estruturas frásicas do português em Angola: divergências em relação à norma europeia.** 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Évora, Évora, 2014.

AFONSO, B.C. **A problemática do bilinguismo e ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe.** Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa, 2008.

AFONSO, H. **Interferências linguísticas: um contributo para o ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe,** Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (Tese de Mestrado), 2009.

ALEXANDRE, N.;GONÇALVES,R.; HAGEMEIJER, T. A formação de frases relativas de PP no português de Cabo Verde e de São Tomé. In: COSTA, A.; FALÉ, I.; EBARBOSA, P.(eds.). **Textos selecionados do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística 2010.** Lisboa: APL, 2011. p. 17-34.

ALMEIDA, Norma Lucia F. de; CARNEIRO, Zenaide de O. N. 2009. O sujeito. In.:Oliveira, Klebson & Lobo, Tânia (org). **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX.** 70-89. Salvador: EDUFBA, 2009.

ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. **Sujeito Nulo e Morfologia Verbal no Português falado em três comunidades rurais da Bahia.** 2005. 315f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Bahia, 2005.

AMORIM, C.; SOUZA, C. **Gramática da Língua Portuguesa.** Porto: Aval Editores, 2013.

AO, S. S. H. **Aquisição da morfologia verbal do português europeu: um caso de aprendentes de chinês-L1.** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de doutorado. Universidade de Macau, 2013.

APRESENTAÇÃO, Paula; RODRIGUES, Alexandra; Teixeira, Carlos. **Influência do crioulo forro na escrita do português nas crianças em idade escolar em São Tomé e**

Príncipe. Encontro de Investigadores: Universidade de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe, 2015.

ARAÚJO, C. B. **A construção no discurso escolar.** Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás – Faculdade de Letras, Goiânia, 2013. 142f.

ARAÚJO, E. As construções de tópico. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. **O português afro-brasileiro.** Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 231-250. ISBN 978-85-232-0875-2.

ARAÚJO, G. A.; AGOSTINHO, A. L. S. Padronização das Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. **Rev. Línguas** ed. 26 art. 03 , 2006.

ARAÚJO, S. S. F. **O uso variável da concordância verbal no português do Brasil (PB) e no português de Angola (PA): a história externa em foco.** In: Colóquio da Lusofonia, 13., e Encontro Açoriano, 5., 2010, Florianópolis. Atas do... Florianópolis, 2010.

ARAÚJO, Agostinho. The gulf of guinea creoles: genetic and typological relations. **Journal of Pidgin and Creole Languages** 26(1): 111-154, 2011.

ARAÚJO, S. S. F. A concordância verbal nos continua sociolinguísticos do português brasileiro e do luandense. **Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 24, n. 1, p. 25-46, 2016.

ARAÚJO, S. S. F.; LUCCHESI, D. **Um estudo contrastivo sobre a concordância verbal em Feira de Santana e em Luanda.** *Papia*, v. 26, n. 1, p. 71-99, 2016

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa.** São Paulo: Publifolha, 2008.

BACELAR DO NASCIMENTO et al. **Corpus África: as cinco variedades africanas do português.** XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, p. 373-384, 2008.

BACHMAN, A. C. S. **O multilinguismo no contexto escolar da Guiné-Bissau**. Trabalho de Conclusão de Curso- Pedagogia – Universidade de Brasília – Faculdade de Educação, Brasília, 2014.

BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipótese. In LAGARES, X. C.;

BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguístico**. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, Marcos. Tradução: espelho da mudança? Mafalda responde. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, [S.l.], v. 57, n. 1, p. 21-48, mar. 2018. ISSN 2175-764X. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651780>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BANDEIRA, M. **Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné**. 2017. 437f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARBOSA, G. M. Educação para todos na Guiné-Bissau – **Que princípios metodológico-didáticos para a aula de Língua Portuguesa?**, 2011 – Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2996/1/Barbosa_Bizarro_COOPEDUI_2.8.pdf Acesso em 14 dez. 2018.

BARBOSA, J. A. **Língua e desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras. Mestrado em Língua e cultura portuguesa, 2015. 117p.

BARBOSA, P.; DUARTE, E. L.; KATO, M. A. A distribuição do sujeito nulo no português europeu e no português brasileiro. IN: CORREIA, C. N. & GONÇALVES, A. **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: Colibri Artes Gráficas, 2001. p.539-550.

BARBOSA, P. A new look at the null subject parameter. In: COSTA, J. et al. (eds.). **Proceeding of Con SOLEIV**. Leiden, nov. 1996. p. 375-395.

BARRETO, M. A. **Reformas recentes no sistema educativo da Guiné-Bissau: compromisso entre a identidade e a dependência.** ICT - Instituto de Investigação Científica Tropical e ISCSP. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa UTL. Lisboa: 2012.

BASSANI, Indaiá de Santana. **Fundamentos linguísticos: bilinguismo e multilinguismo.** São Paulo: UNIFESP, 2015.

BASTOS, N.M.O.B. **Língua Portuguesa: lusofonia — memória e diversidade cultural.** São Paulo: EDUC/IP-PUC/SP-FAPESP, 2008.

BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A Relevância dos Processos de Pidginização e Crioulização na Formação da Língua Portuguesa. In: **Estudos Linguísticos e Literários.** Salvador. Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, n.19, 1997, p. 65-84.

BAXTER, A. N. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulização prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In: D'Andrade, Ernesto e Kihm, Alain (Eds.). **Actas do Colóquio sobre 'Crioulos de Base Lexical Portuguesa'**, p. 7-35. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

BAXTER, A. N. The development of variable NP plural agreement in a restructured African variety of Portuguese. In: Escure, Geneviève; Schwegler, Armin (Org.). **Creoles, 49A CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEL NO PORTUGUÊS DOS TONGAS Contact and Language change: Linguistics and social implications**, Vol. 27, p. 97-126. 1 ed. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 2004.

BAXTER, AN. Concordância verbal. In LOBO, T., and OLIVEIRA, K., orgs. **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 317-337. ISBN 978-85-2320-888-2.

BAZENGA, A. **Concordância Verbal e variantes de 3ª pessoa do plural em PE: Resultados preliminares de um estudo sociolinguístico com base numa amostra de Português Falado no Funchal.** Pluricentric Languages Conference Proceedings.

CatholicUniversity. Braga, set. 2010.

BAZENGA, A.; VIEIRA, S.A **concordância de terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português**, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308012054_A_concordancia_de_terceira_pessoa_plural_padroes_em_variedades_do_Portugues Acesso em 04 dez.2018.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENSON, C. **How multilingual African contexts are pushing educational research and practice in new directions**. Language and Education, 2010. 24(4), 323-336. doi: 10.1080/09500781003678704.

BERLINCK, R. de A. **A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia**. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1988.

BERLINCK, R. de A. “ A construção V SN no Português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem”. IN: Tarallo, F. (org.) **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas, Pontes, 1989.

BICKERTON, D. **Recent developments in formal linguistics and their relevance to acquisition studies**. 1989 DELTA 5:51-70.

BORER, H. & K. WEXLER (1987) The maturation of grammatical principles. In: Roeper, T. & E. Williams (eds) **Parameter setting**. Dordrecht: Reidel, 1987.

BORGES, Patrícia de Souza. **Línguas africanas e português brasileiro: análise historiográfica de fontes métodos de estudos no Brasil (séc. XIX – XXI)**. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015. 239 p.

BORTONI-RICARDO, Stella M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BRADBURY, Jack W.; VEHCAMP, Sandra L. **Principles of Animal Communication**, 2ª Ed. Editora: Keshner, 2011 . 697 p. Sinauer Associates Inc. Disponível em <http://sites.sinauer.com/animalcommunication2e/>. Acesso em 03 Out. 2018.

BRAGANÇA, B. C. L. **Aquisição de morfologia de flexão verbal por crianças bilíngues e/ou não tem o português com Língua Materna**. Projeto de Mestrado em Perturbações da Linguagem. Universidade Nova Lisboa – Faculdade de Ciê, Lisboa, 2013. Ciências Sociais e Humanas

BRANCO, L. C. A cooperação portuguesa em São Tomé. **Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica**, 571-578 © 2012, Lisboa Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), ISBN: 978-989-732-089-7 Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), ISBN: 978-989-742-002-3, 2012.

BRANDÃO, S. F. VIEIRA, S. Réalité sociolinguistique brésilienne et géolinguistique pluridimensionnelle. In: **LE SYMPOSIUM INTERNATIONAL SUR LES LIMITES ET LES AIRES EN DIALECTOLOGIE**, 2010, Lisboa. Anais... Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 2010. No prelo.

BRANDÃO, S. F. **O cancelamento da marca de número nominal na variedade urbana não standard do Português de São Tomé**. Documentos del XVI Congreso Internacional de la ALFAL. CD-Rom. Alcalá de Henares: ALFAL, 2011.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. **A concordância verbal e nominal no português do Brasil e no português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística**. *Papia*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 7-40, 2012a.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. **Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português**. *Alfa*, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 1035-1064, 2012b.

BRANDÃO, S.F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa, rev. linguíst. (São*

José Rio Preto) [online]. 2012, vol.56, n.3, pp.1035-1064. ISSN 1981-5794. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-57942012000300013>.

BRAVIN DOS SANTOS, A. M. **O sujeito anafórico de 3ª pessoa na fala culta carioca: um estudo em tempo real**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

BRAVIN DOS SANTOS, A. M. **O português moçambicano entre o português brasileiro e o português europeu**. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 12(1), p. 27-39, 2010.

BUTHERS, Christiane Miranda e DUARTE, Fábio Bonfim. **Português brasileiro: uma língua de sujeito nulo ou de sujeito obrigatório?** 2012. p. 65-66.

CÁ, V. J. B. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FAE - UFMG, Belo Horizonte. 2015. Disponível em: . Acesso em: 1 set. 2018.

Cadre Europeen Commun de Reference pour les Langues: apprendre, enseigner, evaluer – CECRL (2000). Disponível em: <<https://www.coe.int/fr/web/common-european-framework-reference-languages>> . Acesso em: 1 set. 2018.

CALAZANS, P. C. **A marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português de contato dos Guarani do Espírito Santo** – Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2018. xix 148 fls. Orientadora: Christina Abreu Gomes. Tese (Doutorado) UFRJ, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2018.

CAMACHO, Roberto. **Interação entre paralelismo formal e escolaridade na marcação de número**. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 2016. 58. 461. 10.20396/cel.v58i3.8647219.

CAMPOS, V. M. **As marcas de crioulos de São Tomé na narrativa de Fernando Reis**. *Revista Lumen et Virtus*, vol. 1, n.1 – Jan/2010 p.85-105.

CANDÉ, F. **A Língua portuguesa na formação de professores do ensino básico da região de Bafatá, na Guiné-Bissau**. 2008. 112f. Dissertação de Mestrado – Universidade Nova de

CANIATO, B. J. **Língua Portuguesa e Língua crioulas nos países africanos**. Via Atlântica/ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. n.5 (2002) – São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2002, p.129-137.

CARDOSO, Hugo C.; HAGEMMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. **Crioulos de base portuguesa**.p.666-687.Disponível

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/30870/1/Cardoso_Hagemmeijer_Alexandre2015-Antologias_crioulos.pdf Acesso em 15 Ago 2018.

CARIOCA, C. R. **A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando s dificuldades da comunicação** – 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v15n1/1984-6398-rbla-15-01-00131.pdf> Acesso em: 23abr.2017.

CARNEIRO, A. S. **O preenchimento do sujeito de primeira pessoa feirense**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana – Feira de Santana, 2016. 114f.

CARREIRA, A. **O Crioulo de Cabo Verde, Surto e Expansão**. 2. ed. Lisboa: Autor, 1984.

CARRILHO, E. Ainda a unidade e diversidade da língua portuguesa: a sintaxe. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/33763> . Acesso em: 10 out. 2018.

CASSAMA, D. J. L. S. **Amílcar Cabral e a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UNESP, Araraquara – SP, 2014.

CARVALHO, D.; BRITO, D. Pronomes nulos e referência no português afro-brasileiro. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**. 2014 18. 23-43.

CARVALHO, Nildemir Ferreira de. **Semântica gramatical: a significação dos pronomes**. Revista Alfa. São Paulo, 28: 42-62, 1984.

CARVALHO, G. A. **A concordância verbal no português europeu: variação e preenchimento do sujeito.** Revista Alfa, São Paulo, 57 (1): 81-98, 2013.

CARVALHO, J. Diferentes tipos de sujeitos nulos no português brasileiro. **ReVEL**, vol. 16, n. 30, 2017. [www.revel.inf.br]

CARVALHO, S. A. S. Crioulização Africana e Africanização crioula: um debate em perspectiva. **Revista Q** - v.3, n.3, 2016. ISSN 1808-6233

CASTILHO, A. T. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. **Revista de Linguística**, vol. 38, 1994 – ISSN **1981-5794**.

CASTILHO, A.T. **Nova Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CASTRO, P. P. **AS construções interrogativas, de tópico e de foco na língua crioula de Guiné-Bissau.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do rio de Janeiro, Faculdade de Letras. Departamento de Linguística e Filologia, 2013. 192 p.

CASTRO, P.P. **O redobro de pronomes no crioulo guineenses.** Revista Linguística Rio, vol.1, n. 1, out 2014 –ISSN: 2358-6826.

CAVALCANTE, Rerisson. Complementos dativos sem preposição no dialeto mineiro. **ReVEL**, vol. 7, n. 12. [www.revel.inf.br], 2009.

CAVALCANTE, V. M. R. **O sujeito nulo no Maranhão.** Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. 203 f.

CAVELT, L. J. **Linguistique et colonialisme: petit traité de glottofagie.** Paris: Payot, 1974.

CAVELT, L.J. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CAZANOVA, I. **Linguística constrativa.** São Paulo: Universidade Católica Editora, 2006.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. revisada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHAVAGNE, J. P. **La langue portugaise d'Angola: étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais**, tese de Doutorado, Lyon, Université Lumière, 2005.

CHICUMBA, M.S. **A formação de professores de português, Língua Segunda (PL2) em Angola: o caso da universidade Katyavala Bwila/Benguela**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal, 2012.

CHIMBUTANE, F. **Rethinking bilingual education in postcolonial contexts**. Clevedon, Avon: Multilingual Matters, 2011.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. 2. ed. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. **Knowledge of language: its nature, origin and use**. Nova Iorque: Praeger, 1986.

_____. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Trad. Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: UNESP, 2005.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I.; MARTINS, M. A.ntonio; COSTA, S.i; MAFRA, G. O estatuto das construções monoargumentais no PB: por trás das frequências. In: Paulino Vandresen. (Org.). **Variação, Mudança e Contato Lingüístico no Português da Região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2006, v., p. 205-225.

COELHO, T. S. **Variação na concordância verbal no português da comunidade de Almojarife – São Tomé (África)** – Dissertação de Mestrado do programa de Pós-graduação em língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2015. 92 p.

COSTA, P. M. **Descrição fonológica do crioulo guineense**. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

COUTO, H.; EMBALÓ, F. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP**. PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico, v. 20, n. 1, p. 11-253, jan./dez. 2010.

COUTO, H. H. O crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas. **Revista Linguística**, 2015 - ISSN 29. 10.4312/linguistica.29.1.107-128

COUTO, H. H. Português em contato: o português e o crioulo na Guiné-Bissau, in: Ana Maria Carvalho (ed.), **Português em contacto**, Madrid/Frankfurt am Main, Iberoamericana/ /Vervuert, 2009, p. 53–66.

COUTO, H. H. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Hamburg: Buske, 1994.

COUTO, H. H. **Lançados, grumetes e a origem do crioulo português no noroeste africano**. Actas do Colóquio sobre “Crioulos de base lexical portuguesa. Lisboa: Colibri, 1992, p.109-122.

COUTO, H. H. do. **Política e planejamento linguístico em Guiné-Bissau**. Papiá, Brasília. V. 1 , 1990. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/issue/view/26>.

COUTO, H.; MELO, M. A.C. R. Os compostos no crioulo português da Guiné-Bissau. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/50994228> Os compostos no crioulo português da Guiné-Bissau Acesso em 25 jan.2019.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Breve Gramática do português contemporâneo**. Lisboa: Joao Sa de Costa, 1999.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). **Brazilian Portuguese and**

the Null Subject Parameter. Madrid : Iberoamericana, 2000, p. 55- 73.

DAMASO VIEIRA, M.;PEREIRA DE CASTRO,P. Identificando os núcleos aplicativos baixos no crioulo guineense e no tupinambá (família tupiguarani). **Revista Linguística**, 2017. 13. 286. 10.31513/linguistica.2017.v13n2a14037.

D'APRESENTAÇÃO, P. G.B.V. **Influência do crioulo Forro na escrita do Português na crianças em idade escolar em São Tomé.** Master's thesis, Universidade de Bragança, 2013.

DE PAULA, R. R.; DUARTE, F. B. **Diversidade Linguística em Moçambique – 2015.** Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/fbonfim/pdf/diversidade_linguistica_mo%C3%A7ambique.pdf
Acesso em 23 mar. 2017.

DI EUGENIO, B. **Centering in italian.** University of Pittsburgh/Carnegie Mellon University, 1996.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **2.ª fase: maioria dos alunos do 9.º ano chumba a português e matemática.** Disponível em: < <http://www.dn.pt/sociedade/interior/2a-fase-maioria-dos-alunos-do-9o-ano-chumba-a-portugues-e-matematica-5323386.html>>. Acesso: 21 dez. 2018.

DJALÓ, I. **Contribuição para uma reflexão: educação, multilinguismo e unidade nacional.** Soronda, Bissau, n. 3, 1987. Disponível em: . Acesso em: 30 set.2018.

DUARTE, E. O papel da sociolinguística no (re)conhecimento do português brasileiro e suas implicações para o ensino. **Revista LETRA**, p. 15-10, 2013.

DUARTE, M.E.L. **A Perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro.** Tese – (Doutorado em Linguística), UNICAMP, Campinas, 1995.

DUARTE, M. E. L. The loss of the „avoid pronoun“ principle in Brazilian Portuguese. *in* KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter.** Madrid : Iberoamericana, 2000. p. 17-36.

DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A.; BARBOSA, P. **Sujeitos indeterminados em PE e PB.** in CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., 2001, Fortaleza. Boletim da ABRALIN... Fortaleza: Maria Elias, 2001. v.26. p.405-409.

DUARTE, M. E. L. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. Em M. da Conceição Paiva & M. E. L. Duarte (orgs.) **Mudança linguística em tempo real.** Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2003. pp. 115-128.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Avanço no estudo da mudança sintática associando a Teoria da Variação e Mudança e a Teoria de Princípios e Parâmetros. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 57, n. 1, p. 85-111, ago. 2015. ISSN 2447-0686. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641473>>. Acesso em: 02 fev. 2019. doi:<https://doi.org/10.20396/cel.v57i1.8641473>.

DUARTE, M. E. **Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil.** In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p.107-128.

ECKERT, P. Age as a sociolinguistic variable. In: COULMAS, F. *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997. p. 151-167.

EDWARDS, John. Foundations of Bilingualism. In: Bhatia, Tej K; Ritchie, William C. **The Handbook of Bilingualism**. Maiden, MA.:Blackwell, 2006, p. 7-31.

EMBALÓ, F. O Crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional. **Papia**, São Paulo, v.18, p.101-107, 2009. Disponível em: <http://abecs.dominiotemporario.com/ojs/index.php/papia/article/view/62/56> . Acesso em: 11 jun. 2017.

FAFINA, Danilo Mussa. **Língua portuguesa: Guiné-Bissau e Brasil um caso de variação linguística.** p. 1-13, 2011. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/ARTIGO%20DE%20DANILDO%20II%20CIDS.pdf>>. Acesso: 22 dez. 2018.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARIA, R. F. N. **O fenômeno da delicadeza linguística em Português e em inglês**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais Humanas, 2009.

FELIX, S. Maturational aspects of Universal Grammar. In: A. Davies; C. Crippen & A. Howatt (eds) **Interlanguage**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1984.

FIGUEIREDO, C.F. G. A concordância variável no sintagma nominal plural do português reestruturado de Almojarife. **Papia** 18. 23-43, 2008.

FIGUEIREDO, C. F. G. **A concordância variável no sintagma nominal plural do Português reestruturado de Almojarife (São Tomé)**. Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola, Lisboa, v. 1, n 1, p. 28-55, 2009.

FIGUEIREDO, C. F. G. **A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de Almojarife, São Tomé (Desenvolvimento das regras de concordância variáveis no processo de transmissão-aquisição geracional)**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Macau – Macau, 2010.

FIGUEIREDO, C.; OLIVEIRA, M. S. D. de. Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. **Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares**, 23(2), 2013. 105-185. Recuperado de <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2078/1916>

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. **A posição sujeito no português brasileiro**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FONSECA, M.; SUELELA, D. J. L. **Complementação finite no português de Angola: para uma gramática**. Confluência. 2 122. 10. 18364/rc. V.2153-203, 2017.

FONSECA, S. P. B. **Aquisição e Aprendizagem da Referência nominal no context do**

Português – Língua não-materna na Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Aquisição e desenvolvimento da linguagem) da Universidade Aberta, Portugal, 2012.

FONTÃO, M. F. onseca. “Multiculturalismo e Plurilinguismo”. In **Quiosque das letras**, 2011, Disponível em: <www.quiosquedasletras.blogspot.com/...multiculturalismoeplurilinguismo>. Acesso em 07abr.2018.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Veja/Passagens, 1992.

FREITAS, S. **Contribuições linguísticas cabo-verdiana e sefardita na formação do Papiamentu.** 2016. 669f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

GALLO, S. L. **Como o texto se produz: uma perspectiva discursiva.** Blumenau: Nova Letra, 2008.

GALVES, C. M. C. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro, in Roberts e Kato (eds.) **Português Brasileiro, uma viagem diacrônica**, Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

GAMEIRO, M. B. **A variação de concordância verbal na terceira pessoa do plural em redações escolares do ensino fundamental e médio.** Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Letras – Araraquara – SP, 2009, p.222.

GASPAR, S. I, N. P. **A Língua Portuguesa em Angola –Contributos para uma metodologia de Língua Segunda** – Dissertação (Mestre em Ensino de Língua portuguesa como Língua segunda e estrangeira) – Universidade de Nova Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2015.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder.** São Paulo: Martins Fonte, 1985.

GOODLUCK, H. **Language Acquisition: a linguistic introduction**, Blackwell Publishers, Oxford, 1991. caps. 1 e 6

GOMES, S. F. **Relações entre língua oficial e línguas locais na escola: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em português**. 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FAE - UFMG, Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9N5LDM>>.. Acesso em: 1 set. 2018.

GONÇALVES, M. F. H. S. L. **Para uma redefinição do parâmetro do sujeito nulo**. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

GONÇALVES, P. **A formação de variedades africanas do português: argumentos para uma abordagem multidimensional**, Congresso A Língua Portuguesa Presente e Futuro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. O português em África, in: Eduardo B. Paiva Raposo et al. (orgs.), **Gramática do Português**, vol. 1, cap. 7, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p.157–178.

_____. Mudança linguística e variação no português de São Tomé. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL “SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÓNICA E SINCRÓNICA”**, Lisboa, 2012. Actas... Lisboa: AULP, 2012, p. 413-430.

_____. **Aspectos morfosintáticos da gramática do português de Moçambique: a concordância nominal e verbal**. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (orgs.) Cuadernos de la Alfal 7, 2015, p. 9-16.

GONÇALVES, R. A preposição a no português oral de S. Tomé. In **Textos Seleccionados do XXV Encontro da APL**. Lisboa: Colibri, 2013a.

GONÇALVES, R. Mudança linguística e variação no português de São Tomé. **Actas do**

Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica (2012), 413-430© 2012, Lisboa Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL), ISBN: 978-989-732-089-7 Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), ISBN: 978-989-742-002-3

GONÇALVES, R.; HAGEMEIJER, T. O português num contexto multilíngue: o caso de São Tomé e Príncipe. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, Série: Letras e Ciência Sociais., 2015 – ISSN: 2307-3918.

GONÇALVES, R. M. G. **Propriedades de subcategorização verbal no português de S. Tomé**. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Lisboa. 2010.

GONÇALVES, R. **A colocação dos pronomes clíticos no português oral de s. tomé: análise e discussão de contextos numa perspectiva comparativa**. Ms. 2009.

GREENBERG, J. H. Classificação das línguas em África. In KI-ZERBO, J. (org.). **História de África 1: Metodologia e pré-história da África**. 2ed. Brasília: UNESCO, 2010.

GROLLA, E.; SILVA, M. C. F. **Para conhecer Aquisição da linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

GUILFOYLE, E. & M. NOONAN. **Functional categories and language acquisition**. Paper presented at the 13th annual Boston University Conference on Language Development, 1988.

GUILHERME, A. R. B.; LARA, V. **Quão cortês é você? O pronome de tratamento você no PE**. LaborHistórico. 1. 167.10.24206/1h.vli2.4801, 2016.

GUY, G. R. **Linguistic Variation in Brazilian portuguese: aspects of the Phonology, Syntax, and Language History**. Ph.D. Dissertation, University of Pennsylvania., 1981.

HAEGEMAN, L. Introduction: on the interaction of theory and description in syntax. *in* HAEGEMAN, L. (Ed.). **The new Comparative Syntax**. London, New York: Longman, 1997.p.1-32.

HAGEMEIJER, T. **As línguas de São Tomé.** 2009. Disponível em: <https://www.um.edu.mo/fah/ciela/rcblpe/doc/As%20Linguas%20de%20S%20Tome%20e%20Principe.pdf> Acesso e 03 abr.2017.

HAGEMEIJER, T. The Gulf of Guinea creoles: Genetic and typological relations, **Journal of Pidgin and Creole Languages** 26:1,2011. p. 111–154.

HAGEMEIJER, T. The Gulf of Guinea creole corpora, in: Proceedings of the 9 thLREC conference. In **Proceedings of the Ninth International Conference on Language Resources and Evaluation –LREC’14**, May 26–31, Reykjavik, Iceland, 523–529, 2014.

HAGEMEIJER, T. The Gulf of Guinea creoles: A case-study of syntactic reconstruction. In Carlotta Viti (ed.), **Perspectives on historical syntax.** John Benjamins:Amsterdam, Philadelphia, 2015.

HAGEMEIJER, Tjerk. **O português em contacto em África,** 2017. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31040/1/Hagemeijer2016%28MLP%29.pdf> . Acesso em 18Ago 2018.

_____. HAGEMEIJER, T. **As línguas de S. Tomé e Príncipe.** Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola, v. 1, n. 1, p. 1-27, jan./dez. 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOLM, J. **Pidgins and Creoles.** Cambrigde: Cambrigde University Press, 1988.

HOLMBERG, A.; NAYUDU, A. & SHEEHAN, M. **Three partial null subject languages: a comparison of Brazilian Portuguese, Finnish and Marathi.** Studia Linguistica, v. 63, n. 1, p. 59-97. 2009.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de. Janeiro, Ed. Objeti- va, 2011.

HUANG, J. C. T. Pro-drop in Chinese: a generalized control theory. In: JAEGGLI, O.; SAFIR, K. J. **The null subject parameter**. Dordrecht, London : Kluwer Academic Publishers. p. 185-214, 1989.

INE. **Portal de Dados de STP. São Tomé**: INE. 2011. Disponível em . m <http://www.ine.st/nacionais_RGPH_2012.html>. Acesso em: 1 de setembro de 2018.

INE. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2012**. Luanda: INE - Instituto Nacional de Estatística, Gabinete Central do Censo, Subcomissão de Difusão de Resultados.

INTUMBO, I. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Línguas em Contacto: Pidgins, Crioulos e Semi-Crioulos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

INVERNO, L. **A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística** Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/32154> DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0339-1_9 Acesso em 10 Abr. 2018.

INVERNO, L. **Contact-Induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola** –Evidence from Dundo (Lunda Norte). (Tese de Doutoramento). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, 2009.

INVERNO, L. **Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola** Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2011.

JAEGGLI, O; SAFIR, K. The null subject parameter and parametric theory. In: O. Jaeggli & K. Safir (eds) **The null subject parameter**. Dordrecht: Kluwer, 1989.

JON-AND, Anna. **Variação, contato e mudança linguística em Mocambique e Cabo Verde**. Stockholm: Stockholm University, 2011.

JORGE, M. Nação, identidade e unidade nacional em Angola: conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano. In **Revista Latitudes**.nº28, 2006.

KAPETULA, J. **Interpretação de sujeitos nulos no português de Angola**. Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa, Lisbon, 2016

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. **Restrições na distribuição de sujeitos nulos no português brasileiro**. Revista Veredas. v. 18, 1, p. 1-22. 2014

KATO, M. A. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; & NEGRÃO, E. V. (eds.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Madrid: Vervuert, Iberoamericana, 2000. p. 223-258.

KATO, M. A. **Sintaxe e aquisição na teoria de Princípios e Parâmetros**. Letras de Hoje, 1995.

KENEDY, E. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Contexto, 2013.

KI-ZERBO, Josef. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2ed. Rev. Brasília: UNESCO, 2010.

KOSSI, E. **Em Angola, a Língua Portuguesa de quem é? A influência do dialeto Kislongo na concordância verbo-nominal do Português de Luanda**. 10º. Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada. Anais Eletrônicos. ISSN 2238-5614, 2012. p.01-14.

KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. (Ed.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Massachusetts: Blackwell , 2003. p.699-729.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Principles of Linguistic change**. Volume II: Social Factors. Oxford: Blackwell, 2001.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). **Sociolinguistics**. The essential readings. Oxford/New York: B. Blackwell, 2003. p. 234-250.

LAPERUTA, M. **A realização do sujeito pronominal: um estudo sociolingüístico paramétrico para a cidade de Londrina** – Norte do Paraná. 2002. 138f. Dissertação (Mestrado em linguística e língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

LEBEAUX, D. Comments on Hyams. In: T. Roeper & E. Williams (eds) **Parameter setting**. Dordrecht: Reidel., 1987.

LEMA, Ivana Stolge; CARMO, Laura do (Orgs.). **História social da língua nacional 2: diáspora africana**. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

LIMA AFONSO, H. **Interferências linguísticas: Um contributo para o ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe**. Master's thesis, Universidade de Lisboa, 2009.

LIRA, S. de A. **O sujeito pronominal no português falado e escrito**. Ilha do desterro, Florianópolis, n.20, p.31-43, 1988.

LOPES, Ruth Elisabeth Vasconcellos. **Uma proposta minimalista para o processo de aquisição da linguagem: relações locais**- Campinas, SP: [s.n.], 1999. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

LOPES, C. R. dos S.; MACHADO, A. C. M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre segunda e terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. R. dos S. (Org.). **Norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005. p.45-66.

LOPES, N. **Tópicos de Concordância**. Dissertação de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

LOPES, N. S.; BAXTER, A. Os tongas: Contribuição para o estudo do português brasileira. **Anais do SILEL**, 2(2). Uberlândia: EDUFU, 2011a. Retrieved from <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/351.pdf>.

LOPES, N. S.; BAXETR, A. A concordância verbal variável no português dos Tongas. **PAPIA**, 21(1), 39-50.2011b.

LORENZINO, G. A. 1996a. Uma avaliação sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe. In: **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**, vol. II. 1-17. Lisboa: APL e Edições Colibri, 1996.

LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem**. Lisboa: Colibri, 1998.

LUCCHESI, D. **Reanálise da variação na concordância de gênero em um dialeto afrobrasileiro**. XVIII Jornada de Estudos Linguísticos do GELNE. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

LUCCHESI, D. **O tempo aparente e as variáveis sociais**. Boletim da ABRALIN, v.26, p.135-137, Número especial, 2001.

LUCCHESI, D.;BAXTER, A. 2009. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A; RIBEIRO, I.(eds.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.p. 101-124

LUCCHESI, D. **Língua e Sociedade Partidas. A Polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987. p.177 a 197.

MANE, D. **Língua, dialeto e preconceito**. 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/224566961/DJIBY-MANE-Lingua-dialeto-e-preconceito-pdf>. Acesso em 21 jun. 2017.

MANUEL, F. C. M. Aspectos do Português falado em Benguela. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras – Lisboa: 2015.

MARCELINO, Marcello. Aquisição de segunda língua e bilinguismo. **Revista Intercâmbio**, v. XXXV: 38-67, 2017. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão** . 3. ed., - São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINET, A. **Elementos de Linguística Geral**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Sá da Costa, 1985.

MARTINS, A. M. Subject Doubling in European Portuguese Dialects (pp. 179-200). In E. O. Aboh, E. Linden, J. Quer & P. Sleeman (Eds.). **Romance Languages and Linguistic Theory: Selected Papers from “Going Romance”**, Amsterdam 2007. Amsterdam: John Benjamins. (Trabalho original publicado em 2009).

MATEUS, M. H. M. **Varição e variedades: o caso do português**. 2002. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-variacao.pdf> Acesso em 14mar 2017.

MATEUS, M. H. M.; CARDEIRA, E. **Norma e Variação**. Lisboa: Caminho, 2007.

MAURER, P. Pincipiense. In: MICHAELIS, S.; MAURER, P.; HASPELMATH, M.; HUBER, M.(org.) **The Suvey of Pidgin and Creole Languages**, v. 2: Portuguese –based, Spanish-based and French-based Language. Oxford University Press, 2013, p. 72-80.

MEDEIROS, Laura de Andrade; DE PAULA, Mayara Nicolau. O USO DO PRONOME TÔNICO EM DETRIMENTO AO PRONOME ÁTONO NO PORTUGUÊS DO BRASIL. **Episteme Transversalis**, [S.l.], v. 9, n. 2, set. 2018. ISSN 2236-2649. Disponível em: <<http://revista.ugb.edu.br/index.php/episteme/article/view/983>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MEISEL, J. **Bilingual first language acquisition** .Philadelphia: John Benjamins. 1994.

_____. Parâmetros na aquisição. In: Fletcher, P. & B. MacWhinewy (eds) **Compêndio**

linguagem da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MELO & SOUZA, M. **África e Brasil africano.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 2013.

MIGUEL, M. H. **Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda,** Luanda, Nzila, 2003.

MINGAS, A. **Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda,** Porto, Campo das Letras, 2000.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003.

MONGUILHOTT, Isabel. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE .** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Tese de Doutorado.

MONTEIRO, J. **A Educação na Guiné Bissau: Bases para uma estratégia sectorial renovada.** Bissau: República da Guiné-Bissau, 2005 - Ministério da Educação Nacional.

MORGADO, J. C. **Currículo, memória e fragilidades:** contributos para (re)pensar a educação na Guiné-Bissau. *Configurações*, vol. 17, 2016, pp. 57-77

MOTA, M. A.; MIGUEL, M.; MENDES, A. **A concordância de P6 em português falado. Os traços pronominais e os traços de concordância.** *Papia*, v. 22, n. 1, p. 161-187, 2012.

MOURÃO, L. **Análise dos Textos Escritos produzidos por alunos da 7ª classe em Angola e propostas de remediação de erros.** Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa, Lisbon, 2015.

NAMONE, D.; TIMBANE, A. **Consequências do Ensino da Língua Portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência.** *Mandinga*, 2017. 1. 39-57.

NARO, A. **The social and structural dimensions of syntactic change**. *Language*, v. 57, n.1, 1981, p. 63-98.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. . Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, n. 9, 1993, p. 437-454.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO. S. H. L. Os verbos inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização **D.E.L.T.A.**, 30.2, 2014 (237-256)

NUNES DE SOUZA, C.;BRUSTOLINI, K. B. S.; FLORIANI SACHET, P.; LEHMKUHL COELHO, I. **O preenchimento do sujeito pronominal em textos escritos de alunos adolescentes de Florianópolis**, 2011. DOI:10.5007/1984-8420.2010v11nespp94. Working Papers em Linguística. 11. 10.5007/1984-8420.2010v11nespp94.

NEGRAO, E.V.; VIOTTI, E.. Contato entre quimbundo e português clássico: impactos na gramática de impessoalização do português brasileiro e angolano. **Linguística** [online]. 2014, vol. 30, n. 2, pp. 289-330. ISSN 2079-312X.

NZAU, D.G.N. et all. Em torno da consagração de uma variante angolana do português: subsídios para uma reflexão.In: **Limite**, nº 7, Covilhã: Universidade da Beira Interior,2013 pp. 161-162.

OKOUDWA, Bruno. O continente africano e suas línguasno século XXI: alguns exemplos, 2017. Disponível em:
http://www.academia.edu/27931011/O_CONTINENTE_AFRICANO_E_SUAS_L%C3%8DNGUAS_NO_S%C3%89CULO_XXI_ALGUNS_EXEMPLOS Acesso em 12Set2018.

OLDEROGGE, D. A. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **Metodologia e Pré-história da África**. 2ª. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, K.R. **Nós, a gente e o clítico se como estratégias de indeterminação do sujeito no Português**. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

OLIVEIRA, M. S. D.; SANTOS, E. F. **Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola – um estudo preliminar**. *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 9, p. 85-101, 2007.

OLIVEIRA, M. S.; BAILO, J. P.; INJAI, B. F. **A inserção do “contínuo português guineense” às variedades africanas do português**. *Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 130-137, 2013.

OLIVEIRA, M., & SANTOS, E. **Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola - um estudo preliminar**. *Filologia E Linguística Portuguesa*, 2007 (9), 85-101. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9.p.85-101>. Acesso em 08Ago2018.

OLIVEIRA, N. C. O paralelismo clausal na região central do estado de São Paulo. **Rev. Prolíngua** – ISSN 1983-9979, v. 2, n. 1 – jan/jun. de 2009.

OLIVEIRA, V. M. S. **A expressão do sujeito em Moçambique**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2016.

OTHERO, G. A.; CARDOZO, R. W. **A ordem pronominal em PB: da ênclise à próclise, do clítico ao átono**. 2017 – Disponível em : <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163555/001017372.pdf?sequence=1>
Acesso 21 jan 2019.

PAIVA, M. C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C. ; BRAGA, M. L. (Org.) **Introdução à Sociolinguística**. São Paulo, 2003.

PALMIERE, D. T. L. A inacusatividade na aquisição da linguagem. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Letras, 2002.

PEGADO, m. g. f. **O estatutonda Língua Portuguesa em São Tomé e Príncipe: uma análise em contato escolar**. Dissertação (Mestre em ensino de Português como Língua Segunda e Estrangeira) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova Lisboa:Lisboa, 2018. 75f.

PEREIRA, R. (Org.). **A Língua Portuguesa e o seu ensino em Angola**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012.

PETTER, M. M. T.(Org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; SILVA, R. V. M. (Orgs.) **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do estado da Bahia, 2006. P. 117-142.

_____. **Línguas Africanas no Brasil-África**: Revista do Centro de Estudos de Estudos Africanos. USP, São Paulo, 27-28: 63-89, 2007.

PINKER, S. Aquisition language. In: L. R. Gleitman, M. Liberman, and D. N. Osherson (Eds.), **An Invitation to Cognitive Science**, 2nd Ed. Volume 1: Language. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

PINTO, P. F. ; MELO-PFEIFER, S. (Coord.). **Políticas Linguísticas em Português**. Lisboa: Lidel, 2018.

PONTE, V. A indeterminação do sujeito no português popular do interior do estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia – Instituto de Letras, 2008. 128p.

PONTES, E. **O tópico no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987

PRICE, Richard. **O Milagre da Crioulização: retrospectiva**. Estudos Afro-asiáticos, ano 25, no 3, 2003, pp..383-419.

QUINTA, J.;BRÁS, J.; GONÇALVES, M. N. O umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo. **Revista Lusófona de Educação**, 35, 2017.

RADFORD, A. **Syntactic theory and the acquisition of English syntax**: the nature of early child grammars of English. Oxford: Blackwell. 1990.

REIS, F. L. **Como elaborar uma dissertação de mestrado**. Lisboa: Lidel, 2010.

RELATÓRIO ANALÍTICO DE GÉNERO DE ANGOLA - RAGA - Coordenação Geral Maria Filomena de Fátima Lobão Telo Delgado Ministra da Família e Promoção da Mulher Coordenação Técnica Marilena C. Mangureira Olavo Gambôa Laureano Directora Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, 2017.

RGPH – 2001. **Características educacional da população**. Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, 2003.

RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax**, Kluwer Academic Publishers. Dordrecht: Kluwer, 1982

RIZZI, L. **Null Objects in Italian and the Theory of pro**. *Linguistic Inquiry*, 1986. 17: 501-557.

RIZZI, L. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. In: **10th ADVANCED COURSE “LANGUAGE AND COGNITION”**. Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, p. 1-20, October 10, 1988.

RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. In L. Haegeman (ed.), **Elements of Grammar**. Dordrecht: Kluwer, 1997.

ROBERTS, I. O português no context das línguas românicas. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 1996. p.409-425.

ROBERTS, I.; HOLMBERG, A. Introduction: Parameters in Minimalist Theory. *in* BIBERAUER, T. et al. **Parametric Variation: Null Subject in Minimalist Theory**. Cambridge University Press, 2009.

ROBERTS, I. **Null arguments and arbitrary pronouns**. Ms. Universidade de Cambridge. [Conferência no I Workshop “Pronomes: sintaxe, semântica e processamento”, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 29 de Janeiro de 2016.

ROCHA, F. M. V. ; NASCIMENTO, T. R. A questão do contato linguístico In: BRANDÃO, S.(Org.) **Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológica e morfosintáticas**. Rio de Janeiro: Editora Bulcher, 2018.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, M. P. **A língua Portuguesa como Língua segunda na Província do Huambo**. Tese (Doutorado em Estudos Portugueses) – Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012.

ROMAINE, Suzanne. The Bilingual and Multilingual Community. In: Bhatia, Tej K; Ritchie, William C. **The Handbook of Bilingualism**. Maiden, MA.:Blackwell, 2006, p. 385-405.

ROQUE, S. **Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau**. UnWomen: Guiné-Bissau, 2011.

ROUGÉ, J. L. Les langues des Tongas. In: **Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa**, p. 171-176. Lisboa:Edições Colibri, 1992.

RUBIO, C. F. **Concordância de Terceira pessoa do plural no português europeu: variação ou regra semicategórica?** Fórum Linguístico. Florianópolis, v. 12, n. 3, p.786-806, jul/set. 2015.

RUBIO, C. F. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. 2012. 391 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

SALLES, A. A. F. **O fenômeno “sujeito duplo” no PB**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina - Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2004.

SAMPA, P. J. A situação do ensino público em Guiné-Bissau: desafios e possibilidades para uma educação de qualidade. **FIPEDBRASIL** – Campina Grande – PB, v. 1, Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realiza editor, 2015.

SANI, Q. OLIVEIRA, M. R. Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.16, n.33, p. 127 - 152, Jul./Dez. 2014.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **GoldVarb X – a multivariate analysis application**. 2005. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. Disponível em: http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 18 AGO. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, identidade e cultura de fronteira**. Tempo social. Revista de Sociologia, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 5(1-2):1994. p.31-52.

SANTOS, O. F. **Sobre o parâmetro do sujeito nulo: interferência do português brasileiro no espanhol falado por native residentes no Brasil**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, CAC: Letras, 2013.

SANTOS, V. G. **Aspectos prosódicos do português de Guiné Bissau: a entonação do contorno neutro**. Dissertação (Mestrado em filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

SAVEDRA, M. M. G. estudos e pesquisas em Sociolinguística no context plurilíngue no Brasil. **Revista Anpoll**. V.1, n.29(2010)

SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. Editora Contexto, São Paulo-SP, 2012, p.147-177.

SCHERRE, M.M.P.; NARO, A.J.;CARDOSO, C. R. The role of verb type in subject/verb agreement in Brazilian Portuguese. **DELTA** [online]. 2007, vol.23, n.spe, pp.283-317. ISSN 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000300012>.

SCHWARTZ, B. D.; SPROUSE, R. A. L2 The use and abuse of linguistic theory in L2 acquisition research. In: A. T. Juffs; G. Mizera Talpas e B. Burt (eds.) **Proceedings of GASLA IV**: 176 – 187. University of Pittsbugh Working Papers in Linguistics, 2000a.

SEDRINS, A. P.; TAVARES SILVA, C. R. **Padrões de concordância de gênero e número no sintagma nominal em variedade africana do português**. Revista Leitura v.2, n.59 – Maceió- - Jul/Dez. 2017 – ISSN 2317-9945 – homenagem a Denilda Moura, p.85-105.

SEMEDO, R. J. O Estado da Guiné-Bissau e os desafios políticos-institucionais. *in* BARROS, M. (Coord.). **A sociedade civil e o estado na Guiné-Bissau: dinamicas, desafios e perspectivas**. Guiné-bissau:Edições Corubal, 2014.

SILVA, C. L. ; SAMPA, P. J. Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. **RILP –Revista Internacional em Língua Portuguesa**, n. 31, 2017.

SILVA, D. B. da. **Política linguística na África: do passado colonial ao future global**. Revista África e africanidades – Ano 3 – nº 10. Agosto, 2010 – ISSN – 1863-2354. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br>>. Acesso em 12dez2018.

SILVA, Manoel Crispiniano Alves de; SENE, Marcus Garcia de; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **Notas sobre o português falado em Luanda: um estudo sobre sócio-história e crenças linguísticas. Miguillim** – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 7, n. 2, p.337-353, maio-ago. 2018.

SIM SIM, I. **Desenvolvimento da linguagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

SOARES, M. E. Representações sobre o estatuto da língua portuguesa no dizerde estudantes guineenses. **XVII CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL 2014)** João Pessoa - Paraíba,2014.

SOARES DA SILVA, H. **O parâmetro do sujeito nulo: confronto entre o português e o espanhol**. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Letras. Rio de Janeiro: 2006.

SOEIRA, Josiane. **Investigando as raízes do Português Popular brasileiro: análise do sujeito pronominal no português Popular em Luanda** .Monografia (especialização em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

SÓRIA, M. V. P. **Nós, a gente e o sujeito nulo de primeira pessoa do plural**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2013.

SOUZA, P. D. dos S. **A concordância verbal no português arcaico: um olhar descritivo sobre a documentação notarial**. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br>. Acesso em: 19 set 2018.

STEAD, Mike; RORISON, Sean. **Angola**. Barcelona: Alhena Media & Bradt Travel Guides Ltd, 2011.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolinguística**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

TAVARES SILVA, Cláudia Roberta. A natureza de Agr e suas implicações na orgem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu. Tese (Doutorado em

Letras) Universidade Federal de Maceió – UFAL, 2004.

TAVARES SILVA, Cláudia Roberta. **Distribuição e leitura referencial de sujeitos nulos e plenos em língua pro-drop e não pro-drop: evidências da natureza semi-pro-drop do português brasileiro.** Revista Leitura – Maceió, n. 47, p.15-41, jan/jun. 2011.

TAVARES SILVA, C. R. Comportamento e natureza dos sujeitos duplicados no crioulo cabo-verdiano e no português falado em comunidades quilombolas. In: MOURA, M. D. D.; SIBALDO, M. A. (Org.) **Para a História do Português Brasileiro: Sintaxe Comparativa entre o Português Brasileiro e Línguas Crioulas de Base Lexical Portuguesa.** Maceió: EduFAL, 2013. p..167-206.

TAVARES SILVA, C. R.; ZIOBER, F. M. Sujeitos duplos no português brasileiro, cabo-verdiano e santomé. In: **VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos Crioulos e Similares. Caderno de resumo [do] Encontro da ABECS,** 2014, p.110-117.

TAVARES SILVA, C. R.; CARVALHO, D. S.; ZIOBER, F. M. **Traços de pessoa e duplos sujeitos no português.** XXXI Encontro Nacional da ANPOLL – GT – Teoria da Gramática. UNICAMP, Campinas – SO, 29 de junho a 01 de julho de 2016. p.01-32.

TAVARES SILVA, C. R.; CARVALHO, D. S.; ZIOBER, F. M. **Licenciamento de sujeitos duplos em variedades do português: pessoa, definitude e estrutura de traços.** Revista Letras escreve – Macapá – AP, v. 7, n. 2, 2º semestre, 2017 – p.91-116

TEIXEIRA, E.P. O pronome você no português de Luanda. In: LIMA- Hernandez, Maria Célia et al. **A língua portuguesa no mundo.** São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

TEIXEIRA, E. P. **A representação do sujeito pronominal no português popular angolano.** Papia, v. 22, n. 1, p. 141-159, 2012.

TEIXEIRA, E. S. P.; ALMEIDA, N. L. F. **A indeterminação do sujeito no Português Angolano: uma comparação com o Português Brasileiro.** Papia 21 (1), p.99-111, 2011 – ISSN 0103-9445.

TIMBANE, Alexandre António; COELHO, Dayanny Marins. Os neologismos e a ampliação lexical nas redes sociais. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 4, n. 1, out. 2018. ISSN 2525-7870. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/565>>. Acesso em: 24 jan. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v4i1.565>.

TIMBANE, A. A.; BALSAL, Lobre. **África em Língua Portuguesa: variação no português africano e expressões literárias**. Revista Internacional em língua Portuguesa. IV Série nº 32, 2017.

TIMBANE, A. A. **A variação linguística e o ensino do português em Moçambique**. In Revista Confluências. nº43, 2º sem. Rio de Janeiro. 2013 p.263-286.

TIMBANE, Alexandre Antonio; QUEBI, Duarte Olossato; ABDULA, Rajabo Alfredo Mugalo. **As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África**. Web-Revista Sociodialeto. ISSN – 2178-1486 – vol.5 – número 13. Julho, 2014.

TRAJANO FILHO, W. Uma experiência sigular de criouliização - 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3723/372339156005.pdf> Acesso em 24 mar.2017

TRINTA, C. D. **Distribuição dos modos conjuntivo e indicativo no português falado e escrito em Angola: um contributo no estudo comparativo com o PE, numa perspectiva semântica**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016; 90p.

UNDOLO, M. E. S. **Caracterização da Norma do Português em Angola**. Tese (Doutorado em Linguística) da Universidade de Évora, 2014. 330 p.

UNESCO. **Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <http://ois.sebrae.com.br/comunidades/pnud-programa-das-nacoes-unidas-para-o-desenvolvimento/>. Acesso em 09 Ort. 2018.

VALENTE, A. C. (Org.). **Língua Portuguesa: a unidade, a variação e suas representações** (XI Fórum de Estudos Linguísticos UERJ, 2426.10.2012). São Paulo, Parábola, 2014.

VAREJÃO, F. O. A. . **Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular.** Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. 187 f.

VERÍSSIMO, V. O sujeito nulo em duas variedades africanas do Português. **Revista Letras escreve.** Macapá, v.7.n.2, 2º Semestre, 2017.

VIEIRA, S. R.; BAZENGA, A. **Patterns of third person verbal agreement.** Journal of Portuguese Linguistics, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 7-50, 2013.

VIEIRA, S. R.; BAZENGA, A. A concordância da terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português. 2013. In: VIEIRA, S. R. (Org.). **A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe.** Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 29-75.

VIEIRA, S. R.; BRABDÃO, S. F.; GOMES, D. K. A expressão fonética de terceira pessoa do plural no português do Brasil. In: VIEIRA, S. R. (Org.). **A concordância em variedades do Português: a interface Fonética-Morfossintaxe.** Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 76-92.

VIEIRA, S. R.; SILVA, K. C. **Estudo sociolinguístico da concordância verbal de 3ª pessoa do plural no Português de São Tomé e Príncipe.** Revista Letrônica, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 1, p. 18-29, 2017.

VILELA, M. **Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário e gramática.** Coimbra Almedina, 1995.

WHITE, L. The responsibility of grammatical theory to acquisitional data. In: Hornstein, N. & D. Lightfoot (eds) **Explanations in Linguistics.** London: Longman, 1985.

WINFORD, D. **An Introduction to contact linguistics.** Oxford: Blackwell, 2003.

XAVIER, G.R.ocha. **Português Brasileiro como Segunda Língua: Um Estudo sobre o Sujeito Nulo**. Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em : http://relin.letras.ufmg.br/shlee/Xavier_20062up.pdf. Acesso em 14 Set. 2018.

XAVIER, G.R. **Aquisição do Português Brasileiro por um falante chinês**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999

ZAU, Filipe. **Angola: Trilhos para o Desenvolvimento**. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

ZAU, D. G. D. A. **A língua Portuguesa em Angola - Um contributo para o estado e da sua nacionalização**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Beira Interior – Departamento de Letras, 2011.

ŻACZEK, Malgorzata. **A língua portuguesa para falantes de polaco. transfêrência da língua nativa para a língua estrangeira em processo de aprendizagem: o erro lexical e o erro gramatical**. Dissertação de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa. Universidade de Lisboa, 2012. 88p.